



# *Adolescências e narrativas memorialísticas: escutando apostas inconscientes*

ORGANIZADORES

Andréa Campos Maris Guerra  
Jacqueline de Oliveira Moreira



**Adolescências e narrativas memorialísticas:  
escutando apostas inconscientes**





Reitora  
*Carmen Lúcia de Lima Helfer*

Vice-Reitor  
*Rafael Frederico Henn*

Pró-Reitor Acadêmico  
*Rolf Fredi Molz*

Pró-Reitor Administrativo  
*Dorivaldo Brites de Oliveira*

EDITORA DA UNISC  
Editora  
*Helga Haas*

COMISSÃO EDITORIAL  
*Helga Haas - Presidente*  
*Adilson Ben da Costa*  
*Carlos Renê Ayres*  
*Cristiane Davina Redin Freitas*  
*Hugo Thamir Rodrigues*  
*Marcus Vinicius Castro Witczak*  
*Mozart Linhares da Silva*  
*Rudimar Serpa de Abreu*



Avenida Independência, 2293  
Fones: (51) 3717-7461 e 3717-7462  
96815-900 - Santa Cruz do Sul - RS  
E-mail: [editora@unisc.br](mailto:editora@unisc.br) - [www.unisc.br/edunisc](http://www.unisc.br/edunisc)

Andréa Máris Campos Guerra  
Jacqueline de Oliveira Moreira  
*Organizadoras*

**Adolescências e narrativas memorialísticas:  
escutando apostas inconscientes**



Santa Cruz do Sul  
EDUNISC  
2020



© *Copyright*: dos autores  
1ª edição 2020

Direitos reservados desta edição:  
Universidade de Santa Cruz do Sul

Capa: Denis Ricardo Puhl (Fotografia da capa: João Couto)

Fotografias do miolo do livro: sequência fotográfica de João Couto

Editoração: Clarice Agnes

A239 Adolescências e narrativas memorialísticas [recurso eletrônico] : escutando apostas inconscientes / Andréa Máris Campo Guerra, Jacqueline de Oliveira Moreira organizadoras. 1. ed. – Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2020

Dados eletrônicos.

Modo de acesso World Wide Web: [www.unisc.br/edunisc](http://www.unisc.br/edunisc)

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-990443-4-2

1. Delinquência juvenil. 2. Psicologia do adolescente. 3. Serviço social com adolescentes. I. Guerra, Andréa Maris Campo. II. Moreira, Jacqueline de Oliveira.

CDD: 362.7

Bibliotecária responsável: Muriel Thürmer – CRB10/1558



## SUMÁRIO

### **Apresentação**

Andréa Máris Campos Guerra, Jacqueline de Oliveira Moreira, François Raymond Sauvagnat, Mario Elkin Ramirez..... 9

### **1 As narrativas memorialísticas como estratégia de pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais complexos**

Amanda Lessa Malta, Andréa Máris Campos Guerra,  
Jacqueline de Oliveira Moreira ..... 15

## **SEÇÃO I - CRIME E ADOLESCÊNCIA SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS**

### **2 Autocontrole e criminalidade: comentários à Teoria Geral do Crime a partir da Sociologia Figuracional**

Cláudia Wermelinger ..... 25

### **3 O agenciamento neoliberal do conceito de crise e seus efeitos na criminalização da juventude**

Roberto Calazans e Christiane Odete de Matozinho Cardoso ..... 42

### **4 Crueldade, Crime e Adolescência**

Hector Gallo ..... 55

### **5 O demônio e suas tentações: um ensaio em torno de narrativas de adolescentes brasileiros envolvidos com a criminalidade**

Jacqueline de Oliveira Moreira, Carlos Roberto Drawin, Andréa Máris Campos Guerra, François Sauvagnat, Juliana Morganti, Renato Sargedine Araújo ..... 66

### **6 Crime e castigo do gozo adolescente**

Mario Elkin Ramírez ..... 89

## **SEÇÃO II – ESTRUTURAS SOCIAIS E ATO INFRACIONAL**

### **7 O trabalho no contexto das medidas socioeducativas: dialogando com jovens autores de ato infracional em Belo Horizonte**

Fernanda Reis Alves de Oliveira Pedro ..... 101

### **8 “De servente é pesado, mas é fácil”: trabalho e profissionalização no curso de vida de jovens de periferia urbana**

Bianca Ferreira Rodrigues, Lucas Caetano Pereira de Oliveira..... 116



|   |     |
|---|-----|
| <b>9 Adolescência e família: a criminalidade como via de acesso ao nome próprio</b><br>Alessandro Pereira dos Santos, Fídias Gomes Siqueira ..... | 130 |
| <b>10 A escola entre a vacilação dos jovens e o desejo familiar</b><br>Rodrigo Goes e Lima, Ana Carolina Dias Silva, Marcelo Ricardo Pereira..... | 138 |

### SEÇÃO III – SUBJETIVIDADE ADOLESCENTE E INFRAÇÃO

|   |     |
|---|-----|
| <b>11 Aposta de Pascal e condutas de risco na adolescência</b><br>Andréa Máris Campos Guerra, Patrícia Gomes, Nádia Laguárdia Lima .....  | 149 |
| <b>12 Consequências subjetivas da nomeação na adolescência e sua relação com o autor de ato infracional</b><br>Carolina Nassau Ribeiro, Daniela Paula do Couto, Andréa Máris Campos Guerra, Carla Almeida Capanema, Vinícius Moreira Lima ..... | 164 |
| <b>13 O <i>Nebenmensch</i> e o desamparo: alças possíveis para adolescências contemporâneas</b><br>Andréa Máris Campos Guerra, Jacqueline de Oliveira Moreira .....   | 175 |

### SEÇÃO IV – OBRA E CRIAÇÃO

|                                 |     |
|---------------------------------|-----|
| <b>Ana Drawin</b> .....         | 188 |
| Laço                            |     |
| <b>Daniel Alves</b> .....       | 190 |
| Corrida da vida                 |     |
| Entre anjos e demônios          |     |
| <b>Eraldo Leandro</b> .....     | 192 |
| (Sem nome)                      |     |
| <b>Fábio Santos Bispo</b> ..... | 193 |
| Onze anos de idade              |     |
| <b>Gabriel Portela</b> .....    | 202 |
| As flores                       |     |
| Espanca                         |     |
| <b>Jean Valdez</b> .....        | 205 |
| Performance                     |     |
| <b>João Vitor Couto</b> .....   | 208 |
| Pesadelo assistido              |     |



|                                     |            |
|-------------------------------------|------------|
| <b>Juliana Morganti</b> .....       | <b>209</b> |
| Dedos quebrados                     |            |
| Meu nome                            |            |
| Re-voltar                           |            |
| <b>Helena Morganti Catão</b> .....  | <b>211</b> |
| Eles                                |            |
| <b>Lu Rocha</b> .....               | <b>212</b> |
| Memórias e sonhos                   |            |
| <b>Mari Nascimento</b> .....        | <b>213</b> |
| Vinte e nove                        |            |
| <b>Tiago Agar</b> .....             | <b>218</b> |
| Do registro à redenção              |            |
| <b>Sobre os autores</b> .....       | <b>226</b> |
| <b>Sobre os organizadores</b> ..... | <b>230</b> |







## APRESENTAÇÃO

Andréa Máris Campos Guerra  
Jacqueline de Oliveira Moreira  
François Raymond Sauvagnat  
Mario Elkin Ramirez

A pesquisa científica estabelece uma relação precisa e, por vezes, fechada com o verbo pesquisar. O nascimento da ciência moderna anuncia e estabelece os modos de investigar a realidade atravessada por ideal positivista, que pensa a mesma como um dado objetivo, passível de observação sistemática, controle, mensuração e generalização. Por isso exigem, como produtos, relatórios, artigos científicos e narrativas lineares que possam ser legitimadas pelas comunidades científicas ou pares da academia.

O avanço científico e a suspeita da razão (FEYERABEND, 1977; STENGERS, 1993; SANTOS, 1998), a hermenêutica e as lógicas de poder, a noção de ideologia e de inconsciente, em diferentes períodos históricos, produziram a confluência que, no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, implicaram em novos modelos de produção científica. É inegável o valor dessas diretrizes para o diálogo e troca de pesquisas entre atores de diversos países.

A pesquisa “Adolescências e Leis” se localiza nessa tradição de investigação e se assenta na interrogação acerca dos elementos subjetivo-políticos condicionantes favoráveis e desfavoráveis à manutenção da relação com o crime. Nesse sentido, oferece novos subsídios teóricos de análise, face às clássicas interrogações criminológicas e psicopatológicas, que, muitas vezes, eivaram a leitura acerca do adolescente delinquente de preconceitos e equívocos. Nossa hipótese é a de que o laço com o crime nasce na latência, no alvorecer da puberdade, quando a criança é confrontada com a falência de seu saber e de seu modo de operar com o corpo e com o mundo, havendo uma oferta do saber-fazer do crime como orientação para consolidação de uma nova forma de funcionamento no laço social.

A presença concreta e simbólica do *modus vivendi* do crime nas comunidades urbanas de baixa renda (aglomerados), faz face à ausência de referências da tradição, na transmissão de modos de vida, produzindo um enlace pulsional do púbere com o objeto criminogênico na resolução da passagem adolescente, sobretudo pela via da identificação. Essa aderência transitória à transgressão demarca um atravessamento estrutural enfrentado por todo sujeito falante na passagem para a vida adulta, podendo ser temporário ou resolutivo, culminando (ou não) na decisão por um estilo de vida criminoso.

Assim, movidos por essa interrogação organizamos um grupo de pesquisadores de diversos países (Brasil, França e Colômbia), com diferentes níveis de escolaridade (graduandos, graduados, mestrandos, mestres, doutorando, doutores, artistas e jovens) e de vários campos do saber (psicanálise, direito, literatura, filosofia, arte, educação, psicologia) com vistas a levar adiante uma pesquisa participativa e



inovadora quanto ao seu método. O elemento que nos convocou sempre foi o jovem e as tentações da criminalidade na contemporaneidade, a partir do estado da arte constituído sobre o tema, mas insuficiente em suas premissas para explicar a infração na adolescência.

A literatura internacional pesquisada sobre o tema da adolescência infratora na França, Colômbia e Brasil foi reunida em recente obra (MOREIRA; GUERRA, 2018). O estado da arte evidenciou uma compreensão prioritariamente social do crime, ainda que os modelos criminológicos sejam, em sua maioria, ecológicos e multidisciplinares na atualidade (CANO; SOARES, 2002). O material foi levantado através da busca de palavras-chave como: adolescente em conflito com lei, delinquência, família, trabalho, educação; em bases nacionais e internacionais indexadas e traz uma gama de reflexões utilizando grande diversidade de matrizes psicológicas, em geral, pouco aprofundadas e raramente sistêmicas. A prioridade de artigos era destinada à análise de situações ou temáticas específicas, em sua maioria trazendo relatos de experiência, reflexões políticas, análises críticas e muitas discussões judiciais e de modelos de intervenção.

Como nossa pesquisa se organizou em dois grandes eixos, articulados dialeticamente, a saber: (1) as estruturas sociais (família, educação e trabalho) e (2) a subjetividade do adolescente, em especial infrator (risco, aposta inconsciente e nominação), pudemos apurar a situação das últimas décadas de produção científica quanto aos subtemas de cada eixo (GUERRA; MOREIRA, 2018). Entretanto, não identificamos desenvolvimentos teóricos mais consistentes e extensivos quanto ao tema, tal qual em outras décadas foi possível encontrar. As teorias dedicadas ao tema da adolescência e infração são historicamente escassas e podem se resumir às obras de Aichhorn [1925](1973) e Bernfeld [1922](1973; 1995). E, segundo Houssier (2009), ganharam impulso na linha educativa de A. Freud na década dos anos 1960 com as produções de P. Blos (1957; 1965), M. Laufer (1964) e E. Kestemberg (1962) especialmente. Nesse sentido, a visão global e ampliada da temática trouxe ao grupo de pesquisadores um aporte que permitiu o desdobramento sistemático de uma proposta conceitualmente mais elaborada sobre a subjetividade do adolescente autor de ato infracional e suas possíveis alternativas. Desenvolvemos aqui a noção de *alça* como suporte de passagem que se oferece como alternativa face ao estilo do jovem envolvido com a criminalidade, como veremos.

A inovação, desenvolvida nessa obra, não reside apenas em seu avanço teórico. Em termos de método de pesquisa participativo e orientado pela psicanálise, desenvolvemos uma estratégia nova de investigação: as Narrativas Memorialísticas (GUERRA *et al.*, 2017). Assim podemos afirmar que esta é uma pesquisa potente, não apenas porque possui muita força e energia de criação, mas também porque, metodologicamente, potencializa as pessoas que circulam em torno da mesma. A potência se apresenta logo no início quando o grupo reflete sobre a metodologia de pesquisa de fenômenos sociais articulada às propostas da psicanálise, sobretudo, do sujeito do inconsciente, da fantasia e da retificação subjetiva, aprimorando o método clínico tradicional proposto por Freud. Avançamos, porém, ao lado do jovem, sujeito de nossa pesquisa. Encontramos com os mesmos e lançamos um convite-enigma: Conte a história de sua vida. Não temos exigências, esperamos que o jovem



fale, seguindo o princípio freudiano da associação livre: narre, construa, ficcione sua história. O diferencial da metodologia reside no que se sucede após a escuta e gravação da narrativa, realizada sempre por uma dupla e no local indicado pelo jovem.

Tributária da literatura, as narrativas memorialísticas produziram outra inquietação no grupo: Como oferecer uma escuta dessas histórias vivas que ultrapassasse as categorias pré-estabelecidas do discurso científico? Como considerar sujeito, um objeto de investigação? Como implicar pesquisador em seu ato, tal qual Freud propôs para o psicanalista?

Uma nova ideia, então, se desdobrou: ofertar as histórias pulsantes a um coletivo de jovens artistas, individualmente, como um ponto provocador para a possível construção de uma obra (conto, poesia, desenho, fotografia, roteiro). Novamente fomos surpreendidos com a vida-pulsão que se apresentou nas obras, muito distante do vazio estigmatizante do roteiro empobrecido por onde os adolescentes circulam, e também, com a maneira como os artistas escutaram com delicadezas pontos cruciais da singularidade desses sujeitos.

Um terceiro passo se constituiu, em seguida, a partir da responsabilidade despertada na equipe de pesquisa pelos também jovens artistas, escritores e fotógrafos: toda a vida das narrativas e das obras deveriam ficar só com o grupo de pesquisa? Não, precisávamos tornar públicas as obras e, pela responsabilidade ética com os jovens, primeiro entregar-lhes a obra produzida a partir de sua história. Cria-se, nesse método, uma circulação de saberes, estéticas e modos de político de ocupação discursiva conectados por um regime elíptico, no qual, a cada movimento, novos integrantes descentram o saber até então adquirido, fazendo circular o não sabido – inconsciente, podemos dizer – que a nova cena comporta e desdobra.

Assim, numa subversão de hierarquias em torno de ideais superados pelos métodos emancipatórios de modelos participativos e narrativos de pesquisa, com a psicanálise, o elemento inconsciente decanta o que se escuta, o elemento estético descompõe os sujeitos que ali se encontram e a dimensão política da responsabilidade coletiva se presentifica em ato. Propusemos um encontro, em dispositivo público voltado aos jovens da cidade, com todos os atores envolvidos nesse processo (jovens, artistas e pesquisadores). Nele, cada um tomou a palavra como desejou, a partir da dimensão incalculável da pulsão que afeta cada corpo como acontecimento (MILLER, 2001).

O encontro se revelou o ponto alto de todo o processo de pesquisa. Após uma breve explicação aos presentes do que se passava, as obras eram entregues, sem tradução aos jovens que haviam narrado sua história às duplas de pesquisadores. Entre sujeito-outro-Outro, reinterpretações e deslocamentos se operaram, a partir do que não era cernido como significado e que escapava como significação. Do convite-enigma, nasceram desenhos conceituais de vida que se desmancharam em estéticas do político que, por sua vez, foram descentradas pelos próprios autores das narrativas, recontando seu traçado no (des)encontro com as imagens- palavras-obras. Operava-se a cada volta um des-sentido, cuja cifra marcava o corpo-acontecimento que falava. As novas elipses introduziam, então, o interlocutor numa outra trama, num novo enredo, num inédito circuito (GUERRA; MOREIRA; SILVA, no prelo).



Junto à comunidade acadêmica, convidamos os jovens, entrevistados e artistas, para comporem o seminário final da pesquisa, entremeadado por diferentes apresentações, acadêmicas e artísticas. Além daquelas obras produzidas por ocasião da pesquisa, tivemos a exibição de um curta-metragem e algumas performances encenadas durante os dias do Seminário Internacional realizado na Universidade. As obras, falas e apresentações provocaram, então, outros movimentos. No seminário, também levamos os resultados da investigação e trocamos com colegas reflexões sobre o tema do crime, a partir de diferentes perspectivas: jurídica, sociológica, psicanalítica.

Sobretudo pensando nas narrativas, retomamos obras literárias clássicas sobre pactos e riscos, diabos e tentações, através da construção da metáfora que aproxima o crime ao diabo e da inspiração em uma importante literatura mundial sobre as tentações do demônio (CAZOTTE; GOETHE; EÇA DE QUEIROZ; DOSTOIÉVSKI; GUIMARÃES ROSA). Escutamos também e conversamos com as vozes dos adolescentes, no que se refere às categorias do trabalho, família e escola, cotejando-as com a literatura científica. E, por fim, buscando a especificidade teórico-conceitual da psicanálise no campo da criminologia juvenil, pudemos desdobrar temas clássicos de maneira contemporânea, trazendo uma reflexão que se estende muito além desse campo, alcançando qualquer leitor que trabalhe com ou pense sobre a adolescência. A partir das categorias da aposta e do risco, da nominação e do desamparo articulado ao *Nebenmensch*, pudemos dar início a um novo sistema de pensamento, complexo e crítico sobre a adolescência em nossos dias.

Eis, de maneira sucinta, a apresentação desta vasta obra que se estende muito além do que suas linhas traçam, ali onde o que pulsa da vida não se deixa capturar facilmente.

## REFERÊNCIAS

AICHHORN, A. **Jeunes en souffrance**. Lecques: Les Éditions du champ social, 1925-2000.

BERNFELD, S. Concerning a typical form of male puberty. **Adolescent psychiatry**, v. 22, p. 51-66, [1922]1995.

BERNFELD, S. **El Psicoanálisis y La Educacion Antiautoritaria**. Barcelona: Barral Editores, [1922]1973.

BETTELHEIM, B.; SYLVESTER, E. Delinquency and morality. **The Psychoanalytic Study of the Child**, United Kingdom, v. 5, p. 329-342, 1950.

BLOS, P. Préoedipal factors in the etiology of female delinquency. **The Psychoanalytic Study of the Child**, United Kingdom, v. 12, p. 229-249, 1957.

BLOS, P. The initial stage of male adolescence. **The Psychoanalytic Study of the Child**, United Kingdom, v. 20, p. 145-164, 1965.

CANO, I.; SOARES, G. D. **As teorias sobre as causas da criminalidade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.



FEYERABEND, P. K. **Contra o método**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

GUERRA, A. M. C.; MOREIRA, J. O.; OLIVEIRA, L. V. de; LIMA, R. G. The Narrative Memoir as a Psychoanalytical Strategy for the Research of Social Phenomena. **Psychology**, California, v. 8, n. 8, p. 1238-1253, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/psych.2017.88080>.

GUERRA, A. M. C.; MOREIRA, J. O.; SILVA, A. C. D. **Narrativas Memorialísticas e Arte na cena da pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais**. No prelo.

HOUSSIER, F. Réflexions sur la délinquance et la psychothérapie chez les auteurs inspirés par Anna Freud (1945-1965) : émergence des premières théories de l'adolescence. **La psychiatrie de l'enfant**, Paris, v. 52 n. 2, p. 593-623, 2009. DOI:10.3917/psy.522.0593.

KESTEMBERG, E. L'identité et l'identification chez les adolescents. Problèmes théoriques et techniques. **La psychiatrie de l'enfant**, Paris, v. 5, n. 2, p. 441-522, 1962.

LAUFER, M. Ego Ideal and Pseudo Ego Ideal in Adolescence. **The Psychoanalytic Study of the Child**, United Kingdom, v. 19, p. 196-220, 1964.

MILLER, J.-A. **Biologia Lacaniana e acontecimento de corpo**. Tradução de Yolanda Vilela. Minas Gerais: Escola Brasileira de Psicanálise, 2001.

MOREIRA, J. O.; GUERRA, A. M. C. (org.). **Leis, estruturas sociais e família**: sobre as adolescências. 1. ed. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, 1988. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007>

STENGERS, I. **L'invention des sciences modernes**. Paris: La Découverte, 1993.







# 1 AS NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS COMO ESTRATÉGIA DE PESQUISA PSICANALÍTICA DE FENÔMENOS SOCIAIS COMPLEXOS

Amanda Lessa Malta  
Andréa Máris Campos Guerra  
Jacqueline de Oliveira Moreira

O atual momento histórico-político de nosso país, a partir do qual a pesquisa Adolescências e Leis nasceu e ao qual ela se dirigiu, trouxe, em consonância com um movimento corrente de repetição ao longo dos anos de nossa história, as marcas gritantes de homicídio da população negra, jovem, moradora da periferia de grandes centros urbanos. A maioria alarmante dessas mortes se dá em função do envolvimento dos jovens com o tráfico de drogas que, ao comporem a linha de frente dessa guerra, pagam com seus corpos o preço não só da escolha pelo crime, mas da abstinência daqueles corpos, daquelas vidas que, amparadas pelas negligências do poder público, alimentam essa engrenagem racista de poder, exclusão e violência.

Judith Butler em sua obra *Quadros de Guerra* (2015) nos brinda com a terminologia: “vidas não passíveis de luto”, circunscrevendo assim a diferença fundante entre as vidas classificadas como vividas ou não, de acordo com determinados enquadramentos epistemológicos que são, em si mesmos, operações de poder. Para que uma vida seja considerada vivível e, conseqüentemente, passível de luto, certas condições sociais e políticas devem ser atendidas. “A possibilidade de ser enlutada é um pressuposto para toda vida que importa” (BUTLER, 2015, p. 32), quando se celebra a existência de uma vida, há uma compreensão implícita de que essa é passível de luto, de que seria enlutada se fosse perdida. A maximização da precariedade de algumas vidas implica em sua minimização em outras. As “vidas não passíveis de luto” não estão fora do *polis*, estão incluídas nas relações sociais, econômicas e de poder, porém são vidas sacrificáveis: “a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos ‘vivos’” (BUTLER, 2015, p. 53).

Assim, atentos às condições que tornam uma vida vivível, passível de luto, e na busca por uma metodologia de investigação psicanalítica capaz de abordar o sujeito enredado aos fenômenos sociais e políticos, sem, porém, fugir ou negar as determinações inconscientes, discursivas e pulsionais que os perpassam, inaugura-se a metodologia das Narrativas Memorialísticas (GUERRA; MOREIRA; OLIVEIRA; LIMA, 2017) sustentando uma dimensão da pesquisa científica pautada sobre uma topologia horizontal que implique pesquisadores e pesquisados.

Às Narrativas Memorialísticas se encarrega o desafio de se haver com o real fora da experiência do tratamento analítico, cotejado às determinações e hierarquias objetivas da realidade socioeconômica e política do objeto ao qual se investiga. A sistematização dessa metodologia formaliza um giro sob os modelos positivos de produção de conhecimento que consideram o saber como quantificável e reservado ao pesquisador. A partir da equiparação entre pesquisador e analisando no campo da



investigação científica psicanalítica, sustentada por Moreira, Oliveira e Costa (2018), podemos afirmar que na metodologia das Narrativas Memorialística esses agentes se comparam na medida em que:

Ambos supõem no outro um saber para bordejar com palavras o real que os move. A aplicação do método da escuta do inconsciente, para além do *setting* analítico, possibilita a produção de um saber que é parcial e passível de transformação, já que se propõe a pesquisar a fonte de movimento e transformação constantes. (MOREIRA; OLIVEIRA; COSTA, 2018, p.119).

Desse modo, o pesquisador move-se pelo não saber, ou ainda, valendo-se da terminologia lacaniana: por sua falta-a-ser, pensada como o que permanece como interrogação, como furo na linguagem, e impulsiona o sujeito a prosseguir em sua busca. O pesquisador não possui o saber, ele o supõe nos sujeitos pesquisados. Destarte, as Narrativas Memorialísticas não oferecem a palavra ao sujeito, como se se tratasse de um bem atribuído ao pesquisador e cedido ao sujeito pesquisado, mas sustenta que a palavra seja tomada pelo jovem, que ele possa fazer uso dela a partir da abertura de um espaço de fala que se instaura pelo convite: **conte-me sua história de vida**, vindo por parte dos pesquisadores (GUERRA; MOREIRA; OLIVEIRA; LIMA, 2017).

A metodologia das Narrativas Memorialísticas foi adotada no primeiro tempo interventivo da pesquisa *Adolescências e Leis*, intitulado: “tempo de narrar” (GUERRA; MOREIRA; SILVA, no prelo), houve ainda outros dois tempos interventivos da pesquisa nomeados como: “tempo de criar” e “tempo de partilhar” (GUERRA; MOREIRA; SILVA, no prelo). Nas próximas páginas os descreveremos a partir de um esmiuçamento da metodologia adotada na pesquisa *Adolescências e Leis*.

## 2 Uma intervenção artístico-analítica

Buscando investigar os condicionantes favoráveis ao enlace e desenlace do jovem ao crime, a pesquisa *Adolescências e Leis* escutou cerca de 16 jovens, de 15 a 29 anos de idade, dentre os quais alguns envolvidos e outros não envolvidos com a criminalidade. Para cada um, uma dupla de pesquisadores formulou a referida pergunta, a partir da proposta das Narrativas Memorialísticas: “conte-me sua história de vida”. Os jovens foram escutados em espaços socioeducativos e em seus territórios urbanos, eram em sua maioria negros, moradores de periferias da cidade de Belo Horizonte.

Esclarece-se que a primeira abordagem aos jovens era mediada por alguma figura conhecida a eles, alguém de seu campo transferencial e afetivo, como os técnicos dos centros socioeducativos, oficineiros do território onde o jovem residia, colegas de trabalho e até mesmo pelo próprios pesquisadores do núcleo PSILACS que possuíam relações próximas com alguns deles. Assim, feita essa mediação, os pesquisadores acordavam um encontro com os jovens e se dirigiam aos espaços por





eles indicados, onde tinha uma primeira conversa. Ali a pesquisa era apresentada, dúvidas eram tiradas e o convite para a participação dos jovens, através do compartilhamento de suas histórias de vida, era feito. Surpreendentemente não houve nenhuma recusa, porém, conforme nos ressalta Guerra, Moreira e Silva (no prelo), a relação de suspeita era o primeiro lastro de afeto apresentado na maior parte das vezes em que essa primeira aproximação entre pesquisadores e sujeitos pesquisados se dava. Desdobraremos melhor esse ponto nas páginas seguintes.

Passando ao segundo tempo interventivo da pesquisa *Adolescências e Leis*: o tempo de criar, depois de formalizadas e gravadas as Narrativas Memorialísticas, estas foram entregues a artistas convidados do núcleo PSILACS que realizaram obras plásticas, literárias, visuais e performativas a partir das histórias de vida narradas. O período de criação dessas produções inaugurou um tempo de suspensão do trabalho interventivo da pesquisa, mas de intenso e vívido ofício de análise dos dados sob perspectiva teórica.

Como última etapa interventiva da pesquisa, tempo de partilhar, após a finalização das obras de arte, foi realizado o momento intitulado como **devolutiva**. Esse momento, que reuniu os pesquisadores, os jovens, os artistas e suas obras, inscreveu, primeiramente, marcas sobre os corpos de todos os presentes, que visivelmente afetados compartilhavam os efeitos pulsionais oriundos de seus encontros com as obras de arte produzidas e com as histórias de vida narradas. A partir da escuta das falas dos participantes da devolutiva, foi possível notar certa identificação dos jovens, artistas e pesquisadores com as narrativas escutadas, seja pela semelhança existente entre suas trajetórias de vida, ou pela radical diferença que as permeia e que, em um só tempo, constituem uma mesma lógica ordenadora da repartição social.

O afeto que tomava aos jovens nesse momento, dizia respeito também ao que eles nomearam como a primeira vez em que uma pesquisa universitária se ocupava em devolver-lhes o que havia sido produzido a partir de suas contribuições, o que um dos jovens denuncia com clareza: “Venha a nós, mas ao nosso reino nada!”<sup>1</sup>

### 3 Por que as Narrativas Memorialísticas como metodologia de pesquisa em psicanálise?

As aproximações entre narrativas, arte e experiência analítica nos orientam a fim de pensar os princípios do poder dessa intervenção artístico-analítica dividida em três tempos e realizada junto a jovens moradores de periferia, envolvidos ou não com a criminalidade. Podemos, primeiramente, destacar como princípio do poder da metodologia das Narrativas Memorialísticas o lugar de fala que se inaugura aos jovens a partir do convite feito, por parte dos pesquisadores, para que esses relatassem suas histórias de vida sob livre associação. Instaura-se assim um espaço de acolhida da palavra, dos corpos afetados, das obras que circulam e das realidades vivenciadas,

1 Recorte de fala de um dos jovens participantes da pesquisa. Extraído a partir do registro audiovisual da devolutiva



longe de qualquer julgamento moral, sem qualquer intenção de direcionamento de uma consciência ou exercício de um poder como bem nos adverte Lacan [1958] (1998) em seu debate sobre a direção do tratamento em psicanálise.

Ao pesquisador, nessa metodologia, caberia um lugar de mediação simbólica, na medida em que as intervenções são feitas como convite para que o jovem continue em seu discurso, sem introduzir novos elementos. Sua presença como testemunha ao discurso livre do jovem, sob transferência, permite que este se posicione como autor de uma história e emerja como sujeito em cena, implicado aos caminhos e escolhas que tecem suas trajetórias de vida. Porém, conseqüentemente, localiza-se a dimensão inconsciente, desejante que perpassa o discurso dos jovens, suas escolhas, suas trajetórias, fazendo vacilar assim a dimensão de acaso ou destino que as determinariam e trazendo à cena a força pulsional que permeia suas experiências.

As Narrativas Memorialísticas, como estratégia de pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais, permite pensar as histórias de vida dos jovens, a partir da ficção através da qual elas são narradas e permite extrair, do discurso dos sujeitos, as **fixões** explicitadoras das repetições pulsionais que enodam o enlace do jovem entre corpo, território e história (GUERRA; MOREIRA; OLIVEIRA; LIMA, 2017). Em seu texto “O artudito”, Lacan [1972](2003) aponta para a diferença entre **fixão e ficção**, localizando os termos como contrapostos na medida em que a **fixão** ancora o sujeito ao real contrapondo-se as ficções, aos impasses da lógica.

Para a psicanálise, a verdade tem estrutura de **ficção**, o que relativiza a busca por uma verdade factual ou totalizante. É o inconsciente que nos fornecerá as diretrizes para localizar a verdade do sujeito, mesmo que esta apareça narrada como mentira, ficção ou invenção. As ficções através das quais o sujeito narra sua história esboçam os enodamentos pulsionais, processos subjetivos de enfrentamento do real e as dimensões inconscientes, traumáticas e políticas que circunscrevem seu discurso. As Narrativas Memorialísticas seguem a ética da psicanálise na medida em que: “o sujeito desliza através da palavra escrevendo sua própria história, em uma dimensão que comporta o Outro, a singularidade, suas ficções e suas fixações”<sup>2</sup> (GUERRA; MOREIRA; OLIVEIRA; LIMA, 2017, p.1250, tradução nossa).

Uma outra hipótese desenvolvida a partir da circunscrição dos efeitos da adoção da metodologia das Narrativas Memorialísticas à investigação psicanalítica de fenômenos sociais diz respeito à posição de enigma ocupada pelo pesquisador a partir do momento que esse pede ao jovem que conte sua história de vida, o que suscita no outro diferentes tentativas de posicionamento frente à impossibilidade de elaboração de uma resposta supostamente “correta”.

Para Lacan [1969-1970](1992), o enigma implica um enunciado sem enunciação ou ainda à espera de uma enunciação. A Psicanálise, apoiada na linguística estrutural com Lacan, institui a diferença fundamental entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação. Isto, pois, como significante no lugar do eu, o sujeito não é nada além do *shifter* – indicativo que “designa o sujeito enquanto ele fala naquele momento. O que quer dizer que designa o sujeito da enunciação mas não o significa” (LACAN, 1992,

2 No original: “inasmuch as the subject slides through the word, writing his own history, in a dimension that comprises the other, his fictions, and his fixation” (GUERRA; MOREIRA; OLIVEIRA; LIMA, 2017, p.1250).





p. 814). Tanto é que o significante do sujeito da enunciação pode faltar no próprio enunciado, uma vez que o sujeito do inconsciente não designa a si mesmo. É somente pelo corte da cadeia significativa que a estrutura do sujeito como descontinuidade no real se verifica. Daí o enigma implicar em um enunciado do qual a carga da enunciação fica em suspenso a ser decifrada pelo sujeito.

Em sua “Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos Escritos”, Lacan [1973](2003) abre o texto retomando a dimensão do enigma como aquilo que se capta (*Begriff*) por escapar. “É por escapar que um discurso adquire seu sentido, ou seja, pelo fato de seus efeitos serem impossíveis de calcular. O cúmulo do sentido, isso é perceptível, é o enigma” (LACAN, [1973] 2003, p. 550). O enigma é o ponto de fuga do sentido, onde se escreve o gozo. Esse é o sentido do sentido. Mais tarde, no Seminário 23, ao articular mais diretamente o enigma ao gozo - e não mais prevalentemente à significação ou ao sentido -, Lacan [1975-1976](2005, p. 67) inverte os termos e assim o define: “um enigma é uma enunciação tal que dela não se encontra o enunciado”.

Assim, podemos entender que o Outro, ao qual um discurso se dirige, distingue-se da outra pessoa com quem se fala, pois ele porta o vazio constitutivo e originário que induz o sujeito a ocupar um lugar desejante, como objeto-causa, formulando-se como enigma. Nesse sentido, podemos supor que, a cada volta ou a cada deslizamento, nova cifra subjetiva se escreve, reordenando o excedente manifesto no corpo como pulsão. O encontro (1) entre jovem e pesquisador-psicanalista, se coloca como enigma para ambos; o encontro (2) entre voz e artista, evoca uma imagem ou uma palavra que circunscreve o objeto invocante (o que é diferente de representar um sujeito); o encontro (3) entre obra e equipe que reconfigura o saber acadêmico e interroga o que se encontra instituído como representação ao conferir uma dimensão estética, e não lógica, à experiência escutada; e, finalmente, o encontro entre pesquisador-analista, jovem, artista e obra que faz o próprio enigma circular, impedindo qualquer fixidez que se apresentasse como verdade.

Uma primeira análise do segundo tempo da intervenção artístico-analítica em questão, o tempo de criar, marcado pelo endereçamento aos artistas das Narrativas Memorialísticas dos jovens, nos suscitou a hipótese – atualmente desdobrada em uma pesquisa em nível de mestrado<sup>3</sup>-, que as obras de arte produzidas a partir dessa intervenção, parecem advir em ao menos três dimensões capazes de oferecer deslocamento subjetivos aos jovens.

Como primeira dimensão podemos destacar o possível deslocamento simbólico no discurso do Outro. As obras de arte teriam um caráter simbolizante, mas não simbolizável: “Simbolizante no sentido em que nos abre para o efeito de todos os outros significantes, como se fosse sua senha” (AZOURI, 1997, p. 61). Parece ser possível a esses jovens, se valer dos significantes que os apresentam por meio das obras de arte - significantes esses cedidos ou apenas reacendidos por um Outro artístico, na medida em que já teciam suas Narrativas - para se deslocarem, minimamente, na cadeia significativa. Esse deslocamento permitiria fazer vacilar os S1's impostos ao

3 MALTA, A. L. (2019). Os princípios do poder de uma intervenção artístico analítica realizada junto a jovens moradores de periferia. Pesquisa de Mestrado desenvolvida no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Área de concentração: Estudos Psicanalíticos.



sujeito pelo campo do Outro, sempre intermediado pelo objeto a, e contribuiria para a dissolução de identificações imaginárias. Essa desidentificação pode ser apontada como uma segunda dimensão do deslocamento subjetivo possível proporcionada por essa intervenção. É sobre este possível deslizamento entre o sujeito e o Outro que a análise também opera. O sujeito vai descobrindo quais são esses significantes que o enrijecem e delimitam seus enlaces e formas de gozo e, pouco a pouco, vai se desalienando do Outro, abrindo possibilidades de mais deslizamentos de sua experiência subjetiva.

O carácter não simbolizável das obras de arte, por sua vez, se esboça nessa intervenção na medida em que não é possível reter o efeito eminentemente fugaz que estas produzem e cuja extinção é estritamente tributária do real das vibrações sonoras, visuais e táteis produzidas por elas (AZOURI, 1997). A “dimensão de rasura” (SOUZA, 2015) das obras, deixa sempre uma fenda aberta à significação: “Algo da obra escapa, sem dúvida, até mesmo ao próprio artista, e é isso justamente que permite que esta não se fixe em um sentido único, mas permaneça em alguma medida enigmática e perturbadora” (RIVERA, 2005, p.63). Não tendo significação específica, a obra de arte parece tocar o traumático, ponto de real não simbolizável. Alain Didier-Weil (1997, p. 30, grifo nosso) nomeará o esboço de real intrínseco às obras de arte, como o “carácter de **promessa não formulada** próprio à criação artística”.

Esse conceito é de extrema valia nessa intervenção uma vez que permite pensar as diversas atribuições significantes que um sujeito pode dar à obra de arte que o apresenta. Não há qualquer interesse em fixá-lo a uma representação, correndo o risco assim de produzir, uma vez mais, o enrijecimento do sujeito diante de significantes vindos do campo do Outro. “A arte incita a subversão do sujeito sempre a se refazer, os reviramentos imaginários, os arranjos e desarranjos simbólicos que deixam entrever a dimensão Real” (RIVERA, 2017, p.37). A pesquisa em questão, ao incluir as artes à sua metodologia de intervenção, pretende convocar a trabalho essa aposta comum entre a experiência analítica e o campo das artes: se a ver com o real. De fato, essa aposta parece operar, seja através das Narrativas Memorialística ou das obras de arte produzidas através destas.

Lacan (1976-1977), em seu Seminário 24 “*L’insu que sait de l’une bévue s’aile à mourre*” formaliza o inconsciente a partir da metáfora do equívoco, de “*une bévue*”, explicitando sua dimensão real, sem significação, não passível de atribuição de sentido ou circunscrição na cadeia signifiante. O que nos abre a mais uma chave de leitura acerca dos efeitos produzidos pelas obras de arte oriundas das Narrativas Memorialísticas. O efeito de significação eminentemente fugaz que as obras de arte produzem, ilustram o que seria o carácter de equivocidade das obras de arte, capaz de tangenciar o registro do Real lacaniano.

Desse modo, podemos nomear como terceira dimensão, que permite deslocamentos subjetivos aos jovens participantes dessa intervenção, a atualização de uma experiência traumática, o encontro com o real oriundo da apresentação aos sujeitos das obras de arte produzidas a partir de suas narrativas, ou do próprio ato de narrar uma história de vida, trabalho simbólico que comporta sempre brechas e furos de significação.



## 4 Conclusão

Em nossa investigação, estivemos atentos às condições que tornam uma vida vivível, passível de luto (BUTLER, 2015), assim como às condições capazes de tornar a pesquisa psicanalítica voltada à investigação de fenômenos sociais mais horizontal, diversa e abrangente aos processos subjetivos do sujeito em cena. Incluímos entre nossos jovens, aqueles vinculados, mas também aqueles desconectados da experiência do crime. Buscamos jovens em situação de inserção formal no universo profissionalizante e de inserção informal no crime. Dessa maneira, realidades distintas puderam ser analisadas e ampliaram o escopo dos resultados da pesquisa, implicando numa leitura analítica em recorte das condições complexas da dialética adolescente-sociedade, no tocante à criminalidade.

A análise teórica do material coletado ao longo da pesquisa *Adolescências e Leis*, oriundo de um encontro possível entre arte e psicanálise, permitiu aos pesquisadores elaborar análises conceituais que ultrapassaram o recorte sob os elementos subjetivo-políticos condicionantes favoráveis e desfavoráveis à manutenção da relação do jovem com o crime, o que seria o objetivo geral da pesquisa. Foi possível nesse tempo de criar, desenvolver uma leitura sobre o impacto das estruturas sociais na perspectiva da família, da escola e da profissionalização sobre o viver adolescente. Foi possível também, a partir da escuta das Narrativas Memorialísticas e dos estudos baseados na proposta argumentativa de Pascal (1670) sobre a aposta e do conto de Jacques Cazotte: *O Deus Odioso, O Diabo Amoroso* (1772), capitanear os pactos (diabólicos) encarnados no cotidiano pulsional desses adolescentes, assim como colher os modos como a nomeação e as apostas psíquicas inconscientes permeiam as trajetórias dos jovens.

Podemos acrescentar entre as produções oriundas do tempo de criação, a elaboração de dois valiosos conceitos sobre a subjetividade adolescente em contextos periféricos. Tratam-se das noções de “alça” e das “famílias processuais”, desenvolvidas pelo núcleo PSILACS. A primeira pode ser definida, de modo sucinto, como um suporte de passagem que se oferece ao jovem ao longo de sua trajetória, e do qual ele se vale, a fim de atravessar os conflitos de ordem subjetiva e política que premiam sua história. As “famílias processuais” (GUERRA; MOREIRA; MALTA; GALHARDO, 2019), por sua vez, podem ser pensadas como composições familiares pautadas sob uma lógica processual continuísta na qual não há mais um núcleo articulador e gerador de unidade semântica. O jovem transita, ao longo de sua trajetória, sob configurações familiares variadas e diversas, sendo difícil delimitar qual seria o seu núcleo familiar central

Dentre outras descobertas, podemos aqui resumir essas principais e elencar por último, mas não menos importante, a possibilidade da “partilha do sensível” (RANCIÈRE, 2005) inaugurada por esta pesquisa-intervenção na medida em que as Narrativas Memorialísticas são transformadas em arte, abrindo-nos a todos os inúmeros efeitos elencados acima. Conforme formaliza Rancière (2005, p. 15):



Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividades que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha.

Entre as inúmeros possibilidades inauguradas a partir desse encontro entre arte e psicanálise, considerando a totalidade dos três tempo dessa intervenção: narrar, criar e partilhar, toma à cena a potência da abertura do campo para que cada um tomasse sua parte na partilha do sensível, a partir do encontro com as obras de arte e com as Narrativas Memorialísticas tecidas. “O que restam na cena do encontro entre autor (jovem), obra (artística) e saber (científico) são cacos ou pedaços de real” (GUERRA *et al.*, no prelo) que certamente não cessaram de se inscrever, abrindo assim possibilidades de ressignificações subjetivas, culturais e político-sociais, deixando sempre uma fenda aberta à invenção.

## REFERÊNCIAS

AZOURI, C. Testemunhos de um encontro com o vazio. *In*: DIDIER-WEILL, A. **Nota Azul**: Freud, Lacan e a arte. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 1997. p. 37-46.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: Quando a vida é passível de luto?. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAZOTTE, J. (1772) **O Deus Odioso, o Diabo Amoroso**. Edição Psicanálise e Representação do Mal. Tradução Marcio Peter de Sousa Leite. São Paulo: Escuta, 1991.

DIDIER-WEILL, A. O artista e o psicanalista questionados um pelo outro. *In*: DIDIER-WEILL, A. **Nota Azul**: Freud, Lacan e a arte. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 1997. p. 19-36.

GUERRA, A. M. C.; MOREIRA, J. O.; MALTA, A. L.; GALHARDO, L. A família processual: pensando a transmissão e a filiação na contemporaneidade. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 206-222, 2019.

GUERRA, A. M. C.; MOREIRA, J. O.; OLIVEIRA, L. V. de; LIMA, R. G. The Narrative Memoir as a Psychoanalytical Strategy for the Research of Social Phenomena. **Psychology**, v. 8, n. 8, p. 1238-1253, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/psych.2017.88080>.

GUERRA, A. M. C.; MOREIRA, J. O.; SILVA, A. C. D. **Narrativas Memorialísticas e arte na cena da pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais**. Belo Horizonte. No prelo.

LACAN, J. A direção do tratamento e os princípios de seu poder. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1958-1998. p. 591-652.

LACAN, J. **L'insu que sait de l'une bévue s'aile à mourre**. *In*: Tradução do Seminário



24 (inédito)/para circulação interna. Edição heresia. 1976-1977.

LACAN, J. O aturdido [*L'etourdit*]. In: LACAN, J. **Outros escritos** [*Autres Écrits*]. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973-2003. p. 448-497.

LACAN, J. **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1969/1970-1992.

LACAN J. **O seminário, livro 23**: o sinthoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975/1976-2005.

MOREIRA, J. de O.; OLIVEIRA, N. A; COSTA, E. A. Psicanálise e pesquisa científica: o pesquisador na posição de analisante. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 119-142, 2018.

PASCAL, B (L/Br) **Pensées**. França: Éditions du Seuil, 1962. (Obra originalmente datada de 1670).

RANCIÈRE J. A. **Partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental/Editora 34, 2005.

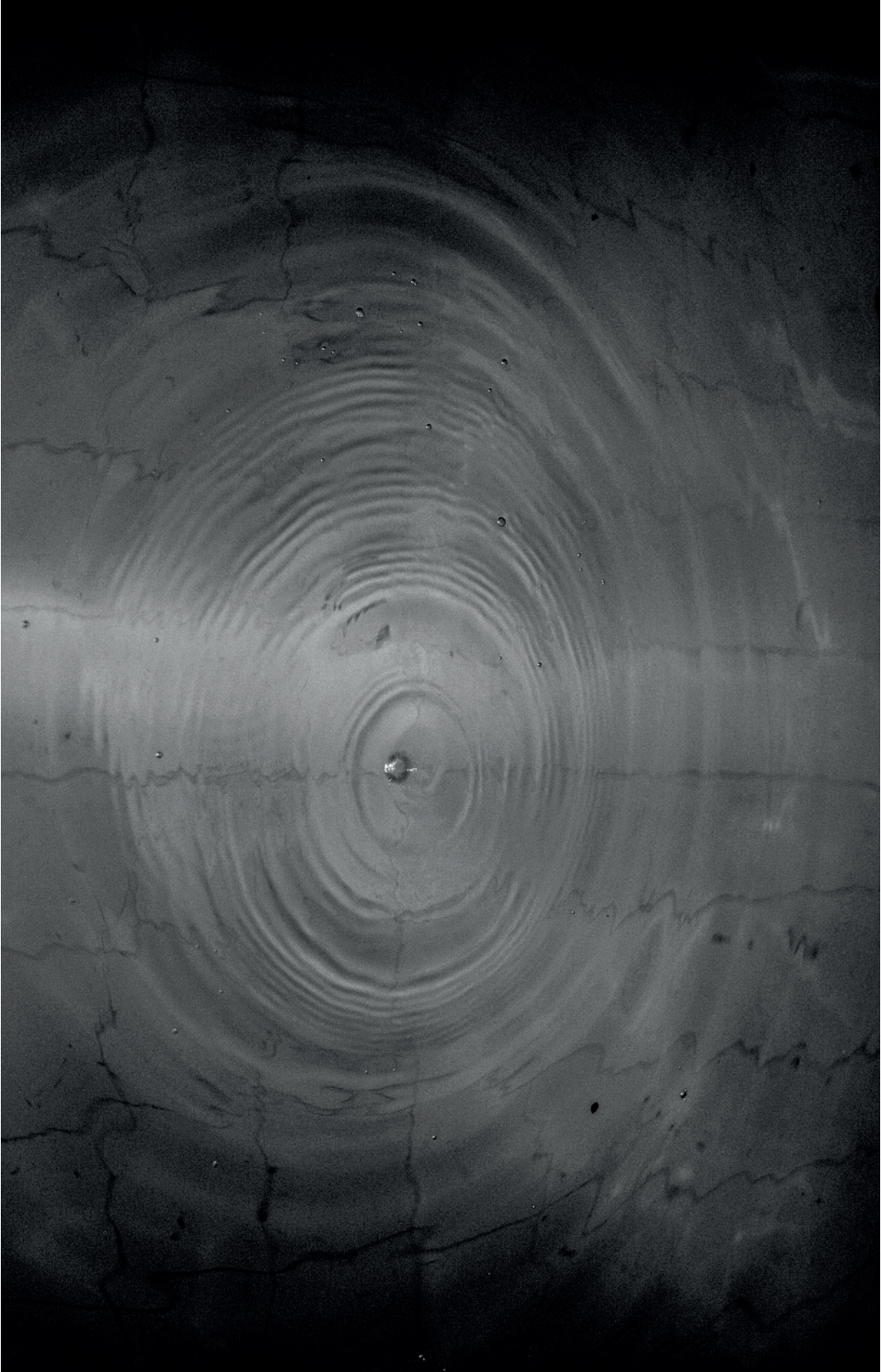
RIVERA, T. **Arte e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Coleção Passo a Passo, 13).

RIVERA, T. O avesso do imaginário. **Revista Cult**: Dossiê Arte e Psicanálise, São Paulo, n. 225, ano 20, p. 34-37, 11 de julho de 2017.

SOUZA, E. L. A. Posfácio: Faróis e enigmas – arte e psicanálise à luz de Sigmund Freud. In: FREUD, S. **Arte, literatura e os artistas**. Tradução de Ernani Chaves. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 317-331.







## 2 AUTOCONTROLE E CRIMINALIDADE: COMENTÁRIOS À TEORIA GERAL DO CRIME A PARTIR DA SOCIOLOGIA FIGURACIONAL

Cláudia Wermeliger

Comparando a teoria do processo civilizador de Norbert Elias (1994; 1993) e alguns estudos sobre criminalidade e violência, notamos pontos de intercessão e de divergência no que concerne à compreensão de suas causas e seu sentido nas sociedades contemporâneas. Iremos abordar neste trabalho uma das análises criminológicas, qual seja, a teoria geral do crime (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990), pelo fato desta teoria colocar no centro de seu modelo explicativo a variável **autocontrole**, conceito fundamental também no modelo eliasiano.

Embora a teoria geral do crime pretenda explicar todo e qualquer crime, iremos comparar essa tese com pesquisas em sociologia figuracional que abordam crimes comuns, mas também homicídios, violência doméstica, terrorismo e hooliganismo. Iremos primeiramente descrever a teoria geral do crime, sua aplicação e críticas gerais para então abordar a perspectiva figuracional e a análise de Elias do processo de pacificação das sociedades ocidentais modernas. Citaremos alguns trabalhos que abordam desvios de conduta em geral e, especialmente, a ruptura com o processo civilizador implicada na emergência de certas modalidades de violência.

### A teoria geral do crime

Em *A General Theory of Crime*, Michael Gottfredson e Travis Hirschi (1990) apresentam uma teoria que propõe explicar todo e qualquer crime através de uma abordagem que relaciona a emergência do ato criminoso e outros desvios normativos com o nível de autocontrole do indivíduo. A tese dos autores é que a criminalidade está diretamente relacionada ao baixo autocontrole.

Nessa teoria, o autocontrole representa a capacidade do indivíduo de controlar seus impulsos imediatos<sup>1</sup> e resulta da socialização primária, consolidando-se por volta dos oito anos de idade. Nesse sentido, o desenvolvimento do autocontrole depende, especialmente, da educação recebida pela criança dentro do ambiente doméstico. Segundo os autores, a educação da criança pela família envolve três elementos: 1) o monitoramento de suas ações; 2) o reconhecimento do comportamento desviante quando ele ocorre; 3) a punição de tal comportamento. Tais ações requerem, por parte dos pais ou responsáveis, um mínimo de afeto ou investimento na criança e resultam

---

1 O modelo de autocontrole utilizado pela Psicologia é semelhante, porém leva em consideração as variáveis cognitivas e ambientais que determinam diferentes tipos de resposta controlada em uma dada situação (HANNA; TODOROV, 2002).





num indivíduo mais capaz de postergar gratificações, com maior capacidade de aceitar restrições, mais independente, mais sensível aos interesses e desejos alheios e menos propenso a usar a violência para obter o que quer. O baixo autocontrole deriva, portanto, da educação precária na infância, seja de maneira intencional ou não intencional.

Ainda de acordo com Gottfredson e Hirschi (1990), os traços característicos do baixo autocontrole podem ser identificados em idade anterior ao comportamento criminoso. Esses traços possuem considerável tendência em aparecer juntos num mesmo indivíduo e persistem ao longo da vida. Os indivíduos cujo autocontrole é baixo tendem, desde a infância, a ser impulsivos, insensíveis, “físicos” (em oposição a “mentais”), não verbais e imprudentes. Tais indivíduos são mais propensos a se envolverem não apenas com o crime, mas em outras atividades desviantes que derivam do baixo autocontrole.<sup>2</sup> Nesse aspecto, é necessário enfatizar que o crime não é consequência necessária ou automática do baixo autocontrole, mas representa uma das várias possibilidades abertas aos indivíduos com tal característica. O autocontrole não representa, portanto, uma variável **preditiva** da criminalidade, mas, espera-se que pessoas que apresentam baixo autocontrole sejam **mais propensas** a se envolverem em crimes.

A relação entre baixo autocontrole e criminalidade se justifica pela própria definição de crime fornecida pelos autores, a qual postula que todos os atos criminosos são essencialmente “mundanos, simples, triviais, fáceis e voltados para a satisfação imediata de desejos momentâneos” (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990, p. 53). Tais atos são caracterizados como excitantes,<sup>3</sup> arriscados e frequentemente produzem dor ou desconforto às vítimas, o que, segundo a teoria, é possibilitado pela relativa insensibilidade desses indivíduos às necessidades dos outros e seu foco em seus próprios desejos. O comportamento criminoso envolve “atos de força ou fraude cometidos em busca do próprio interesse” ((GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990, p. 14) e assegura prazer imediato, fácil e de curta duração. Os autores reforçam que tal definição busca evitar uma imagem do crime como “um empreendimento difícil, elaborado ou de longo prazo” (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990, p. 115).

A teoria geral do crime contrasta com outras abordagens criminológicas como, por exemplo, aquelas que focam suas explicações em noções como estigma (*labeling*), aprendizado social, associação diferencial ou escolha racional (BARON, 2003; TITTLE, 2000). Nesse sentido, é possível identificar duas grandes perspectivas dentro das quais as principais pesquisas em Criminologia tendem a se enquadrar. A primeira, exemplificada pelo argumento de Gottfredson e Hirschi, supõe que a propensão ao comportamento criminoso se deve à estrutura psíquica do indivíduo. A segunda perspectiva, que poderíamos denominar cultural ou estrutural, nos remete a explicações que colocam em primeiro plano as oportunidades e os valores disponíveis numa dada sociedade – os quais são, por sua vez, interpretados e mobilizados de

2 Atividades cujas consequências podem ser igualmente penosas para esses indivíduos – por exemplo, uma maior taxa de envolvimento em acidentes, dívidas, dificuldades em relacionar-se com outras pessoas, etc. (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990).

3 Os autores usam as palavras *exciting* e *thrilling* de maneira intercambiável ao longo do texto.



modos diferentes pelos diversos grupos dessa sociedade.<sup>4</sup>

Além disso, a concepção de crime e seus requisitos comportamentais postulados na teoria geral do crime implicam que políticas voltadas para o controle da criminalidade deveriam envolver ações que têm a família como foco, em especial, através do treinamento dos adultos, os quais devem aprender “os requisitos da socialização infantil, particularmente a vigiar e reconhecer os sinais de baixo autocontrole e punilos” (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 1990, p. 269). Os autores advogam, portanto, que tanto a pesquisa quanto a prevenção do crime devem acontecer fora do sistema de justiça criminal (GOTTFREDSON; HIRSCHI, 2015).

## Resultados e críticas

Em geral, as pesquisas que testaram as hipóteses de Gottfredson e Hirschi identificam o autocontrole como variável preditiva de vários comportamentos delinquentes e criminosos (MELDRUM, 2008) porém também se observou que a variável **oportunidade do crime** possui efeito significativo (GEIS, 2000). Além disso, algumas pesquisas demonstraram que diferentes condutas criminosas e comportamentos de risco podem ter causas distintas (GEIS, 2000).

Outro aspecto alvo de críticas é a tese secundária de que a socialização intrafamiliar é a única responsável pelo grau de autocontrole de um indivíduo, bem como sua relativa estabilidade desde a consolidação em torno dos oito anos de idade. De fato, alguns estudos demonstraram que, embora a correlação entre eficácia do controle dos pais e o comportamento criminoso permaneça significativa, há efeitos independentes e estatisticamente significativos de fatores ambientais como associação entre pares, condições adversas de vizinhança e controle exercido pela escola (BARON, 2003). Também nesses aspectos, portanto, o modelo de Gottfredson e Hirschi exigiria alguma readequação de modo a admitir que “fatores familiares nunca operam num vácuo, mas ocorrem no contexto de outras influências” (LOEBER; STOUTHAMER-LOEBER apud MELDRUM, 2008, p. 244).

A principal crítica recebida pela teoria geral do crime parece ser, portanto, não a pertinência da variável autocontrole, pois diversos estudos verificaram a forte correlação entre baixo autocontrole e conduta criminoso, mas o fato de que nenhum desses estudos foi capaz de isolar tal variável como causa do crime, independente de outras variáveis. Sendo assim, as críticas mais contundentes tendem a focar na validade estatística das suposições de Gottfredson e Hirschi, apontando a necessidade de uma expansão do modelo proposto.<sup>5</sup>

4 A tese da “cultura como condição de possibilidade do desvio social representado pela violência” aparece em formulações tais como: “In the original formulation of subculture of violence theory, Wolfgang and Ferracuti suggested that attitudes toward violence are learned through exposure to violence” e ainda, “witnessing and engaging in violence serves to reinforce attitudes that justify its use, leading to an ‘oppositional culture’ that promotes certain behaviors and forms of self-presentation” (MARKOWITZ, 2003, p. 148-149).

5 Outra crítica recebida é a inadequação da teoria geral quando aplicada ao caso específico dos “crimes de colarinho branco”. Entretanto, acreditamos que a crítica foi devidamente refutada por Hirschi e Gottfredson (1989) com base na discussão da pertinência do próprio conceito de “colarinho branco” e nas análises



Embora alguns estudos tenham concluído pela insuficiência da análise do crime baseada exclusivamente na variável **autocontrole**, a maioria aponta que há uma forte correlação entre 1) autocontrole e criminalidade violenta e 2) autocontrole e criminalidade em geral – neste último caso, porém, quando associada com variáveis de outras teorias (BARON, 2003). Partiremos desse cenário para tecer algumas considerações sobre a relação entre autocontrole e fenômenos de violência, desvio e criminalidade na sociologia figuracional e suas aproximações e divergências com a teoria geral do crime.

## Figurações e Processo Civilizador

A abordagem figuracional dos fenômenos sociais se baseia na substituição do uso da ideia de “sociedade” pela noção de “figurações” ou redes de interdependência social que se desenvolvem em longos períodos (ELIAS, 2006). A ideia de figuração busca evitar a separação entre o individual e o social, tomando o indivíduo como inextricavelmente pertencente a uma rede de relações. Dessa forma, o equilíbrio singular entre controle sociais externos e internos que caracteriza a constituição psíquica do indivíduo deve ser compreendido a partir da posição que este ocupa naquelas redes.

Uma característica importante das teses de Norbert Elias é o princípio de que o conflito entre indivíduos e grupos, seja por recursos materiais ou simbólicos, é uma constante nos coletivos humanos. Elias parte da ideia de que “toda sociedade é uma estrutura de competição” (GARRIGOU, 2001, p. 67), de modo que é possível entender as diferentes figurações humanas como campos de forças dentro dos quais os indivíduos atuam uns sobre os outros gerando dinâmicas específicas de interação e regulação mútua. E se toda sociedade é uma estrutura de competição, sempre haverá conflito, mesmo que este não se desenrole de forma violenta. A teoria do processo civilizador (ELIAS, 1994; 1993) aborda, especialmente, a questão do desenvolvimento de relações interpessoais pacíficas, ou seja, a emergência das condições sociais e das disposições individuais que permitem a resolução não violenta de conflitos entre indivíduos e grupos dentro das “sociedades-Estado”.

Nesse sentido, as instituições e costumes que caracterizam diferentes figurações humanas manifestam diferentes formas de mediação das disputas, assim como aspectos da distribuição de recursos e de meios de controle e imposição da vontade, ou seja, de poder. A pacificação característica da formação dos Estados modernos ganha assim um novo sentido: não como supressão dos conflitos, mas a transformação destes em lutas não violentas. Dito de outra maneira, as relações humanas não violentas exigem uma conjuntura específica que permita a resolução dos conflitos através de outros meios que não o uso da força física. Tal conjuntura diz respeito não somente às instituições que retiram da vida cotidiana os meios de violência – o aparato estatal –, mas também, no nível individual, à estrutura psíquica adequada a tal organização. Sendo assim, a emergência da violência nas situações

---

estatísticas desse tipo de crime que demonstram as mesmas correlações de outros tipos de crime (oportunidade, idade, etc.), rejeitando seu tratamento enquanto modalidade específica e diferente dos demais tipos de crime.





de conflito nas sociedades modernas será pautada pelo contexto social específico que possibilita o uso da força física ou de armas como meio eficaz de imposição da vontade.<sup>6</sup> Por outro lado, não se pode perder de vista o fato que a civilização das condutas não supõe a supressão total da violência nessas sociedades, mas sua reorganização. Da mesma forma que outras atividades tais como a higiene pessoal, o preparo da comida, a nudez, etc., a violência continua a representar um importante papel nessas sociedades, embora ocorra de forma dissimulada (MENNELL, 2001, p. 166).

Um outro aspecto do processo civilizador que deve ser lembrado é a diminuição dos contrastes sociais, ou seja, a diminuição da distância, tanto física quanto psicológica, entre as diferentes classes. A relativa homogeneização dos modelos de conduta somente é possível quando se desenvolvem relações de interdependência tão fortes que se torna imprescindível a modelação do comportamento no sentido da interação sob um mesmo código de conduta. Mas, além da interdependência, é necessário que entre as diferentes funções sociais se estabeleça um equilíbrio de poder, ou seja, deve ser reduzido o nível de desigualdade social. Somente assim diferentes grupos podem exercer pressão mútua e desenvolver, no nível da personalidade individual, padrões de autocontrole pautados por valores semelhantes (ELIAS, 1993, p. 210-215). É nesse sentido que a diminuição da desigualdade contribui para a disseminação de modelos de comportamento civilizacionais, ou seja, voltados para a interação não violenta. Em resumo, Elias (1993, p. 401) afirma que “nenhuma pacificação é possível enquanto a distribuição de riqueza for muito desigual e as proporções de poder demasiado divergentes”.

A consolidação do monopólio dos meios de violência, a individualização, a racionalização da conduta e a interiorização das normas são aspectos de um mesmo processo e constituem, simultaneamente, causas e efeitos de uma nova estrutura social. Entretanto, tal figuração, além de não representar um estágio acabado de civilização, não se encontra livre de rupturas em seu padrão. Se, ao final de *O Processo Civilizador*, Elias (1993) afirma que a civilização não está completa, em *Os Alemães*, Elias (1997) irá enfatizar que ela também não está livre de ameaças. Isso porque o comportamento [mais] civilizado e os sentimentos a ele associados dependem de condições específicas, como o exercício individual de autodisciplina e as estruturas sociais a ela vinculadas, ou seja, é necessário a garantia de um certo padrão de vida e, em especial, a manutenção da pacificação social, a qual é permanentemente ameaçada pelos conflitos inerentes às relações humanas (ELIAS, 1997, p. 161).

## O crime em perspectiva figuracional

Decorre do panorama descrito até aqui que “o problema da violência” nas sociedades contemporâneas não é o uso da violência, mas seu uso não autorizado, ou seja, a transgressão do monopólio do uso legítimo da força. De fato, a pacificação

6 Encontramos alguns exemplos deste fenômeno nas análises de Elias da sociedade feudal guerreira e da ação de movimentos políticos extraparlamentares violentos como o terrorismo no século XX (ELIAS, 1994, p. 189-202; 1993, p. 215-241; 1997, p. 161-266).



das relações nas sociedades contemporâneas se sustenta sobre dois elementos interdependentes: o monopólio estatal do uso da violência e a internalização da proibição social do uso da força nas relações interpessoais. Sendo assim, podemos inferir que a emergência da conduta violenta nessas sociedades pode ser compreendida pela configuração desses dois níveis de controle. Tal modelo não pretende esgotar todas as possibilidades de compreensão da violência nessas sociedades,<sup>7</sup> mas indicar os elementos da teoria eliasiana que contribuem para a compreensão do fenômeno.

Na análise da violência extraestatal na República Federal Alemã entre os anos 60 e 70, Elias irá apontar elementos que estavam presentes no terrorismo do início do século e outros que são específicos da conjuntura posterior à Segunda Guerra. De fato, o que marca a abordagem eliasiana desse período é sua interpretação enquanto um conflito entre gerações, ou seja, uma tensão entre os valores e metas consolidados e interiorizados pelos indivíduos que vivenciaram determinado tempo e ordem social e aqueles que, nascidos anos depois, herdaram certa conjuntura, mas não os valores das gerações mais antigas. Tal situação, aliada à insuficiência dos canais políticos e ao descontentamento econômico e existencial, motivou o uso de meios violentos em alguns setores da classe média e, na medida em que estes eram contra-atacados pelo Estado, criou-se uma relação de duplo vínculo e de escalada de violência (ELIAS, 1997, p. 182-183).

Tanto na República de Weimar quanto na República Federal, Elias (1997) identifica a presença de motivações políticas e existenciais que, aliadas ao fechamento dos canais parlamentares e aos valores aristocráticos militaristas, autoritários e antipolíticos, impulsionaram o uso da violência e do terror na luta política. Além disso, em ambos os períodos, encontramos envolvidos nesses conflitos indivíduos cuja interiorização das proibições sociais foi, no mínimo, problemática. A Alemanha anterior à Segunda Guerra foi marcada não só pela difícil consolidação do monopólio estatal da violência, mas pelo fato de que, quando ele se efetivou, o fez sob a forma de governos autocráticos e autoritários. O *habitus* alemão, tanto na forma aristocrática militarista e autoritária quanto na forma burguesa apolítica, se caracterizava por uma balança entre as coerções internas e externas que pedia muito mais para a dependência das últimas. Mesmo após o fim do nazismo e a democratização, era possível encontrar nos jovens da República Federal traços desse *habitus* que, nas épocas de crise, tendia a rejeitar a política parlamentar e abraçar o uso da violência.<sup>8</sup>

Das análises de Elias é possível retirar pelo menos quatro elementos facilitadores da transgressão da proibição do uso da violência nas sociedades modernas: 1) o monopólio estatal deficiente dos meios de coerção, pois a pacificação é algo que demanda vigilância constante e um suporte amplo através das forças armadas e das polícias; 2) grupos insatisfeitos, cuja possibilidade de realização pessoal é sentida

7 Rifiotis (2005), por exemplo, apresenta uma reflexão sobre o conceito de violência nas ciências humanas que aponta para a unanimidade valorativa (e negativa) desse fenômeno “bio-antropo-sociológico” que esconde sua multiplicidade semântica e prática.

8 Elias (1997, p. 212) ressalta, porém, que no caso das classes médias da República Federal, o uso da força era menos espontâneo e a transgressão do tabu contra o uso da violência exigia um esforço maior do que em épocas anteriores, sendo muitas vezes legitimado pela reflexão e pela justificação intelectual.



como vedada, tornando precária sua capacidade de atribuir sentido à existência; 3) estruturas individuais de autocontrole relativamente frágeis e dependentes de forças externas ou comandos autoritários; 4) circunstâncias específicas, como crises econômicas ou políticas, ameaças externas ou internas, ou seja, eventos que agravam as tensões entre os grupos e que, dadas as condições anteriores, contribuem para a emergência da violência no contexto intraestatal.

A especificidade da abordagem eliasiana se encontra não tanto em apontar esses elementos como fatores que explicam a violência, mas na sua articulação, pois trata-se de uma conjunção de elementos, e na ênfase no caráter histórico de tais processos: assim como se desenvolvem num longo período de tempo, tais figurações se modificam devagar e ao longo de gerações. Nessa perspectiva, as ações violentas da contemporaneidade adquirem um pano de fundo estrutural que elimina a possibilidade de uma leitura baseada na distinção normal e anormalidade (COURY, 2001, p. 126-128). Além disso, na análise dos sistemas políticos e do *habitus* correspondente, Elias (1997, p. 44) propõe um modelo análogo ao do aprendizado individual, apontando que:

[...] a criança que é agredida com frequência não aprende a conter-se independentemente de uma coação externa, sem a ameaça de punição paterna; e por isso fica também, em considerável medida, à mercê de seus próprios impulsos de rancor e hostilidade. É altamente provável que essa criança, por sua vez, venha a tornar-se mais tarde propensa a querer resolver tudo de forma agressiva, tomando inconscientemente seu pai por modelo.

O controle da conduta através da coação física ou da ameaça de outrem se efetiva sobre o medo, de modo que a internalização das proibições se torna precária e a capacidade do indivíduo em se coibir quando fora do alcance de tais sanções é bem menor do que aquela de uma personalidade que, ao longo do tempo, foi persuadida a seguir um padrão de conduta coerente com certas normas, valores e recompensas socialmente construídas. No plano das instituições políticas, tal modelo propõe que, regimes cujas decisões se dão “de cima para baixo”, como os Estados absolutistas ou ditatoriais, tendem a formar ao longo do tempo estruturas de personalidade adequadas a tal situação e que, assim como se formam lentamente, também só podem se desfazer ao longo de algumas gerações (ELIAS, 1997, p. 44). Um sistema parlamentar multipartidário, por outro lado, exige dos membros de um Estado-nação uma capacidade consideravelmente maior de autocontrole, o que torna compreensível a complexidade da transição entre um regime e outro (ELIAS, 1997, p. 264).

Além disso, como mencionado acima, a sociologia figuracional busca explicar o comportamento individual a partir de sua posição em determinada rede de relações interdependentes. Desse modo, ao analisar a reprodução da criminalidade entre gerações, há que se atentar às condições estruturais de reprodução dos grupos de jovens “delinquentes”:



A classificação de alguns jovens como ‘delinquentes’ tende a nos fazer esquecer que o ‘comportamento delinquente’ funde-se imperceptivelmente com o não delinquente. Se observarmos a conduta das crianças e adolescentes, em seu contexto comunitário real, encontraremos muitas formas transicionais de comportamento. As tentativas de estudar os delinquentes, explicá-los e fazer previsões a seu respeito, unicamente com base em critérios individuais, através de diagnósticos psicológicos não corroborados por diagnósticos sociológicos, não costumam ser dignas de confiança. É que as condições de reprodução contínua dos grupos de jovens delinquentes encontram-se na estrutura da sociedade e particularmente na das comunidades onde moram grupos de famílias com filhos ‘delinquentes’ e onde essas crianças crescem. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 140).

Outro aspecto da teoria eliasiana que escapa à dicotomia normal-anormal e que nos ajuda a compreender a conduta violenta nas sociedades contemporâneas é a constatação de que não há reprodução perfeita da estrutura social no indivíduo. A socialização não é algo que ocorre sem dificuldades, como uma “aquisição dos padrões de comportamento e sentimento das gerações mais velhas pelas gerações mais jovens” (ELIAS, 1997, p. 243). Além disso, o processo civilizador individual, assim como aquele que abrange toda uma sociedade, não é algo passível de planejamento ou controle absoluto. O indivíduo cujo comportamento é mais adequado aos padrões normativos de uma sociedade e aquele considerado “desajustado” são, ambos, produtos não planejados da dinâmica da relação entre os grupos e da conformação psicológica individual:

Do mesmo molde social emergem seres humanos mais ou menos bem-estruturados, tanto os ‘bem-ajustados’ como os ‘desajustados’, num espectro muito amplo de variedades. [...] Em qualquer dos casos, é a teia de relações sociais em que vive o indivíduo durante a fase mais impressionável, a infância e a juventude, que se imprime em sua personalidade em formação, tendo sua contrapartida na relação entre suas instâncias controladoras, o superego e o ego, e os impulsos da libido. (ELIAS, 1993, p. 204-205).

Trata-se, portanto, nas sociedades complexas, do problema do equilíbrio entre as exigências da organização social e as exigências dos indivíduos que formam tal organização. A esse equilíbrio corresponde o termo **economia psíquica**, o qual se encontra intimamente ligado ao processo de “individuação da estrutura social” (COURY, 2001, p. 127-128). Dito de outra maneira, é característico das sociedades complexas, ou que alcançaram um alto grau de civilização, que o controle social seja internalizado de tal forma que cabe ao indivíduo a tarefa de resolver os conflitos entre o que deseja e o que lhe é socialmente exigido, de modo que a manutenção da ordem social e o funcionamento de suas instituições se encontram cada vez mais



dependentes da estrutura psíquica de seus membros.

A análise da violência a partir da teoria do processo civilizador pode ser feita, portanto, em pelo menos dois eixos: 1) a trajetória do uso social da violência, percebida nas mudanças na sensibilidade e na categorização dos eventos; 2) os elementos estruturais que explicam a ruptura com a pacificação como o caráter do monopólio estatal, as nuances na socialização dos grupos, a dinâmica da distribuição de recursos, etc.. Assim, leva-se em consideração a dinâmica de interdependência dos grupos, as relações estabelecidos-*outsiders* que se consolidam dentro dos Estados-nações e o caráter complexo e variável da socialização dos indivíduos, fornecendo bases para uma interpretação abrangente e multicausal do uso da violência nas sociedades pacificadas.

Um exemplo de investigação sociológica dentro do primeiro eixo de análise é o trabalho de Tatiana Landini (2005) sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes. A autora demonstra que a descoberta do fenômeno, a partir do discurso da imprensa e das organizações sociais que tendem a caracterizar um processo de “descivilização”, bem como o suposto aumento do número de casos no decorrer do século XX no Brasil são, de fato, efeitos das alterações na percepção social desses eventos. A partir de mudanças na balança de poder entre os sexos, na estrutura da família e no papel da criança em nossa sociedade, ocorreram também alterações nos sentimentos desses grupos em relação à sexualidade. Tais mudanças na sensibilidade coletiva possibilitaram a maior visibilidade desses crimes, através da pressão social dos grupos envolvidos em debater o tema e modificar as leis. O que parece à primeira vista um fenômeno de “barbarização” ou de aumento da violência sexual mostra-se, num exame mais detalhado, uma mudança na interpretação desses eventos e na identificação de novos eventos antes não categorizados como violência, ou seja, uma expressão do processo de civilização.

Em relação ao segundo eixo de abordagem, podemos citar as análises de Eric Dunning (1996, 2005) do hooliganismo, em que estão em ação diferentes fatores explicativos, tais como os processos de socialização dos jovens envolvidos, a dinâmica estabelecidos-*outsiders* da qual estes jovens fazem parte e o significado atribuído à violência que possibilita sua experiência como excitante e prazerosa. Dunning aponta que, mesmo em sociedades altamente pacificadas, é possível que certas pessoas relacionem situações de agressão e violência a sensações de prazer e aventura e, no caso do hooliganismo, a violência estaria associada também a símbolos de masculinidade e de pertencimento grupal. Deste modo, buscou-se compreender tal manifestação em seu sentido específico, naquilo que ela significa para um determinado grupo. Trata-se de uma abordagem cuja referência é o processo civilizador e, principalmente, seus efeitos no desenvolvimento dos esportes, mas que procura identificar o *habitus* específico das pessoas envolvidas nessas interações e o sentido atribuído à violência nessas práticas.

Pieter Spierenburg (1994) é outro autor cujos trabalhos abordam a violência levando em consideração os processos de civilização das diferentes sociedades. Uma de suas teses, é que, ainda que a diminuição das taxas globais de homicídios tenha a ver com o maior autocontrole dos impulsos agressivos (em paralelo ao desenvolvimento do monopólio estatal), não se deve esperar que tal tipo de violência





desapareça dessas sociedades pois é possível que se desenvolvam estruturas de personalidade para as quais o homicídio seja um ato despersonalizado; uma tarefa racionalizada a qual não é incompatível com o desenvolvimento da civilização como um todo. Esta tese também considera que até mesmo o **sentido** atribuído ao homicídio varia ao longo do tempo e deve ser um elemento a se levar em consideração neste tipo de análise do fenômeno (SPIERENBURG, 1994).

Percebe-se assim que, no processo de pacificação da sociedade, é possível que a violência se torne tabu e objeto de simbolizações diversas, abrindo espaço para sua reapropriação como símbolo de transgressão social e de poder em certas práticas contemporâneas, principalmente entre jovens e grupos marginalizados. Outra hipótese que se pode retirar da obra de Elias é que, assim como outros objetos culturais, a violência pode ser exercida de modo mais racionalizado na disputa por recursos socialmente valorizados. Tal racionalização da conduta em contextos desviantes pode ser aplicada também aos fenômenos relativos à criminalidade em geral.

Partindo da teoria do processo civilizador e acrescentando algumas de suas próprias teses a respeito dos movimentos de formalização e informalização nas sociedades ocidentais, Cas Wouters (1999) argumenta que o aumento da criminalidade nesses países, desde os anos 1950, está relacionado a mudanças no padrão de autocontrole e à diminuição da pressão dos controles sociais externos. Wouters aponta que essas sociedades passaram por um processo de declínio da influência das ideologias políticas no comportamento individual, além da intensificação do pragmatismo e do processo de individualização. Essa nova consciência se caracteriza por uma flexibilidade moral e maior permeabilidade entre consciência e impulsos. Trata-se da transição entre a consciência de segunda natureza, descrita por Elias (1994), a qual é dominada pelo superego e estabelece o autocontrole típico da internalização das coerções sociais, para um tipo de consciência que Wouters (1999, p. 430-431) denomina “terceira natureza”. Esta é, caracteristicamente, dominada pelo eu, o que quer dizer que ela se torna mais reflexiva e permeável aos impulsos, emoções e desejos antes mais ou menos automaticamente reprimidos. Sendo assim, os indivíduos experimentam uma nova modalidade de integração psíquica, na qual as emoções e os códigos de conduta disponíveis se tornam objeto de reflexão e racionalização, possibilitando uma consciência mais ampla dos diversos cursos de ação disponíveis, dentre eles a atividade criminosa.

Ainda segundo Wouters (1999), os criminosos seriam aqueles indivíduos cuja integração psíquica se revelou problemática, ou seja, eles não apresentam um autocontrole forte o suficiente para gerir a consciência de terceira natureza. As razões para esse desenvolvimento específico do autocontrole estão na transição brusca entre modelos de conduta formais e informais, mas também na integração social precária de alguns segmentos da sociedade, como é o caso de imigrantes, jovens e desempregados, os quais, para além das dificuldades inerentes à marginalização e estigmatização, encontram-se descompassados com o “capital de personalidade” regularmente exigido nas sociedades ocidentais modernas (WOUTERS, 1999, p. 430).



## Distâncias e aproximações

Com a complexa diferenciação de funções na sociedade moderna e o monopólio estatal dos meios de coerção, os indivíduos tendem a desenvolver uma estrutura interna de controle, relativamente estável, altamente regulada e diferenciada (ELIAS, 1993, p.195-197). É esse contexto que possibilita a emergência do padrão de conduta que Gottfredson e Hirschi irão associar ao autocontrole. De fato, assim como na Psicologia, impulsividade e inabilidade em postergar gratificações são componentes importantes da noção de baixo autocontrole utilizada na teoria geral do crime (BUKER, 2011).

Entretanto, embora a sociologia eliasiana partilhe com Gottfredson e Hirschi o uso do conceito de autocontrole na compreensão da conduta desviante nas sociedades contemporâneas, entendemos que a teoria geral do crime adota uma perspectiva sincrônica e excessivamente individualizada, deixando de lado os arranjos institucionais e os códigos de conduta disponíveis numa sociedade, dinâmicos e historicamente constituídos. Tais elementos respondem em grande medida pelas condições de possibilidade de emergência do comportamento criminoso e da violência nas sociedades modernas. Além disso, como demonstraram Spierenburg e Wouters, os processos de racionalização e flexibilização moral característicos da contemporaneidade permitem uma balança específica entre controles internos e externos que pode estar relacionada a diversas modalidades de fraude, desvios de conduta e crimes, sejam eles violentos ou não. Sendo assim, reduzir a criminalidade ao baixo autocontrole implica numa análise parcial que, embora estatisticamente relevante, não explica o engajamento em diferentes tipos de crime.

Considerando-se também o fenômeno, descrito por Elias em *O Processo Civilizador*, da mudança no equilíbrio entre controles externos e internos, com a predominância desses últimos, devemos lembrar que o autocontrole não diz respeito apenas à contenção dos impulsos diante dos desejos imediatos, mas, numa perspectiva mais abrangente, trata-se da internalização de normas sociais as quais definem o padrão de conduta civilizacional como desejável e mais adequado às demandas da vida social nessas figurações. Nesse sentido, a caracterização de Gottfredson e Hirschi se mostra limitada pois se atém aos aspectos do baixo autocontrole que se revelam nas condutas cujo foco está nos ganhos imediatos e na relativa ausência de planejamento futuro das ações. É por esta razão que tal teoria tem dificuldade em abarcar os elementos valorativos socialmente partilhados que fomentam a ação criminosa.

O trabalho de Gottfredson e Hirschi apresenta, por outro lado, uma interessante operacionalização do conceito de autocontrole, no sentido em que provê maneiras de medir grau de autocontrole, algo que não havia sido metodologicamente formulado por Elias. Entretanto, a noção de autocontrole presente na teoria geral do crime aponta para uma explicação negativa do comportamento criminoso: ele derivaria da socialização insuficiente e significa a precariedade de controle e, portanto, uma estrutura psicológica subdesenvolvida. Acreditamos que tal imagem impede que se perceba a especificidade do equilíbrio entre controle externos e internos envolvidos no comportamento criminoso, assim como as disposições incorporadas no *habitus* e



que são socialmente reproduzidas.

Ilustrando tal crítica, é válido mencionar alguns trabalhos de sociólogos brasileiros que, embora não necessariamente vinculados à sociologia figuracional, partilham de seus pressupostos e demonstram a complexidade do tema da criminalidade nas sociedades contemporâneas, em especial a criminalidade violenta nas grandes cidades brasileiras. Alba Zaluar (1999a; 1999b) apontou a precariedade do monopólio estatal, as redes de narcotráfico e o *ethos* guerreiro relacionado à resolução violenta dos conflitos no contexto das favelas cariocas. Sérgio Adorno (2002) afirma que a imagem do Brasil como uma sociedade pacífica contrasta fortemente com sua longa história de violência, tanto interpessoal quanto nas relações entre os diferentes grupos sociais. Segundo Adorno, este histórico e os atuais índices de violência são aspectos de uma sociedade altamente desigual, na qual alguns grupos detêm o status de “verdadeiros cidadãos” enquanto muitos outros tem acesso precário aos meios de justiça e reconhecimento social. Tal como Adorno, Jessé Souza (2003, 2006) aponta as especificidades da história social brasileira e a (precária) integração dos escravos na mão de obra nacional. Combinando as teorias de Charles Taylor e Pierre Bourdieu, Souza descreve o processo singular de integração do *self* e de formação do *habitus* que está na base das diferenças entre classes no Brasil e a partir da qual a desigualdade assume uma forma invisível e naturalizada que está na base da violência e abuso de autoridade a que determinados grupos sociais estão submetidos.

Luís Antônio Machado da Silva (1999, 2004) desenvolve uma perspectiva teórica na qual a violência é percebida como uma forma de sociabilidade que deriva dos modos urbanos de contato social e que, nas últimas décadas, vem se tornando um código dominante de sociabilidade nas grandes cidades brasileiras e, mais acentuadamente, no Rio de Janeiro. Este autor sugere um modelo de análise que considera a violência urbana não somente um fenômeno *sui generis*,<sup>9</sup> mas também um caso particular (e limite) do modo de convívio nas grandes cidades. O que distinguiria a violência urbana brasileira seria sua transformação “de meio socialmente regulado e minimizado de obtenção de interesses, no centro de um padrão de sociabilidade em formação” (SILVA, 1999, p. 117). Tal caracterização, que o próprio autor reconhece não constituir uma descrição empírica, mas algo próximo de um modelo típico-ideal (SILVA, 2004, p. 55), sugere uma imagem da violência urbana que pode ser utilizada como hipótese de articulação entre diferentes teorias, até então desconectadas. Por exemplo, ao propor uma caracterização dos agentes da violência urbana como “uma espécie de caso-limite do desenvolvimento do individualismo, em que o abandono de referências coletivas moderadoras da busca dos interesses individuais acaba por eliminar também o autocontrole (mas não o raciocínio instrumental [...])” (SILVA, 2004, p. 74).

9 Silva (1999, p. 57-58) argumenta pela especificidade da violência urbana ao propor que “[...] a representação da violência urbana seleciona e indica um complexo de práticas que são consideradas ameaças a duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que costuma acompanhar a vida cotidiana rotineira – integridade física e garantia patrimonial. [...] violência urbana não é simples sinônimo de crime comum nem de violência em geral”.



## Conclusão

Tendo em vista os pressupostos da sociologia figuracional, bem como as diversas perspectivas apresentadas, percebe-se que não se trata aqui da refutação da teoria geral do crime, mas a demonstração de sua parcialidade, apontando para a necessidade de uma perspectiva mais histórica, complexa e abrangente. A sociologia figuracional tem como fundamento a não separação entre a estrutura social e a estrutura psíquica dos indivíduos, de modo que ela está atenta ao sentido das práticas e sua correspondência à dinâmica geral de desenvolvimento das diferentes figurações humanas. Embora a pacificação dos Estados-nação se sustente em estruturas sociais e psíquicas que fomentam modos de comportamento que lhe são particulares, tais estruturas se desenvolvem em ritmos diferentes em cada sociedade e tornam-se assim responsáveis por diferenças culturais que têm consequências específicas e que não podem ser desprezadas. Desse modo, se o modelo do processo civilizador articula a emergência do Estado e o desenvolvimento das estruturas de autocontrole ao processo geral de pacificação da vida, uma análise dos fenômenos relativos à criminalidade numa dada sociedade deve levar em conta a história do desenvolvimento dessas estruturas, percebendo aquilo que elas têm de singular, de modo a possibilitar uma compreensão mais precisa desses fenômenos.

Se, por um lado, análises empíricas já demonstraram de maneira consistente a relação entre autocontrole e criminalidade (PRATT; CULLEN, 2000; BUKER, 2011), estudos mais recentes se voltaram para a questão da formação do autocontrole. Nesse sentido, tornou-se possível uma abordagem interdisciplinar, através de estudos nas áreas de Psicologia, Educação e Criminologia que analisam os fatores determinantes da consolidação dos níveis de autocontrole dos indivíduos (BUKER, 2011). Assim, pesquisas de outras áreas começam a suprir algumas lacunas percebidas na aplicação da teoria de Gottfredson e Hirschi. Por exemplo, o fato de que o controle parental não é o único determinante do autocontrole (MELDRUM, 2008), bem como a possibilidade de alteração e consolidação dos níveis de autocontrole na adolescência ou mesmo mais tarde (BUKER, 2011). Ademais, embora o baixo autocontrole seja uma variável preditiva de várias condutas desviantes, foi demonstrado que outros fatores como associação diferencial, valores desviantes, privação, etc., também afetam a propensão ao uso de drogas e o comportamento criminoso (BARON, 2008).

Todas essas considerações apontam para a convergência da perspectiva figuracional com as análises que demonstraram a multiplicidade de fatores associados à criminalidade. Além disso, a relativa estabilidade do efeito do baixo autocontrole no comportamento desviante, somada com o fato de que sua etiologia é mais complexa do que previam Gottfredson e Hirschi (MELDRUM, 2008; BUKER, 2011), demonstra que fatores estruturais e culturais são relevantes para a compreensão das diferentes condutas desviantes, para além do diagnóstico individual. Nesse sentido, embora o baixo autocontrole seja um elemento determinante do comportamento criminoso, é necessário investigar as estruturas sociais que estão por trás da economia psíquica dos indivíduos. Ou seja, resta compreender, em contextos específicos, como os fenômenos sociais e a cultura operam na consolidação do autocontrole de maneira diferenciada entre os grupos. Desse modo, seria possível construir um



quadro geral dos diferentes níveis causais do crime, avançando na compreensão de suas determinações e contribuindo para a descoberta de diferentes instâncias de intervenção.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 84-135, 2002.

BARON, S. W. Self-Control, social consequences, and criminal behavior: street youth and the general theory of crime. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, 40, p. 403-425, 2003. DOI: 10.1177/0022427803256071

BUKER, H. Formation of self-control: Gottfredson and Hirschi's general theory of crime and beyond. **Aggression and Violent Behavior**, v.16, n. 3, p.265–276, 2011. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.03.005>

COURY, G. Norbert Elias e a construção dos grupos sociais: da economia psíquica à arte de reagrupar-se. *In*: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (org.). **Norbert Elias: a Política e a História**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

DUNNING, E. On problems of the emotions in sport and leisure: critical and counter-critical comments on the figurational and conventional sociologies of sport. **Leisure Studies**, v. 15, n. 3, p. 185-208, 1996.

DUNNING, E. **'Figuring' modern sport**: autobiographical and historical reflections on sport, violence and civilization (Inaugural Lectures). Chester Centre for Research into Sport and Society. University of Chester: Chester Academic Press, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1080/026143696375602>

ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 2v. v.2.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 2v. v.1.

ELIAS, N. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, N. **Escritos & ensaios**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GARRIGOU, A. O “grande jogo” da sociedade. *In*: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (orgs.). **Norbert Elias: a Política e a História**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

GEIS, G. On the absence of self-control as the basis for a general theory of crime: A critique. **Theoretical Criminology**. SAGE Publications London, Thousand Oaks and





New Delhi, v. 4, n. 1, p. 35–53, 2000.

GOTTFREDSON, M. R.; HIRSCHI, T. **A general theory of crime**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1990.

GOTTFREDSON, M. R.; HIRSCHI, T. The criminal career perspective as an explanation of crime and a guide to crime control policy: the view from general theories of crime. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 53, n. 3, p. 406-419, 2016. DOI: 10.1177/0022427815624041

HANNA, E. S.; TODOROV, J. C. Modelos de autocontrole na análise experimental do comportamento: utilidade e crítica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 18, n. 3, set/dez, p. 337-343, 2002.

HIRSCHI, T.; GOTTFREDSON, M. The significance of white-collar crime for a General Theory of Crime. **Criminology**, v. 27, p. 359-371, 1989. DOI: 10.1111/j.1745-9125.1989.tb01037.x

LANDINI, T. S. **Horror, honra e direitos**: violência sexual contra crianças e adolescentes no século XX. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. doi:10.11606/T.8.2005.tde-11012006-194947.

MARKOWITZ, F. E. Socioeconomic disadvantage and violence: recent research on culture and neighborhood control as explanatory mechanisms. **Aggression and Violent Behavior**, v. 8, n. 2, p. 145-154, 2003. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(01\)00059-3](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(01)00059-3)

MENNEL, S. O reverso da moeda: os processos de descivilização. In: GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard (org.). **Norbert Elias: a Política e a História**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

MELDRUM, R. C. Beyond parenting: An examination of the etiology of self-control. **Journal of Criminal Justice**, v. 36, p. 244–251, 2008. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2008.04.005>

PRATT, T. C.; CULLEN, F. T. The empirical status of Gottfredson and Hirschi's general theory of crime: a meta-analysis. **Criminology**, v. 38, p. 931-964, 2000. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2000.tb00911.x>

RIFIOTIS, T. Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes do campo das violências e dos conflitos sociais. **Programa e Resumos, XIX Encontro Anual da Anpocs**. São Paulo: Anpocs, 2005.

SILVA, L. A. M. da. Criminalidade violenta: por uma nova perspectiva de análise. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 13, p. 115-124, 1999.

SILVA, L. A. M. da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.

SOUZA, J. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

SOUZA, J. A gramática social da desigualdade brasileira. In: SOUZA, Jessé (org.). **A**



**invisibilidade da desigualdade brasileira.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SPIERENBURG, P. Faces of violence: homicide trends and cultural meanings: Amsterdam, 1431-1816. **Journal of Social History**, v. 27, n. 4, p.701-716, 1994.

TITTLE, C. R. Theoretical developments in criminology. *In*: LAFREE, G.; SHORT, J.F.; BURSİK, R.J.; TAYLOR, R.B. (ed.). Volume 1: The nature of crime: Continuity and change Washington, DC: US Department of Justice, Office of Justice Programs, 2000. Volume 1, p. 51–101.

WOUTERS, C. Changing patterns of social controls and self-controls: on the rise of crime since the 1950s and the sociogenesis of a 'third nature'. **British Journal of Criminology**, Oxford, UK, v. 39, n. 3, Summer, p. 416-432, 1999. <https://doi.org/10.1093/bjc/39.3.416>

ZALUAR, A. Violência e crime. *In*: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira: Antropologia.** São Paulo: Ed. Sumaré, 1999a. (Vol. 1).

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3, p. 3-17, 1999b.





### 3 O AGENCIAMENTO NEOLIBERAL DO CONCEITO DE CRISE E SEUS EFEITOS NA CRIMINALIZAÇÃO DA JUVENTUDE

Roberto Calazans  
Christiane Odete de Matozinho Cardoso

#### Introdução

O presente artigo tem como ponto de partida a pesquisa atual de um dos autores, a fim de entendermos as consequências do processo de medicalização e criminalização para o campo da Criminalidade e Juventudes no plural. Trata-se de tentar demonstrar como os processos de medicalização e criminalização da existência são dispositivos do discurso do capitalista, que instrumentalizam o conceito de “crise” para recapturar aqueles que, a princípio, seriam considerados pelo sistema neoliberal como improdutivos, transformando-os não em sujeitos, mas em produtos a serem consumidos, como diz Lacan (1972) em sua Conferência de Milão.

#### A astúcia do discurso do capitalista

A capitalização de subjetividades por um discurso econômico, que hoje rege as relações e laços sociais e políticos contemporâneos, pode ser abordada através da leitura lacaniana dos discursos. Lacan (1972), nos apresentou o discurso do capitalista que seria, ao nosso ver, paradoxal pois, ao contrário dos outros quatro discursos, não promove laço social com uma duração e não permite uma barra entre o sujeito e o objeto. Nesse sentido, para Lacan (1972), o discurso capitalista estaria em crise e destinado a explodir. Sua crise, no entanto, não aponta para seu fim, mas para a sua renovação através de vários modos de seu funcionamento, sem a promoção de laço social. Por isso, se por um lado Lacan (1972) diz que o discurso do capitalista “anda rápido demais e se consome tão bem que se consuma” - daí sua crise - ele diz também que esse discurso não é medíocre e sim loucamente astucioso.

A crise do sistema capitalista, tal como aponta Lacan (1972), mais que inerente, é necessária ao seu funcionamento, já que agencia novas formas de mercado, que retorna sobre o sistema, fortalecendo-o. Assim, como nos diz David Harvey (2016, p. 9), “crises são importantes para a reprodução do capitalismo”. Nesta perspectiva, o novo mercado aqui seria o próprio sujeito como produto a ser consumido. Desta forma, a própria ideia de “crise” se afirma como um conceito importante, articulador não apenas das dinâmicas socioeconômicas contemporâneas, mas também das próprias subjetividades, em que a juventude não escapa a essa lógica, como veremos mais à frente.

Essa questão ganha contorno mais pungente se considerarmos o discurso do capitalista em sua versão neoliberal, pois agrega aí dois valores - o ilimitado e o



instantâneo do tempo. Como nos diz Jorge Alemán (2016, p. 15):

Qualquer que seja a possível caracterização do Capitalismo, em sua mutação neoliberal, há um fato que se impõe: o caráter ilimitado do mesmo. O capitalismo se comporta como uma força acéfala, que se expande ilimitadamente até os confins da vida. Esta é precisamente a novidade do Neoliberalismo: a capacidade de produzir subjetividades que se configuram segundo um paradigma empresarial, competitivo e gerencial da própria existência.

Esse é um aspecto importante do capitalismo neoliberal: transformar a própria vida em uma empresa, o próprio corpo no único capital a ser investido e tendo por consequência a produção de uma subjetividade que está sempre em constante desempenho performático e, por isso mesmo, constantemente em avaliação, uma vez que a lógica da competição neoliberal não está apenas em seu campo de trabalho, mas em todas as dimensões da vida, em que as decisões sobre qualquer dimensão subjetiva seja avaliada em termos de retorno de investimento.

Byung-Chul Han (2017) aponta que na lógica neoliberal, o indexador que organiza a sociedade é o desempenho. O desempenho, em termos macropolíticos, converte o caráter social e político em uma razão econômica, solapando do cenário político-econômico os elementos básicos necessários a democracia. Trata-se do que Han (2017) vai classificar como a “sociedade do desempenho”. Nessa sociedade do desempenho, o sujeito não está submetido necessariamente a uma sociedade disciplinar, uma vez que o controle do Outro não é mais externo. Há uma internalização do ideal civilizatório da sociedade neoliberal, onde o próprio sujeito se esforça sem limites para corresponder a esse ideal, submetendo-se a um rígido mandato superegóico. Há um desenlace da relação senhor e escravo, onde o sujeito internaliza essa duplicidade, sendo ele mesmo o seu algoz e sua vítima. Em lugar da coerção exterior surge a auto coerção, em que o sujeito, que se imagina livre, impõe a ele mesmo a meta ilimitada de responder ao Ideal de uma sociedade neoliberal. É a liberdade que dá a ilusão ao sujeito contemporâneo de que a autoexploração é muito mais eficiente.

O sujeito de desempenho explora a si mesmo até chegar a consumir-se totalmente (*burnout*), e assim há o surgimento da autoagressividade, que vai se intensificando e, não raro, leva ao suicídio. O projeto revela ser, na verdade, um projétil que o sujeito de desempenho direciona contra si. (HAN, 2017, p. 12).

Essa coerção interna, fruto do que Han (2015) nos chama de psicopoder, se manifesta sem a necessidade do exercício de um poder externo, coercivo, violento, agindo sobre os sujeitos de forma silenciosa e sutil. Essa versão neoliberal do capitalismo tem consequências estruturantes, na medida em que impactam todo o sujeito. A “sociedade do desempenho” afeta especialmente a adolescência





e juventude, dando a elas contornos dramáticos. Podemos dizer abertamente, concordando com Miller (2006), que é sobre a adolescência contemporânea que se encarnam os efeitos mais nefastos do projeto neoliberal. E quais seriam esses efeitos?

## O neoliberalismo e seus efeitos sob a juventude

Podemos pensar em três categorias de efeitos do projeto neoliberal sobre a juventude: a estetização da juventude transformada em um gadget a ser consumido em qualquer idade, a medicalização da adolescência e a criminalização, sendo esse último ponto, alvo especial de nosso interesse nesse texto.

A estetização da adolescência aponta para necessidade da juventude permanente. Para produzir, se destacar e responder aos ideais estéticos, sociais e econômicos, é preciso ser jovem. A urgência da performance exige o corpo jovem. Como nos aponta Han (2017) a sociedade disciplinar de Foucault, antes composta por presídios, hospitais, casas de recuperação, hospícios e fábricas, cede a uma sociedade do desempenho e da transparência, onde os shoppings centers, academias de fitness, centros de ioga e clínicas estéticas, arrebanham os sujeitos. Assim, a sociedade do século XXI não é uma sociedade disciplinar, mas sim uma sociedade de desempenho.

O valor expositivo depende sobretudo da bela aparência. Assim, a coação por exposição gera uma coação por beleza e por fitness; a 'operação beleza' tem como objetivo maximizar o valor expositivo. Nesse sentido, os paradigmas atuais não transmitem qualquer valor interior, mas medidas exteriores, às quais se procura corresponder, mesmo que às vezes seja necessário lançar mão de recursos violentos. O imperativo expositivo leva a uma absolutização do visível e do exterior. O invisível não existe, pois não possui valor expositivo algum, não chama a atenção. (HAN, 2017, p. 23).

O impacto desse valor para o adolescente é que o futuro não é mais como antigamente: em vez de um futuro previsível, "uma quantidade de projetos a curto prazo. O tempo vivido se torna sequencial. O mundo se torna fluído, tomado por urgências generalizadas" (LE BRETON, 2017, p.83).

É nesse sentido que podemos falar, de certo modo, de adolescências eternas, em que o sujeito fica como entre dois mundos - não mais uma criança, mas também não um adulto responsável. É o que podemos depreender das análises de David Le Breton (2017) sobre a adolescências prolongadas, que podem se apoiar sob várias facetas, ora pelo desemprego, fazendo com que os sujeitos permaneçam indefinidamente na casas dos pais – como o caso dos pais americanos que entraram na justiça para colocar o filho adulto para fora de casa e este ainda reclama que não pode levar seus "legos"; ora pela recusa de qualquer convocação às suas idades - como por exemplo a juventude esteticizada pela mídia, como vemos nos programas como "Jackass" ou



canal de “*tv Off*”, ora pela vontade de adiar o tempo das responsabilidades e recusar ao hedonismo do instante. A radicalização dessa posição culmina na assunção de um mundo de adolescentes, em que a idade se torna intolerável, demandando do adulto um comportamento performático, bem como na “juvenilização do laço social” que marca a dificuldade dos pais - quando eles existem - em ocuparem um lugar diferencial em relação aos filhos. É como se fossemos de uma vertente demarcada de conflito de gerações em que os pais estavam na posição de autoridade, à uma vertente em que os adolescentes, sem marcas simbólicas, demarcam o lugar dos pais em um laço social que tem a característica de ser ilimitado como o capitalismo. A adolescência, então, se torna um gadget a ser consumido por todos. Essa construção da adolescência enquanto um *gadget a ser consumido* envolve um processo de obturação subjetiva, que desqualifica o sintoma em seu aspecto singular, planificando o sujeito a uma identidade capitalizável, objetalizável.

No que toca ao processo de medicalização, podemos pensar que há uma relação estreita entre esse processo e uma permanente demanda de desempenho ditada contemporaneamente. A própria ideia de adolescência como uma moratória é substituída pela ideia de uma preparação para a vida adulta, em que é preciso se ocupar de projetos que possam reverter futuramente em uma monetarização social. Um exemplo disso é a preocupação dos pais de filhos de classe média ou classe alta em prover, dentre as diversas escolas particulares que se oferecem, aquela que promete a inclusão universitária capaz de garantir um retorno financeiro maior. Toda a escolha é feita em termos de financeirização da vida, que leva muitos adolescentes de classe média a uma prática desmedida de estudos e de ocupação com diversidade de cursos para adquirir outras habilidades que o tornem mais competitivos, numa qualificação infinita e interminável, o que gera por outro lado uma tremenda angústia. A questão é que, a partir disso, temos um discurso que faz laços cada vez mais precários, onde o sujeito é instado permanentemente a se lançar em direção a esses investimentos constantemente, tomando a si mesmos como objetos, alvo de um marketing pessoal.

Assim, diante da exigência de constante performance e análise em um laço que se caracteriza como ilimitado, podemos ter como consequência uma subjetividade sem temporalidade: se é preciso produzir a todo momento, não há espaço para rupturas, descansos, ritmos, produzindo a antítese do que a psicanálise chama de sujeito do inconsciente. Como diz Jonathan Crary (2014, p. 19) nos aponta que o sujeito neoliberal não tem tempo para a memória, uma vez que trabalha 24 horas por dia, 7 dias por semana, gerando a expressão 24/7:

A expressão 24/7 é uma redundância estática que desautoriza qualquer imbricação com as tessituras rítmicas e periódicas da vida humana. Evoca um esquema arbitrário e inflexível de uma semana de duração, esvaziado de quaisquer desdobramentos de experiências, cumulativas ou não. Como já mencionei, muitas instituições no mundo desenvolvido funcionam há décadas em regime 24/7. Mas só recentemente a elaboração, a configuração da identidade pessoal e social foi reorganizada para ficar conforme à operação ininterrupta de mercados, à redes de informações e outros sistemas. Um mundo



sem sombras, iluminado 24/7, é a miragem capitalista final da pós-história - do exorcismo da alteridade, que é o motor de toda mudança histórica.

É nesse sentido que podemos, por um lado, considerar que algumas patologias ou atuações contemporâneas tenham um determinado envoltório formal – psicoses ordinárias, autismos, TDAH, depressões; mas por outro lado, devido ao ilimitado do discurso do capitalista, entender a medicalização como um dispositivo que visa tornar estes sujeitos novamente produtivos e ao mesmo tempo consumidores de uma série de procedimentos que vão desde uso excessivo de medicamentos, passando por condicionamentos e por terapias eletroconvulsivas. Nesse sentido, os próprios diagnósticos passam a ser consumidos pela população por meio da mídia e até mesmo pelos sistemas de tratamento. Assim, várias das apostas que temos hoje, principalmente em relação à infância, são tentativas de diagnósticos cada vez mais precoces, com dados epidemiológicos alarmantes: temos uma epidemia de autismo; uma epidemia de TDAH, etc... Desta feita, como uma crise no equilíbrio de um sistema, se forja a noção de epidemia, cujo prognóstico justifica o aumento dos procedimentos. Com a criação de nomeações e protocolos se estabelece um modo generalizado de tratar o sintoma, fazendo com que o sujeito seja um usuário constante das inovações medicalizantes. A categorização do que foge à norma, cria nichos protocolares e medicalizantes, capazes de, além de contornar o que se apresenta como crise, capitalizar a partir do sintoma.

Por fim, como terceiro efeito, para além da medicalização da existência, há ainda uma outra possibilidade de transformação da juventude em gadget, a saber: a criminalização de existências, em especial a da juventude pobre, negra, moradora de periferia. O funcionamento da lógica neoliberal, pressupõe de saída a existência de um excedente. A despeito de todos esforços, muitos sujeitos não se encaixam na lógica neoliberal e constituem em si uma massa que movimenta o sistema e que sobre ela se estendem efeitos de segregação. São estes adolescentes, pobres e periféricos, que sem melhores perspectivas sociais e econômicas acabam em sua maioria, compondo o que Zizek (2012) chama de a massa permanente de inempregáveis. Estes sujeitos, os ditos inempregáveis, são uma classe bem recortada no projeto neoliberal: os negros, pobres, desempregados e moradores de periferia. E é sobre essa população – que é considerada inútil ou perigosa ao mercado - que deve se desdobrar o poder intervencionista do Estado. Se a economia neoliberal exige que o Estado se retraia e seja mínimo nas intervenções de impacto econômico, ao mesmo tempo exigirá que este mesmo Estado expanda seu poder penal, já que cabe a ele, em sua função mínima, valer-se de seus esforços para viabilizar o mercado. Nesse sentido há uma ligação instrumentalizada nesse projeto, entre pobreza e criminalidade, na medida em que é preciso neutralizar aqueles que são considerados inúteis ou perigosos para o sistema e controlá-los ou reciclá-los através de políticas de lucros. Dessa forma, a “segurança” não só assegura o bom funcionamento do sistema, mas também transforma a ameaça em objeto mercantilizável.

Han (2017) nos aponta que a configuração da legislação penal e a sua aplicação, não mais tem como orientador a ética, mas sim o individualismo e imediatismo,



marcas contemporâneas dessa sociedade do desempenho. Nesse sentido, a “política do medo e da insegurança”, instrumentalizada para responder a interesses econômicos e privados, justifica o recrudescimento de um populismo penal que, através do encarceramento em massa, visa satisfazer demandas de segurança da opinião pública. Há toda uma gestão do medo que se converte em efeitos totalitários e econômicos.

Para que essa “política do medo e da insegurança” funcione é necessário que se organize a construção do inimigo, através de um processo político, social e econômico complexo que envolve a anulação do sujeito sob uma nomeação generalista capaz de converter o sujeito descartável, improdutivo e inútil em lucro. Há toda uma lógica de desvalor necessária à objetualização desse sujeito pelo sistema. O sistema penal torna-se assim a gestão, por excelência, dessa massa de indesejáveis, através das nomeações de bandido, infrator, criminoso, traficante. O Brasil destaca-se nesse cenário, sendo o terceiro país com a maior população carcerária do planeta, dividindo a gestão dos indesejáveis entre o monopólio da violência instrumentalizada pelo Estado e a criação e atuação de grupos paramilitares, as chamadas milícias e esquadrões da morte. Nesse sentido a própria construção da categoria do criminoso, submetida à política das coisas (MILNER, 2005) torna-se um produto do discurso capitalista com valor de mercado, sendo então capitalizável. Trata-se da redução dos seres falantes, à condição de mercadoria.

Esses modos de contenção dos indesejáveis, pela via da violência e segurança pública, atingem em cheio os adolescentes. Em especial os adolescentes, negros, pobres e moradores de periferia. O projeto de Redução da Maioridade Penal, encampado e batalhado há alguns anos no Congresso, serve como base para a execução de um outro projeto que também tramita: o da privatização das Unidades Socioeducativas. Esse projeto, que tramitou na Câmara dos Deputados, é de autoria do então deputado federal Rogério Rosso (PSD/DF) que, basicamente, propõe a criação de “Centros de Ressocialização Juvenil” por meio de Parceria Público-Privada (PPP), para jovens de 16 e 17 anos que cometeram crimes graves. A proposta, que foi aprovada na Câmara dos Deputados e aguarda tramitação pelo Senado, prevê que aqueles jovens de 16 e 17 anos que cometeram crimes graves cumpram pena em estabelecimento exclusivos, separados dos adolescentes em medidas socioeducativas e dos adultos com mais de 18 anos.

O interessante aqui é que nenhum ente privado investe em negócios, senão para dar lucro. As parcerias público-privadas já são uma realidade no sistema prisional brasileiro desde 2013, quando foi inaugurada a primeira unidade em Ribeirão das Neves, Minas Gerais. Curiosamente, o slogan do grupo gestor dessa penitenciária é “menor custo e maior eficiência”, prevendo inclusive em seus documentos o “retorno ao investidor”. O contrato da PPP de Neves contém uma cláusula que estabelece como uma das “obrigações do poder público” a garantia “de demanda mínima de 90% da capacidade do complexo penal, durante o contrato”. Ou seja, durante os 27 anos do contrato pelo menos 90% das 3.336 vagas devem estar sempre ocupadas. Na prática, esses presídios privatizados exigem do Estado uma série de restrições para encaminhamento. Por contrato eles só recebem presos com bom comportamento, com compromisso de trabalharem e estudarem, instrumentalizando assim uma



lógica de desempenho, onde o sujeito recluso pode trabalhar para ter a remissão de sua pena. Caso o preso não se adeque ao modelo, poderá ser devolvido para o sistema prisional público comum, na medida em que, dentro da lógica do lucro, eles atrapalham o projeto.

Ao que parece, a redução da maioria penal, não só responde ao clamor da opinião pública, que reclama pela sensação de segurança, bem como cria um novo nicho de mercado para empresas que esperam lucrar com a privatização do sistema penitenciário. Assim, de acordo com Casara (2017), o Estado Pós-Democrático, do ponto de vista político, apresenta-se como um mero instrumento de manutenção da ordem, controle das populações indesejadas e manutenção ou ampliação das condições de acumulação do capital e geração de lucros. Ou seja, o Estado que faz esse tipo de acordo é o mesmo Estado que controla a polícia e a criminalização seletiva, instrumentalizando muitas vezes os autos de resistência, como forma de enquadrar criminalmente adolescentes que supostamente distam dos ideais civilizatórios de uma época. O Estado, nessa parceria com o Privado, para responder a esse contrato de lotação carcerária, pode instrumentalizar a polícia e a lei, sustentando o crescimento da população carcerária, já que é necessário dar lucro.

Desse modo, o neoliberalismo, em sua lógica, cria condições de entrada de adolescentes como objetos ou produtos no formato de transtornos mentais ou delinquentes: as ditas epidemias de diagnóstico e a privatização das Unidades Socioeducativas logicamente compatíveis com o capitalismo no formato neoliberal. Assim, aqueles que eram apenas considerados improdutivos passam à categoria de produtos a serem comercializados ou alvos da indústria de diagnóstico, de medicamentos e também de processos de ressocialização privados. Aqui, “o propósito imediato do capital é aumentar a produtividade, a eficiência e as taxas de lucro, bem como criar novas linhas de produtos, se possível ainda mais lucrativas” (HARVEY, 2016, p.94).

Alemán (2017, p. 18) aponta que o problema é que esquecemos muitas vezes de que a realidade está estruturada por discurso: “os afetos, os corpos, as pulsões estão atravessados pelo discurso, marcados por seus significantes, determinados por uma retórica e uma gramática”. Esse esquecimento é da mesma ordem da passagem de Mark Twain (Um ianque na corte do rei Arthur) que encontramos na introdução do livro do Zizek (2009, p. 23) intitulado *Violências*:

Havia dois ‘Reinos do Terror’, se quisermos lembrar e levar em conta: um forjado na paixão quente; o outro no insensível sangue frio... Nossos arrepios são todos em função dos ‘horrores’ do Terror Menor, o Terror momentâneo, por assim dizer, ao passo que podemos nos perguntar o que é o horror da morte rápida por um machado em comparação à morte contínua, que nos acompanha por toda uma vida de fome, frio, ofensas, crueldades e corações partidos? Um cemitério poderia conter os caixões preenchidos pelo breve Terror diante do qual todos fomos tão diligentemente ensinados a temer e lamentar, mas a França inteira dificilmente poderia conter os caixões preenchidos pelo Terror real e mais antigo, aquele indizivelmente





terrível e amargo, que nenhum de nós foi ensinado a reconhecer em sua vastidão e lamentar na forma que merece.

Esta passagem exemplifica bem como o discurso pode não somente construir determinados laços sociais, mas pode também situar em alguns sujeitos a responsabilidade por seu fracasso.

### **A crise do sistema e a crise do sujeito**

Voltemos ao que apresentamos mais acima, mencionando David Harvey (2016), ao falarmos de crise do capitalismo: a crise do capitalismo é sistêmica por ela produzir novos mercados. Ora, o que vemos muitas vezes no caso dos adolescentes infratores é justamente isso: a individualização de uma crise que é sistêmica em que apenas uns devem ser responsáveis por ela, mas não a análise da criação/sustentação dessa mesma crise. É como se os sintomas e atuações dos adolescentes fossem respostas à essa crise – ou até mesmo desnudamento – mas quem responde por esse desnudamento é apenas o adolescente, sob a nomeação de bandido, anorético, drogado, etc... A “crise da adolescência” tão debatida, seria muito mais uma resposta do sujeito a uma crise sistêmica. A crise da adolescência, tipificada pelo discurso vigente é ela mesma normatizada como objeto de intervenção capitalista, através de políticas de medicalização ou de segurança pública.

O que se percebe é que diante das crises, o sistema neoliberal só se fortalece, na medida em que se reinventa, estendendo continuamente seus domínios para o campo da política. Tal como Lacan nos apontou, o discurso do capitalista “não tem como andar melhor, mas desse modo isso anda rápido demais, isso se consome, isso se consome tão bem que isso se consuma” (LACAN, 1972, p. 48). E se o capitalismo vive de crise em crise, podemos pensar também como esse conceito passa, criticamente, para o lado do adolescente e como, a partir da psicanálise não podemos nos fiar no conceito de crise dos adolescentes.

Partimos da análise de Stevens (2004) sobre a noção de crise da adolescência. Para esse autor, tomar a noção de crise aplicada à adolescência é, no mínimo, uma maneira de escamotear o problema em termos psicológicos, além de sociologicamente essa noção servir de modos distintos a classes sociais distintas: para as classe melhor favorecidas - basta vermos que adolescentes de classe média quando cometem alguns delitos são chamados de “jovens de classe média” – esse conceito serve para não criminalizar os adolescentes sob a justificativa de que ele não sabia o que estava fazendo- “ele é só um garoto”, “era apenas uma brincadeira” – de modo que eles rapidamente retornam aos seu lares, quando não vão para clínicas psiquiátricas de luxo com a alegação de não terem condições de saber o que estava fazendo. Um dos casos mais ruidosos do que podemos chamar de adolescência tardia, recentemente publicizado pela mídia, foi o Breno Solon Borges, filho de desembargadora que foi internado em uma clínica com o diagnóstico de borderline e, por isso, com a justificativa de que não sabia o que estava fazendo ao ser preso traficando 130 kg de maconha e com munição de alto calibre. Já para as populações mais vulneráveis,



a noção de crise tem uma valência em sentido contrário: para evitar novas crise, o sujeito deve se responsabilizar maciçamente por seu ato, não por conta de que ele saiba o que faz, mas para aprender a sair o mais rapidamente possível dessa crise e entrar em outra lógica.

Opera-se sobre a adolescência pobre, uma segregação à partir do que podemos chamar de “sintomas socializados na adolescência” que se apoia “mais ou menos indiretamente no discurso da ciência, disseminando os efeitos universalizantes deste último, efeitos avessos à subjetivação e ao particular” (BASTOS, 2004, p. 260-261). Ou seja, nesses casos, nada de singular é ouvido, apenas interessa a possibilidade de serem considerados, por meio das nomeações que já destacamos mais acima, indivíduos que devam ser ressocializados - sem nunca se perguntarem muito bem o que é isso, uma vez que podemos nos perguntar se somos socializados de todo.

Barros-Brisset (2003) nos diz que há uma “*indústria da criança e do adolescente*”, onde há a produção em série de programas, que insistem na “*mesma ideologia produtora da segregação*”. Assim, o Discurso do Capitalista desdobra a produção de suas nomeações a vários discursos sociais, jurídicos, médicos, que as instrumentalizam sob os sujeitos, homogeneizando-os sob nomeações sociais, visando uma normatização que gere lucro, respondendo ao projeto neoliberal. Trata-se de processos segregativos que pretendem o lucro e a normatização do gozo dos que encarnam o nome do mal-estar na cultura.

Psicanaliticamente, podemos pensar que o conceito de crise é, no mínimo, estranho porque ele ignora uma dimensão estrutural para o sujeito que também se apresenta de maneira conjugada: a sexualidade infantil e a disposição perverso-polimorfa da sexualidade. Para a psicanálise a sexualidade, independente da idade do sujeito, sempre será infantil e o encontro entre os seres sexuados sempre serão conflituosos. Conflituosos porque a disposição perverso-polimorfa da sexualidade não implica nenhum saber prévio sobre quais seriam as melhores maneiras de tratar um objeto - passivo ou ativo -, muito menos indica que haja um objeto pré-determinado e privilegiado, levando ao sujeito sempre a ter que se haver, por meio de um ato, com algo que não se pode evitar e que não se tem como saber previamente. Em termos bem mais simples: as crianças já têm que se haver com conflitos, dúvidas e queixas bem antes da adolescência. Essa vai ser, devido ao real da puberdade, uma atualização e retificação ou ratificação das escolhas infantis. Sem garantia de nada.

Freud (1909 [1908], 1996), antes de conceituar o complexo de Édipo, denomina toda a dificuldade da criança que se desenrola no adulto para tentar balizar essas dimensões de “*romance familiar*”: frente ao traumático do encontro com o Outro que a sexualidade infantil é marca, busca-se algumas referências sobre como lidar com o desejo, devendo abrir mão de algo para assumir a possibilidade de se responsabilizar por seu ato. Fora da dimensão do desejo, o sujeito encontra-se alienado ao desejo do Outro, sem que nenhuma separação pela via do amor funcione como limite entre o sujeito, tomado enquanto objeto, e o Outro.

Lacan, no Seminário 21, *Les non-dupes errent* (1973-1974), distingue duas formas de nomeação: uma que se refere ao pai, atravessada pela dimensão do amor e outra, consoante com o Discurso do Capitalista, que ele chamará de “*nomear para*”, que refere ao campo da utilidade e para qual a mãe geralmente basta por



si só para designar seu projeto, tomado como destino. Se a nomeação paterna, através do amor, humaniza o desejo e nomeia o filho dizendo: “*tu és meu filho, faz teu caminho*” (DAFUNCHIO, 2008, p.47), na sua substituição, a mãe bastaria para uma nomeação rígida que designa de forma imperativa um projeto para seu filho, que pode passar a vida cumprindo esse mandato materno na posição de objeto. Esse “*nomear para*”, sustenta o sujeito na posição alienada e submetida à demanda do Outro, determinando concretamente o destino do sujeito, instaurando uma “ordem de ferro” com efeitos catastróficos.

Assim, nos perguntamos pela qualidade da nomeação dada a esses adolescentes. Seriam da ordem de uma nomeação rígida? Essas “nomeações do pior” do projeto neoliberal ao sujeito adolescente, sejam elas criminalizantes ou medicalizantes, são nomeações que não se fazem pela via do desejo e sim pela via da utilidade. Trata-se de um nome e um discurso avesso às “coisas do amor”. Ou seja, avesso a todas as trocas de que o amor, mesmo no Romance Familiar, é facultado e cobrado ao sujeito.

Assim, os efeitos catastróficos referidos por Lacan, dizem respeito ao distanciamento das “coisas do amor” e ao deslizamento da função de “*nomear para*”, para o social, já que diante do enfraquecimento da nomeação orientada pelo Nome-do-Pai, “o social assuma uma prevalência de nó”. Essa “prevalência de nó” remete-nos pensar que na puberdade, o social pode surgir como uma forma de amarração rígida, ainda que precária, diante da angústia, através de nomeações que restituam “uma ordem, uma ordem que é de ferro”. A ordem de ferro discursiva, pela via do social, instrumentalizada pela burocracia de seus discursos políticos, sociais e econômicos, uma gestão de papéis, onde aos sujeitos cabe a encarnação de identidades.

Os efeitos são sujeitos petrificados por uma nomeação na condição de objeto pelo Ideal neoliberal, que passam os anos sob a tutela do Estado, a disposição das manipulações do Discurso do Capitalista, tendo como consequência o apagamento do sujeito do inconsciente, chegando ao próprio apagamento do corpo político desse sujeito. Essa perspectiva confirma-se quando confrontamos dados estatísticos que apontam para um deslizamento desses sujeitos a categorias de exclusão, como uma linha progressiva de segregação sem que algo faça limites. De abandonados, para analfabetos, para medicados, para aprisionados, para assassinados. A condição de “*homo sacer*” condensa a nomeação ao pior em estado limite - a morte. Assim, mostra-se importantíssima a definição de Miller (2015) sobre adolescência como “a falência da metáfora da puberdade” que produz como efeito nos jovens de hoje uma “inflação imaginária” e uma “metonímia infernal”.

Diante da postulação da crise e do tratamento dado a esta, seja através da medicalização, seja através da criminalização, o que temos é um nome que não deixa espaço para subjetivação, fazendo uma lei de ferro que cabe ao sujeito cumpri-la, muitas vezes pondo sua vida em risco. Dito isso, constatamos como é assustador sermos o país que: tem a terceira maior população carcerária do mundo, que está discutindo a redução da maioridade penal; em que o fim da escravidão ainda é recente e cujos efeitos ainda se fazem sentir na população marginalizada; cuja educação superior, em termos de organização universitária não tem nem cem anos; que vive de golpes de estado em golpes de estado; que viveu nos últimos dois anos desmonte dos planos nacionais de educação, propostas de redução de investimento em saúde,



retrocesso na saúde mental, aumento de prisões arbitrárias - vide o caso do morador de rua Rafael Braga no Rio de Janeiro e do reitor da UFSC Luiz Carlos Cancelier; execuções sumárias por agentes do poder – caso Amarildo; execuções sumárias de representantes eleitos oriundos de movimentos populares – caso Marielle Franco no Rio de Janeiro, um país que tem altas taxas de homicídios juvenis; que criminaliza sua juventude pobre e negra; um país que, em muitos casos, o adolescente só terá acesso a políticas públicas, se enquadrado em uma política de segurança, um país que pretende ter como política o aumento da população adolescentes que será considerada infratora. Parece que é nossa vocação atacar apenas o Terror Menor, deixando intacto o Terror Maior, criminalizando os adolescentes sem pensar o laço social capitalista em que está envolvido e sem chance de um espaço em que a subjetivação de seus atos e sintomas possam ocorrer.

Diante desse cenário de caos, cabe-nos recorrer a um discurso que possa servir à assunção do sujeito, a despeito do discurso do capitalista, sua gerência de crises, seus valores do ilimitado e da temporalidade instantânea. Se o discurso do capitalista, em sua vertente neoliberal, ao agenciar a noção de crise, faz deslizar sob os sujeitos, em especial os adolescentes, um tipo de violência simbólica que fixa o sujeito em uma posição alienada, devemos sustentar um discurso que ofereça condições de subjetivação para que um outro tipo de laço possa ser construído, para além da segregação agenciada. Cabe à psicanálise e seu discurso sustentar-se como possibilidade de acesso ao sujeito do inconsciente, através de um balizamento ético, na investigação das engrenagens discursivas que operam sobre os adolescentes a segregação, impedindo a emergência do sujeito.

## REFERÊNCIAS

- ALEMÁN, J. **Horizontes neoliberales en capitalismo**. Buenos Aires: Grama, 2016.
- BARROS-BRISSET, F. **Tô fora: o adolescente fora da lei – o retorno da segregação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. (Escritos em psicanálise e direito).
- BASTOS, A. Segregação, gozo e sintoma. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 251-265, 2004. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482004000200003&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200003&lng=pt&tlng=pt).
- CASARA, R. R. R. **Estado pós-democrático: Neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CRARY, J. **24/7 ou o fim do sono no capitalismo tardio**. São Paulo: Cosac e Naify, 2014.
- DAFUNCHIO, N. S. **Confines de las psicoses**. Buenos Aires: Del Bucle, 2008.
- FREUD, S. Os Romances Familiares (1909[1908]). In: FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1909[1908]-1996. 24 v. v. 9.
- GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Contrato de Concessão Administrativa para construção e gestão de Complexo Penal na região Metropolitana de Belo**



**Horizonte.** Minas Gerais: Secretaria do Estado de Defesa Social, 2009. Disponível em: [http://www.ppp.mg.gov.br/images/documentos/Projetos/concluidos/Complexo\\_Penal/contrato/Contrato%20PPP%20Complexo%20Penal%20330639.54.1338.09.pdf](http://www.ppp.mg.gov.br/images/documentos/Projetos/concluidos/Complexo_Penal/contrato/Contrato%20PPP%20Complexo%20Penal%20330639.54.1338.09.pdf)

HAN, B-C. **Psicopolítica:** neoliberalismo e novas técnicas de poder. Lisboa: Relógio d'Água, 2015.

HAN, B-C. **Sociedade da transparência.** Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, B-C. **Topologia da violência.** Petrópolis: Vozes, 2017.

HARVEY, D. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. Tradução de João Aleandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2016.

LACAN, J. (1972/1978). **Conferência de Milão, 1972.** Tradução de Sandra Regina Felgueiras. Em italiano e em francês, disponível em: [http://www.valas.fr/IMG/pdf/IIIlin\\_Italia\\_chap-3.pdf](http://www.valas.fr/IMG/pdf/IIIlin_Italia_chap-3.pdf). Em português, disponível em: <http://lacanempdf.blogspot.com.br/2017/07/do-discurso-psicanalitico-conferencia.html>.

LACAN, J. **O Seminário, livro 21:** Les non-dupes errent. Versão não oficial. 1973-1974. Inédito.

LE BRETON, D. **Uma breve história da adolescência.** Tradução de Andréa Máris Campos Guerra *et al.* Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

MILLER, J-A. Prólogo para Damasia. *In:* FREDA, D. A. **El adolescente actual:** Nociones clínicas. Buenos Aires: UNSAM Edita; Fundación CIPAC, 2015.

MILLER, J-A. **Em direção à adolescência.** Site do XXI Encontro Brasileiro do Campo Freudiano, 2006. Disponível em: <http://www.encontrobrasileiro2016.org/jacquesalainmiller>.

MILNER, J-C. **La politique des choses.** Paris: Navarrin, 2005.

STEVENS, A. Adolescência, sintoma da puberdade. **Curinga,** Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, v. 20, p. 27-39, 2004.

ZIZEK, S. **Violência.** Lisboa: Relógio D'água, 2009.

ZIZEK, S. **O ano em que sonhamos perigosamente.** São Paulo: Boitempo, 2012.







## 4 CRUELDADE, CRIME E ADOLESCÊNCIA<sup>1</sup>

Hector Jesus Gallo

Articularei os conceitos de crueldade, crime e adolescência, partindo do modo como se apresenta a orientação em direção ao mal, no sujeito, desde a infância e a possível passagem ao bem, que supõe uma estabilização relativa. Vou definir quais elementos subjetivos permitem que um sujeito se detenha diante de um dano ao semelhante e porque, também, pode-se chegar a precipitar, pela via da passagem ao ato, a colocação em cena de uma crueldade sem limite. Para ilustrar esta questão me servirei do caso de um crime múltiplo cometido no século passado por um jovem francês de 15 anos do qual André Gide nos dá notícias nas memórias que escreve de sua experiência, quando participou como membro de um júri na “Audiência provincial de Ruão”.

A importância do caso reside em que, ao não poder se resolver juridicamente, procura-se um saber externo ao direito, baseado na psicologia e na psiquiatria da época. Porém, as explicações psicológicas e psiquiátricas também ultrapassam seus limites, pois não conseguem explicar por que um adolescente como o acusado pode chegar a cometer um crime monstruoso. Já que os médicos forenses da época se dão conta de que as teorias da *degeneração hereditária* e de uma natureza viciosa são insuficientes para explicar o crime do adolescente em questão, recorrem a uma descrição fenomenológica do temperamento, da constituição e do caráter dos adolescentes daquele tempo. Por essa via, tentam explicar as motivações do crime sem recorrer à psicopatologia, pois isso implicaria optar pela argumentação clínica no lugar de um julgamento do jovem.

### Sobre o bem e o mal. Bater e ser batido

Qual elemento subjetivo seria encarregado de levar do mal ao bem tanto a um adolescente como a outro ser humano? A essa pergunta Freud responde que é o erotismo e o define como “a necessidade humana de amor em seu mais amplo sentido” (FREUD, [1915] 1972, p. 2105-2106). Como fator externo oposto ao impulso cruel, Freud evoca a coerção da educação. Esta “representa exigências da civilização que o rodeia” (FREUD, [1915] 1973, p. 2106), civilização que precisa de certa renúncia do sujeito às pulsões cruéis para poder existir. Os educadores alimentam a esperança de que se produza, na criança, um enobrecimento de sua crueldade originária e que, a partir daí ela decida agir a partir do “bem” no campo social.

Mas, o distanciamento da tensão agressiva para que se produza a boa conduta,

<sup>1</sup> Texto traduzido do espanhol ao português por Omar David Moreno Cárdenas e por Tatiana Sarmiento Goulart. Estabelecido por Omar David Moreno Cárdenas. Revisado por Lucas Alexandre Alves.



implica se conduzir socialmente de maneira hipócrita:

Há, pois, muito mais hipócritas na cultura que homens verdadeiramente civilizados e, inclusive, pode se considerar a questão de se, em certa medida, a hipocrisia cultural não será indispensável para a conservação da cultura já que a capacidade de cultura dos homens atuais não bastaria talvez para preencher a função. (FREUD, [1915]1972, p. 2107).

O principal fator psicológico oposto ao respeito da vida do outro é a aspiração cruel, embora possa chegar a ser encontrado um ponto intermediário: respeitar a vida do inimigo com a condição de empregar a força para subjugar-lo, aterrorizá-lo e utilizá-lo “para realizar serviços úteis” (FREUD, 1932[1933],1972, p. 3208). Aqui se inicia “a origem do respeito pela vida do inimigo” (FREUD, 1932[1933],1972, p. 3208), respeito que se define pela localização da crueldade em um lugar distinto à aniquilação.

A aspiração cruel da criança se encontra, ao nível psíquico, como um elemento da sua história, elemento que entra na relação direta com o gozo do sujeito. Em um passado esquecido, até os 5 ou 6 anos, o sujeito vê a outra criança, seja do mesmo sexo ou do outro, “padecer as crueldades do ser amado – o pai, neste caso –, e nesta situação original encontrou a felicidade” (LACAN, [1958-1959] 2014, p. 481).

A criança encontra a felicidade vendo o rival ser castigado, ou seja, sensações prazerosas e, por causa dessas sensações se reproduz “infinitas vezes e continuam sendo agradáveis” (FREUD, [1919]1972, p. 2465). Freud assinala que, ao final da situação imaginada – presenciar como batem uma criança – “se impõe ao sujeito regularmente uma satisfação sexual” (FREUD, [1919]1973, p. 2465), a qual pode chegar a adquirir um caráter compulsório.

Extraímos da fantasia de maltratar uma criança significantes como felicidade, elevação do prazer e masturbação, associados, no seu mundo imaginário, à humilhação, ao flagelo e ao maltrato. No imaginário, a crueldade se une a uma satisfação sexual, haverá um sadismo contra o corpo de quem permanece indefeso e reduzido ao lugar de vítima, mas, também, haverá se se chega à convicção delirante de que, se não aniquilo o outro, ele me aniquilará. Indiquemos, também, que a felicidade experimentada pela criança diante da visão de que uma figura de autoridade maltrata outra criança que odeia, não está localizada no *eu*, mas que é pulsional, portanto, não evoca o prazer e sim um gozo que se perpetua ao nível psíquico. O que Lacan chama de “fase intermediária” (LACAN, [1958-1959]2014) do fantasma.

Freud considera a primeira fase da fantasia da flagelação “um signo primário de perversão infantil” (FREUD, [1919]1972, p. 2466), devido à mistura entre sexualidade e crueldade, a mesma que segue vigente na fase intermediária, momento que Lacan considera metafórico, porque implica uma substituição. Nessa fase, o sujeito passa a ver com benevolência que o rival castigado se transforma no objeto de castigo do pai. Lacan se pergunta o que busca o sujeito “nessa metáfora, nessa transferência?” (LACAN, [1958-1959]2014, p. 482).





Passar, imaginariamente, do gozo de ver maltratar ao gozo de ser maltratado e que este gozo se transforme “no elemento persistente da tendência libidinosa” (FREUD, [1919]1972, p. 2469) constitui um enigma. “Aqui vemos apresentar-se, sob a forma pura, uma conjunção mediante a qual algo no sujeito perpetua a felicidade inicial em uma situação escondida, latente, inconsciente, de desgraça” (FREUD, [1919]1972, p. 2469). Do lado imaginário um sujeito pode passar facilmente de uma situação de gozo no mal ao outro a uma situação na qual assegura a desgraça de si mesmo. Na Colômbia, um sacerdote que abusa de crianças passou do dano a essas crianças ao dano a si mesmo, pois se suicidou tomando cianeto em um momento de recesso da audiência de imputação de cargos (CARACOL TV, 2018).

A situação citada se manterá, pois, a terceira fase do fantasma se parece novamente à primeira, porquanto o sujeito já não aparece. O importante a assinalar aqui é que “meninas e meninos se servem desse fantasma para conseguir[...]” (LACAN, [1958-1959]2014, p. 481) um gozo masturbatório, gozo que Lacan não considera “a solução do desejo, mas uma diminuição – exatamente como o bebê de peito abate, na satisfação alimentar, sua busca de amor para a mãe” (LACAN, [1958-1959]2014, p. 481).

A criança se serve primeiro, acidentalmente, de sua crueldade colocada no Outro, da autoridade para se imaginar reconhecido por esse, enquanto castiga seu rival. Porém, depois se torna tão odiado pelo pai como o rival especular, de tal modo que a crueldade do pai se volta contra ele, momento em que se inscreve, psiquicamente, como masoquismo. “No fato de se alienar, quer dizer, de se substituir como vítima do outro, consiste o passo decisivo de seu gozo na medida em que este culmina no instante fantasmático” (LACAN, [1958-1959]2014, p. 482).

Do lado da estrutura o sujeito permanece alienado no seu fantasma na condição de maltratado, desvalorizado, torturado, tornado instrumento. Também se encontra confrontado desde o primeiro momento com um rival que se define como “uma criança sem rosto, sem nenhuma determinação de sexo, uma criança que já não é a criança original do primeiro tempo, nem tampouco a criança que ele mesmo foi no segundo tempo” (LACAN, [1958-1959] 2014, p. 483). O certo é que do lado do fantasma o sujeito aparece alienado a “uma intensa satisfação e excitação, inequivocamente sexual, e provoca, como tal, a satisfação onanista” (FREUD, [1919]1972, p. 2469).

## **Adolescência e crime**

Passaremos do fantasma neurótico no qual o sujeito goza imaginariamente, vendo maltratar e sendo maltratado, momento no qual coloca como vítima o outro, à passagem ao ato criminal. O sujeito do crime não se conforma imaginariamente com ver maltratar e ser maltratado, mas, passa a matar no real e a se fazer matar simbolicamente. O crime ao qual se fará referência, trata-se de uma colocação em cena de um real incompreensível e do Outro gozo diferenciado do gozo neurótico de maltratar e ser maltratado próprio do fantasma, pois, trata-se de uma crueldade apartada da conta da alienação de um gozo infável cujo ingresso na intimidade do sujeito resulta enigmático.



O jovem, ao qual aludi, nunca esteve em contato com a violência familiar e social. Nunca fez parte de um grupo juvenil dedicado ao mal, pertencia a uma grande família muito bondosa e a uma região de trabalhadores campestres e pacíficos.

Marcel Redureau era um menino do campo de apenas quinze anos, “o quarto de dez filhos, todos fortes, saudáveis e honrados como seus pais” (GIDE, [1914]2002, p. 97). Morava a apenas trezentos metros da fazenda de seus patrões – os Mabit – e, graças aos bons conselhos e ao bom exemplo dado ao jovem assassino, este era considerado “inteligente, graduado na escola, [...]” (GIDE, [1914]2002, p. 94), sem nenhum defeito hereditário ou estigma de degeneração que pudesse predispor-lo a ser um criminoso, “sem nenhuma influência do meio: seu autor carece de antecedentes hereditários malignos; foi criado em um médio irrepreensível e não tinha recebido mais que bons princípios e bons exemplos” (GIDE, [1914]2002, p. 101-102).

“Deve-se destacar que nunca leu novelas populares que foram compostas, preferencialmente, de crimes e assassinatos” (GIDE, [1914]2002, p. 107). “O que caracteriza esse drama horrível é que sua genética não se pode atribuir, em absoluto, às condições etiológicas habituais da criminalidade juvenil” (GIDE, [1914]2002, p. 101). Também não é explicado pelas condições econômicas, sociais e muito menos políticas, pois sua família, embora modesta, não carecia de recursos para viver de maneira digna e de um modo respeitável.

Ou seja, antes do crime, temos um sujeito sem nada estranho nele, era “algo nervoso, porém era só isso” (GIDE, [1914]2002, p. 98) Não dava motivos para falar, não bebia e, como os demais meninos da região, apenas “alcançam o uso da razão, vão ganhar o pão fora de casa para aliviar as despesas familiares” (GIDE, [1914]2002, p. 97). O jovem em nada se parecia ao que se transformou depois do crime para os demais: “uma besta sedenta de sangue” (GIDE, [1914]2002, p. 98). Seu professor da escola disse que sempre se comportou bem, era um menino dócil e jamais reagia quando recebia um castigo. Seu pai afirma que era tão medroso “que não se atrevia a sair à noite” (GIDE, [1914]2002, p. 98). O tio que o manteve dos 11 aos 14 trabalhando como pastor dizia que “não era preguiçoso e nem ressentido”, [...] e só lhe “deu motivos de satisfação” (GIDE, 2002, p. 98). Em seguida, trabalhou 10 meses com sua família e, depois, passou a trabalhar na granja dos Mabit, “onde substituía seu irmão mais velho, que partia para prestar o serviço militar” (GIDE, [1914]2002, p. 98).

O poeta francês André Gide teve conhecimento do caso quando foi designado, a seu pedido, membro de um júri em um tribunal na Audiência Provincial de Ruão-França. A particularidade do caso está em que foge das regras da psicologia tradicional da época e desconcerta “a justiça humana” (GIDE, [1914]2002, p. 89), pois não se entende racionalmente como um menino doce, tímido e temeroso pode, em um abrir e fechar dos olhos, transformar-se em um terrível assassino que nada o detém.

Contudo, no momento do crime, o jovem camponês dócil e terno, saudável de corpo e espírito, para nada “sorrateiro, nem solitário, como pretendem agora alguns indicar com insistência” (GIDE, [1914]2002, p. 99) e que, inclusive, tinha amigos, transformou-se, de um momento para o outro, em um monstro que decapita e esfaqueia umas “cinquenta ou sessenta vezes às sete pessoas que assassinou” (GIDE, [1914]2002, p. 100). “Os médicos forenses declaram de terem se encontrado poucas vezes com um escarnecimento semelhante. Eles consideram impossível, em





alguns dos cadáveres, estabelecer as ordens das facadas e seu número” (GIDE, [1914]2002, p. 100). Entre as vítimas está uma criança de dois anos, e só se salvou um pequeno de quatro, de nome Pierre.

Gide observa que este ato criminoso não procede da cobiça, já que não se apodera do dinheiro do seu patrão, que estava ao alcance de sua mão. Tampouco “dos ciúmes nem do ódio, nem do amor contrariado, nem de nada do que se pode reconhecer e catalogar com facilidade” (GIDE, [1914]2002, p. 89).

Todos os corpos estavam espantosamente mutilados e era claro que o assassino, não satisfeito em matar, teve diversão com suas vítimas com tanta selvageria que era impossível recontar as facadas dadas, de tão numerosas que eram as feridas e de tão juntas se encontravam. (GIDE, [1914]2002, p. 92).

Gide diz que, diante de um crime como o de Redureau, deve-se aceitar que “há no mapa da alma humana muitas partes inexploradas, *terrae incognitae*” (GIDE, [1914]2002, p. 89). Gide escreve isso em 1914, mal se inicia a Primeira Guerra Mundial e Freud publicou, por exemplo, *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Porém, ainda não estava publicado *Bate-se numa criança*, o qual evidencia a crueldade da criança, apesar de não a ter aprendido no seu ambiente. Pois, tal como sucede com Redureau, a violência ou maltrato, os abusos sexuais estão ausentes e, com tudo, aparecem no nível fantasmático com um claro desenho. Não tinha visto luz ainda o texto de Lacan sobre a *Criminologia*, pois na época do crime Lacan tinha apenas 12 anos e sua tese de psiquiatria veio muito depois. Não se tinha nenhuma luz clínica, e muito menos teórica, que permitisse pensar, fora da degeneração, o enorme crime do adolescente. Sem dúvida se tratava de um caso esquisito por não encaixar nas etiquetas psicopatológicas da época.

Depois do crime, temos um jovem que não tenta apagar evidências, não tenta fugir e nada nega sobre os fatos, pois “disse com precisão, nos diversos interrogatórios, sem emoção aparente, as circunstâncias nas quais foram realizados seus crimes” (GIDE, [1914]2002, p. 92). O momento no qual se inicia o desencadeamento da passagem ao ato criminal é descrito do seguinte modo: estava trabalhando com o patrão, ele “segurava a barra que aciona o parafuso da prensa”, enquanto o jovem, “de pé na plataforma, o ajudava na tarefa e aumentava seus esforços” (GIDE, [1914]2002, p. 92).

Eram as dez da noite e o jovem parecia não mostrar entusiasmo nenhum pelo trabalho, então, o senhor gritou que era um *desajeitado, preguiçoso* “e que faz alguns dias que não estava satisfeito com ele” (GIDE, [1914]2002, p. 92). “Desajeitado”, “preguiçoso”, “que não trabalha bem” e “deixa insatisfeito ao Outro”, desencadearam uma irritação inconcebível. O jovem desce, então, da plataforma e se apodera de um malho de madeira, “deu vários golpes na cabeça de seu senhor, quem, soltando a barra, deu um berro e caiu” (GIDE, [1914]2002, p. 93). Ao invés de sair fugindo da cena, “empunhou, então, uma grande faca, dessas que no campo chamam de poda” e “cortou o pescoço de seu senhor, que após de alguns estertores, não demorou em exalar seu último suspiro” (GIDE, [1914]2002, p. 93).



De acordo com o testemunho do jovem, depois pegou a lanterna e foi até a casa, onde pensava que encontraria a todo mundo deitado. Mas, ao chegar na cozinha, viu a senhora Mabit e a empregada que estavam fazendo trabalhos junto à mesa. Sua primeira intenção foi sair correndo, mas, como a senhora lhe perguntou onde estava seu marido, saiu sem responder, voltou à vinícola, apoderou-se da faca de vindima, voltou para a casa e esfaqueou à empregada, primeiro, e à senhora, depois; as duas lhe deram as costas, não tiveram tempo de falar, só gritaram no momento de receber a facada.

“Enfiei a faca à empregada no pescoço”, diz, caiu imediatamente, “e enfiei na senhora igualmente no pescoço e caiu”. “Quando estava pelo chão, dei a ela uma esfaqueada no ventre”. Nas duas habitações contíguas: a avó deitada em uma e três dos filhos, na outra, acordados pelo barulho, começaram a gritar. Então, pegou a lanterna, foi primeiro à avó e a esfaqueou no pescoço: não falou nada; não teve tempo. Passou, então, à outra habitação: “dei uma esfaqueada no pescoço de uma das meninas que berrava”, e a sua irmã, que estava deitada junto com ela, como acordou nessa hora, também recebeu uma facada. A criatura que estava deitada no berço acordou com o barulho e, também, começou a berrar; “então a matei” ... Um menininho que dormia na cozinha, “foi o único sobrevivente do açougue” (GIDE, [1914]2002, p. 110). Diz que “não mexi com ele porque não falou nada e porque dormia” (GIDE, [1914]2002, p. 111).

A declaração fica invariável durante toda a instrução criminal. Mas, chama a atenção que, com respeito ao excesso, crânios fraturados, rostos e pescoços costurados a esfaqueadas, colunas vertebrais divididas, não pode facilitar nenhuma explicação: tampouco pode se dizer por que abriu o ventre da senhora Mabit, que estava prestes a dar à luz. Repete que não cedeu a “nenhum impulso obsceno ou sádico” (GIDE, [1914]2002, p. 111).

Há vários detalhes que não podemos deixar passar despercebidos:

1. Que de sua crueldade desbordada nada sabe dizer.
2. Que se trata de um crime sem sentido e, no momento no qual é invadido pela paixão da ira, desaparece radicalmente o sujeito amável e obediente.
3. Que ainda que não percebe o afeto de ira que o invade e, também, suas ações, há algo desconhecido que o empurra a não se deter.
4. Que o jovem tinha conquistado uma nomeação que o senhor colocou em questão quando lhe grita os insultos.
5. Que diante do Outro familiar e dos vizinhos, o jovem era todo o oposto do que o senhor lhe estava gritando desde antes do desencadeamento da passagem ao ato.
6. Que ao receber do Outro da autoridade uma nomeação oposta àquela que o definia em suas relações sociais e familiares, aparentemente, afrouxou-se o nó que o jovem conseguiu na sua inscrição no Outro em qualidade de criatura saudável, obediente e bem-disposta para o trabalho.
7. Que se a um sujeito psicótico lhe é atacada sua nomeação conseguida, isso equivale a querê-lo aniquilar e pode reagir ferozmente na sua defesa.



8. Que, quando um psicótico é arrebatado pela fúria passional da ira, qualquer um que esteja associado com quem atentou contra seu nome, entra na mesma série metonímica dos que deveriam desaparecer e com os mesmos não terá misericórdia alguma.

Também houve a fofoca de que o jovem estava interessado na empregada e que poderia ter existido uma motivação passional ao não ser acolhido por ela: porém, declara que “jamais tive relações sexuais” (GIDE, [1914]2002, p. 108), e que “não sentia nenhum sentimento particular por ela e jamais a cortejou” (GIDE, 2002, p. 108). O único que na época poderia ter sido invocado para explicar o crime, é que “tem um caráter fechado, algo difícil e sorrateiro” (GIDE, [1914]2002, p. 102). Mas, isso que chamam de “sorrateiro” os testemunhos, poderia ser melhor *reservado, retraído e tímido*, que está mais perto com o rompimento do laço social, próprio da psicose, e com o fato de que era medroso, tal qual o aponta seu pai, e que André Gide relaciona com um “nervosismo excessivo” (GIDE, [1914]2002, p. 102).

Depois do crime, Redureau, “trancou-se na sua habitação, onde passou o resto da noite. De manhã, dirigiu-se para o domicílio de seus pais” (GIDE, [1914]2002, p. 94). Entre as informações que foram publicadas nos jornais sobre o crime, também se diz que “o prisioneiro continua ficando muito tranquilo, inconsciente, aparentemente, do crime horrível do qual ele é autor. Come e dorme bem e o remorso não parece tirar seu sono” (GIDE, [1914]2002, p. 101).

“O pessoal do centro de reclusão, durante sua longa detenção, não observou nele nada insólito do ponto de vista mental, salvo que adota com facilidade uma atitude *raivosa e ressentida* quando alguém faz alguma observação para ele” (GIDE, [1914]2002, p. 107, grifo nosso). Sua sensibilidade moral não está perturbada. Cai pranto quando se invoca a lembrança da sua mãe ou de alguns de seus irmãos que partiram para Argélia para cumprir o serviço militar. Sobre os atos cometidos, expressa um lamento que parece sincero (GIDE, [1914]2002).

O lamento, que também é chamado pelos médicos forenses como remorso, é tomado por eles como um signo de “que teve completa consciência dos fatos cometidos e de sua responsabilidade. Se ele experimentou remorso, significa que sabe discernir o bem do mal, e o sabe melhor ao possuir uma inteligência, não somente normal para sua idade, mas, de acordo com o professor que educou ele, mesmo por encima da média. Não pode existir, portanto, a dúvida sobre o discernimento no sentido legal do termo” (GIDE, [1914]2002, p. 111).

Em consequência, de acordo com o conceito dos médicos forenses, “Redureau não apresenta nenhum transtorno mental” (GIDE, [1914]2002, p. 111). Porém, a “fúria que guiou seu braço, sugerem, *a priori*, a ideia de algum delírio transitório súbito” (GIDE, [1914]2002, p. 112). Entretanto, a hipótese fica quase descartada porque na época do delírio não era concebido por fora de um déficit orgânico ou de um estado de intoxicação, tampouco consideram que não estivesse ciente dos atos ou que estivesse obcecado com a ideia fixa de matar seus senhores, até o ponto de ter que obedecer “a um impulso consciente irresistível” (GIDE, [1914]2002, p. 112).

Os forenses dessa época e, também, os de hoje em dia confundem *percepção* dos fatos com consciência dos fatos e, tampouco, consideram viável que um sujeito,



tal como Lacan ensina, possa recuperar sua estabilização a partir da execução de seu crime.

O sujeito psicótico percebe os fatos, mas, não sabe por que os realiza, pois se acostuma a atuar em função do que nesse momento lhe acontece sob a forma de uma ideia imposta. Assim, por exemplo, quando a senhora lhe perguntou onde estava seu marido, perdeu a cabeça. Pensou na ideia de que senhora iria à bodega, onde descobriria o crime e, então, quis fazer desaparecer todos os outros. Não há preexistência de um impulso irresistível de matar os senhores, mas, sim se desamarrou, a partir da ressonância que teve no jovem os insultos do senhor, um empurro pulsional irresistível a aniquilá-los: ou eles ou eu. Ao transformá-los, imaginariamente, em inimigos absolutos os aniquila, e uma vez passado o risco imaginário, volta sua calma de espírito.

Depois do crime não aparece nenhuma ideação delirante ao respeito, o sujeito se conduz como se tivesse recuperado completamente sua compostura, como se tivesse retornado a ser quem era e, até mesmo, parece comovido e “responde apropriadamente a todas as perguntas que lhe formulamos” (GIDE, [1914]2002, p. 108). Mas, ali onde o outro toca algo, seguramente, referido a sua nomeação de ser “um bom menino”, quando é xingado ou alguém alça a voz, tal como o fazia o patrão antes do crime e no momento do crime, reage com ressentimento.

O jovem narra o fato de forma pormenorizada na indagatória, não trata de minimizar sua culpabilidade, ao contrário, não oculta detalhes do que aconteceu, mas, ao mesmo tempo, conduz sua fala como se não tivesse feito algo reprochável. O único que o jovem protesta com veemência, no julgamento, é quando se pretende acusá-lo de “que a ideia do crime fazia tempo que estava acontecendo na mente do jovem assassino” (GIDE, [1914]2002, p. 96). De acordo com seu testemunho, pode ser deduzido que a ideia de acabar com o senhor foi imposta no momento no qual o senhor colocou em dúvida sua nomeação, questão que, seguramente, já estava fazendo desde antes.

O juiz do caso está desconcertado, pois, uma a uma, vão caindo as possíveis motivações do crime: um possível roubo, a ideia de um crime passional por um suposto “apaixonamento” pela empregada de sua mesma idade também não prospera. Fica como hipótese a vingança por um possível ressentimento do jovem diante possíveis maus-tratos do senhor. “Parece que o juiz de instrução vai dirigir suas pesquisas por esse lado” (GIDE, [1914]2002, p. 101).

Depois de examinar todos os determinismos possíveis do crime e de ser descartados um a um, fica a hipótese de que a causa do crime não deve ser procurada “na psicopatologia, senão na psicologia normal do adolescente” (GIDE, [1914]2002, p. 114). Na puberdade, dizem os médicos forenses, “há modificações profundas no nível orgânico e psíquico.... Produz-se uma espécie de ruptura momentânea do equilíbrio mental, com o desenvolvimento excessivo do sentimento de personalidade, suscetibilidade exagerada, alta sensibilidade psíquica. Observamos a manifestação de uma autêntica tendência à combatividade e a uma exageração notável da impulsividade e das tendências à violência” (GIDE, [1914]2002, p. 114-115).

Partindo da fenomenologia descrita pelos forenses, os adolescentes são tão



sensíveis aos elogios como às ofensas endereçadas a seu amor próprio. Por causa disso estão dispostos a acudir às vias de fato pela menor contrariedade com o outro, e isso, porque “a irreflexão é a característica principal de seu estado mental” (GIDE, [1914]2002, p. 115). A causa principal da predisposição à criminalidade, por parte dos adolescentes na puberdade, a ciência da época a situa na fenomenologia referida.

O raciocínio apontado sobre o adolescente, conceito que, para a época, os médicos forenses não diferenciam da puberdade, permite explicar a violência que pode atingir os movimentos passionais do adolescente, e considerar que os mesmos se devem a “*um estado mental que nada tem a ver com a patologia*, que, em uma palavra, é fisiológico” (GIDE, [1914]2002, p. 115). O caráter suscetível e vingativo, seguramente, propiciou no jovem o “estouro da impulsividade e da violência” (GIDE, [1914]2002, p. 115). Pelos motivos marcados aqui, não há alteração da responsabilidade e foi assim como se condenou o Redureau a uma pena máxima para sua idade que foi de vinte anos de prisão.

A carta que Redureau escreveu a seus pais um dia depois do julgamento é particularmente significativa, sobretudo, em seu encabeçado. Diz: “que o grande dia aconteceu, mas, lamentavelmente, sem um bom resultado... a morte virá por nós antes de que eu consiga ver vocês de novo e por isso tem que vir buscar meus efeitos pois se perderam”. O Outro que descreve em toda a carta é um Outro familiar, bom e bondoso, que jamais vai ver de novo. A construção desse Outro o manteve, seguramente, protegido da possibilidade de que algum membro de sua família ou dos vizinhos virasse persecutório. Mas, esse Outro protetor começou a se desarmar com sua chegada na casa dos *Mabit*, na qual encontrou o sentimento de ser gozado pelo Outro, questão que implicou uma afetação da nomenclatura que até esse momento lhe foi dada pelo Outro familiar e dos vizinhos.

Provavelmente, a tristeza de ter preenchido de dor e vergonha seus pais e seus 9 irmãos “até o restante dos seus dias”, debilitou o jovem até o ponto que adoeceu de tuberculose e morreu “na colônia penitenciária de X... em fevereiro de 1916”. Ou seja, que não foi muito o que permaneceu vivo depois de ter sido condenado. Para ele, a condena era equivalente à morte, pois desde o começo anuncia que “morte virá por nós antes de que lhes consiga ver de novo” (GIDE, [1914]2002, p. 121). Chorou muito como uma criança um “dia depois da sua condena” (GIDE, [1914]2002, p. 121). Mas, não chorou pelo que fez, chorou por não conseguir ficar para sua família no lugar do menino bom, lugar do qual foi caindo na casa de seus senhores.

## REFERÊNCIAS

- CARACOL TV. **Programa Los informantes**. Emitido el 27 de agosto de 2018.
- GIDE, A. **No juzguéis**: Apuntes sobre mis experiencias como jurado en el tribunal de Ruán. Barcelona: Tusquets Editor, 1913-2002.
- FREUD, S. Consideraciones de actualidad sobre la guerra y la muerte. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1915-1972, Tomo VI.
- FREUD, S. El porqué de la guerra. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Madrid:





Biblioteca Nueva, 1932[1933]-1972. Tomo VIII.

FREUD, S. “Pegan a un niño”: Contribución al conocimiento de la génesis de las perversiones sexuales. *In*: FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Madrid: Biblioteca Nueva, 1919-1972. Tomo VIII.

LACAN, J. **Seminario 6**: El deseo y su interpretación. Buenos Aires: Paidós, 1958/1959-2014.





## 5 O DEMÔNIO E SUAS TENTAÇÕES: UM ENSAIO EM TORNO DE NARRATIVAS DE ADOLESCENTES BRASILEIROS ENVOLVIDOS COM A CRIMINALIDADE

Jacqueline de Oliveira Moreira  
Carlos Roberto Drawin  
Andréa Máris Campos Guerra  
François Sauvagnat  
Juliana Morganti  
Renato Saredidine Araújo

Alguns fenômenos da cultura contemporânea são difíceis de serem apreendidos em decorrência de sua abrangência e complexidade. Eles formam “objetos híbridos”, isto é, não podem ser circunscritos como objetos de uma única disciplina científica, pois recobrem diversas áreas do conhecimento e neles convergem fatores múltiplos numa intrincada trama de sobredeterminações. A violência nas sociedades contemporâneas e, especificamente, a violência envolvendo os adolescentes parece se enquadrar nessa perspectiva. Para o seu diagnóstico muitas são as abordagens possíveis: a ausência de políticas públicas inclusivas e sustentáveis, as imensas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, as falhas estruturais na organização familiar, as redes de influência e proteção do narcotráfico, a disseminação de valores ligados ao consumo como critérios de êxito social, a baixa expectativa de realização pessoal e profissional pelas vias normais e legais de integração social, o caráter inócuo ou insuficiente de medidas estritamente repressivas e jurídicas. Esses fatores rapidamente elencados se entrelaçam com muitos outros abrindo um largo espectro de possibilidades analíticas. As abordagens macroscópicas e focalizando fatores objetivos na explicação da entrada dos adolescentes no mundo da criminalidade são imprescindíveis. No entanto, uma pergunta não pode ser negligenciada: por que apenas alguns grupos escolhem o crime, em meio a uma grande quantidade de adolescentes vivendo nas mesmas condições objetivas?

Podemos buscar uma resposta a esta indagação utilizando diferentes recursos teóricos. O nosso interesse, todavia, volta-se para a compreensão da forma de inscrição das condições socioeconômicas objetivas na vida subjetiva de adolescentes brasileiros envolvidos com o crime. Na perspectiva da teoria psicanalítica podemos aventar a hipótese da entrada no crime como resultado de um impulso derivado de uma “aposta psíquica inconsciente”. O meio mais plausível para avaliar a consistência dessa hipótese deve ser o da escuta dos depoimentos dados pelos próprios adolescentes e a diversidade de motivos por eles alegados para justificar diante do entrevistador as suas condutas infracionais. Essa estratégia pode ser considerada como um tipo de clínica social ou como ampliação de alguns procedimentos clínicos em contextos específicos nos quais as regras tradicionais da análise não podem ser efetivadas. Sem os recursos da associação livre, da atenção flutuante e dos cortes temporais, o material recolhido nas entrevistas pode se perder na dispersão e na insignificância de um mero registro empírico. Por outro lado, esse material recolhido



por uma escuta analiticamente orientada, porém limitada por seu contexto, pode proporcionar um enriquecimento crescente da escuta de outros sujeitos, de modo a compor uma experiência cada vez mais densa e mais propícia para a investigação de nossa hipótese. Esse círculo virtuoso na produção de uma escuta cada vez mais acurada e, por conseguinte, na proposição de intervenções cada vez mais fecundas parece exigir, para a sua consecução, uma interpretação ordenadora do material recolhido. Ora, em suas falas os adolescentes organizam as suas vivências numa narrativa, pois toda narração já é uma ordenação do tempo vivido feita *a posteriori*, nela o não sabido, mas efetivado nos atos, adquire algum sentido. Pretendemos submeter esse material recolhido a outros elementos de ordenação provenientes de nossas próprias elaborações e com este intuito procuramos construir um espaço de convergência entre as narrações dos adolescentes, entremeadas de fatos e ficções, e algumas narrações ficcionais que encontramos na literatura moderna. Quais elementos poderíamos encontrar, na riquíssima diversidade da literatura, que poderiam nos ajudar para montar um quadro de referências relevantes para o nosso propósito?

No presente texto esboçamos uma leitura sobre o envolvimento dos adolescentes com a criminalidade convergindo alguns aspectos da teoria psicanalítica com os testemunhos de jovens e recorrendo como forma de mediação e enquadramento alguns personagens clássicos da literatura. Tal recurso não envolve a análise literária das obras, mas serve como ilustração do jogo psíquico no qual tais sujeitos estão envolvidos.

Em artigo anterior procuramos rastrear nas publicações brasileiras em Psicologia o tema dos adolescentes em conflito com a lei e, sobretudo, com as medidas socioeducativas, no período de 2000 a 2012 (MOREIRA; GUERRA; DRAWIN, 2017). Nele classificamos no domínio da Psicologia três tipos de textos: aqueles que descrevem práticas e experiências de intervenção com os adolescentes em conflito com a lei; os que propõem reflexões acerca dos avanços e limites das políticas e das instituições; e, por fim, os estudos que visam circunscrever as condições estruturais produtoras do envolvimento dos jovens com o crime. O presente texto pretende localizar algumas condições psíquicas no ponto específico de adesão do jovem à criminalidade.

Conforme mostra a teoria freudiana o sujeito em sua vida cotidiana e em suas interações interpessoais e sociais está atravessado por uma alteridade que interfere, distorce, desvia e interfere em suas ações e falas conscientes e intencionais. No cenário de nossa vida comum há sempre a sombra, a presença estranha de alguma “outra cena” nos impulsionando em direções inesperadas. A metapsicologia transpõe no conceito de inconsciente esta experiência subjetiva da alteridade, de uma estranheza a residir no mais íntimo de nós mesmos. A descoberta freudiana pode ser entendida como elaboração conceitual de uma experiência já antes extensamente registrada na literatura. Por isso, Freud comparou esta inquietante familiaridade, esta exterioridade íntima com a figura da possessão demoníaca. Já nos primórdios da psicanálise, ele indaga numa carta a Fliess: “Você se lembra de que eu sempre disse que a teoria medieval da possessão pelo demônio, sustentada pelos tribunais eclesiásticos, era idêntica à nossa teoria de um corpo estranho e de uma divisão (*splitting*) da





consciência?” (FREUD, [1897]1986, p. 225).

Bem mais tarde a mesma comparação é reafirmada quando ele diz que “a parte expelida da mente” pode ser comparada ao “demônio pelo qual a observação ingênua dos supersticiosos dos tempos primitivos acreditava que esses pacientes se achavam possuídos”. No artigo de 1923, intitulado *Uma Neurose Demoníaca do século XVII* ele formula uma pergunta instigante: “por que alguém vende a alma ao demônio?”. Por que subscrever tal pacto e lançar-se em tão grande risco? E logo em seguida menciona pergunta desdenhosa do Dr. Fausto na tragédia de Goethe: “o que queres dar pobre diabo?”. Todavia, para Freud, o desprezo de Fausto estava errado:

O demônio tem muito a oferecer em troca da alma imortal, o que os homens mais valorizam: riqueza, segurança diante dos perigos, poder sobre os homens e sobre as forças da natureza, mesmo as artes mágicas e acima de todas as outras: gozo, gozo com belas mulheres. (FREUD, [1923]1999, p. 324).

Retornemos ao pacto diabólico. Por que se engajar em tão temerário compromisso com o diabo? Certamente porque através dele muitos prazeres são obtidos. A que preço? Vale a pena se os obtivermos a custo tão alto? Ou pior, arriscando-nos a perder a alma imortal? A literatura tem algo a nos ensinar e mesmo superficialmente consultada nos ajudou a propor uma tipologia acerca da motivação ou, antes, do impulso presente na entrada em tão insensato compromisso (MOREIRA; GUERRA; DRAWIN; SAUVAGNAT, 2020, Manuscrito).

A nossa intenção, cumpre reiterar novamente, nada tem a ver com os estudos eruditos ou afeitos à teoria da literatura. Somos apenas leitores leigos de literatura exercendo a prerrogativa de todo leitor: a recriação inerente a toda leitura. Conforme observa Chartier (2009, p. 77), “a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados [...] a história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor”.

Com este espírito e na perspectiva temática que estamos trabalhando – a do pacto demoníaco dos adolescentes infratores – elegemos passagens de quatro obras. Além do *Fausto* (1790-1832) de Johann Wolfgang Von Goethe (1749-1832), drama trágico, considerado como o maior clássico da língua alemã e elaborada em suas diversas versões no transcurso de grande parte da vida do autor, também abordamos *O diabo enamorado* (1772) de Jacques Cazotte (1719-1792), escritor francês crítico das Luzes e da Revolução Francesa e duas obras de literatura em língua portuguesa, *O mandarim* (1880) de Eça de Queiroz (1845-1900) e *Grande sertão: veredas* (1956) de João Guimarães Rosa (1908-1967). No final faremos uma menção a *Os demônios* (1871) de Fiódor Dostoiévski (1821-1881).

Esse recorte literário servirá como contraponto para as narrativas memorialísticas de 12 jovens do sexo masculino que contam as suas histórias e o seu ponto de envolvimento com a criminalidade. Quando as narrativas foram recolhidas dois jovens se encontravam na situação de semiliberdade, quatro na internação, dois na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) e outros foram considerados como tendo abandonado a vida na criminalidade. Organizamos o





seguinte quadro para melhor visualização:

**Quadro 1 – Informações sobre os sujeitos pesquisados**

| Identificação | Idade   | Instituição               | Relação/Crime      |
|---------------|---------|---------------------------|--------------------|
| G             | 17 anos | Semiliberdade             | Envolvido          |
| D             | 17 anos | Semiliberdade             | Envolvido          |
| J             | 18 anos | Internação                | Envolvido          |
| X             |         | Internação                | Envolvido          |
| Y             | 18 anos | Internação                | Envolvido          |
| C             | 17 anos | Internação                | Envolvido          |
| P             |         | APAC                      | Cumprindo Sentença |
| JF            | 34 anos | APAC                      | Cumprindo Sentença |
| LM            | 18 anos | Centro Cultural Vera Cruz | Desistente         |
| A             |         | Centro Cultural Vera Cruz | Desistente         |
| L             |         | Território                | Desistente         |
| Z             |         | Bairro Taquaril           | Desistente         |

Fonte: os autores.

A nossa escuta das histórias recolhidas focalizou, sobretudo, o momento no qual o jovem narra a motivação para a sua entrada na criminalidade. Partindo da teoria psicanalítica tomamos as obras literárias como fonte de inspiração para organizar



os testemunhos dos adolescentes no momento crucial de entrada na criminalidade como diferentes tipos de pacto diabólico. Nesse esboço de tipologia – entrecruzando as obras e os testemunhos – propomos quatro tipos de pacto.

## O luto impossível

O mito literário de Fausto brota do imaginário popular já no limiar da modernidade. Os fragmentos de sua lenda ganharam consistência narrativa com um escritor anônimo e sua publicação em 1587 ficou conhecida como “livro popular” (*Volksbuch*). Nele inspirado o dramaturgo inglês Christopher Marlowe escreveu a sua peça *A trágica história do Doutor Fausto*, encenada em Londres em 1590 (BRUNEL, 2005, p. 334-341). O tema fáustico foi definitivamente consagrado, porém, com o drama trágico de Goethe escrito laboriosamente no transcurso de sua longa vida, desde sua versão inicial, conhecida como o *Fausto primitivo (Urfaust)* até a sua versão definitiva em duas partes, a primeira de 1808 e a segunda de 1832. A sua cena inicial já anuncia com força dramática o tormento existencial do personagem principal e o fracasso de seu projeto de sabedoria:

*Ai de mim! Da filosofia,  
Medicina, Jurisprudência,  
E, mísero eu! Da teologia,  
O estudo fiz com máxima insistência.  
Pobre simplório, aqui estou  
E sábio como dantes sou*

E logo depois confessa o vazio de seu saber “E vejo-o, não sabemos nada!” (GOETHE, [1829]2016, p. 63). Apesar de seu grande talento ele sente nada possuir: nem ouro, nem bens, fama ou esplendor. Mesmo sendo “bem sucedido”, ele era um médico rico e sábio, no ocaso de sua vida ele se vê incapaz de dela extrair um sentido e elaborar o luto de suas perdas. Em sua impotência, marcado pela melancolia ele flerta com o suicídio.

Freud pretendeu avançar na compreensão dos processos psíquicos mediante a comparação entre modelos normais e afecções patológicas e desse modo, pôde aproximar a regressão presente no sonho com os fenômenos alucinatórios reunidos como “psicose alucinatória de desejo” (FREUD, [1917]1999a, p. 412-420). Fiel a esse método comparativo ele traçou, logo no início de seu estudo metapsicológico intitulado *Luto e melancolia*, o paralelo entre duas diferentes reações frente à perda do objeto (uma pessoa amada, uma abstração, um ideal). De um lado o luto (*Trauer*) como processo dentro dos parâmetros da normalidade, caracterizado como longo trabalho de elaboração feito gradualmente e a exigir grande investimento de tempo. De outro lado, a melancolia como um desacordo consigo mesmo suscitando uma dor profunda, o desinteresse pelo mundo, a incapacidade de amar, a inibição da produtividade e o rebaixamento do sentimento de si (FREUD, [1917]1999b, p. 428-429). A constatação da perda do objeto impõe a retirada gradual dos investimentos



libidinais e o refluxo da libido para o eu. O desinvestimento do mundo empobrece o eu e o fragiliza, mas a elaboração através do luto proporciona o devir-outro, ou seja, a elaboração revela a alteridade em mim. Segundo Denis Vasse (1999, p. 30), “a alteridade do sujeito se revela através da ferida que altera nossa imagem”. O luto abre o espaço para novos investimentos libidinais e para o enriquecimento do eu. Mas o seu custo é alto. O desfazer das associações e vínculos pode desencadear um escoamento incontrolável de energia e o sofrimento paralisa a elaboração possível e impede a emergência da imagem oculta e o processo do devir-outro. De acordo com Vasse (1999, p. 31):

Se o inevitável sofrimento deixa de ser o lugar da abertura do sujeito para o Outro, ele encerra esse sujeito na nostalgia do objeto perdido: o sofrer se confunde, então, com o sentimento que é mantido de perda, no lamento estéril de um passado que deve ser recuperado para satisfazer o *sentimento de existir*.

O sujeito negando a experiência de alteridade introduzida pelo sofrimento nega a própria existência, fecha-se no mesmo, ou seja, não sai de si para tornar-se quem é, pois a “ex-sistência” consiste no projetar-se como ser outro de si mesmo. Perante a perda do objeto os desligamentos libidinais são necessários, mas, observa Freud [1917](1999b, p. 431), se no luto “é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia é o próprio eu”. Além disso, ao contrário do processo do luto, o melancólico não sabe o que perdeu em sua perda. O sujeito melancólico identificado inconscientemente com o *objeto* perdido não é capaz de realizar o trabalho de elaboração da perda sofrida, embora desconhecida. Assim, no afã de livrar-se da dor entrega-se à afirmação imaginária de seu eu esvaziado e empobrecido, girando enlouquecido em torno dele ainda que seja para diminuí-lo e lastimá-lo, embutindo no autodesprezo a acusação ao outro. A aproximação entre Fausto e o sujeito melancólico não é arbitrária. A cena inicial da tragédia de Goethe, o “miserável eu”, o “pobre simplório” não cultiva nenhuma condescendência em relação aos outros, aos “próximos”. Esvaziado de si e desvinculado do outro o sujeito se lança na expectativa imaginária de um real salvífico. O pacto diabólico é filho do desespero. (TAVARES, 2009).

A dificuldade em elaborar as perdas aparece com frequência nos relatos dos adolescentes envolvidos na criminalidade. Mário Elkin Ramirez (2016) propõe uma leitura para o ciclo de vingança, comum no campo das guerras de facções, como uma forma de não trabalhar o luto da morte do amigo/companheiro de gangue e esta lógica da vingança alimenta a conexão do adolescente com a criminalidade. Outros narram a sua entrada na criminalidade a partir de uma perda não elaborada. O jovem D, 17 anos conta a cena do abandono da mãe:

Meu pai separou da minha mãe e a minha mãe foi embora. Meu pai foi viajar, trabalhava de caminhoneiro e ficava viajando e a minha mãe foi embora também, que eu aprontava muito e ela falava comigo que se eu não parasse ela me largava eu e ia juntar as coisas delas e ia sumir e eu não acreditava não. Aí teve um dia que ela pegou e sumiu mesmo. (D, 17 anos, Semiliberdade).



E prossegue afirmando como a dor da separação inesperada produziu um sentimento de revolta fortalecendo a sua inserção na vida criminosa.

Tipo assim, **minha mãe**, também, **eu senti falta do amor dela**, entendeu? Eu **queria** que minha mãe fosse **mais compreensiva comigo**, mas ela **não dava muita atenção pra mim**. E isso aí dava uma revolta também ni mim. Eu ficava com raiva, aí eu queria chamar mais atenção e aí eu fazia mais coisa errada. (D, 17anos, Semiliberdade).

Um jovem/adulto destino no sistema carcerário alternativo (APAC) dá testemunho semelhante ao localizar numa perda irreparável o ponto de partida de sua vida: descreve o ponto de partida da sua vida através de uma perda irreparável do pai morto e da mãe que abandona.

Primeiramente aconteceu... **dois dias antes de eu nascer meu pai morreu...** meu pai morreu, né... aí meu pai morreu... e aí é aquelas história... **minha mãe** pegou, **casou com um cara que... era meu padrasto** na real... só, porém... o casamento dela, **no dia que eu nasci, depois que o meu pai morreu... ele não me aceitou**. Ele pegou... **deu eu pra minha vó**. [...] Eu fui criado dessa maneira, no meio de muita bebida, muita droga. (P, APAC).

As vivências do abandono da mãe, da intrusão do padrasto e a precariedade de uma infância desamparada convertem o pai morto numa perda irreparável, perda do que poderia ter sido, não é e jamais será. No caso de P a morte do pai coincidiu com a iminência de seu nascimento, a culpa de ter nascido o torna um sujeito constitutivamente melancólico.

A impossibilidade de elaborar perdas sucessivas – a separação dos pais, a descoberta da identidade do pai biológico, a saída da cidade natal – aparece também na história de vida de Y. 18 anos que se encontra na internação e seu encaminhamento para a criminalidade:

[...] minha mãe **separou do meu pai...** aí mesmo que eu **descobri que meu pai que morava lá não era o meu pai mesmo...** eu achei que ele era meu pai, aí **ela foi lá e desmentiu...** disse que meu **pai já tinha morrido**, tinha falecido. **Dia 26 ele morreu, eu nasci dia 24**. Aí ela foi morar com esse cara em Vitória, aí... meu pai... aí depois de muito tempo, quando eu tinha **11 anos que eu fiquei sabendo que ele não era o meu pai fiquei bolado**. Aí **comecei** fazer uns corre. (Y, 18 anos internação).

Não lhe foi possível elaborar o choque dessa dupla perda fundamental: a perda real do pai por circunstância do óbito, apenas dois dias depois de seu nascimento, e a perda do pai que até então ele acreditava ser seu verdadeiro pai.

Aqui trouxemos três fragmentos narrativos com o intuito de indicar o caráter



fáustico da entrada no crime. Diante da impossibilidade de outras alternativas por que não se entregar num pacto imaginário com o real?

### A recorrência do tédio

A obra clássica de Goethe pode ser tomada como referência paradigmática acerca da problemática do pacto diabólico. No entanto, encontramos outros aspectos na composição motivacional da entrada no crime e procuramos ilustrá-los por meio de três outras obras literárias. A primeira delas nos foi suscitada a partir da leitura de um texto bastante conhecido de Lacan intitulado *Subversão do sujeito e dialética do desejo* e no qual ele constrói o “grafo do desejo” já antecipado na seção VII do *Seminário V: As formações do inconsciente* (1957). Num dos momentos da construção do grafo ele ressalta que na insciência (*nescience*) do homem desejante refere-se não tanto àquilo que ele demanda e sim de onde provém o seu desejo. Nesse ponto ele recorda a fórmula “o inconsciente é o discurso do Outro” para em seguida acrescentar “o desejo do homem é o desejo do Outro”. Ao enfatizar o genitivo subjetivo presente nas duas fórmulas Lacan indica a precedência do desejo do Outro e a inscreve no grafo 3 por meio da pergunta “*Che vuoi?*” [o que você quer?] (LACAN, [1960]1998, p. 829)

Na novela de Jacques Cazotte *O Diabo Enamorado* (1772) esta é justamente a pergunta dirigida a Álvaro, personagem principal da trama, pelo diabo em sua forma de um dromedário: *Che vuoi?* O que queres de mim? No momento que antecede ao pacto a posição de Álvaro é paradoxal: nada quer, deseja tudo. Talvez seja esta a situação aporética do tédio: os pequenos contentamentos nada são diante da satisfação absoluta. Alguns filósofos já refletiram sobre o tédio que ronda todas as nossas efêmeras alegrias e curtos prazeres. Schopenhauer, por exemplo, mostra como o tédio não brota da expectativa abstrata acerca de uma satisfação impossível, todavia se instala imediatamente na saciedade quando alcançamos aquilo que queríamos e buscávamos:

Portanto, entre querer e alcançar, flui sem cessar toda vida humana. O desejo, por sua própria natureza, é dor; já a satisfação logo provoca saciedade: o fim fora apenas aparente: a posse elimina a excitação, porém o desejo, a necessidade aparece em nova figura; quando não, segue-se o langor, o vazio, o tédio, contra os quais a luta é tão atormentadora quanto contra a necessidade. (SCHOPENHAUER, [1819]2005, p. 404).

A sucessão do desejo e da satisfação num ciclo muito rápido agrava o sentimento de tédio, pois confirma a ilusão da pacificação plena e ao mesmo tempo a destrói. O tédio não é apenas, como define o dicionário, *sensação de enfado produzida por algo lento, prolixo ou temporalmente prolongado demais; sensação de aborrecimento ou cansaço, causada por algo árido, obtuso ou estúpido*. Seria, pois, o aborrecimento, a ausência de coisas interessantes a fazer. Não obstante, assinala Schopenhauer,





também a vida vertiginosa na busca de sensações o produz, a sucessão do desejo e da satisfação num ciclo muito rápido agrava o sentimento de tédio, pois confirma a ilusão da pacificação plena e ao mesmo tempo a destrói.

Assim, Álvaro é um jovem capitão, pertence à família de posses, sem se esforçar tem acesso a uma boa posição social e vive de maneira livre, a desfrutar inúmeros prazeres: jogos, bebidas, lutas e mulheres. Como militar já afirmou a sua virilidade no campo de batalha e a sua honra já foi reconhecida. Dado à aventura e ao desafio ele não recua diante do diabo e quer dominá-lo, o pacto, porém, insinua a possibilidade de introduzir em sua vida algo inteiramente novo. Algo inencontrável em sua vida de êxitos e prazeres.

Tudo isso parece bem distante dos adolescentes envolvidos com a criminalidade. Eles são pobres, abandonados, moradores nas periferias das grandes cidades, carentes de educação formal, despreparados para o difícil mercado de trabalho, acesso legal aos bens materiais e aos valores sociais. Deles não se pode dizer que há enfado decorrente da saciedade. Ao contrário, a motivação mais imediata e facilmente visível para a entrada na criminalidade é a revolta contra a sua situação e a procura por um atalho capaz de lhes oferecer um lugar na sociedade de consumo. Perambulando pela rua, falta-lhes o chão onde se apoiar, faltando-lhes também os esquemas de referência da vida quotidiana estão lançados na indeterminação social.

Assim, o adolescente D relata:

Eu ficava o **dia inteiro, a noite inteira na rua**. Ficava eu, meus amigos... aí tinha umas meninas da minha quebrada também que ficava na rua com nós de noite...aí **nós ficava só na rua**, assim... Eu ia em casa só pra dormir, tinha uma época aí que eu nem tava gostando de dentro da minha casa mais não... eu ia **só pra dormir mesmo, só pra dormir**... comia na rua, tudo o que eu tinha que fazer era na rua, ficava na rua o dia inteiro, só vendendo droga e aprontando. (D, 17 anos, Semiliberdade).

Por outro lado, a casa não é o lugar da proteção necessária a um tempo de formação, o espaço privado designado pelos gregos como *oiko* sem contraposição ao espaço público da *pólis*. Ela não provê os filhos com os recursos da *oikonomia*, e não é lugar de privacidade e sim de privação e do qual se quer escapar. Outros dois adolescentes mencionam a vida desinteressante produzida pelo aprisionamento em casa: “**eu ficava muito preso dentro de casa, né. Podia sair mais, podia conhecer outros lugares e tal...**” (A, Centro Cultural Vera Cruz). “Quando eu era mais novo **minha mãe não deixava eu sair de casa**, ficava **cuidando dos meus irmão...**” (C, 17 anos, Internação).

Como se vê não há verdadeira contraposição ordenada entre a cada, de um lado e a rua de outro, pois inexistente a diferenciação entre o público e o privado e, por conseguinte, também não há transição. A asfixia da casa com a privação das necessidades básicas e a loucura das ruas com a busca frenética de satisfação desorganizam a distância temporal entre o desejo e a saciedade, distância essencial,



como mostrou Schopenhauer, para assegurar certa estabilidade requerida para a consecução de um projeto de vida. A vida se contrai num único ponto de cada vez no qual fusionam o gozo e o tédio. Como testemunha o jovem Z, **“eu não pensava em mim como o protagonista da minha própria vida ou um jovem que tivesse um olhar diferenciado no sentido de um propósito**, de alguma coisa nesse sentido” (Z, Taquaril).

A “vida loka”, como dizem os jovens, irrompe na desagregação da temporalidade necessária à articulação entre o público e o privado. As vivências são simultaneamente frenéticas e entediantes. Assim como a fuga de casa não leva a lugar algum, também a fuga do tédio conduz ao seu reencontro no momento mesmo da saciedade, porque na temporalidade contraída do ato criminoso não há passagem para a fruição, somente para o gozo obtido na reiteração do próprio ato.

## O preço da riqueza

Inspiramo-nos nas obras de Goethe e Cazzote de modo a trazer elementos que nos ajudem a compreender a entrada no pacto diabólico do crime. O objeto perdido impulsionando o sujeito melancólico ao desespero de um pacto também perdido, antes mesmo de ser celebrado. A fuga do tédio levando ao seu reencontro e redundando na reiteração do ato criminoso. Aparentemente os dois motivos são mais distantes da questão da entrada do adolescente no crime, pois o motivo mais óbvio é o desejo ardente de entrar na esfera do consumo.

Esse motivo próximo e de fácil visibilidade pode ser ilustrado pela pequena novela *O Mandarim* de Eça de Queiroz [1880](1963). Nele, Teodoro, cujo nome significa “presente de Deus”, se entrega à tentação de sair de sua vida medíocre e usufruir as “boas coisas da vida”: ouro aos montes, vinhos, comidas e mulheres. Na pensão onde vivia era apelidado de “enguicho”, nomenclatura adequada à sua vida amesquinhada. Teodoro se dedica à leitura e por acaso se depara com o trecho de um livro que apresenta a possibilidade de assassinar um desconhecido mandarim na China apenas pelo toque de uma campainha e no mesmo instante herdar sua imensa fortuna. Nosso personagem é invadido por um dilema moral e a sua hesitação já é ocasião para o surgimento do “tentador”. O grande escritor português retrata como se deu o encontro com o diabo:

‘No fundo da China existe um Mandarim mais rico que todos os reis de que a Fábula ou a História contam. Dele nada conheces, nem o nome, nem semblante, nem a seda de que se veste. Para que tu herdases os seus cabedais infindáveis, basta que toques essa campainha, posta a teu lado, sobre um livro. Ele soltará apenas um suspiro, nesses confins da Mongólia. Será então um cadáver: e tu verás a teus pés mais ouro do que pode sonhar a ambição de um avaro. Tu, que me lês e és um homem mortal, tocarás tu a campainha’

Estaquei, assombrado, diante da página aberta: aquela interrogação ‘homem mortal, tocarás tu a campainha?’



[...]

Foi então que, do outro lado da mesa, uma voz insinuante e metálica me disse, no silêncio: Vamos, Teodoro, meu amigo, estenda a mão, toque a campainha, seja forte!

[...]

- Aqui está o seu caso, estimável Teodoro. Vinte mil-réis mensais são uma vergonha social! Por outro lado, há sobre este globo coisas prodigiosas: há vinhos de Borgonha, como por exemplo o Romanée-Conti de 58 e o Chambertin de 61, que custa, cada garrafa, de dez a onze mil-réis; e quem bebe o primeiro cálice não hesitará, para beber o segundo, em assassinar o seu pai[...]. (QUEIROZ, [1880]1963, p.18).

O desejo de riqueza é motivação óbvia. Recolhemos em oito relatos dos 12 adolescentes entrevistados a obviedade da relação entre o envolvimento com a criminalidade e a avidez por dinheiro, bens e mulheres. O adolescente G. diz como a entrada no crime foi impulsionada pelo desejo de riqueza: “Eu envolvi com uns 13, 14 anos no tráfico, porque **eu queria ganhar dinheiro, queria andar suave, ter um dinheiro pra dar um rolé e ficar pedindo pai e mãe, esse trem tá embaçado**” (G, 17 anos, semiliberdade). “De vez em quando **tirava uns 8 mil ...brincando...** no 157 e no tráfico [...] **gastava assim nibarcomozôto** assim ó...**com muié**, tava nem aí fí... ih, foda-se, **amanhã tem mais**” (G, 17 anos, semiliberdade).

Outros depoimentos podem ser citados de modo reforçar o caráter bastante evidente do dinheiro como motivador da entrada no crime:

Eu ficava na casa dos meus primos, aí foi lá e **eu tava precisando de dinheiro** e aí eu roubei pela primeira vez e desde essa primeira vez eu continuei... fui roubando e roubando mais ainda. (J, 18 anos, internação).

Ah, eu **queria ter tudo...** ah, a **vida boa**. Poder **andar cheio de ouro, carro**, , essas paradas aí. A vida que ocê quer, ué! **Nem todo mundo quer, mas eu queria e quero mais, o mal do crime é isso aí**. Você quer, você quer e quer mais. (Y, 18 anos internação).

Nessa idade [14 anos, quando começou a vender drogas] eu **tinha muita vontade de ter coisa cara, de curtir, que eu tinha aquele desejo da infância assim, sabe? De ir num lugar bacana**, de conhecer uns lugar diferente e tal... (A, Centro Cultural Vera Cruz).

Por vezes, o dinheiro a ser ganho é suplantado pela revolta de jamais o ter tido. Portanto, é a revolta e não o dinheiro que é colocada como primeiro motivador. Como aparece na fala do jovem D:

[...] tudo o que aconteceu assim, eu fiquei meio revoltado, né! E segundo, **por causa de dinheiro** também, porque **minha vó não me**



**dava dinheiro, meu pai também não, minha mãe também não... e aí eu queria ficar na rua, queria fazer as coisas, sair, pra mim ter dinheiro, eu vendia droga. Aí com esse dinheiro nós saía, ia pra baile, aí nós tinha dinheiro pra fazer o que nós quisesse. Comprar roupa, comprar um boné... se quisesse chegar de tarde na rua e tomar um refrigerante na rua e ter dinheiro pra você fazer o que você quiser... e foi isso aí. (D, 17 anos, Semiliberdade).**

Outras vezes a busca pelo dinheiro não visa beneficiar a quem o busca, mas é justificada por um motivo “nobre” como o desejo de resgatar os filhos da miséria, como se vê no depoimento de C:

**Se eu conseguir arrumar um emprego pra mim... eu pretendo mudar de vida, mas... se eu não conseguir eu vou ter que continuar na mesma vida, porque eu não vou querer ver meu filho tipo... tipo crescer com revolta também, tipo igual eu cresci com revolta com meu pai. Tipo, eu quero dar pro meu filho um exemplo melhor também, né... quero dar ele umas coisas boas, tipo, que eu não tive na infância, dar ele tipo... uma bicicleta, pra ele tentar andar de bicicleta, videogame assim... assim sem emprego, sem dinheiro a gente não consegue nada, porque dinheiro ultimamente é tudo, é a lógica, sem dinheiro a pessoa não tem nada, né. (C. 17 anos Internação).**

O dinheiro aparece novamente condicionado pela revolta e está explicitamente dirigida ao pai. Aqui podemos retomar a cena descrita em *O mandarim*. Já se sabe o que quer o diabo: a alma imortal. Mas ainda que a morte possa ser postergada o preço da riqueza e do prazer deve ser pago na hora com um simples toque de campainha. Com ele a alma já se perdeu na aceitação de um crime de sangue. O assassinato do mandarim longínquo descortina a possibilidade de todos os crimes, até mesmo do parricídio em troca de um cálice de vinho. A busca da riqueza é motivação bastante óbvia, o seu possível desdobramento é assustador. O assassinato do pai, sugerido pelo diabo a Teodoro, não é uma possibilidade abstrata para exemplificar a força de atração das delícias de uma vida em abundância. A associação da morte do pai próximo com a morte do mandarim distante aponta para o parricídio como ruptura da ordem humana. Na seção quinta do último ensaio de *Totem e tabu*, Freud analisa os dois tabus do totemismo: a proibição do incesto e o respeito ao animal totêmico como substituto paterno. A interdição do parricídio seria a base universal da vida ética: “os sentimentos sociais fraternos sobre os quais repousa a grande reviravolta (*Umwälzung*) conservam desde então e por longo tempo a mais profunda influência sobre o desenvolvimento da sociedade [...] a sociedade repousa na culpa compartilhada pelo crime cometido em comum” (FREUD, [1913]1999, p. 176)

O que está em jogo aqui? Apesar das notícias alarmantes veiculadas pela mídia, sabemos que a maioria das infrações dos adolescentes não comporta ações especialmente violentas. No entanto, na ausência de políticas públicas efetivas, o potencial de violência nelas contido pode explodir e isto pode às vezes ocorrer com



passagens ao ato surpreendentes, comportamentos violentos sem objetivo aparente, sem lucro ou ganho material para quem os comete. Mas não se trata apenas da violência explosiva, clamorosa. O pacto tem raízes profundas.

O jovem L. que se apresenta como desligado do crime menciona a sua face demoníaca:

Todo mundo falava comigo, todo mundo que eu encontrava...todo mundo falava comigo, mas na minha mente eu tava tão...tava tão ligado, **tava tão fechado no tráfico** ali, no tráfico de droga ali, **na venda, naquela movimentação de dinheiro**, aquele **tanto de dinheiro que eu via, arma, droga...** tudo ali eu via, **tava tudo ali na minha mão...** eu já **ficava doido, eu falava: não eu não posso largar nada, vou largar nada...** não vou largar isso aqui não, **isso aqui é minha vida mesmo**, eu não quero saber de mais nada não... aí, todo mundo falando comigo e eu não queria... a minha mente... **o demônio já fechou minha mente**, já não tinha mais jeito. (L, Território).

“O demônio fechou a minha mente”, diz ele. A mente fechada metaforiza uma vida sem alternativa, desde o início, fechada para uma autêntica realização humana. Não se trata de uma situação individual, há toda uma atmosfera a favorecer a entrada no crime. L. continua o seu testemunho:

Igual eu... eu **nasci no meio da favela** lá...no meio do miolo lá...Aí cê vai... sair no seu portão, cê vai... cê criança, vendo isso tudo, cê crescendo vendo isso tudo... cê vai lá ver na esquina lá **o cara com revólver e vendendo droga**, com revólver do lado e aquele **tanto de gente comprando droga**, aí depois cê vai ver **mulher na frente com eles, cê vai ficar vendo o cara crescendo, cê vai vê o cara com dinheiro, com carro, com tudo[...]** Mas isso pra mim é o que influencia, porque a pessoa vai ver isso, vai **ver aquele tanto de dinheiro assim...** aí vai na escola, **aquela luta toda, aquela luta na escola, tudo lá... pah... aí cê já vê o governo... tipo o governo já não ajuda com educação muito, já não ajuda muito, entendeu?... aí, quê que você vai escolher? Quê que você vai escolher? Ficar, ganhar dinheiro fácil, ou do jeito mais difícil?** (L, Território).

Dentro de baile que eu vi, eu vi uns cara que morava perto da minha casa que morava na minha rua, **não trabalhava**, ficava à toa o dia inteiro, tinha as melhores mulheres do baile, **tinha dinheiro, andava de carro, andava de moto...** e eu, com os menino da minha idade que andava comigo também, começou a se espelhar nessas pessoas, né... nos cara que era dono do baile, ninguém mexia com eles. **E a gente queria ser assim um dia também.** (JF, 34 anos, APAC).

Há duas alusões a serem sublinhadas: “o governo não ajuda com educação muito” e “a gente queria ser assim um dia também”. São duas ausências marcantes. A do governo, ou seja, da presença do Estado como referência simbólica, garantia do





bem comum acima dos interesses privados. A do futuro cuja falta é imaginariamente identificada com o sucesso do “dono do baile” (carro, moto, dinheiro, mulheres). As duas ausências convergem numa mesma impossibilidade: a da realização do indivíduo como ser político. Por conseguinte, o potencial de violência não se manifesta apenas de forma explosiva, clamorosa, pois já está estruturalmente presente numa forma silenciosa e não menos destrutiva (DRAWIN, 2016).

### A afirmação viril

Não se podem minimizar as condições estruturais da violência, mas estas são sobre-determinadas por outros fatores. Quem entra na criminalidade? Os meninos. As meninas orbitam em torno deles, frequentemente movidas pela paixão, pelo desejo de compartilhar os prazeres e o prestígio proporcionados pela atividade criminosa. Em muitas das citações acima registradas, tanto da literatura, quanto dos jovens, as mulheres são postas como um dos “bens” mais desejáveis. Elas desempenham um papel fortemente mobilizador, porque estão integradas de modo muito marcante no imaginário da posse, isto é, da riqueza e do poder.

Para ilustrar esse aspecto da entrada na vida criminosa recorreremos a um brevíssimo recorte do romance já clássico de Guimarães Rosa ([1956]1994) *Grande sertão: Veredas*. Nas muitas tramas que compõem a teia do Fausto dos Sertões nos deparamos com o desejo de Riobaldo de se apresentar como homem, valente e viril diante de Reinaldo/Diadorim. Riobaldo, o Tatarana, o Urutu Branco deseja ser homem valente e participar das guerras dos jagunços. O personagem confessa: “Mas eu sempre fui um fugidor. Ao que fugir até preciso dar fuga”. “Medo de errar. Sempre tive. Medo de errar é que é a minha paciência” (ROSA, [1956]1994, p. 254-255).

Apesar disso, a sua nomeação como Tatarana, lagarta de fogo, vai lhe abrir o lugar simbólico de homem valente. O pactário Hermógenes o reconhece como tal: “Eh, valente tu é, Tatarana! Gosto dessa sua bizzaria” (ROSA, [1956]1994, p. 321). A nomeação se efetiva materialmente: valente é quem empunha uma arma: “Mire veja: o rapazinho, no Nazaré, foi desfeitoado, e matou um homem. Matou, correu em casa. Sabe o que o pai dele temperou? – ‘Filho, isso é a tua maioridade’” (ROSA, [1956]/1994, p. 148).

O mito distorcido do herói armado, do guerreiro empolga o imaginário dos adolescentes brasileiros envolvidos com a criminalidade. Por que distorcida? Porque o herói não se insere numa narrativa mais ampla e de natureza política. O guerreiro, pode-se dizer, a guerra cotidiana da criminalidade, encontra-se difusa no espaço urbano e ocupa o vazio da política e responde à falência de um Estado capaz de representar minimamente o bem comum. Como vimos esses jovens vivem o desampara, seja na privação da casa, seja na terra de ninguém das ruas. A coragem almejada e fictícia se desvanece no impulso de uma ação pré-política e suicida no mundo deslumbrante do dinheiro, do prazer e do sucesso, mundo vislumbrado na mídia, mas que nunca será o seu. A entrada no crime é o ato de fusão do desespero e da esperança.

Três jovens relatam a sua ambição de ter um nome conhecido e “respeitado”:



Um ponto assim... eu não envolvi...tipo, ozôtro pensa né... ah ocê envolveu foi de embalo... de menor envolve é de embalo. Eu envolvi é porque eu quis... porque eu quis **botar minha cara**, porque eu quis ganhar meu dinheiro... **quis fazer meu nome**... bota fé? (G, 17 anos, Semiliberdade).

Meu nome, naquele modelo eu não tenho não, mas **meu conceito eu tenho**. [...] Tipo, meu nome, feito assim, que todo mundo é falado... né não fí... mas **qualquer quebrada que eu chegar aí, qualquer lugar da minha quebrada eu sou bem respeitado**, tenho **meu conceito**, posso **chegar lá de cabeça erguida**, dá nada, só o desembolo. (G, 17 anos, Semiliberdade).

Eu me ofereci, eu me ofereci a envolver. Eu achava legal, eu achava bacana, queria ter fama, **queria fazer meu nome**... é ilusão, por ilusão. (LM, 18 anos Centro Cultural Vera Cruz)

E assim eu **fui criando fama, criando fama** e... infelizmente **eu tinha um lado no crime** que, **quando eu comecei com isso era muito heroísmo**, então se alguém arrumasse briga comigo dentro de baile, alguma coisa, eu conversava e resolvia, eu desenrolava se fosse comigo. **E eu fui ganhando muito nome com isso**. (JF, 34 anos, APAC).

Nos quatro depoimentos vemos repetir o significante “nome” como “fazer meu nome” ou “ganhando muito nome”. A nomeação simbólica prévia é precária. Não há uma base sólida de reconhecimento através de uma grande narrativa na qual ele pode encontrar o seu lugar de herói. Se há algum reconhecimento no mundo do crime e na guerra do tráfico, este é frágil, instável e perigoso. Na ausência da sustentação num projeto de vida mais amplo e mais longo, a idealização de dá de modo imediato, restrito e associado ao medo e à violência. Como diz C: “Pra mim, quando eu era pequeno, tipo, **era maneiro ser bandido**...tipo, os bandido tinha **respeito na favela**, era **respeitado onde que fosse**... aí eu **queria** ter igual eles, tipo, **ter respeito, assim, na favela, ninguém tirava**...tipo... **queria ser bandido**” (C, 17 anos, Internação).

Cada um deve “fazer”, “ganhar” materialmente o seu nome, a sua posição viril. Em sua conquista ainda pode haver o resquício de um objetivo maior: “Senti, senti... família, ué, **eu me considero pai dos meus irmãos, se eu não puder ajudar meus irmãos, eu fico louco, meu coração parte**” (Y, 18 anos, Internação).

Ser provedor pode fazer parte da figura da virilidade. Entretanto, o seu ponto de efetivação, conforme se viu em Riobaldo, consiste em não temer usar a arma e ser capaz de matar.

## A disposição da revolta

A entrada no crime é determinada em última instância por condições estruturais. A sua efetivação resulta, no entanto, da conjunção de diversos fatores. Em nosso



texto – sem pretensão de fazer uma listagem exaustiva das motivações ou de realizar uma sondagem empírica mais abrangente – procuramos entremear trechos de obras literárias e fragmentos dos testemunhos dos adolescentes de modo a propor um primeiro esboço, ainda bem genérico, de compreensão do problema. Fizemos no início a pergunta: por que nas mesmas condições apenas certos grupos entram no crime? Esta pergunta não pode servir como um alibi psicológico de modo a minimizar a determinação estrutural, aqui designada como de “última instância”, na explicação da criminalidade massiva e endêmica na qual vivemos. Em palavras bem claras: o “alibi psicológico” consistiria em dizer, quem se torna criminoso é porque tem “problemas psicológicos”, “distorções de personalidade”, pois tem muita gente pobre boa e honesta. Não endossamos de modo algum este modo de pensar tão difundido e tão cômodo, porque acalma a nossa consciência e contribui para a ocultação da iníqua desigualdade na qual vivemos nestes “tristes trópicos”.

Feita a advertência, retomamos a pergunta. Quem entra no crime? No tópico anterior assinalamos: sobretudo os meninos, motivados por seu ideal de virilidade. E para quais meninos este ideal funciona? Para aqueles que são movidos pela revolta. Este elemento aparece normalmente associado a fatores traumáticos como extrema precariedade material ou violência doméstica e comunitária. Motivação recorrente como se pode ver nos testemunhos de diversos entrevistados.

O adolescente G, 17 anos, se revolta com a agressão física permanente do tio:

Tipo... um tempo atrás, **meu tio só me batia**, fraga? [...] Aí meu tio só me batia, fraga? **Desde pequeno...** isso, tipo **me deixou** até meio tipo, sei lá, se chega um ponto a gente pode falar **traumatizado...** não sei... talvez **se eu não fosse traumatizado** [trecho inaudível]... mas, sei lá, já escutou aquele ditado, **ninguém tem sangue de barata? Não aceita ser pisado? Não aceitei**, véi! Ele queria bater no meu irmão, isso foi 23 de setembro de 2016, por isso eu tô respondendo, hoje em dia... Meu tio foi **bater no meu irmão... eu vi, meu sangue... nuh... ferveu...** eu atirei nele... dei um nele... (G, 17 anos, Semiliberdade).

D. quer conseguir bens materiais, mas o primeiro motivo de sua decisão de entrar no crime é a revolta devido o abandono da mãe:

Ela ficou uns **3 anos fora**. E aí depois voltou, pediu desculpa, pah... aí foi nessa época aí que **eu fiquei mais revoltado**. Aí eu podia fazer o que eu quisesse, sair a hora que eu quisesse. [...] Eu fiquei na casa da minha vó.  
(Pergunta-se por que ele acha que isso aconteceu). Ah, eu... primeiro, **por causa de revolta**, né? Porque... tudo o que aconteceu assim, eu fiquei meio revoltado, né! Mas isso aí foi um **fator de eu tá aqui**, né? **Revolta**. Ela que me trouxe aqui onde que eu tô hoje. **Por conta da revolta**, tudo o que eu fiz de errado achando que era melhor pra mim foi pior. (D, 17 anos, Semiliberdade).



LM relata uma experiência de desligamento da criminalidade, indicando que um dos motivos de sua adesão foi a revolta em relação a violência na comunidade

Certo dia eu arranjei uma confusão com um menino, com um irmão de uma ex-namorada minha e ele foi lá em casa com uma arma de brinquedo, me ameaçou, falou que ia matar minha família e nisso **eu fiquei revoltado...** falei: “não, eu vou matar esse cara porque isso não pode ficar assim”. No mesmo dia eu saí de casa e fui pra boca de fumo, comecei a envolver mesmo, até fiquei morando numa casa lá e naquilo eu comecei vender e, tipo, a boca de fumo já tinha guerra com a outra boca de fumo pra ver qual boca que ia predominar o bairro. (LM, 18 anos, Centro Cultural Vera Cruz).

O jovem J, da internação, diz como o movimento de entrar e sair do crime estava vinculado com as vicissitudes de uma ligação amorosa e como a ruptura da relação lhe suscitou a revolta:

Aí eu fui pra Sabará, meus primo morava lá, eu comecei a ficar lá e aí eu conheci uma menina lá...eu fui lá e pedi a mãe dela pra nós namorar e nós começou a namorar e foi... teve uma parte, teve uma vez que eu traí ela aí foi lá e nós terminou...aí... noh... **isso me dava só uma revolta... eu tinha até saído do crime por causa dela, parado de usar dorga... esses trem assim...eu saía de tudo, assim, só quando nós brigava aí eu voltava** tudo de novo, voltava a roubar... esses trem...Noh! Era muita coisa (J, 18 anos, Internação).

X, outro jovem da internação, aponta a sua revolta com as atitudes de descaso, negligência e irresponsabilidade de seu pai:

Pah, eu trabalhava, aí eu **entrei na vida do crime por causa do meu pai**, que meu **pai vendeu meus trem, minhas coisa que eu comprei**, trabalhei **de carteira fichado**, aí ele foi e **vendeu minhas roupas, vendeu tudo**, aí eu **fui morar com minha vó...** fui morar com minha vó e fiquei tranquilo. Aí minha mãe não é de Belo Horizonte, foi pra minha cidade, que eu não sou daqui, eu sou de Campo Belo, aí eu fuie...**fui morar com minha mãe, mas minha mãe começou a usar droga de novo** aí... **comecei a roubar**, roubar, **traficar**, aí eu **entrei pra vida do crime**. (X, Internação).

C. narra um histórico de violência familiar incluindo bebedeiras, agressão física e o aprisionamento dos filhos dentro de casa:

Parei de frequentar a escola, que foi em 2011, aí que **minha vó mandou eu ir morar com meu pai...** foi desde aí que minha vida,



tipo... **comecei a entrar no mundo do crime mesmo. Comecei a ficar revoltado** ... tipo minha mãe não deixava eu tipo... tipo ter uma brincadeira ali na rua, tipo... eu via meus colegas assim brincando ali na rua, aí se eu saísse, tipo... do portão pra fora assim, já era motivo pra minha mãe me bater. Aí minha mãe, tipo, minha mãe foi muito rígida comigo. **Aí começou dentro de mim, tipo... tipo a revoltar, tipo a querer... querer ter mais liberdade.** (C, 17 anos, Internação).

Aí minha **mãe tipo bebia...** não sei se ela usava droga... bebia... aí tipo... **deixava nós dentro de casa. Eu olhava meus irmão,** aí eu não tinha tipo... não tinha tipo... **não tinha liberdade pra mim.** Tá ali na rua jogando futebol ou soltando um papagaio... minha infância foi toda olhando meus irmão...aí isso aí, tipo... **fui colocando na mente que eu queria virar bandido,** esses negócios assim. De vez em quando, **em vez da minha mãe tá fazendo o serviço dela, ela tava deixando eu fazer o serviço dela, pra ela tá indo curtir e deixava nós em casa sozinho.** Aí isso aí foi indo e **eu fui tomando raiva, aí comecei a querer envolver no tráfico,** aí foi isso. (C, 17 anos, Internação).

Meu **pai bebia também, nunca teve presente comigo,** não foi de levar tipo... levar para dar um passeio tipo... no parque ecológico, esses lugar assim, nem parque não...tipo num passeio nem numa favela mesmo que tem ali, passeio num lugar, numa sorveteria, **nunca foi presente comigo... daí eu fui revoltando também, né... sem a presença dos pais também, é muito ruim,** sô...sem ter a presença de um pai perto pra te dar a você um exemplo, pra te dar... sentando e conversando com você falando como é a vida, que tipo o crime não compensa... eu nunca tive isso daí não. (C, 17 anos, Internação).

L. afirma ter conseguido se desligar do crime e relaciona a sua entrada à revolta com a discriminação no interior de sua família e o clima de miséria e violência em sua comunidade:

Noh, eu **já vi altas cenas na minha vida...**noh, **minha mãe, depois de uns tempo ela já foi ficando cheia de doença, cheia de problema,** assim...eu já **fiquei preocupado,** eu já briguei muito também com meu irmão, minha vida ó... antes disso tudo eu **brigava muito com meu irmão, porque eu achava meio desigual aqui em casa...** meio tudo... tipo, mais pro lado do **meu pai também, que meu pai nunca foi muito presente** assim...Mas eu aprendi que **isso tudo não é... isso aí pra mim é desculpa, lero-lero, porque isso não é motivo pra pessoa entrar nisso não,** porque se a pessoa batalhar hoje em dia, a pessoa consegue. (L, Território).

Eu falo, no meio do morro assim... aquele tanto de, tipo, troca de tiro, às vezes cê vê colega seu morrendo do seu lado assim e você não poder fazer nada ... **aí, a pessoa já revolta com uns trem desse...** aí, em casa, também, às vezes a pessoa não tem o que comer, não ter na onde deitar, onde por a cabeça à noite... a pessoa já pensa assim... **Igual o ladrão, a mente do ladrão é essa: ele não tem nada, aí vê a pessoa, ele vai lá pra um lugar igual o Belvedere, vê a pessoa com**





**carro, com casa, com celular, cê vê aquele trem todo e ocê nunca tem aquilo? A pessoa já fica, tipo, revolta. O demônio, ele trabalha desse jeito, ele vê sua pior fraqueza e trabalha nela.** (L, Território).

Depois da morte da avó, P. encontra a sua mãe com o segundo marido e passa a ver a sua vida como uma experiência de invasão e abandono.

O professor um dia me fez uma pergunta ali... como foi minha infância de quando que eu era criança... aí eu me lembrei que um dia, quando **eu tinha 7 anos**, um homem... um homem não, foi uma muié...na rua... **me deu uma bola e meu tio pegou e vendeu ela pra poder beber pinga.** (P, APAC).

E era aquela bagunça tudo... **não tive aula...lá na minha vida... e ela [mãe] nunca preocupou comigo.**O dia que a mãe dela morreu, que era minha vó, **eu fui conhecer ela, eu tinha na faixa de 8 a 9 anos de idade...** que eu vi ela na tapera véia, foi até o dia que **velou minha vó, que pra mim era minha mãe**, que ela tava dentro dum caixão, que velou... **apareceu essamuié**, apareceu um tanto de gente... eu... uai...o caixão, o meu vô, os irmão dela, os fios dela tudo bebia, as irmã dela também. Aí pegou, **eu conheci, por acaso, eu conheci aquele trem**, aí ela já veio... que era o Sérgio, que ela já tinha ganhado o Sérgio, a Keila, na época... a Keila e a Sheila só, acho que só. Aí eu peguei e conheci aquela família. Aí quê que eles fez... a mãe...? Eles pegou eu... váp... levou eu pa casa deles...levou pa casa deles. Na casa deles eu cheguei lá, vi esses menino, vi o sogro dela que morava com ela também realmente, o Celso que era pra ser meu padrasto. **E ele já começou, do nada, a já querer me bater, me explorar pra eu lavar panela pra eles, a roupa toda...** até comecei a lavar, entendeu? Comecei lavar, **aí chega um tempo ele começa a me bater... eu morei com eles 2 dias, eu fugi de casa, de dentro da casa deles.** (P, APAC).

Por que somente alguns são movidos pela revolta? Porque embora o afeto contido na revolta possa ser amplamente difundido a sua efetivação em ato deve ultrapassar muitas barreiras. A contenção pelo medo e pela repressão, a sua sedação pela indiferença e pelo desânimo, a sua canalização para outros objetivos considerados mais viáveis ou mais dignos como pode ocorrer quando se adere a uma crença religiosa ou emerge uma nova situação de vida, por exemplo, o nascimento de um filho.

Os eventos originários causadores da revolta devem ter força suficiente para romper as barreiras que impedem a sua manifestação como o medo, a indiferença, a crença. Aparentemente tais barreiras mantêm o sujeito em sua posição estrutural de impotência e submissão. Os revoltados são aqueles que sob o impulso daqueles eventos originários de segregação, exclusão e sofrimento são capazes de saltar sobre tais barreiras num ato de identificação com os vitoriosos da sociedade. Todavia não devemos nos esquecer que a palavra “revoltar”, em sua acepção comum, significa



“insurgir-se contra”, “sublevar”, “amotinar”, “sentir indignação”, porém também remete a “tornar a voltar, regressar” de modo a conduzir o sujeito ao lugar de onde partiu (HOUAISS, 2004, p. 2.454). De qualquer forma o salto para cima da revolta, na ânsia de identificação com aqueles que estão “por cima” acaba sempre pela queda e por confirmar na agitação de superfície a impotência do revoltado, a impassibilidade do senhorio e a imobilidade da desigualdade social.

## Considerações finais

Ao longo deste trabalho entrecruzamos fragmentos de relatos de jovens envolvidos com o crime e trechos literários com o objetivo de lançar alguma luz nas motivações que os impulsionam em direção à criminalidade. As obras literárias têm um alcance antropológico muito maior, pois na particularidade de seus personagens e enredos abordam ficcionalmente o drama existencial da vida humana. Seja como for, elas nos ajudaram a costurar as narrativas individuais dos adolescentes com o quadro mais amplo de uma aposta psíquica inconsciente que preside a sua entrada no crime. Partindo da tragédia de Goethe (1749-1832), passando pelas novelas de Jacques Cazzote (1719-1792) e Eça de Queiróz (1845-1900), concluímos o percurso com o drama fáustico do sertão recriado de Guimarães Rosa (1908-1967). A nossa pequena tipologia das motivações para a entrada dos jovens pobres e excluídos no crime foi amarrada com a ideia do pacto demoníaco. Se o pacto representa o enlace do jovem com o crime, quem seria o diabo? No último tópico do nosso texto tratamos da revolta como impulso motivador para a entrada no crime, porém sem remeter a nenhuma obra literária. O revoltado seria o jovem capaz de dar o salto de identificação com a riqueza e o poder das classes dominantes. E por que ele o faz? Porque é continuamente estimulado a fazê-lo. A palavra diabólica é justamente esta: você pode tudo, porque eu posso lhe dar e posso lhe dar porque tenho tudo. Eis a figura do diabo seduzindo o jovem revoltado ao tomá-lo como a imagem invertida da dominação. A fonte de inspiração dessa reflexão pode ser encontrada no romance metafísico de Dostoiévski (1821-1881) *Os demônios* (1871). Nele, o engenheiro Alexej Kirílov investiga “as razões pelas quais os homens não ousam se matar”. O que os impedem é o medo da morte e este os leva a inventar Deus, o usurpador de sua vontade livre:

Se não existe Deus, então eu sou Deus [...] Se Deus existe, então toda vontade é dele, e fora da vontade Dele nada posso. Se não existe, então toda vontade é minha e sou obrigado a proclamar o arbítrio”  
“Se há um Deus então toda vontade é sua e eu não posso me livrar de sua vontade; mas, se não há, então toda vontade é minha e é minha obrigação manifestar minha própria vontade. (DOSTOIÉVSKI, [1871] 2013, p. 597; FOGEL, 2014, p. 123-159).

Aí estaria a pedra angular do niilismo: não há sentido algum, não há limite algum, podemos ser tudo. O niilismo é a doutrina que azeita o funcionamento do sistema de acumulação do capital sem outra finalidade senão a própria acumulação.



A figura demoníaca representa tal sistema alimentado pela *hybris* do consumo e da riqueza pela riqueza. Os jovens revoltados e pactuados com a criminalidade refletem de modo invertido a sua imagem.

Dessa forma, ao nos depararmos com testemunhos de jovens que apresentam, em algum momento da trajetória, um envolvimento com a criminalidade e nos empenharmos em decantar destes depoimentos os pontos que revelam as motivações para a entrada na criminalidade, foi possível identificar cinco tipos de motivação para pactos diabólicos: a impossibilidade do luto, a persistência do tédio, a ânsia pelos bens de consumo, a afirmação viril e a revolta que tudo isto mobiliza.

Concentramos nossa escuta no ponto no qual o jovem narra a sua motivação para a entrada na criminalidade pudemos perceber que as motivações que norteiam os pactos selados ao longo das trajetórias desses jovens não apresentam uma delimitação precisa, não aparecem isoladamente, mas permeiam as narrativas formando um todo que nos indica um caminho para pensarmos as condições de exclusão e violência social nas quais esses sujeitos estão inseridos. Os tipos de enlace, ou pactos, desses jovens com a criminalidade, com o diabólico nos dizem da posição subjetiva dos indivíduos sem, no entanto, deixar de nos informar sobre o fenômeno coletivo que o envolvimento com a criminalidade representa. Conhecer os determinantes psíquicos que orientam esses pactos nos permitem estar um pouco mais próximos do entendimento desse enlace com a criminalidade sem perder de vista a dimensão do sujeito, em oposição à banalização da criminalidade, frequentemente exposta em nossa sociedade em forma de dados recorrentemente representados pela anúncio de números frios, que tendem a esconder da opinião pública justamente aquilo que a literatura, como arte, tem a propriedade de trazer à tona, ou seja, a sensibilidade e a capacidade de nos tocar naquilo que temos de mais sensível: a condição humana.

## REFERÊNCIAS

- BRUNEL, P. (org.). **Dicionário de mitos literários**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Editora UNESP/ Imprensa Oficial, 2009.
- DOSTOIÉVSKI, F. **Os demônios**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 1871-2013.
- DRAWIN, C. R. Clamor e silêncio da violência. *In*: MOREIRA, J. de; KYRILLOS NETO, F.; ROSÁRIO, A. (org.). **Violência(s): diálogos com a psicanálise**. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 11-41.
- FOGEL, G. Dostoiévski: voluntarismo = niilismo. O suicídio de Kíílov. *In*: CABRAL, J. S.; BINGEMER, M. C. (org.). **Finitude e mistério**. Mística e literatura moderna. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Mauad, 2014.
- FREUD, S. Carta a Fliess de 17/01/1897 (Carta 56). *In*: MASSON, J. M. (ed.). **A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904)**.



Rio de Janeiro: Imago Editora, 1897-1986.

FREUD, S. **Totem und Tabu** [Totem e tabu]. GW, IX, 1913[1912-1913]-1999.

FREUD, S. **Metapsychologische Ergänzung zum Traumlehre** [Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos]. GW, X, 1917-1999a. p. 411-426.

FREUD, S. **Trauer und Melancholie** [Luto e melancolia]. GW, X, 1917-1999b. p. 427-446.

FREUD, S. **Jenseits der Lustprinzips** [Além do princípio de prazer]. GW, XIII, 1920-1999.

FREUD, S. **Eine Teufelsneurose im siebzehnten Jahrhundert** [Uma neurose demoníaca no século XVII]. GW, XIII, 1923-1999.

GOETHE, J. W. Von. **Fausto. Uma tragédia** – Primeira parte. São Paulo: Editora 34, 1829-2016.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LACAN, J. (1998). Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. *In*: LACAN, J. **Écrits** [Escritos]. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1966-1998. p. 807-842.

MOREIRA, J. de O.; GUERRA, A. M. C.; DRAWIN, C. R. Adolescência e medidas socioeducativas: revisão de literatura. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 33, p. 1-9, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3337>.

QUEIROZ, E. de. **O mandarim**. Porto Alegre: L&PM, 1880-1963.

RAMÍREZ, M. E. **Clase 9**. Sujeto, Memoria y Conflicto. [Weblog], 2016. Disponível em: <https://marioelkin.com/tag/agresividad/>.

ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1956-1994. v. 2. Disponível em: <http://stoa.usp.br/carloshgn/files/-1/20292/GrandeSertoVeredasGuimaresRosa.pdf>.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e representação**. Primeiro tomo. Tradução de Jair Barboza. São Paulo: Editora UNESP, 1819-2005.

TAVARES, P. H. de M. B. Fausto como paradigma da melancolia. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 459-486, 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482009000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000200005&lng=pt&nrm=iso).

VASSE, D. **O peso do real: o sofrimento**. Rio de Janeiro: Revinter, 1999.









## 6 CRIME E CASTIGO DO GOZO ADOLESCENTE<sup>1</sup>

Mario Elkin Ramírez

### Uma perspectiva histórica

A palavra “adolescência” provém da raiz indo-europeia *al*, “nutrir”, “crescer”, da qual se derivou da voz latina *alere*, “alimentar”, que deu lugar a *alescere*, “aumentar”. A partir dessa última, unida ao prefixo *ad*, se formou o verbo *adolescere*, “crescer”, “desenvolver”. Em latim, a palavra *adolescentia* provém do verbo *adoleo*. Em outros termos, há um algo a mais nessa palavra, e não um indicativo de falta.<sup>2</sup>

Por sua vez, o termo excesso provém do latim *excessus*. Parte que excede, que ultrapassa a medida ou a regra, que vai além do ordinário e do lícito de qualquer maneira.

Rapidamente, a importância do excesso se desloca de um “algo a mais” para um ato de delito. Portanto, o que excede algo se articula como violação, delito ou crime.

A origem etimológica da palavra excesso remete à palavra grega *Hybris*, que pode ser traduzida como desmedido.

Na Grécia Antiga, aludia a uma desconsideração imprudente pelo limite pessoal dos outros, associada à falta de controle sobre os próprios impulsos, sendo um sentimento intenso inspirado pelas paixões exageradas, consideradas enfermidades pelo seu caráter irracional e desequilibrado, e mais especificamente por *Átē* (filha de Zeus, deusa maligna que personificava a perda de razão e a confusão da alma, a ofuscação e a paixão cega).

A loucura em relação com o normal e o patológico designava o excesso como um determinado comportamento que desconsidera ou se desvia das normas sociais; desvio que em latim significava desviado do regulamento. Nesse sentido, a adolescência se definirá como desvio da norma; e ser jovem, nesse contexto, significa questionar a regra, contradizer a lei.

Portanto, não se espera do adolescente a prudência, a virtude do pensamento, a *frónesis* como a habilidade para pensar como e por que devemos atuar para mudar as coisas; compreender a diferença entre o bem e o mal. A palavra *phronesis* vem de *phroneo*, que significa “compreender”.

Ou seja, dentro dos tempos lógicos, a adolescência causa um curto-circuito, conectando o instante de ver com o momento de concluir e evitando o tempo de

1 Texto traduzido do espanhol ao português por Ana Paula Menezes de Souza, Giulia Moraes de Souza Diniz e Lucas Alexandre Alves.

2 Rodolfo Valentini, Etimologías, Buenos Aires, 2008.



compreender, sendo essa a estrutura da passagem ao ato. Por ela, se verifica a propensão do adolescente em realizar o *acting out* e a passagem ao ato.

Chama a atenção que Emil Kraepelin, em 1887, tenha inventado a categoria de hebefrenia, sendo Hebe a deusa grega da juventude, símbolo da graça juvenil. Portanto, a hebefrenia apresentava, entre outros sintomas, a diminuição da motivação e falta de desenvolvimento pessoal.

Então, a loucura como perda da razão produzida pela exaltação ou exagero das paixões, ou a loucura como doença, definirá a adolescência como um estado de loucura, em uma perspectiva médica e filosófica.

Segundo o livro *História dos Jovens*, de Giovanni Levy, G e Jean Claude Schmitt (1996), o termo adolescência, em diversos momentos históricos, tem sido usado por diferentes disciplinas, a fim de diferenciar a infância da juventude. Entretanto, ainda não há um consenso sobre essa definição, tendo, enfim, uma diversidade nos conceitos.

J-A. Miller (2015) constatou que a adolescência é uma construção sobre a qual não há um consenso em uma definição, sendo elas, então, múltiplas, dependendo do ponto de vista da disciplina que a trate.

Mas a história demonstra que houve uma tendência ao excesso nas práticas sociais dos jovens, tendo consequências distintas para a sociedade, família e cultura.

Desde a Antiguidade até a Modernidade, uma característica que parece ser típica dessa época que, embora tenha diferentes apresentações, é possível rastrear as formas como cada sociedade interpreta e tenta controlar o excesso que se supõe aos indivíduos que tenham passado pela infância e avançam para a idade adulta, observável nas práticas sociais que geram violência, condutas agressivas e violação das normas sociais.

É por essa razão que desde a Antiguidade tem sido procurado, por diversos meios, regular o excesso dos jovens. O excesso ou a desmedida, *Hybris*, para a qual os jovens poderiam ser conduzidos, era regulada com a Paideia, a educação e com um singular vínculo entre professor e aluno, que passava por um erotismo entre Eromenos e Erastes, visando dar uma estrutura aos excessos juvenis. Essa relação fazia parte de um ritual coletivo que tinha suas próprias regras e compromissos e que podem ser equivalentes ao casamento, mas com propósitos diferentes.

O excesso era regulado para direcioná-lo a um objetivo social e político. Para os jovens romanos, o aprendizado era militar. O exército era composto por regras rígidas que opunham a disciplina às *ferocitas* (coragem, arrogância e fúria), à valentia descontrolada e imprudente dos jovens; atributos que eram considerados como elementos perigosos ou de insubordinação. As regras com as quais o exército comandava consistiam em um código de honra que exigia a devoção ao pai e à pátria, a sociedade era baseada no poder ilimitado do pai sobre os filhos ou o governante sobre os subordinados. O que escapa ao controle, é colocado a serviço da guerra e o excesso assume valores positivos de valentia, coragem e disciplina, levados ao limite definido pela morte, obediência ou honra do vencedor.

Na idade média dos jovens mencionados, eles se tornam paladinos, solteiros



ou aspirantes a cavaleiros. No século XII, os cavaleiros eram homens combatentes a serviço de um senhor ou soberano.

Na segunda metade do século XII, eles correspondem a uma categoria social e, mais especificamente, ao grupo profissional e étnico que se opunha aos clérigos e camponeses. Naquele século, o cavaleiro era definido como uma categoria de homens com os quais as senhoras e donzelas podiam ter relações sexuais e serem amadas. Nos textos antigos, um cavaleiro é, antes de tudo, um bom guerreiro.

A literatura da cavalaria tinha uma estética que exaltava uma casta de jovens nobres guerreiros, cuja “alegria destrutiva e mortal” era uma característica inerente a eles, que os distinguiam dos combatentes mais velhos ou dos governantes. Aquele festival de violência foi aceito, os cantos de ação envolvem uma estética de cor e luz: o esplendor vermelho do sangue na grama verde, e o fogo das espadas do sol.

Mas à medida que a medievalidade avança, o que era valorizado se converte em defeito, pecado e loucura. O descontrole dos jovens, a vontade excessiva por todos os prazeres e a agressividade na guerra se transformaram em violências intoleráveis, pelas quais eram necessárias outras formas de controle que substituíssem as que perdiam vigência com a mudança das ordens dos cavaleiros a serviço dos senhores feudais e de sua dama.

No final da Idade Média, a imagem dos jovens estava vinculada a comportamentos repreensíveis e condenados socialmente, que evidenciavam o colapso do sistema de valores das ordens da cavalaria.

Para combater a ameaça contra a ordem que os jovens representavam devido à voracidade aparentemente irrefreável e à vida sem objetivo, os governantes e os dispositivos legislativos e judiciais aplicaram a exclusão e a repressão social, com a finalidade de reconciliar os jovens com a autoridade e reintegrá-los à comunidade, com a esperança de deixassem de se comportarem de tal maneira.

Nesse momento histórico, o que dá especificidade à juventude, mais do que o biológico ou socioeconômico, a idade ou a natureza do grupo, são os critérios morais; conseqüentemente, os textos acerca da juventude são tratados morais para a instrução dos pais e regras de comportamento para os jovens, sob a premissa de que os jovens e adolescentes aprendem a regular os prazeres que concernem o corpo e os sentidos, a usar a razão, a obedecer a lei e acatar as normas sociais para a sobrevivência da comunidade.

A juventude era a época de vontades e excessos; a fraqueza do corpo e dos seus primeiros aprendizados eram seguidos pela fragilidade da alma e da razão, motivos pelos quais as autoridades civis e religiosas buscavam valores e normas que moderassem o excesso dos jovens para discipliná-los e integrá-los à sociedade.

Domesticar as pulsões desencadeadas nessa idade era uma das funções da sociedade, quando essas eram perigosas para a cidade, não apenas por preceitos morais, mas também por meio de atividades lúdicas, carnavais e festividades que poderiam constituir em rituais coletivos que apaziguariam os turbulentos espíritos juvenis, ao mesmo tempo em que são capazes de supervisionar de forma pública as ações dos jovens, que de outra forma seria realizada por meio de atos violentos.



Os arquivos judiciais mostram como os jovens cometeram ações delitivas, através das quais se uniram como gangues juvenis e deram conta de sua capacidade social fundada essencialmente em critérios de virilidade. Os jovens compareceram por casos de vandalismo, provocações e humilhações, violência social e sexual, desordens e tumultos no espaço público; eventos que ocorreram especialmente à noite e se tornaram uma característica da vida urbana do século XV. Nesse contexto, as mulheres aparecem personificando a causa de um desejo sexual imoderado ou como vítimas de violação sexual.

Assim se configurou uma imagem perigosa dos jovens, que os artistas representam colocando os jovens em suas representações pictóricas à margem da cena, relacionada ao que a sociedade reprovava na juventude: bagunça, barulho, luxo, excesso no vestir, falta de respeito e imoralidade. Em resposta a essas desordens, a comunidade respondeu com a repressão que consistia basicamente na presença policial que intensificava a vigilância na cidade e a aplicação de sentenças com mais rigor.

Em 1762, Jean Jacques Rousseau, em seu livro *Emílio ou Da Educação*, usou pela primeira vez o termo adolescência para se referir a um período específico da existência humana. Rousseau concebeu a adolescência como um segundo nascimento: “aqui o homem nasce verdadeiramente para a vida e nada humano está fora dele” (ROUSSEAU, [1762]2017, p. 376).

Um segundo nascimento que envolve mutações, mudanças físicas e emocionais que são impostas ao adolescente e que ele viverá como transgressão ou êxtase. As mudanças que dizem respeito ao corpo são descritas por Rousseau [1762] (2017, p. 375-376) para apontar que o homem

[...] não é feito para permanecer sempre na infância. Isso surge no momento prescrito pela natureza, e esse momento de crise, mesmo que curto, tem grandes influências [...] essa revolução tempestuosa é anunciada pelo murmúrio de paixões nascentes [...] uma mutação no humor, raiva frequente, uma agitação contínua, tornam a criança quase indisciplinável. Surdo à voz que ouviu com docilidade, é o leão com febre; desconhece quem o guia e não quer mais ser governado [...] sua fisionomia se desenvolve e seu selo característico está impresso nela; os cabelos escassos e macios que crescem sob as bochechas tomam consistência, sua voz muda, ou melhor, é outra; ele não é menino nem homem [...] seus olhos, que são os órgãos da alma e que até agora nada nos diziam, tomam sua expressão e sua língua, são encorajados por um ardor nascente [...] ele começa a saber o que sente e fica inquieto sem razões para estar assim [...] se a sua explosão se transformar em fúria, se de um momento para o outro ele ficar sensível e irritado, se ele chorar sem motivo [...] se ele estremecer quando a mão de uma mulher tocar a dele, se ele estiver perturbado diante dela e se intimida [...].

Para Rousseau [1762] (2017), a adolescência é um “ardor”, um espírito vivificante que é produzido em seu coração jovem “um calor que brilha em seus olhos, que



ele sente em seu discurso e manifesta em suas ações”. Da mesma forma, refere-se ao conhecimento sobre uma condição, que também é reconhecida de maneira semelhante, da qual temos conhecimento aproximadamente aos dezesseis anos de idade.

A adolescência poderia ser então o que acontece com o espírito depois da infância e antes da adultez, enquanto a puberdade é o que acontece com o corpo.

Para Rousseau [1762] (2017), tratava-se de cultivar o espírito humano, todo seu método pedagógico baseava-se em conter e regular as paixões e promover as virtudes. No entanto, ele reconheceu que, embora as paixões possam representar um perigo para o adolescente em formação, elas animam o espírito, através da imaginação e da proeminência dos sentidos; isso pode ser encontrado em diferentes partes do texto, em que faz referência a alterações no conteúdo da voz e do olhar.

O primeiro tipo de adolescente moderno é Siegfried Wagner, na Alemanha de 1872. A música de Siegfried expressa pela primeira vez a mistura de pureza temporal, força física, imprudência e alegria de viver; qualidades que farão do adolescente o herói do século XX.

Em 1900, a juventude, que neste momento é confundida com a adolescência, se tornará tema literário e de estudo de moralistas e políticos, possuindo novos valores que vivificarão a sociedade estagnada.

### **A adolescência como objeto científico**

Na modernidade surgiram teorias sobre a adolescência que não se tornaram importantes até o século XX, quando a sociedade urbana e industrial tornou desnecessária a mão de obra infantil e juvenil, e aparece a concepção de adolescente como um indivíduo cuja formação era adquirida com a família e na escola, através das quais se esperava o controle pulsional.

Assim, em 1904, nos Estados Unidos, Stanley Hall, aquele que convidou Freud para fazer conferências na Universidade de Yale, expõe sua teoria biogenética da adolescência em seu livro *Adolescence*. Ele foi pioneiro no uso de métodos científicos para o estudo da adolescência, é considerado o pai da psicologia do adolescente.

Hall [1904] (2016, p. 73) descreveu a adolescência como um período característico de “tempestade e impulso” [*Storm and stress*] termos retirados da literatura alemã, que corresponde ao período que inclui, entre outros, as obras de Schiller e os primeiros trabalhos de Goethe. Esse movimento literário estava cheio de idealismos, reações contra o antigo, expressão de sentimentos, paixões e sofrimentos pessoais. Hall encontrou uma analogia entre os objetivos desse grupo de jovens escritores do romantismo alemão do final do século XVIII e início do século XIX com as características da adolescência.

Sua teoria evolutiva da recapitulação considerava a adolescência como um processo filogenético, ou seja, o desenvolvimento de cada indivíduo passa pelos momentos e evoluções da humanidade ao longo da história. Em termos de





recapitulação, a adolescência corresponde a uma época em que a espécie humana se encontra em um estágio de turbulência e transição.

Hall [1904] (2016) considerou esses impulsos antitéticos de entusiasmo e melancolia como determinantes do conceito de “*Strum und drang*” (tempestade e impulso) característicos do período adolescente. Com esse movimento constante entre esses dois extremos - entusiasmo e melancolia –, Hall nomeia o excesso típico da adolescência, que considera semelhante aos períodos passados pela humanidade desde os tempos antigos até a modernidade, atando assim o particular ao universal.

Jacques-Alain Miller (2015) resume as contribuições da psicanálise sobre a adolescência, essencialmente em três perspectivas: a saída da infância, a diferença dos sexos e a imissão do adulto na criança.

De fato, Sigmund Freud a define como o túnel aberto simultaneamente desde a infância e a adultez, para se encontrar nesse momento da vida, que ele prefere chamar de puberdade na metamorfose. Nesse período, a sexualidade autoerótica é, geralmente, abandonada, porque é aberta a possibilidade de ir além do Édipo para se relacionar com o corpo de um outro. Esta saída do Édipo explica o desapego pela autoridade parental e a busca pelos objetos de desejo fora dos limites familiares.

Então o interesse pela diferença sexual aparece com o abandono correlato das teorias sexuais infantis, ou seja, é um momento de escolha de uma posição sexuada, independente da anatomia, seja do lado dos seres que estão na posição masculina ou na posição feminina frente ao falo, segundo as fórmulas de sexuação elucidadas por Lacan.

Freud caracteriza esse momento com um despertar de um impulso pulsional considerável. Essa é a condição em sua economia psíquica que explica seu mais, seu excesso, sua tendência a transbordar. Lacan dirá um gozo, isto é, uma mistura entre libido e pulsão que vai mais além do princípio do prazer.

Agora, em seu texto *Sobre a psicologia escolar*, Freud [1914] (1991, p. 249-250) destaca a importância na adolescência como um momento de distanciamento da autoridade paterna, da qual deriva todo “promissor, mas também todo chocante das novas gerações”. As gerações antigas apontam o excesso nas últimas mostrando seus excessos.

Em *Contribuições para um debate sobre o suicídio*, Freud [1910] (1991, p. 231-232) disse que se trata de uma idade na qual, devido às condições de seu desenvolvimento, os adolescentes “se veem forçados a afrouxar seus laços com o lar e a família [...] e despertar o interesse pela vida do mundo afora”.

Há, então, uma mudança desde o Édipo como constelação que orientava, mas deixava o sujeito em um mundo fechado, em direção ao mundo social, aos grupos, amigos, inimigos, amores, desamores, e aí os adultos continuam sendo como substitutos paternos, os representantes de sua prisão infantil.

Agora, como não há gozo sem o corpo, o adolescente sofre no corpo esse excesso libidinal, o que às vezes o leva ao ato transgressivo como forma de tratamento desse dito excesso, o que lhe proporciona um mais de satisfação que o coloca fora do sentido social ou da lei. Freud chama esse aumento de segunda onda pulsional.



Enquanto o sujeito permanecer na posição de adolescente, ou seja, de excesso, ele permanecerá na minoria da idade; sair disso é uma forma de intrusão do adulto, no sentido de um ato de nomeação que inaugura para o sujeito uma forma de regular o gozo.

A linguagem afeta a pulsão, apesar da exigência de satisfação desta última não reconhecer nenhuma barreira, de tal maneira que sempre se satisfaz, seja na preservação da vida ou em sua aniquilação. Aqui o termo satisfação é decisivo, porque é o destino da ação humana e é dado em termos quantitativos; em que o quantitativo se refere à quantidade de energia sexual disponível para a atividade pulsional ou às ações específicas implicadas na busca de satisfação.

Na adolescência, com o aumento da atividade pulsional, se produz um excedente libidinal, que Lacan chamou de mais-de-gozar.

A partir do conceito de pulsão, Lacan elabora o conceito de gozo, com o qual se pode dizer que singulariza a maneira com que cada sujeito vive a pulsão e acessa a um mais-de-gozar.

Miller (2000) propõe que a vida é a condição do gozo, e que só há gozo com a condição de que a vida seja apresentada na forma do corpo vivo, que se distingue do corpo simbolizado, ou da imagem; mas que é o corpo afetado pelo gozo; “o gozo como um afeto do corpo”; “um gozo condicionado pela vida na forma do corpo”. Miller adiciona à condição necessária, mas não suficiente de um corpo para o gozo, a do significante disjunto de sua função semântica. Ele afirma isto baseado na fórmula de Lacan que propõe que o significante também é causa do gozo.

No excesso, então, corpo, significante e gozo convergem. O corpo como um cenário real do ato; o significante determinante da ação que, através da repetição, busca a satisfação sempre em falta; e o gozo como excesso libidinal que leva a um ato transgressor.

Dar uma significação ao gozo permite a configuração de um objeto que cause um desejo; tema que define a adolescência e a distingue da infância e da vida adulta. Porém, não todo o gozo é possível de ser circunscrito sob a égide do significante; há um excedente que escapa ao significante, um mais que torna impossível o encontro com o outro enquanto não produz uma articulação significativa.

Na adolescência, o excesso libidinal coloca uma barreira à amarração entre sentido e gozo que se espera que ocorra neste período, com a possibilidade de gozar do corpo do outro, da relação sexual. Contudo, dada a falta de sentido derivada da inexistência de um saber a respeito do gozo de cada sexo, no ato transgressor se revela pela primeira vez para o sujeito um corpo que goza sem o sujeito – no excesso, este desaparece da cena -, e sem o outro, embora sofra de seu excesso. Em outras palavras, no encontro dos sexos, cada um goza sem o outro.

No entanto, o impulso ao gozo está enquadrado em nossa época, pelo esvaziamento de um Outro que regule, e mais ainda, tomado por um discurso capitalista, que sob o imperativo do consumo a qualquer custo, autoriza o gozo sem limite. Muitos adolescentes, para obedecer a esse imperativo, não hesitam em delinquir, na forma de roubo, microtráfico ou assassinato.



Isso levou os legisladores dos nossos dias a criar leis que estabelecem o termo menor ou minoria de idade para abrigá-los, mas cabe à sociedade determinar o fim dessa idade aos 18, 16 ou 14 anos, quando se trata da imputabilidade dos crimes. Porque é fato que seus excessos os levam a delinquir.

Para Freud, o impasse que ocorre na adolescência corresponde ao caráter prematuro da puberdade em relação à linguagem (representação, simbolização, compreensão). Com Lacan, não se trata da lacuna entre puberdade e linguagem, mas de um vazio de significação que cada sujeito preencherá com um sentido que não atingirá o fim esperado: a maturidade sexual, o encontro de objeto; então todo mundo tem que encontrar uma resposta singular, que se não for alcançada, manterá o sujeito no excesso. Esse excesso constitui-se, portanto, na resposta ao excesso que apresenta o despertar da sexualidade. Esse excesso indica a ausência de resposta à pergunta pela posição sexual que cada um deve assumir, e pelo que satisfaz fazer diante do impulso à satisfação da pulsão.

De acordo com o comentário de Lacan à peça de teatro, o excesso seria uma saída fracassada do adolescente diante da impossibilidade de se atar sentido e gozo. E é precisamente essa amarração que permite a passagem da adolescência à vida adulta. Porém, se “ninguém sai bem livrado”, é porque nem todo o gozo pode se significar, algo escapa como se evidencia a precipitação do sujeito no excesso.

Hoje o excesso adquire novas denominações, como cinismo e estrago. E a paixão apresenta dois aspectos: um, que articulado a um desejo serve como limite ao excesso, e onde o excesso aparece ante a ausência de paixão; e outro, que mantém sua conotação como exacerbação dos afetos. Também aparece nesses casos o excesso, não apenas como a precipitação do sujeito para obter um pouco mais de satisfação, mas também aparece em sua forma contrária à exaltação, excitação ou movimento: como tédio, indiferença, depressão; em que, pode-se dizer, prevalece o excesso do Outro que coloca o sujeito em uma posição de dejetivo ou como objeto de gozo do Outro.

Desde Freud, uma das tarefas fundamentais a ser realizada na puberdade é o encontro do objeto, pois bem, nesses casos na busca do objeto do amor ou da sexualidade, se encontra o objeto de gozo, com o qual se estabelece uma relação de continuidade, sem qualquer mediação; pela qual o sujeito permanece na dimensão do excesso.

Então qual é a relação do excesso com a adolescência?

Pode-se dizer que as ações humanas são propensas ao excesso e que sua regulação tem sido uma função permanente das sociedades por meio de normas e leis, preceitos morais, instituições educacionais, política, casamento e família; em que a violência, a transgressão das leis civis e a loucura são algumas das expressões da falta de controle da sociedade e do indivíduo sobre suas ações.

Mas o que a clínica com adolescentes mostra, de Freud até hoje, é que o excesso se constitui como uma qualidade da adolescência que pode até mesmo defini-la, enquanto é a resposta do sujeito a um vazio de significação em relação à experiência sexual que irrompe de maneira imprevista. O que a puberdade propicia é o reconhecimento do sujeito adolescente sobre seu próprio gozo. Um modo de



satisfação que ele possivelmente já havia observado nos outros, mas que só nesse momento reconhece como possível para si mesmo. Mas é também o que o sujeito interpõe para se defender de ser objeto de gozo para o outro. O excesso é sempre uma resposta que leva o sujeito a um ato, seja emergência do inconsciente, como formação sintomática, ou porque envolve o movimento e a ação.

Assim, sua especificidade está na medida em que é um momento em que a biologia, a metamorfose da puberdade, o corpo e o gozo convergem; eventos que requerem que o sujeito responda, mesmo que ele não saiba do que se trata. Uma questão preliminar a uma invenção, que precisamente será sustentada nesse excesso libidinal desvinculado do despertar sexual. Nessa ordem de ideias, a entrada na adolescência é traumática, via linguagem; e sua saída dependerá da invenção de um significante; enquanto o sujeito não atinja tal invenção, permanecerá no excesso. Uma invenção diferente, já que o sintoma ou a resposta excessiva já é uma invenção do sujeito.

Se a adolescência é definida como sintoma da puberdade, é definir como a resposta sintomática à pergunta pelo próprio sexo, o excesso é a característica dessa resposta. O excesso também é uma tentativa de solução para o impasse da adolescência; está no ingresso à adolescência como entrada para a cena e também é uma saída para a cena.

## A adolescência frente ao direito

Na primeira turma do Seminário Mais, Ainda, Lacan [1972-1973] (2008, p. 10) diz: “o direito fala do que vou lhes falar – o gozo”. Isso quer dizer que o que os homens inventaram para regular sua própria constituição pulsional foi o Direito, a justiça, a lei.

Enquanto o gozo, como real, é o que se impõe na forma de violência, mais além da agressão constitutiva do eu, e que produz uma ruptura do laço social.

Agora, ‘A Lei que constitui o Direito [...] está localizada no lugar dominante no Discurso do Mestre’. É o  $S_1$  que comanda esse discurso, que não podemos esquecer que é o discurso do inconsciente. Isso é que colocamos como significante amo a lei, mas isso faz com que se resguarde no lugar da verdade ao sujeito dividido (\$), e isso não é sem resto (a), é dizer sem que o excesso seja o que resulta como produto dessa regulação. Objeto que nesse lugar condensa o gozo e que, por outro lado, se se colocara em lugar de domínio como no discurso do analista, que é o avesso do discurso do mestre, poderia ao contrário ser a causa do desejo.

Lacan, então, tem suas reservas quanto à capacidade do direito de distribuir o gozo, no que diz respeito à aspiração da justiça para alcançar uma distribuição de gozo para todos, o que leva a um ‘eu tenho direito ao gozo’, um direito que não é dever, uma vez que ninguém obriga ninguém a gozar, mas que como é permitido torna-se obrigatório, por causa do comando do supereu (LACAN, [1969-1970] 1992).

Conhecemos as aporias do sentimento inconsciente de culpa, que “não nos é dado outro gozo que não o do nosso corpo” (LACAN, [1972-1973] 2008). Ter o gozo de um corpo é demoli-lo. As afirmações sobre o direito têm uma ressonância sadiana.



Lacan [1963] (1998) diz que o que se busca no testemunho legal é com que poder julgar o que se refere ao seu gozo. O objetivo é que o gozo se confesse. E precisamente porque pode ser inconfessável. “Instaura-se em torno deste gozo que é nosso único bem, essa rede protetora de uma lei dita universal que é chamada de direitos humanos”; “verdade – real” (LACAN, [1950] 1998).

O sujeito do direito como sujeito da ciência em função de sua pretensão de universalidade. Todos iguais. “A ciência sutura o sujeito – sua singularidade –, mas o Direito pretende restaurar algo nisso para todos” (LACAN, [1966] 1998).

No ser falante, enquanto este supõe um corpo que se satisfaz de um modo singular, que é o que faz um indivíduo incomparável com outro, e o que o faz insubstituível.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **El niño y la vida familiar en el antiguo régimen**. Madrid: Alfaguara, Taurus ediciones, 1987.

FREUD, S. Las metamorfosis de la pubertad. Tres ensayos de teoría sexual. *In*: FREUD, S. **Obras completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1905-1992. v. 7. p. 189-202.

FREUD, S. Contribuciones para un debate sobre el suicidio (1912). *In*: S. FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1910-1991. v. 11. p. 231-232.

FREUD, S. Sobre la psicología del colegial. *In*: S. FREUD, Sigmund. **Obras completas**. Tradução de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1914-1991. v. 13, p. 243-250.

HALL, S. G. **Adolescence**: Its Psychology and Its Relations to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion and Education. New York: D. Appleton and Company; Forgotten Books. 1904-2016, v. 2. Disponível em: [https://www.forgottenbooks.com/en/books/Adolescence\\_10012947](https://www.forgottenbooks.com/en/books/Adolescence_10012947).

LACAN, J. **O seminário, livro 20**: mais, ainda. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 1972/1973-2008.

LACAN, J. **O seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Tradução de Ari Roitman. Rio de Janeiro: Zahar, 1969/1970-1992.

LACAN, J. Kant com Sade. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1963-1998. p. 776-803.

LACAN, J. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1950-1998. p. 127-151.

LACAN, J. A ciência e a verdade. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1966-1998. p. 869-892.





LEVY, G.; SCHMITT, J. C. (coord.). **Historia de los jóvenes**: De la antigüedad a la edad moderna. España: Santillana, S.A. Taurus, 1996. v. 1.

MILLER, J.-A. En direction de l'adolescence : Intervention de clôture à la 3e Journée de l'Institut de l'Enfant. **UFORCA pour l'Université Populaire Jacques-Lacan**, 2015. Disponible em: [https://www.lacan-universite.fr/wp-content/uploads/2015/04/en\\_direction\\_de\\_ladolescence-J\\_A-Miller-ie.pdf](https://www.lacan-universite.fr/wp-content/uploads/2015/04/en_direction_de_ladolescence-J_A-Miller-ie.pdf).

MILLER, J.-A. Biologie lacanienne et événement de corps. **La Cause freudienne**, Revue de psychanalyse, Paris, n°44, p. 5-45, 2000.

NAJLES, A. R. Del derecho al goce al deber de gozar. *In*: **Teoría y testimonios**, volumen 2, De la segregación: Intervenciones psicoanalíticas y legales con jóvenes marginados. Buenos Aires: Grama, 2014.

ROUSSEAU, J.-J. Emilio, o De la educación. *In*: ROBSY, Edu. **Islas Baleares**: Textos. info Biblioteca digital abierta, 1762-2017. Disponible em: <https://www.textos.info/jean-jacques-rousseau/emilio-o-de-la-educacion/descargar-pdf>

TENDLARZ, S. E. La delincuencia juvenil desde la perspectiva psicoanalítica. *In*: **Teoría y testimonios**, volumen 2, De la segregación: Intervenciones psicoanalíticas y legales con jóvenes marginados. Buenos Aires: Grama, 2014.

WECHSLER, E. Crimen y castigo. Violencia y ley. *In*: **Teoría y testimonios**, volumen 2, De la segregación: Intervenciones psicoanalíticas y legales con jóvenes marginados. Buenos Aires: Grama, 2014.





## 7 O TRABALHO NO CONTEXTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: DIALOGANDO COM JOVENS AUTORES DE ATO INFRACIONAL EM BELO HORIZONTE

Fernanda Reis Alves de Oliveira Pedro

### Considerações iniciais

As reflexões apresentadas neste artigo foram desenvolvidas em minha dissertação de mestrado, defendida no ano de 2017 junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da professora doutora Maria Elisabeth Antunes Lima. Ao retomar, sinteticamente, as principais discussões da referida dissertação, gostaria de enfatizar a relevância do tema, suscitando novos diálogos e atingindo leitores também fora do circuito acadêmico.

O caminho que me levou ao mestrado começou a ser delineado em 2007, quando ingressei na especialização em Psicologia do Trabalho da UFMG. Naquela época, já me chamava a atenção as diferentes formas de interação entre juventude pobre e trabalho nos aglomerados de Belo Horizonte e região metropolitana, e foi justamente esse o tema da minha monografia de conclusão de curso, datada de 2009, intitulada *Significados do trabalho: um olhar sobre a representação de trabalho dos jovens que participam de um Programa Social de Aprendizagem*.

Alguns anos depois, em 2014, imbuída do interesse temático anteriormente citado, assumi a gerência de Formação Profissional na Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas de Minas Gerais (SUASE), na então extinta Secretaria de Estado de Defesa Social. Naquela altura, deparei-me com um cenário desafiador no tocante à efetividade de algumas medidas socioeducativas aplicadas aos jovens encaminhados para unidades de internação e semiliberdade, cujas equipes solicitavam, constantemente, o apoio da SUASE para a implementação das políticas públicas de ressocialização e inclusão social. Nesse sentido, percebi que o mundo do trabalho estava negligenciado no universo das medidas socioeducativas, o que me fez buscar referenciais teórico-metodológicos que pudessem orientar a minha prática profissional no âmbito da SUASE.

Foi exatamente nessa conjuntura que decidi entrar para o mestrado onde, a partir de 2015, pude me dedicar à dissertação intitulada *De 'bandido' a 'trabalhador': um estudo sobre a relação dos jovens com o trabalho a partir das medidas socioeducativas*. Essa pesquisa trouxe uma perspectiva pouco explorada no campo da Psicologia, destacando a interface entre trabalho, educação, juventude, pobreza, identidade e sociabilidade, tendo como foco o discurso dos jovens autores de ato infracional submetidos a programas socioeducativos.

Afinal, qual é a importância atribuída ao trabalho por parte dos jovens das classes menos favorecidas que já tenham praticado ato infracional? Como eles enxergam o



trabalho formal em relação ao trabalho marginal e ilícito? Caso pudessem escolher livremente suas ocupações profissionais, para além daquelas impostas pelas medidas socioeducativas, o que gostariam de fazer? Quais aspectos do trabalho formal os jovens acautelados mais valorizam? Com relação ao perfil desses jovens, é possível considerá-los todos iguais, passíveis de um mesmo tipo de tratamento socioeducativo; ou, pelo contrário, eles são diferentes entre si e demandam tratamentos diferenciados? Esses foram alguns dos questionamentos que nortearam a pesquisa, cujos desdobramentos mais relevantes são expostos a seguir.

## **As Medidas Socioeducativas e o Estatuto da Criança e do Adolescente**

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 13 de julho de 1990, no contexto da redemocratização do país, as medidas punitivas e repressivas até então aplicadas aos jovens autores de ato infracional foram substituídas por medidas socioeducativas, que podem ser: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; medida de semiliberdade; e, por fim, internação em estabelecimento educacional.

A privação de liberdade, vale lembrar, deverá ser o último recurso, tendo caráter de excepcionalidade e, o mais importante, sem comprometer ou ferir os direitos fundamentais do adolescente, tais como o direito à escolarização e o direito à profissionalização (BRASIL, 1990, cap. IV, art. 121-124). As medidas socioeducativas têm, portanto, caráter eminentemente pedagógico, que visam a reinserção social. Nesse contexto, o atendimento socioeducativo tem como pilares os seguintes eixos estruturantes: responsabilização; educação; profissionalização; abordagem familiar e comunitária; saúde; esporte, cultura e lazer.

As diretrizes do ECA foram reafirmadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído originalmente em 2006 por uma resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e posteriormente aprovado por lei no ano de 2012 (BRASIL, 2012). Baseado nos princípios dos direitos humanos, o SINASE busca um alinhamento conceitual, estratégico e operacional, tendo como objetivo implantar as medidas socioeducativas. Dentre as estratégias criadas pelo SINASE, estão os seguintes instrumentos: o Plano Individual de Atendimento, construído por equipe multidisciplinar, e o Projeto de Vida – para além das medidas socioeducativas – onde devem constar as metas do adolescente relativamente aos seis eixos estruturantes supracitados.

O eixo da profissionalização, com o qual o mundo do trabalho se relaciona, apresenta questões que merecem ser debatidas, a exemplo da postura de muitos juízes, promotores e gestores do sistema socioeducativo que buscam soluções rápidas, normatizadoras e controladoras, que acabam por desconsiderar as peculiaridades culturais, econômicas, sociais e históricas dos jovens autores de ato infracional, aos quais são oferecidos trabalhos desconectados com a realidade que os cerca. Nessa ótica, qualquer tipo de trabalho é visto como a “tábua de salvação” desses jovens.



## O Trabalho e sua função psicológica

Legalmente, o trabalho enquanto um direito social subsidia aos adolescentes condições de sobrevivência e acesso a bens de consumo. Mas, é importante considerar que, além da proposta de inserir os jovens no rol da população economicamente ativa, é inegável que o trabalho possui uma centralidade no processo de subjetivação dos indivíduos, podendo contribuir para a sua construção identitária, conforme defendem autores clássicos – como Marx (1974) e Lukács (1979) – e contemporâneos – como Clot (2006), Lima (2007), Jacques (1996) e Toni (2003).

Ao propor uma função psicológica do trabalho, Clot (2006) ressalta que não pretende construir “uma religião do trabalho”, mas sim afirmar sua inegável contribuição para o desenvolvimento pessoal e a saúde mental dos indivíduos. Segundo ele, é por meio do trabalho que o ser humano passa a se perceber como alguém que participa da construção do mundo ao qual pertence, podendo se engajar nesse processo de forma mais ampla e global. Nas palavras do autor, “a função psicológica do trabalho residiria ao mesmo tempo no patrimônio que ele fixa e na atividade (conjunta e dividida) exigida pela conservação e pela renovação desse patrimônio” (CLOT, 2006, p. 80).

Considerando o trabalho como princípio educativo e essencial na construção da subjetividade humana, estudiosos do tema aplicado à juventude afirmam que especificamente para essa fase de desenvolvimento psicológico, essa atividade pode ter um sentido transformador (KUENZER, 2002; FRIGOTTO, 2004; JACOBINA; COSTA, 2007). Historicamente atrelado às classes populares que precisavam trabalhar para ajudar na renda familiar, o sentido do trabalho não perdeu o caráter de organizador da identidade juvenil, como discutem Rizzo e Chamon (2010, p. 410):

Apesar de estar submetido ao controle que os superiores exercem sobre suas atividades laborais, o adolescente também tem a oportunidade de conviver com iguais e aprender a ordenar suas formas de sociabilidade e suas representações, o que amplia suas experiências e contribui para o processo de amadurecimento psicológico e intelectual. Aumento da autoestima e do sentimento de responsabilidade são aspectos positivos e benéficos da entrada precoce do adolescente no mercado de trabalho.

No caso do jovem autor de ato infracional, Jacobina e Costa (2007, p. 98) analisam que, embora existam contradições nessa forma de inserção produtiva, “sem dúvida, o trabalho pode ser visto como um dos elementos de uma rede social, que se constrói ao redor do adolescente e que tem importante participação na integração do jovem no processo socializador”.

Reimann (apud JACOBINA, 2006) observa ainda que, ao inserir um jovem num trabalho formal, há uma dimensão de conquistas legais, adquiridas historicamente, que inauguram sua cidadania. Nesse sentido, “nenhuma outra forma jurídica ou de relação social adquiriu a importância que o trabalho tem na construção deste tipo





de cidadania. Para a maioria imensa da população, é o mais importante, senão o único caminho para a inserção social e o exercício da cidadania” (REIMANN apud JACOBINA, 2006, p. 27).

### **“Bandido” e/ou “Trabalhador”: apontamentos sobre tipos e percepções de Trabalho**

A partir do contato com os jovens que fazem parte do sistema socioeducativo de Belo Horizonte e região metropolitana, verificou-se que eles chegam, quase sempre, com alguma experiência de trabalho. A maioria inicia no trabalho informal, tanto legal – realizando pequenos “bicos” como ajudante de pedreiro e outras atividades semelhantes – quanto ilegal – atuando na venda de entorpecentes ou de mercadorias contrabandeadas.

É recorrente ouvir dos próprios jovens acautelados e seus familiares algumas falas como: “Antes de ser bandido...”; “Quero fazer as coisas certas e deixar de ser bandido”; “Bandido não sente frio”; “Lá em casa todo mundo é trabalhador, menos ele que é bandido”; ou “Quero largar essa vida e ser trabalhador”. Tanto no discurso da comunidade na qual o jovem está inserido quanto naquele da sociedade em geral, é frequente ouvir referências à polarização “trabalhador versus bandido”.

No seu percurso histórico sobre o tema, Misse (2007) assinala “a juvenilização da mão de obra envolvida no tráfico” que ocorreu nos últimos 50 anos, juntamente com o aumento de assaltos associados ou não com o tráfico de entorpecentes. Analisando também essa transição ocorrida nas periferias urbanas a partir de uma pesquisa etnográfica no estado de São Paulo, Feltran (2008) afirma que a categoria “trabalhador” passou a coexistir com a categoria “bandido”, sendo esta última associada à geração de renda no mercado informal e ilícito.

Em um ambiente de violação de direitos e precarização das relações produtivas, emergem nas camadas mais pobres alternativas de trabalhos marginais informais, casuais e ilícitos que atuam também como uma forma de pertencimento social (FARIA; BARROS, 2011; MISSE, 2010; FEFFERMANN, 2006; FELTRAN, 2008).

Embora a expressão “exclusão social” apareça na centralidade do discurso da socioeducação, concordamos com a perspectiva crítica de Castel (apud ZIONI, 2006) ao considerá-la vazia e demasiadamente genérica, propondo o termo “desfiliação” como sendo mais adequado. Os desfiliaados participam da sociedade, mas sofrem com a “dissolução dos laços sociais como o resultado de uma dinâmica de precarização e fragilização”. Não há um “dentro” e um “fora”, mas sim nuances da vida em sociedade. Parafraseando Castel (apud ZIONI, 2006), a desfiliação afasta – mas não exclui – os indivíduos das formas coletivas de regulação e proteção social, fazendo com que eles tenham carências das mais diversas naturezas, das econômicas às simbólicas.

Em sua pesquisa sobre o perfil de jovens que cometem atos infracionais, Feijó e Assis (2004) se apoiam em estudos de vários autores que concordam com as especificidades desse público, sobretudo, aquelas relativas aos aspectos econômicos e familiares. Geralmente, esses jovens compõem a faixa etária dos 15 aos 17 anos,



possuem baixa escolaridade e estão evadidos da escola. São predominantemente pardos e pretos, e moram nas periferias das cidades, em territórios marcados pela violência do tráfico e pela violência institucional, sobretudo a policial. São de famílias vulneráveis econômica e socialmente, sem acesso ao sistema de garantia de direitos.

Diante desse quadro, os dispositivos legais das medidas socioeducativas preveem um projeto de vida que visa criar condições para que os jovens autores de ato infracional superem a desfiliação e alcancem o pertencimento social.

## **A metodologia da pesquisa**

O percurso metodológico foi construído de forma diferente do usual, uma vez que trabalhamos com uma proposta de investigação que, em grande medida, deixa ao campo a tarefa de ditar os rumos da pesquisa. Ao evitar as perspectivas metodológicas convencionais, questionamos a exigência de se chegar ao campo com instrumentos prontos, formatados e engessados (LIMA, 2002). Foi realizado, portanto, um estudo qualitativo que levou em conta a complexidade do campo, propondo um processo de pesquisa no qual o sujeito possui um papel ativo. Assim, baseamos na perspectiva do Interacionismo Simbólico que valoriza as relações sociais, a linguagem e a construção de significados pelos próprios sujeitos (CARVALHO; BORGES; REGO, 2010).

Associado ao estudo dos significados, buscamos considerar também os aspectos singulares tentando apreender os sentidos que os sujeitos atribuem à categoria trabalho. Assim, nos esforçamos também em analisar os sentidos semânticos particulares relacionados ao movimento de intencionalidade da consciência em seu processo de significação – apreensão e apercepção – do mundo (BENDASSOLI; GONDIM, 2014).

O processo teve início por meio de um levantamento junto à então Diretoria de Informação e Pesquisa da SUASE, a respeito dos jovens com idade entre 15 e 18 anos do município de Belo Horizonte que cumpriam medida socioeducativa e que foram inseridos no trabalho formal.

A partir desse recorte inicial, buscamos realizar entrevistas coletivas (WELLER, 2006) em duas unidades de internação, no intuito de discutir a concepção dos participantes a respeito do trabalho, de modo geral. No entanto, quando indagados sobre trabalho ilícito, os jovens não se sentiam à vontade e se esquivavam dessa pauta de discussão, em parte devido à presença dos agentes socioeducativos mas, principalmente, pelo receio dos próprios colegas que censuravam e retaliavam aqueles que contavam detalhes sobre sua experiência nesse tipo de atividade. O incômodo era nítido: os jovens falavam menos, com cautela e desconfiança, e se entreolhavam como que buscando reações e sinais de reprovação. Percebemos, então, que o ambiente institucional, bem como o formato das entrevistas – realizadas, até então, coletivamente – seriam obstáculos ao levantamento seguro dos dados.

Diante dessa complicação, optamos por avançar na coleta de dados ouvindo os sujeitos individualmente, adotando o método biográfico. Ao utilizar essa perspectiva



metodológica, a partir do que foi proposto por Le Guillant (2006), aspiramos apreender, por meio de entrevistas em profundidade, aspectos subjetivos das suas experiências e articulá-las com o mundo objetivo. Para esse autor, através do método biográfico é possível acessar a linguagem dos indivíduos investigados, sendo esta mais adequada do que qualquer descrição vinda do exterior. Partindo desses preceitos, vários jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação e semiliberdade foram ouvidos durante alguns encontros. Dentre os casos analisados, dois foram selecionados para ilustrar o panorama da presente pesquisa. Vejamos, na sequência, as experiências de Gabriel e Pedro<sup>1</sup> com as diversas modalidades de trabalho – ilícito, informal e formal.<sup>2</sup>

### **Gabriel: múltiplas vivências no mundo do trabalho**

Gabriel tinha 18 anos quando foi indicado para participar deste estudo pela direção de uma unidade socioeducativa. Na ocasião, ele cumpria medida de privação de liberdade no Centro Socioeducativo Santa Helena, devido ao envolvimento com o tráfico de drogas. A unidade tinha, na ocasião, 38 adolescentes. Gabriel já havia passado pela medida em meio aberto também por envolvimento com o tráfico e roubos.

Ele começou a trabalhar informalmente aos 11 anos, realizando atividades como capinador, auxiliar de pintor, além de recolher latinhas em feiras com o objetivo de vendê-las e, assim, amear algum dinheiro para ter “independência” e comprar bens de consumo. Às vezes, também perambulava pelas ruas e pedia esmola aos transeuntes, o que para ele configurava uma espécie de profissão, “um jeito de ganhar dinheiro honestamente”.

Relatou pelo menos um trabalho significativo quando cumpriu medida de Prestação de Serviço à Comunidade. Ele realizava, à época, um curso de informática e decidiu aderir à sugestão da sua técnica de referência para atuar numa Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) realizando serviços educacionais e administrativos. Recorda que ficou aliviado por ser um trabalho “*diferente*”, já que ouvia que os outros jovens faziam atividades braçais e desinteressantes. A experiência foi satisfatória, conforme vemos neste extrato do seu depoimento:

Eu gosto muito de criança e eu tive um contato que eu gostei mais ainda de ver como eles são na creche e de como são tratados. Aí, eu ajudava eles naqueles negócios de Power Point. Eu estava fazendo curso de informática. Eu praticava mais lá do que no curso, que era duas vezes por semana. Até a diretora da UMEI me indicou pra ficar lá.

1 Nomes fictícios, utilizados para preservar as respectivas identidades dos entrevistados.

2 Todas as falas dos entrevistados foram realçadas com uso de aspas e itálico.



Gabriel conseguiu concluir a medida socioeducativa e recebeu um retorno bastante positivo dos funcionários da escola. Porém, não pôde ser contratado pela instituição, pois não tinha completado a maioria. Enquanto aguardava completar 18 anos, cometeu nova infração recebendo como sentença a medida de internação.

A segunda experiência de trabalho significativa para ele foi como fiscal de loja num estabelecimento que vendia produtos ao preço de R\$ 1,99. Ele admitiu que, naquele momento, queria qualquer subterfúgio para ficar fora da unidade socioeducativa, mas disse também que desejava ter ao menos uma remuneração mínima que pudesse enviar para sua namorada que estava grávida na época. No entanto, com o passar dos dias, relatou que foi “pegando gosto pelo trabalho”, pois tinha sido apreendido por ter roubado e, desta vez, era ele “quem vigiava as pessoas pra não roubar”.

Ao narrar sua demissão ainda no período de experiência, Gabriel demonstrou muito pesar, principalmente porque o fato havia acontecido recentemente pela falta de seriedade no ambiente de trabalho. Nas palavras do jovem: “Eu brincava demais... Todo mundo ria de mim e me achava engraçado. Daí, o gerente começou a não gostar do meu jeito de brincar demais... Eu podia ser mais sério. Se não tivesse exagerado, tava lá até hoje. E eu gostava de lá. Era um lugar bom”.

Apesar disso, nutria boas expectativas em torno do seu desligamento próximo e a possibilidade de se engajar mais na sua escolarização. Sobre os planos para sua vida após o desligamento da medida, Gabriel afirmou: “Eu quero terminar minha escolaridade pra conseguir um emprego bacana... Na minha família ninguém ficava morcegando assim nessas coisas de serviço. Minha avó trabalhou até depois que aposentou e eu também quero ser exemplo pra minha filha”.

Gabriel relata que ficou muito impactado com sua última apreensão e que a privação de liberdade, somada à chegada de sua filha, o fizeram pensar sobre seu estilo de vida. Soube que a profissionalização era um dos eixos de medida socioeducativa e que, além de realizar cursos, podia trabalhar durante o cumprimento da medida.

É interessante observar que ele não considerava suas atividades na criminalidade como um trabalho, dizendo que trabalhar requer a realização de um esforço para obter uma renda. Na sua visão, os dois tipos de esforços são bem diferentes, já que “trabalhando você sua o mês todo e no roubo você sua de adrenalina porque você pode ser pego ou até matar uma pessoa. Você vai a primeira e dá certo e daí já quer ir na segunda... Vira um vício”. Apesar do risco envolvido no roubo, Gabriel afirma que é “ganhar dinheiro de forma fácil... Você não se esforçou, mas pegou daquele que se esforçou”.

Na terceira semana da pesquisa, quando um novo encontro seria agendado, descobrimos que o juiz havia autorizado o desligamento de Gabriel da medida de internação e que ele já havia retornado à sua casa. Por prudência, o juiz resolveu progredir a medida para o meio aberto, onde o jovem deveria ser acompanhado por um técnico.

Um mês após seu desligamento, localizamos a regional onde Gabriel deveria cumprir a medida de meio aberto. De acordo com a técnica de referência, ele estava bem, comparecendo aos atendimentos com disciplina e aguardando uma



oportunidade de reinserção profissional.

### **Pedro: as várias facetas de um jovem trabalhador**

Pedro estava com 19 anos e havia sido desligado do Centro Socioeducativo Santa Clara, realizando, na ocasião das entrevistas, um acompanhamento pelo *Programa Se Liga*.<sup>3</sup>

Ele é o segundo filho de uma família de três irmãos, tendo à época uma irmã de 27 anos e um irmão adotivo de 10 anos. A mãe trabalhava revezando entre as atividades de auxiliar de serviços gerais e de empregada doméstica. Seu pai estava aposentado e exerceu a função de encarregado de empilhadeira. A família de Pedro, até seus 9 anos de idade, residia no mesmo terreno que a avó materna, juntamente com outros três tios e suas respectivas famílias, sendo que cada um tinha sua própria casa. Quando os pais saíam para trabalhar, Pedro e sua irmã eram deixados aos cuidados da avó, motivo pelo qual ele considera ter sido criado, de fato, por ela.

Sobre o relacionamento com a avó, Pedro confidenciou: “Minha avó sempre passou muito a mão na minha cabeça. Neto criado com vó é difícil, entendeu?”; “Quando eu era pequenininho e eu aprontava eu ia pra debaixo da saia da minha vó... Ela colocava o braço e não deixava ninguém chegar perto de mim...”. Ainda na esfera familiar, contou que seu pai lhe dava muito dinheiro – possivelmente como forma de compensar sua ausência – e que sua mãe sempre o aconselhou e o apoiou, chegando a ajudá-lo a se desvincular financeiramente do crime, quitando suas dívidas.

Relatou que a família não necessitava que ele trabalhasse e auxiliasse nas despesas domésticas. No entanto, se descreveu como uma pessoa ansiosa, e “*que nunca gostou de ficar muito tempo parado*”, dizendo que sempre desejou ter sua própria fonte de renda e autonomia. Além disso, considerava que o trabalho preenchia seu tempo ocioso e que, na ausência de uma atividade laboral, aumentava a probabilidade de se envolver com atividades ilícitas.

Assim, iniciou suas atividades laborais aos 13 anos de idade, trabalhando informalmente, como chaveiro, em parceria com um primo. Nessa época, começou a se envolver com substâncias psicoativas, pois a loja era o ponto de encontro de amigos que faziam uso de drogas.

Além disso, foi jovem aprendiz numa empresa de distribuição e transporte de produtos, mas foi dispensado por dormir durante o trabalho e por não levar as atividades a sério. Também atuou como repositores de produtos em um pequeno mercado, mas afirmou que usava a atividade como “*fachada*”, já que também estava cometendo atos ilícitos e não queria ficar visado pela polícia.

Pedro trabalhou ainda por cerca de seis meses numa empresa de *fast food*, na qual exerceu atividades de atendente e treinador. Apesar de ser responsável pelo treinamento, não recebeu promoção em seu contrato e carteira de trabalho e não

3 Programa de adesão voluntária que tem como objetivo acompanhar jovens egressos do sistema socioeducativo. Gerido pela SUASE e executado pela ONG Instituto Jurídico para a Efetivação da Cidadania de Minas Gerais.





teve acréscimo formal de salário. O valor que extrapolava o salário como atendente era pago pelo gerente da empresa de maneira informal. Por isso, abriu um processo judicial contra a empresa por desvio de função e durante o cumprimento da medida socioeducativa, recebeu uma indenização, investindo o valor na compra de uma residência própria para morar com a namorada que estava grávida.

Apreendido diversas vezes pela polícia por porte e comércio de drogas, além de assaltos, Pedro cumpriu medidas socioeducativas em meio aberto, porém, devido à reincidência, foi sentenciado com uma medida de internação. No mundo do trabalho ilícito, vale sublinhar que ele monitorava a presença da polícia e de gangues rivais em seu “território”, controlava as movimentações de mercadorias e de dinheiro, realizava depósitos e pagamentos diversos e supervisionava os revendedores para evitar golpes, entre outras tarefas.

Mesmo privado de liberdade, conseguiu trabalhar como zelador de uma igreja evangélica do seu bairro. Este trabalho era para cumprir o eixo profissionalização da medida, mas, ele aceitou, principalmente, para sair da unidade socioeducativa. Foi apenas quando se tornou auxiliar financeiro de uma empresa de transporte público que o jovem se estabilizou. Começou como agente de bordo e foi promovido para trabalhar no escritório com tarefas com as quais se identificou: “Lá, eu me encontrei, porque o serviço era rápido”.

Mesmo após o desligamento da medida socioeducativa, Pedro continuou realizando suas atividades laborais na empresa de transporte público. Ao comparar seu trabalho no tráfego com aquele que realizou no tráfico, concluiu que estava se sentindo “mais tranquilo e feliz”. Após o nascimento da filha, foi morar com a namorada na casa que conseguiu comprar com o dinheiro da indenização. Avaliou o período de cumprimento de medida de internação como delicado e difícil em sua trajetória, tendo sido um divisor de águas em sua vida. Foi a partir dessa experiência que o jovem pôde se reorganizar e experimentar alternativas de geração de renda e ocupação do seu tempo.

### **Vislumbrando possibilidades a partir da concepção dos jovens sobre o trabalho**

De modo geral, foi observado que as atividades laborais fora do acautelamento estavam atreladas às necessidades financeiras, seja para ajudar a família que se encontrava em situação precária, seja para obter independência e adquirir bens de consumo.

Já com relação às atividades profissionais propostas pelas medidas socioeducativas, o trabalho apareceu como uma saída para aliviar a tensão causada pela situação de restrição ou privação de liberdade. Nesse contexto, as metas eram “ocupar a mente” para que “o tempo passe mais rápido enquanto estamos agarrados aqui” e arranjar um pretexto para “sair do alojamento”, revelando que os jovens não compreendiam, ainda, a legitimidade da proposta socioeducativa e a autonomia ofertada mediante o acesso ao sistema de garantia de direitos.



Outro ponto importante, considerado pelos sujeitos da pesquisa, é que o trabalho faz parte dos requisitos desejáveis para alguém que pretende concluir uma medida socioeducativa. Logo, se isto fosse bem visto pelo juiz, o mais sensato a se fazer seria começar a trabalhar, o que poderia ser decisivo para o processo de desligamento.

O trabalho no contexto da medida socioeducativa também aparece como fonte de renda, destinada inclusive para cobrir os gastos dos familiares com os deslocamentos para as unidades de internação, garantindo assim as visitas semanais.

Dito isso, verifica-se que não importa a natureza da atividade e nem se pensa na construção de uma carreira profissional, uma vez que o trabalho aparece, pelo menos num primeiro momento, em seu caráter temporário, restrito ao tempo presente sem maiores conexões com o tempo futuro.

Embora inicialmente arredios e desanimados com o trabalho “obrigatório”, alguns socioeducandos passam, gradualmente, a atribuir um novo sentido a essa atividade que lhes é proposta. Uma vez engajados numa tarefa, esse trabalho pode adquirir uma nova função e ocupar outro lugar em suas vidas.

Os casos ilustrados neste estudo revelam que, pela via do trabalho, o jovem pode ressignificar sua existência. Isso ocorreu em espaços onde foi possível estabelecer vínculos sociais, vencer desafios, descobrir e desenvolver habilidades, o que parece ter contribuído para a construção de sua identidade.

No relato de Gabriel, a semente dessa função psicológica do trabalho aparece quando ele relata sua experiência positiva na medida em meio aberto de Prestação de Serviço à Comunidade. Como voluntário em uma escola infantil, teve suas habilidades descobertas e valorizadas pela equipe pedagógica da UMEI. Ele falou sobre seu sentimento de utilidade ao exercer a atividade de monitor, constatando a contribuição que trazia àquela equipe. Um trabalho onde era possível identificar claramente sua finalidade: cuidar e educar crianças.

A identificação com a figura de educador foi interrompida pelo fim da medida. Gabriel devia aguardar completar a maioria para ser novamente convocado e efetivado na escola que o acolheu. No entanto, enquanto esperava, envolveu-se novamente com atividades ilícitas.

A expectativa de se engajar em uma atividade profissional retornou na sua medida de internação, quando tornou-se fiscal de loja e pôde viver a experiência de um outro ângulo: agora, era alguém que devia promover a segurança do estabelecimento, evitando furtos – o que ele próprio já havia praticado em outro contexto. Gabriel percebeu-se, assim, de outra maneira, e o estabelecimento de laços com colegas de trabalho acentuou o interesse por aquela ocupação num ambiente amistoso e de apoio social. No entanto, não conseguiu manter-se nessa atividade, reconhecendo que não soube lidar com a liberdade de estar fora do centro de internação e que se empolgou com o que chama de “excessos de brincadeiras” que culminaram no seu desligamento da empresa. Apesar disso, enfatizou que “estava muito feliz de estar ali”.

Os relatos de Gabriel deixam entrever que ele havia sido afetado positivamente por essa experiência profissional. Com brilho nos olhos, o jovem avaliou que



“vacilou”, mas que foi uma experiência formidável. Ele falou da sensação agradável de receber seu primeiro pagamento após um mês de muito trabalho, conseguindo ir e vir dentro dos horários estabelecidos, cumprindo a tarefa proposta e exercitando suas capacidades cognitivas. Assim, embora tenha reconhecido o baixo valor do seu salário, admitiu a importância simbólica da remuneração recebida: “Um pouco que representava muito”, nos seus dizeres.

O mesmo mecanismo de posterior engajamento foi observado no caso de Pedro que, até então, tinha vivenciado experiências profissionais sem sentido para ele. Foi chaveiro para “ser independente” e para acessar um local onde podia fazer uso de entorpecentes na companhia dos amigos. Foi aprendiz, mas num ambiente onde parecia não haver apoio social, sem possibilidade de exercer sua autonomia e suas habilidades cognitivas. Assim, encontrou na contabilidade do tráfico de drogas, atratividade e dinamismo. Ao falar sobre sua função como “gerente” no mercado de entorpecentes, expressava certo orgulho pelas responsabilidades que lhe eram atribuídas.

Como no primeiro caso, Pedro foi trabalhar para esquivar-se do acautelamento e encontrou nas atividades da igreja apenas um meio para atingir seu objetivo principal, que era ser desligado da medida socioeducativa. A atividade parece não ter tido nenhum outro sentido para ele além de permitir certa “tranquilidade”.

Foi na função de auxiliar financeiro e agente de bordo na empresa de transporte público que Pedro encontrou novo sentido para o trabalho lícito. Ao vivenciar essas funções, o jovem passou a considerar que era explorado como trabalhador do tráfico de drogas, pois tinha instabilidade, medo, apreensão, era exposto ao risco de morte e tinha uma carga horária excessiva e desgastante. No setor de transporte público, ele encontrou uma ocupação atraente que demandava habilidades similares às aquelas exigidas pelo comércio de drogas. Desde então, passou a se descolar da figura de “bandido” e a se identificar com a figura de “trabalhador” com toda a força que essa representação social possuía para ele.

Nesse sentido, e por meio do percurso proporcionado pela pesquisa de campo, acreditamos na pertinência de se ter um projeto socioeducativo que contemple e valorize a inserção dos jovens acautelados no mundo do trabalho. No entanto, uma educação pela via do trabalho, considerando sua centralidade na vida dos indivíduos (CLOT, 2006), só é possível se ela perder seu caráter de barganha dentro de um processo judicial e evoluir para um sentido de emancipação e transformação da vida dos jovens. Um trabalho restrito a uma exigência legal não viabiliza sua potencialidade de autoconstrução, sociabilidade e ressignificação da vida humana.

Defendendo a importância do trabalho para jovens que cometeram ato infracional, Jacobina e Costa (2007) dialogam com outros autores – como Demo (2001) e Cattani (1996) – refletindo sobre a questão do “não trabalho” como legitimação do processo de marginalização, destacando que:

[...] um trabalho criativo, interessante e consciente ou um trabalho degradado, repetitivo e alienado definem o *status* que qualificará os indivíduos *vis-à-vis* o conjunto da sociedade. Na construção da



identidade social e profissional, o ser humano é, em grande parte, o que ele trabalha. (CATTANI apud JACOBINA; COSTA, 2007, p. 99)

Desse modo, podemos concluir que o “não trabalho” vai na contramão dos objetivos das medidas socioeducativas, pois acaba por promover experiências vazias e infrutíferas que podem repercutir negativamente na consolidação identitária dos jovens.

Na realidade, pouco se discute o papel do trabalho e sua importante contribuição na construção das identidades (JACQUES, 1996; TONI, 2003), sobretudo, no que se refere ao jovem autor de ato infracional (JACOBINA, 2006). E mais ainda, não se discute seu caráter perigoso para a saúde mental quando se restringe ao emprego, voltado para atender às falácias do capitalismo que precisa qualificar mais mão de obra e precisa disciplinar esses “indivíduos-problema” (SILVA; MAYORGA, 2016; KUENZER, 2002; FRIGOTTO, 2004).

Conforme refletem Frigotto e Ciavatta (2003), os mecanismos de formação e inserção profissional precisam superar o conceito de “cidadão produtivo” e incorporar o conceito de “ser humano emancipado”. Somente assim, a medida socioeducativa no seu eixo relativo à profissionalização e ao trabalho terá o almejado efeito de contribuir com a vida dos meninos e meninas que passam pelo acautelamento.

## REFERÊNCIAS

BENDASSOLLI, P. F.; GONDIM, S. M. G. Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá (Colômbia), v. 32, n. 1, p. 131-147, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 19 jan. 2012.

CARVALHO, V. D. de; BORGES, L. de O.; REGO, D. P. do. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 146-161, 2010.

CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. Tradução de Adail Sobral. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COSTA, L. F. *et al.* Adolescente em conflito com a lei: o relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 379-387, jul.-set. 2011.

DEMO, P. **Pesquisa e informação qualitativa**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2001.



FARIA, A. A. C.; BARROS, V. de A. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 536-544, 2011.

FEFFERMANN, M. **Vidas arriscadas**: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. de. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 1, p. 157-166, 2004.

FELTRAN, G. de S. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UNICAMP, Campinas, 2008.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: VANNUCHI, P.; NOVAES, R. (org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ Instituto Cidadania, 2004. p. 180-213.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 45-60, 2003.

GOVERNO do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Defesa Social. Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE). Organizado por Carolina Proietti Imura & Elaine Rocha Maciel. **Medidas socioeducativas**: contribuições para a prática. Belo Horizonte: Editora FAPI, 2012.

JACOBINA, O. M. P. **Adolescente em conflito com a lei**: trabalho e família. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade de Brasília, DF, 2006.

JACOBINA, O. M. P.; COSTA, L. F. “Para não ser bandido”: adolescentes em conflito com a lei e trabalho. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 95-110, dez. 2007.

JACQUES, M. da G. C. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: TAMAYO, A.; BORGES-ANDRADE, J. E.; CODO, W. (org.). **Trabalho, organizações e cultura**. São Paulo: ANPEPP, 1996. p. 21-26 (Coletâneas da ANPEPP; 11).

KANDEL, L. Reflexões sobre o uso da entrevista, especialmente não-diretiva e sobre pesquisa de opinião. In: THIOLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987. p. 79-98.

KUENZER, A. Z. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L.; LOMBARDI, J. C. (org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

LE GUILLANT, L. O caso de Marie L. In: LIMA, M. E. A. (org.). **Escritos de Louis Le Guillant**: da ergoterapia à psicopatologia do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEON, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, M. V. de (coord.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2004. p. 9-18.





LIMA, M. E. A. A questão do método em Psicologia do Trabalho. *In*: GOULART, I. B. (org.). **Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 123-132.

LIMA, M. E. A. Trabalho e identidade: uma reflexão à luz do debate sobre a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea. **Educação Tecnológica**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 5-9, set.-dez. 2007.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

MISSE, M. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, v. 79, p. 15-38, 2010.

MISSE, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.

RIZZO, C. B. da S.; CHAMON, E. M. Querido de Oliveira. O sentido do trabalho para o adolescente trabalhador. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 407-417, nov. 2010-fev. 2011.

SILVA, G. de M. A experiência do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte. *In*: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 3, 2013, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: CRESS, 2013.

SILVA, P. R. da.; MAYORGA, C. Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 298-308, 2016.

TONI, M. de. Visões sobre o trabalho em transformação. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 9, p. 246-286, jan.-jun. 2003.

WELLER, W. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, mai.-ago. 2006.

ZIONI, F. Exclusão social: noção ou conceito? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 15-29, set.-dez. 2006.





## 8 “DE SERVENTE É PESADO, MAS É FÁCIL”: TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO NO CURSO DE VIDA DE JOVENS DE PERIFERIA URBANA

Bianca Ferreira Rodrigues  
Lucas Caetano Pereira de Oliveira

### 1 Introdução

Este trabalho se situa no escopo da pesquisa *Adolescências e Leis: um estudo psicanalítico sobre a desistência do crime na adolescência*, realizada no período de 2016 a 2018 e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG). Como o próprio nome já indica, essa se voltou para o estudo das relações de determinação subjetiva que afetam a desistência do crime entre adolescentes, a partir da perspectiva psicanalítica, mas realizando uma interface com a sociologia e com a criminologia. Para tanto, foi utilizada a metodologia das Narrativas Memorialísticas (GUERRA *et al.*, 2017) como meio de acesso às histórias dos sujeitos que permite um vislumbre dos processos psíquicos, incluindo aí as dimensões inconscientes e políticas, ou melhor, discursivas, que atravessam esses processos.

Participaram deste estudo 16 jovens e adolescentes do sexo masculino, divididos entre aqueles que nunca se envolveram com o crime, aqueles que afirmam ter desistido da criminalidade e os que estavam em cumprimento de sentença ou medida socioeducativa. Suas narrativas foram analisadas a partir das diferentes estruturas sociais, como a escola e a família, nos interessando discutir aqui como o trabalho se presentifica enquanto prática e sentido na fala desses sujeitos.

Podemos dizer que o trabalho se constitui, sem dúvida, como um dos elementos que estruturam a chamada cultura ocidental moderna, tanto ao nível social quanto individual, compondo tema central em qualquer discussão acerca do contexto em que vivemos. Como apontam Bastos, Pinho e Costa (1995), sua relevância fica clara ao observarmos como o trabalho é definidor da estrutura de tempo em dias, meses e anos, divisor entre atividades pessoais e impessoais, assim como legitimador de diferentes fases da vida, como estudo, trabalho e aposentadoria. Além disso, configura-se enquanto uma necessidade existencial, cujos rendimentos irão possibilitar a satisfação de necessidades humanas, tais como alimentação, moradia, educação, lazer e prestígio - “tornando-se, portanto, um elemento crítico contribuidor para o autoconceito e identidade pessoais” (BASTOS; PINHO; COSTA, 1995, p. 21).

Se nos voltarmos para seus significados, a partir de sua utilização em nossa linguagem cotidiana, iremos observar, assim como Bastos, Pinho e Costa (1995), dois principais eixos de construção, claramente antagônicos. O primeiro, relacionado à tradição religiosa cristã do antigo testamento, se refere ao trabalho a partir da noção de sacrifício, grande esforço, algo esgotante para quem o realiza. Enquanto o segundo vê o trabalho positivamente, como a aplicação das capacidades humanas



em prol do domínio da natureza, sendo responsável pela própria condição humana.

Esses significados se refletem na elaboração e aplicação de leis e políticas públicas, incluindo aquelas relacionadas a crimes ou atos infracionais. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (BRASIL, 2012), ao constituir-se a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), contempla em suas práticas a garantia dos direitos fundamentais dessa população, incluindo o direito à profissionalização e proteção no trabalho. Ou seja, o trabalho se constitui enquanto um direito do adolescente, ainda que em regime de menor aprendiz e/ou ainda que esteja em cumprimento de medida. Percebemos, assim, o sentido positivo de valorização do trabalho enquanto um elemento importante do desenvolvimento pessoal e social.

Já no contexto prisional o trabalho se apresenta enquanto possibilidade, garantindo a redução de um dia de pena a cada três dias trabalhados para aqueles que estejam no Regime Fechado ou Semiaberto. Segundo artigo 28 da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984, p. 6), "O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva". Em outras palavras, trata-se da conjugação dos sentidos do trabalho, enquanto dever em contribuir com a produção de uma sociedade e como responsabilidade de exercer suas capacidades humanas, ao mesmo tempo em que educa ou reeduca o apenado à ocupação de seu lugar na engrenagem social.

Sentidos que se fazem presente também na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), uma metodologia de recuperação de presos que se propõe a aplicar na prática a legislação brasileira, tendo em vista o cenário de negligências e abusos que o Sistema Penitenciário Nacional enfrenta. Segundo Ottoboni (2006), principal idealizador do método, o trabalho se constitui como elemento central na recuperação e ressocialização do condenado. Assim, ao contrário do sistema prisional convencional, o trabalho é aqui obrigatório, diferindo em sua forma nos diferentes Regimes de pena. No regime fechado ele será voltado para o artesanato e pequenos trabalhos manuais, que permitam uma reflexão interna do apenado enquanto modifica os objetos. Nos regimes semiaberto e aberto já encontramos a possibilidade de realização de trabalho externo ou na própria sede, podendo se direcionar à conservação do local ou à assistência aos colegas na alimentação, organização e liderança (RODRIGUES, 2018).

Entretanto, não podemos deixar de considerar as particularidades dos adolescentes e jovens de nossa pesquisa, que podem ou não estar envolvidos com a criminalidade, mas definitivamente se situam em um contexto de periferia urbana, na qual o trabalho terá sentidos e funções próprias. Assim, se pensarmos que uma das funções do trabalho no sistema penal e socioeducativo é educar os indivíduos à convivência social, precisamos estar atentos ao tipo de trabalho que está presente nesse horizonte. O termo "precariedade do trabalho" tem sido usado para definir "uma atividade com fins econômicos exercida em condições que colocam aqueles que a realizam em uma situação de risco, vulnerabilidade ou degradação" (VARGAS, 2016, p. 313). Além disso, os jovens e adolescentes são os mais afetados pelo desemprego devido à falta de qualificação e de experiência, como apresenta o relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017), ao demonstrar que 27,2% das pessoas



entre 14 a 24 anos que faziam parte da população economicamente ativa estavam desempregadas em 2016, enquanto 9,1% das pessoas de 25 a 59 anos estavam nessa mesma situação.

A oferta escassa de empregos precários leva muitas vezes à uma privação econômica, que tem como consequência a valorização da criminalidade como saída possível para a sobrevivência e o reconhecimento social. Certamente que nem todos os jovens e adolescentes seguirão por esse caminho, mas nos interessa justamente a reflexão de como essa escolha acontece e quais os fatores que a influenciam. Por isso, nosso objetivo será aqui o de analisar as narrativas e localizar os movimentos discursivos que levam a construções acerca da questão do trabalho e do crime.

As dimensões sociais do crime e do trabalho possuem imbricadas relações, especialmente no que diz respeito aos jovens e adolescentes de periferias urbanas. Diante disso, procuraremos elucidar melhor as questões que envolvem esse contexto social a partir da concentração da escuta nos determinantes psíquicos que se localizam nos pontos de adesão dos sujeitos ao crime e/ou ao trabalho. Desde a dificuldade de acesso ao emprego formal até as dicotomias psíquicas que opõem diametralmente trabalho e crime, podemos dizer que a riqueza desta análise se localiza justamente na interseção entre inconsciente e política, atados pelo discurso.

## 2 Análise e discussão

Dos 16 indivíduos que integraram nosso estudo, oito se encontravam cumprindo sentença ou medida de restrição devido a algum envolvimento com o crime, sendo quatro deles localizados em um centro de internação, dois em uma casa de semiliberdade e outros dois em uma unidade da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC). Entre os demais, encontramos que quatro deles já haviam tido algum tipo de envolvimento com o crime, mas desistiram e se encontravam fora da criminalidade na época do estudo. Por fim, havia quatro jovens que, ainda que residentes de periferia urbana, nunca tiveram qualquer tipo de envolvimento com o crime. Destes, dois foram entrevistados na sede da Associação Profissionalizante do Menor (Assprom), entidade que profissionaliza e orienta adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade.

**Quadro 1 – Dados dos participantes**

| <b>Sigla</b> | <b>Idade (anos)</b> | <b>Local da narrativa</b> | <b>Relação com o crime</b> | <b>Relação com o trabalho</b> |
|--------------|---------------------|---------------------------|----------------------------|-------------------------------|
| G.           | 17                  | Semiliberdade             | Envolvido                  | Já trabalhou                  |
| D1           | 17                  | Semiliberdade             | Envolvido                  | Nunca trabalhou               |
| L.           | 18                  | Território                | Desistente                 | Empregado                     |





|      |    |            |            |                 |
|------|----|------------|------------|-----------------|
| J1.  | 18 | Internação | Envolvido  | Já trabalhou    |
| I.   | 19 | Internação | Envolvido  | Já trabalhou    |
| M.   | 19 | Internação | Envolvido  | Já trabalhou    |
| D2   | 20 | Território | Nenhuma    | Empregado       |
| P1.  | 20 | Assprom    | Nenhuma    | Empregado       |
| A.   | 29 | Território | Desistente | Empregado       |
| K.   | 18 | Internação | Envolvido  | Nunca trabalhou |
| J2.  | 28 | Território | Nenhuma    | Empregado       |
| L.H. | 18 | Território | Desistente | Nunca trabalhou |
| C.   | 17 | Assprom    | Nenhuma    | Empregado       |
| J3.  | 38 | Território | Desistente | Empregado       |
| P2   |    | APAC       | Envolvido  | Já trabalhou    |
| JF   | 34 | APAC       | Envolvido  | Empregado       |

Fonte: Elaboração própria.

Com relação ao mundo do trabalho, pudemos perceber que a maioria dos jovens exerce ou já exerceu alguma função remunerada, incluindo empregos formais, informais ou em regime de estágio e menor aprendiz. Apenas 3 deles relataram nunca ter trabalhado, sendo o envolvimento com a criminalidade uma característica em comum e a desistência de um deles a destoante. Além disso, é importante destacar que todos aqueles que nunca se envolveram com o crime e quase todos os desistentes se encontravam, na época do estudo, em situação de trabalho formal. Por outro lado, apenas aqueles que estavam cumprindo sentença na APAC tiveram a oportunidade de trabalhar durante o regime semiaberto, recebendo, assim, o benefício de diminuição da pena.

Entretanto, para além da análise quantitativa, nos interessa como a fala desses sujeitos possibilita a compreensão do que significa, na perspectiva deles, ser um criminoso ou um trabalhador e como essa compreensão costuma destoar daquela aplicada em políticas públicas e judiciais. Nesse sentido, talvez o ponto principal das narrativas, no que se refere ao trabalho, seja esse: ele é considerado diametralmente oposto ao crime. Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, para esses sujeitos, por mais organizado e hierárquico que seja, o crime não é uma forma de trabalho, mas uma maneira de ganhar dinheiro. Com o trabalho se ganha dignidade, o reconhecimento a partir de um valor moral. Já o crime surge como uma tentativa de



obter esse reconhecimento a partir do consumo, do acesso aos objetos.

## 2.1 Escolarização e trabalho da juventude brasileira

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2015), em 2014 havia 48,9 milhões de brasileiros com idade entre 15 e 29 anos, cerca de 700 mil a menos do que em 2004. Entre aqueles da faixa de 15 a 17 anos, houve um aumento de 2,5% dos que frequentavam uma instituição de ensino, considerando também o período de 2004 a 2014. Embora esse aumento percentual esteja presente para o conjunto da população, esse período registrou a incorporação mais substantiva de indivíduos geralmente apontados como os mais afetados pelos fenômenos que levam à exclusão escolar. Os jovens oriundos das famílias 20% mais pobres apresentaram o maior crescimento na população de estudantes. Com menos intensidade, ocorreu o mesmo fenômeno com a população negra e com jovens do sexo masculino. Segundo Sposito, Souza e Arantes (2018), essas estatísticas apontam para a crescente centralidade da escola entre os brasileiros dessa faixa etária. No entanto, cerca de 15,7% dos jovens de 15 a 17 anos não frequentavam a escola à época do estudo, sendo que, destes, 80% não tinham completado a educação básica. Além disso, apenas 67,2% dos jovens dessa faixa etária estavam no ensino médio, nível ideal para essa população. Ou seja, podemos dizer que para uma grande parcela desses jovens, a trajetória educacional é ainda marcada por descontinuidades.

O crescimento no percentual de jovens de 15 a 17 anos frequentando escolas foi acompanhado de um progressivo afastamento do mercado de trabalho. Em 2014, 67,9% desses jovens se dedicavam apenas ao estudo, representando um crescimento de 6,7% em comparação à 2004. Para Sposito, Souza e Arantes (2018) as mudanças ocorridas na esfera econômica na primeira década do anos 2000, como a retomada do crescimento, a ampliação de postos de trabalho formal no país, a valorização do salário mínimo e o maior acesso da população aos programas sociais, teriam garantido as condições favoráveis para que as famílias mais pobres pudessem postergar a entrada de seus membros mais novos no mercado de trabalho.

Apesar disso, o mundo do trabalho ainda ocupa um lugar relevante para os indivíduos dessa faixa etária. Em 2014, 16,4% desses jovens precisavam conciliar estudo e trabalho e 5,7% apenas trabalhavam, e destes, 50,4% estavam empregados no mercado informal. Realidade que também se fez presente nas narrativas, a exemplo de D2, que explicita claramente o desejo pelo curso superior, mas pondera as possibilidades de conciliação com o trabalho, que não pode abandonar: “Porque até pra mim poder cursar a publicidade eu vou ter que conversar bem no serviço, porque eu trabalho 12x36. Aí eu saio 7 horas, eu no campo lá da Estácio, esqueci o bairro, mas é um pouquinho longe” (D2).

A escola, tão relevante na experiência dos jovens de 15 a 17 anos, não tem a mesma relevância estatística para a faixa etária seguinte. Em 2004, 32% dos jovens entre 18 e 24 anos estudavam e em 2014 este índice caiu para 30%, dos quais 43,2% dessa faixa etária não havia concluído a educação básica. Entretanto, é importante ressaltar que por trás dessa constatação houve uma mobilidade estrutural no que



tange ao nível de ensino frequentado por essa parcela da população. Em 2004, a maioria dos estudantes dessa faixa etária (66,3%) frequentava o ensino fundamental ou médio e uma década depois o ensino superior tornou-se o nível de ensino majoritariamente frequentado por essa faixa etária (58,5%). Nesse processo, houve uma maior incorporação da população negra e oriunda de famílias de baixa renda no ensino superior. Apesar disso, as desigualdades raciais e de classe ainda são bastante expressivas: 71,4% dos estudantes brancos estavam matriculados no nível superior, enquanto apenas 44,8% dos pardos e 44,2% dos negros estavam nesse mesmo nível. Observando a desigualdade de renda, encontramos que 28,3% dos jovens oriundos das famílias pertencentes aos 20% mais pobres estavam no ensino superior, enquanto 81,8% dos mais ricos estavam na mesma situação.

Para a maioria dos jovens de 18 a 24 anos o mercado de trabalho figura como o centro aglutinador das experiências. Em 2014, 59,5% dos jovens dessa faixa etária trabalhavam. Sem embargo, as desigualdades sociais também se manifestam de maneira clara nessa seara, uma vez que os mais bem qualificados e escolarizados encontram trabalhos de melhor qualidade. Em 2014, os mais pobres, negros e mulheres recebiam os piores salários e estavam majoritariamente empregados no mercado informal. Como demonstra um trecho das narrativas, não há o vislumbre de muitas alternativas quando estão presentes a baixa escolarização e a necessidade de melhora da renda familiar:

Minha mãe, meu pai analfabeto. Meu pai pedreiro. Minha mãe ficou em função de criar os filhos, né? Aí são seis irmãs. Seis irmãs e dois irmãos, eu e o outro irmão. Aí quatro delas trabalhavam em casa de família, né, de doméstica, e ajudavam um pouco em casa também. (A).

Para a faixa etária que vai dos 25 aos 29 anos de idade, o mundo do trabalho é ainda mais presente, uma vez que 89% não frequentavam nenhuma instituição de ensino, 73,5% apenas trabalhavam e 7,8% conciliavam o trabalho com os estudos. Segundo os dados da mesma pesquisa, o mercado formal absorvia 60% dos jovens dessa faixa etária. Entretanto, podemos especular sobre a qualidade dos empregos conseguidos por parte significativa dos jovens dessa faixa etária, uma vez que 37,8% deles possuíam menos de nove anos de escolarização. Mesmo que alocados em um trabalho formal, a má remuneração se constitui enquanto um dos fatores de desânimo em relação ao mercado de trabalho, pois o salário mínimo preconizado pelo governo ainda é pouco em relação ao custo de vida de uma grande cidade:

O que mais me deixa chateado no serviço é a remuneração mesmo. Que você trabalhava ali o mês todinho e no final do mês você mal conseguia pagar suas contas. E eu não tinha muita conta. (J2).

Observamos, assim, que apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, como a maior inclusão de segmentos marginalizados da população nas escolas e a expansão do ensino superior, para amplas parcelas da juventude os planos de



escolarização e trabalho são concorrentes. Desse modo, muitos são aqueles que, em função da pressão econômica, deixam a escola antes de completar o ensino básico para iniciar a vida laboral. Essa tendência pode gerar um círculo vicioso, no qual até para desempenhar ocupações precárias é preciso alguma qualificação, mas a pessoa não consegue se qualificar devido à sua ocupação precária.

## 2.2 Consumo e dinheiro

Por se tratar de sujeitos pobres e moradores de periferia urbana, estes possuem um alcance deficiente a bens de consumo, mas não deixam de ser bombardeados pelo marketing que envolve esses produtos. A marca, o preço, a ostentação, se tornam elementos importantes no posicionamento que se pretende construir no laço social: “Todo mundo quer a vida boa, poder andar cheio de ouro, poder andar num carro, numa moto. Ir aonde você quer. Essas parada aí que a gente quer” (M). O crime surge então como a única possibilidade, a via de acesso ao consumo demandado:

Quer ter um tênis, quer ter uma roupa bonita. E aí nem é todo mundo que tem pai pra dar essas coisas. Mãe. Não é todo mundo que tem dinheiro pra comprar uma roupa cara e todo mundo quer usar roupa cara, roupa bonita. Aí o crime vem te oferecer isso aí, ó. Dinheiro pra você comprar suas coisas. (D1).

Até mesmo quem nunca se envolveu com a criminalidade chega a afirmar que, muitas vezes, as pessoas entram para o crime “pra ter dinheiro” (J2). Enquanto um dos entrevistados da APAC nos demonstra que, além do dinheiro, existe sim uma forma de reconhecimento que está em jogo no ato de gastar:

E dentro de baile que eu via, eu via os cara que morava perto da minha casa, morava na minha rua, não trabalhava, ficava atoa o dia inteiro, tinha as melhores mulheres do baile, tinha dinheiro, andava de carro, andava de moto. E eu com os meninos da minha idade, que andava comigo também, começou a se espelhar nessas pessoas. (JF).

Tal configuração do laço social nos remete ao discurso capitalista, elaborado por Lacan a partir de um giro no discurso do mestre, que tem como efeito a diluição dessa figura de autoridade. O trabalhador continua a ser um escravo, mas já não sabe mais quem o comanda. Ele produz os objetos, mas não tem como objetivo agradar ao mestre e sim consumi-los ele próprio numa posição de falso agente, pois quem o agencia verdadeiramente é o gozo, do qual se torna voraz consumidor (BORGES; RIBEIRO, 2013). Em outras palavras, o sujeito se torna mero objeto passivo diante do discurso capitalista, reduzido à condição de consumidor em detrimento de sua posição de sujeito. Os produtos são então desenvolvidos a fim de desimpedir o acesso ao gozo, tendo nos *gadgets* seu exemplo mais expressivo (CARVALHO, 2008).



Dessa maneira, podemos dizer que o envolvimento com o crime com o objetivo de ganhar dinheiro e, conseqüentemente, ter acesso aos objetos, se relaciona com o discurso capitalista e com seu imperativo de gozo. Como demonstram as narrativas, “o mal do crime é isso aí. Você quer, você tem, você quer mais” (M). Até mesmo aqueles que se encontravam trabalhando quando iniciaram sua trajetória na criminalidade percebem o crime como o único capaz de lhes proporcionar esse gozo: “A vontade de roubar era tanta que até trabalhando eu já roubei. Até no horário de almoço assim, eu saía pra roubar” (J1). Isso acontece, pois, na visão deles, apesar da possibilidade de convivência, essas duas dimensões não se misturam, nem se confundem.

### 2.3 Trabalho e crime

Enquanto o crime é adrenalina, algo que proporciona prazer, trabalho é suor, é fazer o que não se gosta: “Diferente daqui pra frente? Trabalhar. Coisa que eu nunca gostei na vida” (G). Ou seja, o trabalho é apontado como a melhor representação de uma vida honesta, categoria identificada ao fora do crime. Com a honestidade, vem a noção de dignidade, que remontada à sua origem latina *dignitas* nos remete às ideias de merecimento, valor, nobreza. Todas contrárias ao crime: “Mas assim, no meu pensamento, assim, eu queria trabalhar. Não por causa do dinheiro, mas assim, por causa da dignidade. Eu já tava naqueles conflitos internos, assim, da dignidade. Pensando assim: nó, tô destruindo famílias” (A).

Para eles, a dignidade seria algo tão importante que supera a posição de honestidade. Ela estaria relacionada à possibilidade de ser alçado à condição de ser humano, de ser valorizado enquanto membro ativo e participante de uma comunidade: “Seguir uma vida digna, igual um ser humano, trabalhador” (P2). Até mesmo aqueles que nunca se envolveram com o crime veem no trabalho o que os aproxima de um ser adaptado às demandas e aos valores sociais, como quando um participante é incitado a contar a sua história de vida e a localiza a partir do trabalho:

É um pouco grande então. Vou começar de... desde pequeno. Antes de eu começar a trabalhar. Eu sempre tive alguns problemas de família, muitos no caso. E comecei a trabalhar. E eu acho que é uma coisa que me influenciou muito a ser uma pessoa diferente. (P1).

Ou quando outro participante é questionado porque se afastou dos colegas “descolados” do crime: “É uma boa pergunta. Eu trabalhei. Eu comecei a trabalhar” (J2).

Esses valores sociais relacionados ao trabalho seriam transmitidos principalmente através do núcleo familiar, composto muitas vezes por pessoas humildes, que remontam suas histórias ao ambiente rural e que provêm o sustento a partir de trabalhos braçais, que exigem pouca ou nenhuma qualificação, mas castigam os corpos. Como descreve um dos integrantes da APAC, a trajetória sofrida da mãe é algo que o faz repensar suas convicções: “E minha mãe foi lá, trabalhadora,





empregada doméstica, tirava o ganho do meu irmão, que podia tá comendo um biscoito, tirava do meu irmão pra poder tá levando pra mim no presídio” (JF). Assim como outro participante, que via a situação difícil em que vivia sua família, mas tinha rejeitada qualquer tentativa de ajuda que envolvesse o “dinheiro sujo” do crime:

Às vezes eu chegava em casa, minha mãe não aceitava nada... Até por causa da polícia também e na maior parte por causa dos valores também, sabe? Por mais que era humilde assim, mas não aceitava muita coisa. Por mais que tinha dificuldade. Às vezes tava faltando alguma coisa em casa, minha mãe falava assim: “não, nois não quer seu dinheiro não. Não quer dinheiro sujo não”. Aí isso aí incomodava. (A).

Nesse sentido, por mais que eles estejam se referindo a um tipo específico de trabalho, este não deixa de ocupar um lugar central nas suas projeções de futuro. Como nos lembra Jardim (2011), isso se relaciona ao modo como nossa sociedade é constituída e ao lugar que o trabalho ocupa nela: “Se o trabalho não é o nosso único valor, ocupa sem dúvida certa centralidade tanto em relação à subsistência, quanto à inserção social e à constituição subjetiva, num mesmo laço” (JARDIM, 2011, p. 90). Ou seja, a chamada cultura ocidental moderna tem se organizado em torno do trabalho a ponto deste se tornar a insígnia de um ideal, de uma nobreza (JARDIM, 2011). Ser trabalhador se torna, assim, uma marca social e subjetiva que direciona a construção de uma forma de laço social.

Para Freud [1930] (2014), nenhuma outra técnica prende o indivíduo tão firmemente à realidade do que a ênfase ao trabalho, na medida em que essa lhe fornece um lugar seguro na conduta e na comunidade humana. Além disso, completa que a atividade profissional pode, inclusive, ser fonte de satisfação libidinal se for livremente escolhida. Ou seja, o trabalho é capaz de possibilitar a sublimação de conteúdos pulsionais, dando a eles um destino criativo e socialmente valorizado. Nas palavras de Concolato, Oltramari e Santos Filho (2016, p. 2-3):

Trabalhar consolida a identidade, possibilita destinos para as mais diversas e potentes demandas pulsionais, confere sentimento de pertencimento e oportuniza a construção de importantes laços fraternos que dão ensejo à construção coletiva.

Considerando esse posicionamento freudiano, Lacan [1969/1970] (1992) reforça o papel social do trabalho ao indicar que este jamais foi tão honrado, desde o início da humanidade, estando mesmo fora de cogitação o seu desaparecimento. O discurso do mestre seria aquele que mais se aproxima do laço social construído entre um patrão e um empregado, na medida em que comporta a exploração do homem pelo homem. Entretanto, Lacan demonstra que o gozo libidinal não está excluído dessa equação, figurando, inclusive, do lado do trabalhador (BORGES; RIBEIRO, 2013). O trabalho a que se submete o escravo será precisamente a via pela qual



ele poderá libertar-se, pois este lhe propicia o gozo e o situa na ordem da servidão (COELHO, 2006).

Por outro lado, Lacan afirma que toda ordem discursiva que se aproxima do capitalismo deixa de considerar as coisas do amor. Ou seja, não se interessa em incluir o que diz respeito à libido, ao desejo (BORGES; RIBEIRO, 2013). Exclui-se, assim, a possibilidade de um lugar para o sujeito, para sua ação e criação que transformam o trabalho em algo vivo, que comporta o desejo (JARDIM, 2011). Nesse sentido, o trabalho deixa de possibilitar o desenvolvimento de um projeto de vida e se transforma em apenas um conjunto de experiências isoladas, dificultando a construção de uma narrativa sobre a própria vivência (CARVALHO, 2008).

Diante disso, nos colocamos então a indagar: a idealização do trabalho e a valorização de um trabalho braçal, concebido à moda antiga, seria uma tentativa de restituição do discurso do mestre em contraposição ao discurso capitalista? Assim como Jardim (2011), percebemos-nos às voltas com “sujeitos marcados pelo ideal do trabalho, mas vivendo num mundo em que o estatuto social desse valor está em derrisão” (JARDIM, 2011, p. 91). Como proceder?

## 2.4 Profissionalização, medidas socioeducativas e encarceramento

O trabalho braçal se apresenta então como central na exposição desses sujeitos, especialmente aqueles que estão cumprindo pena ou medida socioeducativa, pois vislumbram no horizonte as possibilidades que terão após esse período. P2, que se encontrava em regime semiaberto à época do estudo, identifica-se como um trabalhador, mas o fato de nunca ter frequentado a escola antes da APAC delimita certos contornos à sua perspectiva de futuro:

Eu, medo de serviço nunca tive na minha vida. Tive o momento meu de fraqueza de usar droga. Qualquer serviço que me por eu trabalho. Não sendo de mexer em computador que isso aí eu não entendo. Só que qualquer serviço braçal. (P2).

Enquanto J1, que foi entrevistado por nós em um centro de internação, aponta a vontade de voltar a trabalhar como “servente”, pois seria mais fácil. Ao que nossa entrevistadora questiona, “trabalhar como pedreiro é fácil?”, este responde: “De pedreiro não, né? De servente. De servente é fácil, só faz o que faz, só é pesado, né? Mas tem que trabalhar, né? É pesado, mas é fácil pra quem já entende” (J1).

Percebemos, a partir das narrativas, que as medidas socioeducativas e suas diretrizes de trabalho e profissionalização não estão alinhadas com essa perspectiva dos adolescentes e jovens, resultando em um desencontro do que é demandado e o que é oferecido. Como no caso de J1, que estava fazendo um curso de informática, mas tinha interesse em um curso de cabeleireiro, que não estava disponível:



Mas o curso mesmo que eu queria não era de informática não. O curso que eu queria era de cabeleireiro. Porque eu sempre também tive uma vontade de aprender a mexer com cabelo, sabe? Aí eu pedi a eles o curso de cabeleireiro, só que não deu pra me encaixar na vaga lá e foi de informática mesmo. (J1).

Enquanto K, por outro lado, conseguiu a vaga para o curso de cabeleireiro, mas gostaria da versão masculina: “Eu tô fazendo um curso de cabeleireiro, mas de mulher. Mas meu interesse mais era de homem” (K).

Além disso, os cursos profissionalizantes que são oferecidos não se vinculam à ideia de um emprego de carteira assinada, no modelo braçal, como é exposto pelos adolescentes. Estes, valorizam um trabalho sem formação e não localizam no horizonte a possibilidade de uma graduação ou um curso técnico, talvez pela própria condição social em que estão inseridos. Até mesmo quem nunca se envolveu com o crime esbarra nos limites de uma vida sem grandes condições financeiras:

E assim eu sempre quis ser biólogo, quero ser. Cursar na federal de biologia. E eu lembro quando eu consegui isso, nossa, eu fiquei muito feliz... Mas aí eu não tinha condições financeiras, eu não tava trabalhando ainda e meus pais não tinham condição de bancar a faculdade privada. E eu não consegui cursar. (D2).

Por outro lado, um dos sujeitos que estava cumprindo sua sentença na APAC demonstrou uma trajetória da qual tem orgulho, pois conseguiu se desenvolver e evoluir profissionalmente ao longo dos anos:

Comecei limpando cemitério, quando eu comecei, meu primeiro trabalho na APAC foi limpando cemitério. Ganhei uma oportunidade de tá trabalhando na tesouraria da APAC. Fiquei nela cinco anos. Hoje, sou encarregado de segurança, formado, com curso. (JF).

Institucionalmente, podemos perceber que aqui a preocupação principal parece ser a inserção no mercado de trabalho e, a partir daí, condiciona-se a profissionalização às oportunidades de trabalho que forem surgindo. Dessa forma, emprego formal e capacitação não estão desconectados, mas um agindo em favor do outro com o objetivo de manter uma renda estável, que não motive os sujeitos a recorrerem ao crime para se sustentarem e às suas famílias.

### 3 Considerações finais

O trabalho desenvolvido durante a pesquisa *Adolescências e Leis: um estudo psicanalítico sobre a desistência do crime na adolescência* nos possibilitou lançar



um olhar sobre os determinantes subjetivos que afetam a desistência do crime entre adolescentes, utilizando como eixo de análise as diferentes estruturas sociais, como o trabalho, a escolarização e a família. Nesse sentido, a perspectiva do trabalho foi particularmente importante, pois a partir dela pudemos refletir acerca do tipo de relação que esses sujeitos possuem com os sentidos e as práticas do trabalho, além da sua relação com o crime e o ato de ganhar dinheiro.

Assim, percebemos como a inserção na criminalidade é vista enquanto uma forma de dinheiro fácil, ou seja, algo que traz grande retorno financeiro em um curto espaço de tempo e sem necessidade de muito esforço. A partir do dinheiro seria possível então o acesso aos bens de consumo e à tentativa de reconhecimento social advinda do comprar. Configuração que nos remete ao discurso capitalista, estabelecido por Lacan, que reflète essa proximidade entre sujeito e objeto, além do gozo desimpedido daí advindo. Dessa forma, ainda que o crime demande a obediência a uma hierarquia e o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao contexto do trabalho, este é visto apenas como o lugar da diversão, do sem limites.

Já o trabalho propriamente dito ocupa lugar privilegiado nas narrativas desses sujeitos, pois representa a valorização de si mesmo e da tradição familiar herdada enquanto marca, insígnia de dignidade. Seja aqueles que ainda estão no crime, quanto os que desistiram e os que nunca se envolveram, todos concordam que ser trabalhador é ser alguém honrado, alguém que suporta o peso de sua tarefa e a carga para o bem desta e das futuras gerações. Posicionamento que se aproxima do discurso do mestre e que nos faz pensar se a valorização desse tipo de trabalho não seria então a tentativa de estabelecimento de um laço social que possibilite o gozo, mas enquanto regulado e aceito socialmente.

Diante disso, entendemos a importância da presença do trabalho e da profissionalização nos processos de encarceramento e de medidas socioeducativas, mas desde que de maneira sintonizada com a demanda desses sujeitos. A cultura do empreendedorismo e do trabalho autônomo não exerce tanto encanto nessas pessoas, quanto nas de classe média ou alta que formulam as leis e as políticas públicas. Os sujeitos de nossa pesquisa sabem dos seus limites sociais e culturais, mas compreendem principalmente que foi o trabalho braçal e mal remunerado que possibilitou aos seus pais e avós a construção de um reconhecimento enquanto pessoa digna, trabalhador.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, A. V. B.; PINHO, A. P. M.; COSTA, C. A. Significado do trabalho: um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 20-29, 1995.

BORGES, S. L. B.; RIBEIRO, M. A. C. A psicanálise, o trabalho e o laço social. **Revista de Psicologia**, Ceará, v. 4, n. 2, p. 19-25, 2013.

BRASIL. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**: Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm). Acesso em: 24



mai. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990:** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 24 mai. 2020.

BRASIL. **Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012:** Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm). Acesso em: 24 mai. 2020.

CARVALHO, M. C. A relação sujeito-trabalho-organização na contemporaneidade e a psicanálise: porta de saída ou pacto com o diabo? **Reverso**, Belo Horizonte, v. 30, n. 56, p. 93-102, 2008.

COELHO, C. M. S. Psicanálise e laço social – uma leitura do Seminário 17. **Mental**, Barbacena, v. 4, n. 6, p. 107-121, 2006.

CONCOLATTO, C. P.; OLTRAMARI, A. P.; SANTOS FILHO, F. C. Relações de trabalho e psicanálise: um diálogo em aproximação. **IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. Porto Alegre, 2016.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. *In*: FREUD, S. **Obras Completas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1930-2014, v. 18, p. 13-122.

GUERRA, A. M. C. *et al.* The Narrative Memoir as a Psychoanalytical Strategy for the Research of Social Phenomena. **Psychology**, [s.l.], v. 8, p. 1238-1253, 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios:** síntese de indicadores 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IPEA; Ministério do Trabalho. **Mercado de trabalho:** conjuntura e análise, n. 62, 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505\\_bmt\\_62.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505_bmt_62.pdf). Acesso em: 24 mai. 2020.

JARDIM, S. Depressão e trabalho: ruptura de laço social. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 36, n. 136, p. 84-92, 2011.

LACAN, J. **O Seminário, livro 17:** o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1969/1970-1992.

OTTOBONI, M. **Vamos matar o criminoso?** Método APAC. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

RODRIGUES, B. F. **Circulação do discurso em uma instituição apaqueana:** um estudo crítico na perspectiva psicanalítica. 2010. 130 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R.; ARANTES, F. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**, v. 44, ed. 170308, 2018.

VARGAS, F. B. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 313-331, 2016.







## 9 ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA: A CRIMINALIDADE COMO VIA DE ACESSO AO NOME PRÓPRIO

Alessandro Pereira dos Santos  
Fídias Gomes Siqueira

### 1 Introdução

Ao escutarmos a trajetória de vida de adolescentes e jovens em contextos de criminalidade e violência, ocupamo-nos do lugar da família nas narrativas de cada sujeito a fim de identificar alguma relação entre a história de vida e a inserção na criminalidade. Desse modo, encontramos situações onde as condições sociais e econômicas não são os únicos determinantes do esgarçamento dos laços familiares, embora tenham um peso considerável, mas os adolescentes nos apontaram situações familiares caracterizadas pela insuficiência no papel do cuidado e proteção pelos adultos, culminando no abandono e desamparo, o que pode resultar em condições que “forçam” a abertura de novas soluções através da criminalidade.

Ao indagar o que seriam tais condições, identificamos que à família é atribuída uma responsabilidade social e jurídica em relação ao cuidado e à proteção das crianças e adolescentes. Entretanto, frente à insuficiência de quem deve exercer essa função, alguns adolescentes apontam uma alternância nos papéis e muitos deles passam a ocupar o lugar de quem deveria cuidar e proteger. Algumas situações demonstraram que a família é uma referência importante para a organização psíquica de um sujeito, seja a família de origem, seja uma família de referência ou a família constituída.

Embora em nossa época a família se encontre em questão, dadas as suas múltiplas possibilidades de organização, percebe-se mesmo assim que se trata de uma organização de referência para o sujeito, mesmo quando este experimenta a negligência e o desamparo. Desse modo, identificamos que situações extremas de desamparo nem sempre serão determinantes para a conexão à criminalidade. Entretanto, consideramos o papel fundante da transmissão recebida no agrupamento familiar como possibilidade para que alguns sujeitos se desenlacem e se reorganizem psíquica e socialmente.

As diferentes configurações familiares num tempo de frouxidão dos laços, exige de cada sujeito a articulação de seus recursos psíquicos aos recursos políticos disponíveis no mundo em que estão inseridos. Face aos discursos normativos e disciplinares, encontramos na legislação vigente a previsão de deveres em relação ao cuidado e proteção por parte dos adultos. Entretanto, tais garantias jurídicas são insuficientes para tratar este desamparo. Para alguns adolescentes, a inserção na criminalidade poderá advir como solução para dar conta da insuficiência do papel de quem deveria cuidar, proteger e transmitir um lugar no desejo a fim de se constituir como sujeito. Desse modo, situaremos o lugar e o papel da família não somente na



perspectiva da legislação, mas identificando a função de transmissão da família na perspectiva da psicanálise a fim de pensarmos por que o agrupamento familiar ainda é uma referência na constituição psíquica de cada um.

Se a família é alvo de discussões no contexto de nossa sociedade atual, precisamos tomar as repercussões produzidas pelas mudanças e pelas novas configurações familiares a fim de torná-las objeto de investigação que façam avançar as proposições políticas, jurídicas e clínicas.

## 2 O adolescente e a família na perspectiva psicanalítica

Há um discurso vigente que beira à nostalgia quando se atribui à família a responsabilidade pelo destino funesto de alguns adolescentes. Não podemos incorrer no equívoco de desconsiderar as escolhas de cada sujeito. Mas é preciso compreender o que está em jogo quando o adolescente se desconecta do agrupamento familiar e se vincula ao crime.

Por não desconsiderar a importância da família, o interesse da psicanálise pela causa em jogo nessas situações possibilita romper com os discursos normativos e abrir novas possibilidades de invenção sem pretender restituir algum modelo padronizado. Trata-se, portanto, de avançar frente às perspectivas reducionistas surgidas com os impasses que as condições de vida de muitos adolescentes apresentam.

Ao tratar da puberdade, Freud [1905] (1996) destaca o papel da família na constituição psíquica, bem como todo o trabalho de elaboração do afrouxamento dos laços que a criança estabeleceu na família. Sem dúvida, uma dolorosa realização psíquica do período puberal, onde o desligamento da autoridade dos pais terá papel crucial na cultura. Em outro momento, Freud [1908] (1996) aponta a necessária separação dos pais na elaboração do romance familiar de cada indivíduo.

O contexto encontrado na narrativa de muitos adolescentes nos possibilitou identificar a dificuldade de elaboração dessa separação, pois esta, muitas vezes, se apresenta em sua dimensão real, quando o adolescente não encontrou recursos suficientes para elaborá-la. São situações de vida que antecipam o processo de separação simbólica. Condições marcadas por eventos como morte, abandono, alcoolismo e violência, constituindo uma situação de difícil assimilação.

Lacan [1938] (2003) destacará que a família se afigura como um grupo natural de indivíduos em sua dupla relação biológica, onde a geração dos componentes do grupo e as condições do meio requerem que tal função seja assegurada pelos adultos. Entretanto, ressaltou as relações sociais e a dimensão da cultura estabelecendo entre as gerações uma continuidade psíquica, a fim de compreender a família humana a partir das relações sociais. Desse modo, a família deverá ser pensada como um complexo que liga um conjunto de relações, sendo dominado por conteúdos culturais e desempenhando papel “organizador” no desenvolvimento psíquico. Destacamos, assim, que diferentes contextos apontam a existência de vínculos indestrutíveis do sujeito com a sua família. Independente de padrões ou modelos, cada adolescente poderá experimentar à sua maneira modos de desconectar e se conectar ao





agrupamento familiar.

Desse modo, tal como os autores acima enfatizam, as narrativas de vida desses adolescentes demonstram como as condições que deveriam ser asseguradas pelos adultos muitas vezes são precárias, falham ou são inexistentes. Para alguns, em meio ao contexto que se impõe forçosamente, cabe a tentativa de se assegurar sozinho, podendo lançar mão do recurso à criminalidade para se garantir.

Também consideramos que o desgaste ou rompimento abrupto das condições que assegurariam a separação incidem sobre a transmissão de uma continuidade psíquica, histórica e social das relações familiares com o seu meio, comprometendo dessa maneira o lugar da família e seu papel organizador.

Parece-nos, portanto, que a perda desse elemento organizador funciona como uma implosão nos recursos psíquicos de cada sujeito, deixando-os à deriva no seu desamparo. Na tentativa de se organizar muitos adolescentes encontram na criminalidade essa função organizadora. Basta prestar atenção nos tipos de vínculos e relações que alguns adolescentes estabelecem com as figuras de autoridade encontradas nas organizações criminosas.

Nesse sentido, Kehl (2003) ressalta o 'insubstituível' de um agrupamento familiar quanto ao cuidado de um adulto com uma criança, pois, conferir lugar em seu desejo é o que permite ao adulto cuidar de uma criança, transmitindo a ela um código social compartilhado.

Nessa perspectiva, consideramos que alguns adolescentes ao tentarem se separar dos pais e se constituir como sujeito experimentam um desamparo real, deparam-se com uma falha na transmissão de um código, de um lugar no desejo, onde a adesão ou trajetória pela criminalidade por ser uma tentativa de se constituir como sujeito. Desse modo, a busca por alguma condição substituta ao elemento perdido do agrupamento familiar poderá funcionar de modos distintos para cada adolescente. Alguns encontrarão nessa passagem pela criminalidade uma via de invenções e saídas, outros permanecerão nela ou encontrarão na morte a última saída. Na maioria das narrativas, os adolescentes nos apontam a construção de saídas orientadas e reconfigurações que têm no agrupamento familiar o seu fio condutor.

Diante das possíveis escolhas do adolescente, Stevens (2004) afirma que o sujeito deverá produzir um arranjo com o qual organizará a sua existência, sua relação com o mundo e com o gozo. Mas a possibilidade de produzir repostas se dá num contexto de declínio da função paterna, onde o pai não assume mais a função de exceção. Diante da condição de 'todos iguais' o apagamento da exceção provoca um efeito de segregação devastador. Daí a incidência na organização social, segundo o autor, do caso de adolescentes cujas repostas e invenções relacionadas à contracultura será a organização e aderência aos bandos, chefes, capatazes, que funcionarão como substitutos sociais para a adolescência.

Em tempos de afrouxamento dos vínculos familiares tão essenciais ao desenvolvimento do indivíduo, Alberti (2010, p. 22) destaca a situação em que os pais decidem se separar dos adolescentes antes que estes o façam. É o momento em que "o adolescente se vê deixado cair", encontrando-se desesperado e perdido, sua busca pode se tornar uma catástrofe.



A partir do que a autora acima propõe, fazemos um contraponto a partir das narrativas dos adolescentes de nossa pesquisa. Uma demarcação importante precisa ser feita: alguns adolescentes encontraram condições em que não se pode falar inicialmente de uma dificuldade de separação, pois, já se encontravam imersos no desamparo, sem um tempo necessário à elaboração da separação.

Dessa forma, as condições para a inserção na criminalidade podem ser mais catastróficas, pois, a ausência de perspectiva da continuidade psíquica e da transmissão de um fio condutor advindo do agrupamento familiar pode tornar o adolescente um náufrago no mar do desamparo. Cabe investigar como cada um adentrará a criminalidade e construirá soluções a partir dos recursos desenvolvidos em seu percurso de vida.

### 3 O crime: uma forma de inscrever o nome próprio?

Destacamos pequenos fragmentos das narrativas dos adolescentes sobre a história familiar e sua trajetória na criminalidade. No primeiro fragmento, M destaca que sua ligação ao crime era anterior a algum evento familiar, e embora houvesse experimentado o abandono da mãe e a permissividade do pai, foi uma ameaça à sua família o fator decisivo para sua associação ao tráfico e, com isto, sua foto em um cartaz de pessoas desaparecidas o aproxima da mãe outra vez, endereçando a esta sua escrita e a promessa de mudança, reconfigurando suas relações e seu lugar na família, pois, desejava se tornar uma referência para o sobrinho e se experimentar como alguém que tem algo a transmitir.

Para outro adolescente, a religiosidade da família lhe confere o nome ‘filho de pastor’, possibilitando a esse sujeito que se identifica como “nômade” deparar-se com uma nomeação que também lhe salva de encontros mortíferos com o mundo do crime. Para alguns, a dimensão oracular da fala do Outro aponta uma sentença a ser cumprida; para outros, o abandono e a transmissão familiar vinda do padrinho e chefe do tráfico contribuem para a entrada na criminalidade. Outro adolescente recebe do pai a transmissão de um ofício e o incentivo ao trabalho, mas as relações de parentesco na família extensa o incentivam à criminalidade, utilizando-se de inscrições no corpo para homenagear o pai, ao mesmo tempo em que se queixa do vazio e do silêncio sobre algo que não se transmitiu da sua infância.

Outro adolescente carrega a dúvida da sua filiação e o desejo de constituir uma família, onde a paternidade é a expressão de um desejo de transmissão: “deixar um rosto para que alguém se lembre de mim”.

Considerando a indestrutibilidade dos vínculos, mesmo quando o contexto é de afrouxamento, abandono e desamparo, resta algo enigmático e insondável para o sujeito. Mas destacamos que tais contextos, mesmo diante de uma transmissão precária, constituirão o caminho para a invenção singular. A transmissão de uma geração a outra terá papel decisivo no enlace e desenlace ao crime, pois, alguns adolescentes transitarão entre um código socialmente compartilhado que inclui também o seu desvio, ou seja, um modo de vida criminoso.





Frente a isso, consideramos o embaraço inerente a cada um a partir de sua história. Diante do desamparo e da falha na transmissão, cada um tentará saber de si e dar conta de sua existência. Kaufmann (1996) afirma que o nome próprio designa o corpo e lugar do sujeito na filiação, mas por ser um puro significante não é simplesmente a designação de um sujeito.

Kaufmann (1996) destacará ainda que Lacan<sup>1</sup> (1975) situou a 'nomeação' como possibilidade de se criar um nome ali onde se opera a falha do real. Falha decorrente da impossibilidade de dar significação a esse nome, uma vez que a letra se inscreve onde algo *já estava lá*, e desse modo, nomear é agir como letra, abrir passagem para si numa via obstruída.

Concordamos, portanto, que a família é um importante elemento organizador da vida psíquica e social. A condição de desamparo e falha na transmissão está colocada para todos. Entretanto, alguns experimentam um contexto mais precário e se deparam com exigências mais severas para sobressair. Encontrar um lugar para alojar o seu corpo no mundo fará parte de um trabalho psíquico longo e sinuoso.

A tentativa de situar-se como sujeito desejante levará à produção de uma nomeação. Nome que, frente ao impossível de uma significação, exigirá a abertura de uma via de invenção. Se podemos pensar a dificuldade de separação ou mesmo o desamparo mais real para esses adolescentes e suas famílias, precisamos considerar tal contexto como uma via obstruída. Onde os adolescentes deveriam contar com a família como elemento organizador de sua subjetividade, não encontram no arranjo familiar uma transmissão capaz de sustentar suas relações sociais e sua própria subjetividade.

Podemos considerar, portanto, que alguns adolescentes não encontram na família o seu elemento organizador, mas ao contrário, deparam-se com aquilo que seu agrupamento familiar tem de mais desorganizador. Para que possam dispor de algum recurso organizador, terão de buscá-los em contextos externos como as famílias que se solidarizam com a sua condição, que os acolhem e adotam ou nas instituições públicas e jurídicas, entre outras. Mesmo para aqueles que contaram em algum contexto com o elemento familiar organizador, também não se pode afirmar que há alguma garantia para que não transitem pela criminalidade.

#### 4 Considerações finais

Desse modo, experimentar o desamparo não elimina a força dos vínculos familiares. Tudo indica que há um retorno do sujeito a este ponto de falha na transmissão de seu lugar no desejo do Outro, bem como de algum código socialmente compartilhado. Muitos adolescentes terão um trabalho a mais em seu percurso na tentativa de restabelecer algum tipo de organização exterior que favoreça a sua organização interior. Do mesmo modo que para alguns adolescentes o encontro com algum elemento familiar organizador não será suficiente, levando-os a experimentarem algum tipo de ruptura e descontinuidade.

1 LACAN, Jacques. O Seminário, livro 22: R.S.I. [1974-1975]. Ainda não publicado.



Mas quando os adolescentes não encontram na família os adultos que sejam agentes da transmissão de um desejo, a dificuldade de se situar no mundo pode produzir no sujeito processos identificatórios que os levarão a experimentar um modo de vida criminoso. Diante de uma falha na transmissão de um lugar, de um desejo, mesmo sabendo que esta falha é estrutural, alguns adolescentes não encontraram formas e semblantes que lhes servissem para fazer oposição. Seu ponto de partida para alguma invenção requer um duplo trabalho de elaboração a fim de abrir suas vias de invenção e inscrição na comunidade humana.

Ao discutirmos a perspectiva da nomeação e do nome próprio, principalmente no contexto em que os adolescentes se inserem na criminalidade e daí podem se inventar, se nomear e se ressignificar, devemos manter no horizonte a perspectiva de que possam se reencontrar ali onde estavam prisioneiros.

Dessa maneira, quando as condições que culminaram em distintas formas de desorganização ou descontinuidade são ultrapassadas, o estatuto do nome próprio permitirá ao sujeito distinguir tudo aquilo que se perdeu na sua desordem. Assim, o estatuto da letra terá alguma efetividade ao permitir que o ser se distinga, seja nomeado por si mesmo, abrindo uma via de solução a partir do furo que o constitui.

Para os operadores das políticas públicas, deparar-se muitas vezes com adolescentes que se apresentam com uma identidade e um nome constituído no crime gera um impasse. Impasse esse que os levam a se interrogar sobre o seu papel na construção de uma nova identidade. Como nem todos os dispositivos públicos não operam pela orientação psicanalítica, caberá aos seus operadores considerarem que nem sempre o nome ou a identidade constituída no crime dizem somente de uma identificação ao crime. Torna-se importante considerar que o nome ou a identidade são invenções singulares. Somente cada um dos adolescentes poderá dizer de seu próprio nome.

Outra preocupação das instituições públicas se refere à fragilidade dos vínculos familiares ou mesmo do seu rompimento. Tenta-se muitas vezes encontrar formas de fortalecimento e reconstrução desses vínculos. Nem sempre se obtém êxito no restabelecimento desses vínculos, devendo-se considerar uma série de variáveis. Mas, frente a tal dificuldade, o horizonte das políticas públicas deve considerar que a construção de novos vínculos é uma possibilidade, requer um tempo de elaboração e não deve se pautar em um padrão ideal. Cada adolescente poderá reconstituir seus vínculos com o seu agrupamento familiar ou em novos agrupamentos. Tudo dependerá das condições existentes para tal.

Nesse sentido, a família se torna um componente importante a ser considerado na trajetória de todos os adolescentes. Mas, especificamente na vida dos adolescentes que transitam pela criminalidade, cuja aderência pode ser passageira ou duradoura, precisamos considerar que se trata também da tentativa de existência na comunidade humana. Entretanto, para alguns, tal tentativa culmina na morte, numa época em que os homens já não escutam mais os sinos dobrarem pelos seus mortos.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, [2016]. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 17 mar. 2018.

FREUD, S. Um caso de histeria. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. *In*: Freud, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1905-1996. v.7. 329p.

FREUD, S. 'Gradiva' de Jensen e outros trabalhos. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1908-1996. v.9. 259 p.

KAUFFMAN, P. **Dicionário enciclopédico de psicanálise**: o legado de Freud e Lacan. Editado por Pierre Kauffman; Tradução de Vera Ribeiro e Maria Luiza X. de A. Borges; Consultoria de Marco Antônio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1996. p. 372-373.

KEHL, M. R. **Em defesa da família tentacular**. São Paulo: Fronteiras do Pensamento, 2003. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/artigos/maria-rita-kehl-em-defesa-da-familia-tentacular>. Acesso em: 04 mar. 2018.

LACAN, J. Os complexos familiares na formação do indivíduo. *In*: LACAN, J. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1938-2003. p. 29-90.

STEVENS, A. Adolescência, sintoma da puberdade. *Clínica do Contemporâneo*. **Revista Curinga**. Belo Horizonte, MG: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, 2004, n. 20, p. 27-39.







# 10 A ESCOLA ENTRE A VACILAÇÃO DOS JOVENS E O DESEJO FAMILIAR

Rodrigo Goes e Lima  
Ana Carolina Dias Silva  
Marcelo Ricardo Pereira

## 1 Introdução

Partindo da lógica interna de investigação da pesquisa *Adolescências e Leis*, tomamos como princípio indagativo a constatação da existência de uma relação dialética em que “sujeito e a alteridade social se mostram codeterminantes na passagem adolescente”<sup>1</sup> (GUERRA, 2017, p. 6). Acompanhando esse pressuposto, se por um lado procuramos pensar as modalidades de apostas psíquicas inconscientes na relação entre jovem e crime, e as soluções adolescentes pela via da nomeação, fez-se necessário interrogar, em outra ponta, “o modo pelo qual as particularidades das estruturas sociais influenciam os estilos de vida adolescente” (GUERRA; SAUVAGNAT; RAMIREZ, 2018, p. 18). Entendendo então a escola como uma das “agências primordiais da reprodução social” (SPOSITO, 2005, p. 89), pretendemos sublinhar a Educação enquanto estrutura social diretamente implicada na trajetória adolescente, procurando verificar de que maneira ela se manifesta, influencia e se reverbera nas trajetórias de vida de 16 jovens que narraram livremente, do ponto de onde escolheram, suas histórias de vida. Dentre os jovens entrevistados, 6 encontravam-se em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, 6 eram moradores de territórios com altos índices de vulnerabilidade; 2 faziam parte de uma instituição de ensino profissionalizante, e outros 2 cumpriam pena em instituição voltada à assistência e reintegração social.

Dessa maneira, uma primeira análise das narrativas permitiu que fossem extraídas 7 categorias emergentes no discurso dos jovens cujas narrativas foram escutadas, com foco nas passagens e menções à educação/escola presentes em cada uma delas. Tais ocorrências foram analisadas levando em consideração as particularidades de cada uma das situações às quais os adolescentes se encontravam em relação ao crime: (1) adolescentes envolvidos com a criminalidade, (2) aqueles cujas narrativas indicavam experiências de desistência de trajetórias atravessadas por infrações, e (3) adolescentes que nunca haviam se envolvido em atividades delituosas. Partindo dessa primeira abordagem, a fim de privilegiar a singularidade dos casos, procedemos à construção do caso clínico de três narrativas, localizadas em cada uma das situações descritas acima. Nesse ponto, vamos ao encontro da orientação de Charlot (1996, p. 52) que afirma que, “de fato, o objetivo da análise, não nos esqueçamos, não é caracterizar esta ou aquela população [...], mas identificar processos a partir de constelações de elementos que aparecem regularmente

1 Pesquisa originalmente intitulada *Sujeito do desejo e lei*. CAAE: 53647116.5.0000.5149.





associados”. Ainda segundo o autor,

por mais imprevisíveis que sejam, tais histórias não constituem uma permanente improvisação da singularidade - o que condenaria o pesquisador a simplesmente *narrá-las*, sem jamais poder *pensá-las*. Elas são estruturadas através de processos que as tornam inteligíveis, pensáveis, comparáveis. (CHARLOT, 1996, p. 53).

Orientados então pela psicanálise, e atravessados pelo amplo arcabouço teórico do campo da Educação, o presente trabalho é construído através de um delicado equilíbrio. Arriscando-nos a subverter sutilmente Charlot (1996), buscamos partir justamente da “permanente improvisação da singularidade” de cada caso, para pensar formas singulares de abertura para uma estrutura social educativa colocada para todos.

No presente trabalho, valemo-nos da metodologia das narrativas memorialísticas que, como defendido por Guerra, Moreira, Oliveira e Lima (2017), se propõem enquanto uma estratégia de pesquisa de fenômenos sociais em psicanálise, ao considerar os atravessamentos subjetivo-políticos que perpassam os processos inconscientes, sem deixar de lado o real dos pontos de ficção, fixação e fantasia dispostos nas histórias pesquisadas. Através deste dispositivo de acesso a histórias individuais, *pensamos* as histórias *narradas* (desfazendo a oposição narrar-pensar, como se o narrar das singularidades conduzisse o pesquisador à impotência de não poder pensá-las comparativamente), partindo de suas respectivas singularidades. A partir daí, passamos à formulação de hipóteses educativas que pudessem conceder margem a uma possível inserção de cada adolescente na estrutura educacional. Ao considerar a materialidade linguística sobre a qual se dispõe seu corpo político, acreditamos que a narrativa memorialística permite evidenciar “o desenho de fundo a partir do qual o poder se articula e pode ser lido na cena composta” (GUERRA *et al*, 2017, p. 1250, tradução nossa), levando em conta, enfim, o contexto estrutural que a localiza. É com base nessa postura metodológica que pretendemos, a seguir, levantar aspectos relativos à estrutura social da Educação a partir de três narrativas dentre as analisadas, que serão brevemente apresentadas abaixo.

## 2 As narrativas dos jovens

### 2.1 Jovem B.

O primeiro jovem cuja narrativa foi analisada refere-se a um caso que foi considerado para fins de categoria da pesquisa como “desistente”. B. [nome fictício] conta que iniciou seu envolvimento no tráfico aos 13 anos, e afirma que apesar da influência de amigos ter sido um fator relevante em sua entrada na criminalidade, sua situação familiar foi determinante. O jovem narra que morou com seu pai até aproximadamente os 06 anos de idade, quando sua mãe, já desconfiada, descobre que esse possuía outra família com quem dividia seu tempo. Após tal episódio, ele,



sua mãe e seu irmão se mudam de cidade. B. deixa de frequentar a escola aos 13 anos, simultaneamente ao seu envolvimento na criminalidade. O jovem relata diversas vivências relativas à sua trajetória infracional, até um acontecimento que transforma sua vida. Aos 17 anos, ao sair de um plantão em uma das bocas de fumo em que trabalhava, ele atravessa de bicicleta uma movimentada avenida e é arremessado longe por um carro. Nesse momento, B. tem vários ferimentos no corpo e acredita que vai morrer, necessitando permanecer internado. Em decorrência do acidente, o pastor de uma igreja localizada na região onde traficava vai lhe visitar e torna-se importante referência identificatória em sua vida. O pastor, que também foi envolvido com o crime, líder de gangue e “um nada para a família”, nas palavras do jovem, parece ser extremamente importante para ele. Após o acidente, B. vai morar durante um tempo na casa desse pastor, que o trata como sendo parte da família. O acolhimento que o pastor oferece é essencial para sua desistência do crime. Chamou-nos atenção que o jovem pontua como fator mais determinante em seu envolvimento no tráfico a descoberta de que seu pai tinha outra família. Dessa maneira, o acolhimento do pastor que o considerava como sendo membro da família, juntamente com o fator contingente do acidente de bicicleta, é fator importante em sua decisão pela interrupção na criminalidade. Assim sendo, a partir desse caso, traremos o vetor da família como principal ponto de articulação na discussão aqui travada junto à Educação.

## 2.2 Jovem I.

I. é um jovem de 17 anos (à época da narrativa, em 2016), que se encontrava em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade. I. conta que iniciou seu envolvimento no tráfico porque queria ganhar dinheiro. Envolveu-se também em alguns roubos. Afirma que as pessoas costumavam dizer que “se envolveu, foi de embalo”, mas diz categoricamente que no seu caso, envolveu-se porque quis: “porque eu quis botar minha cara, eu quis ganhar meu dinheiro, eu quis fazer meu rango” (sic). Com esse pensamento, o jovem procura um primo envolvido com a criminalidade e pede por uma oportunidade para ganhar dinheiro com atividades ilícitas. O primo, já falecido à época da narrativa, tenta pontuar que ele deveria estudar, mas o jovem apresenta-se decidido, afirmando que não queria mais pedir dinheiro para a mãe. I. possuía um irmão gêmeo, com quem era “muito colado”, que também havia se envolvido com a criminalidade. I. elenca em sua narrativa poucos pontos a respeito da trajetória escolar, mas sua relação com a instituição é marcada pela “zoeira”. Diz que sempre foi “atentado demais”. Subia no telhado da escola, matava aula, e vendia drogas. Diz ainda que suas preocupações na época escolar estavam todas voltadas para o crime. Aprendia nas “tretas”, e logo também entendeu que o ideal seria “aprender com os erros dos outros” e não após os ter cometido. Observamos que a inserção em ambientes com algum fim escolar/educacional parece sempre se dar, para esse jovem, a partir da transgressão. É assim ao dizer sobre seu comportamento no ensino fundamental, nas aulas de catequese, e inclusive no ambiente socioeducativo, onde afirma ter sido punido por ter brigado com um agente. Sendo assim, focamos no traço singular da busca por independência que o caso nos



apresenta para a discussão de uma hipótese educativa.

### 2.3 Jovem C.

Ao início da narrativa, ao ser convidado a contar sua história de vida, o jovem de 19 anos, pergunta se é a respeito da “conduta profissional” que deve dizer. Logo em seguida, comenta que vai começar sua narrativa “desde pequeno”. C. afirma que sua mãe era alcoolista e seu pai “de criação”, um homem idoso. Ambos saíram de casa muito cedo, deixando C. e seu irmão sozinhos. A vida antes de começar a trabalhar era “só escola”, nas palavras do jovem, mas devido a muitos “problemas de família”, C. aproximou-se de um colega que tinha um salão de corte de cabelo masculino e vendia churrasco na esquina, e pediu para trabalhar com ele. Durante um certo período, ficou morando com essa pessoa com quem vendia churrasco e o irmão permaneceu na casa que pertencia aos pais. Afirma que considera essa pessoa como pai, pois o acolheu, levou-o para sua casa, pagava seu salário e ainda lhe dava roupas. Com esse importante suporte, afirma ter conseguido seguir sua vida. Passado algum tempo, a família extensa procura por ele e reúne seus demais irmãos que estavam separados. A partir daí, C. passa a trabalhar com móveis, junto com um tio, e em seguida entra para uma instituição de ensino profissionalizante para jovens. Em todas as situações de trabalho, o jovem pontua que os encontros que teve ao longo de seu percurso, indicavam uma direção “certa”. Quanto aos estudos, C. afirma que leva muito a sério, porque as pessoas que o ajudaram no trabalho, sempre marcaram que os estudos eram essenciais. “O estudo é uma coisa fundamental na vida da gente. E nenhuma dessas pessoas esqueceram disso. Elas colocaram em primeiro lugar o meu estudo pra também não ficar pra trás” (sic).

Diante das três narrativas aqui isoladas para análise, uma primeira reflexão que permite nos orientar é expressada por Dayrell (2007, p. 1117), ao indagar a tensão entre o jovem e o aluno. Para o autor, “a escola tende a não reconhecer o ‘jovem’ existente no ‘aluno’”, uma vez que não apenas falha em compreender a diversidade da condição juvenil, como também costuma apreendê-lo a partir de uma “perspectiva da falta, da incompletude, da irresponsabilidade, da desconfiança” que não deixa de ser atravessada, muitas vezes, por preconceitos e estigmas. Considerando tal provocação, nossa disposição no presente trabalho parece se esforçar no sentido de buscarmos, em certa medida, o que há de aluno em cada um de nossos jovens, uma vez que nos empenhamos em levantar hipóteses que apontem situações em que a educação escolar consegue ressoar em cada um dos adolescentes escutados. Partimos da falta e da incompletude em cada jovem, não para apontar uma falha ou um déficit, mas para buscar compreender em que ponto a articulação do desejo permite que algo dele se inscreva. Em outras palavras, qual(is) via(s) pulsional(is) permite(m) que um elemento da cultura venha a modificar ela mesma por meio de uma transmissão, se assim entendemos o papel escolar? Diante dessa pergunta, ao nos depararmos com os casos escolhidos para análise, identificamos dois pontos a serem trabalhados a seguir: a questão da família como vetor importante de articulação com a educação e o ponto de vacilação, de incerteza e indeterminação que marca a trajetória de cada um desses jovens na aderência ou não ao discurso educativo.



### 3 Família

Partindo do primeiro aspecto, um importante ponto de articulação entre as narrativas selecionadas parece ser o lugar da família em suas relações mais esgarçadas, seja no que se refere à rede afetiva, seja no que diz respeito à tessitura que localiza um vetor de orientação do desejo do sujeito.

Sposito (2005) é clara na chave de leitura que propõe para analisar as relações entre juventude, escola e família: não se trata de afirmar a perda da eficácia simbólica das estruturas sociais que representam família e escola, mas de situar os (re)arranjos que são encontrados nas situações com que nos deparamos na contemporaneidade. Assim sendo, torna-se imprescindível estarmos atentos aos sentidos atribuídos pelos próprios jovens às influências de vários outros processos de socialização e sociabilidade, que apontam para figuras que se erigem em um importante lugar de transmissão que não necessariamente compõem seu núcleo familiar original. Nesse sentido, a escola e a Educação podem repensar a sua função em relação à vetorização do desejo dos adolescentes que se encontram no estabelecimento escolar.

Charlot (1996, p. 55) aponta para duas vertentes no que se refere ao investimento do jovem endereçado à escola e vice-versa, localizando o que chamou de “mobilização *em relação* à escola” e “mobilização *na* escola”. No primeiro caso, trata-se da atribuição de sentido que os jovens conferem “ao próprio fato de ir à escola”, elemento fundamental “para compreender as histórias escolares”. Os processos de mobilização *na* escola, por sua vez, dizem respeito ao “investimento no estudo”. Para Charlot (1996, p. 56), particularmente o processo de mobilização *em relação* à escola está diretamente relacionado à presença de uma demanda familiar, que sirva de motivo para tal mobilização, e assegure “a continuidade no tempo”.

Se, como vimos, o fator família é imperioso quando o assunto é a escola, podemos pensar de que maneira essa demanda familiar pode ser construída ou transmitida com o auxílio de outros atores, levando em conta que as configurações familiares contemporâneas carregam uma complexidade na forma como são construídos seus laços e circuitos afetivos. A fim de conduzir tal reflexão, buscamos, ainda em Charlot (1996, p. 57), a noção de “construção de um sistema de referências” para pensar em que medida a escola consegue se aproximar e se responsabilizar pela construção de uma demanda familiar capaz de fomentar uma mobilização dos jovens *em relação*, e eventualmente *na* instituição escolar. Pensando nos casos analisados, verificamos que há em cada um deles um ponto singular para o qual a Educação poderia se orientar para que houvesse de fato uma mobilização subjetiva em relação à escola.

Para o jovem I., que se envolveu em atividades infracionais e saiu da escola ainda cedo, o ponto de captura que permite que ele oriente seu desejo se localiza na possibilidade de concretização de um projeto emancipatório. Hipotetizamos, assim, que a escola se apresentaria enquanto espaço de mobilização para este jovem no que concerne às duas frentes apontadas por Charlot (1996) caso oferecesse um horizonte de “independência”, uma vez esse é um traço discursivo marcante em sua narrativa, que orienta sua implicação no seu modo de viver.



Para o jovem B., considerado como desistente para os fins de categoria da pesquisa, percebemos que é justamente a possibilidade de configuração de uma cena familiar que orienta a adesão do sujeito a projetos de vida, sejam eles o crime ou a igreja, que poderiam capturá-lo subjetivamente em relação a e na escola. Apresentar-se por essa via da constituição de um lugar que remonte à uma rede familiar, portanto, parece ser uma estratégia importante caso a Educação mostrasse interesse pela captura desse jovem em seu discurso.

Para C., que nunca se envolveu no crime, localizamos que o engajamento na escola se dá na medida em que um outro exige a conciliação do trabalho (necessidade material) com a frequência escolar. Nesse caso, para ele, parece importante que a Educação se apresente sempre associada a um projeto de vida que porte a possibilidade de realização profissional. Verificamos, assim, que para cada um desses sujeitos há um lugar muito específico a partir do qual a estrutura educacional pode operar.

A partir da singularidade de cada caso, voltamos à pergunta sobre o lugar da família em suas relações com a escola. Lacan [1964] (2008, p. 209), discorrendo sobre os processos de alienação e separação na constituição do sujeito, afirma que

uma falta é, pelo sujeito, encontrada no Outro, na intimação mesma que lhe faz o Outro por seu discurso. Nos intervalos do discurso do Outro, surge na experiência da criança, o seguinte, que é radicalmente destacável - ele *me diz isso, mas o que é que ele quer?*.

Pensando na “demanda familiar” apresentada por Charlot (1996) enquanto causa da mobilização do sujeito em relação à escola, podemos concatenar que é justamente a partir de uma certa “intimação”, como aponta Lacan [1964] (2008), que o sujeito pode chegar a construir um sentido para sua participação na escola. No entanto, como vimos, para dois adolescentes dos casos aqui tratados, a escola não passava pelo lugar da intimação da família, e esses sujeitos, ao se perguntarem sobre o próprio desejo, não pareciam incluir a Educação. Sendo assim, sabendo que é a partir do desejo do Outro que algo de seu próprio desejo pode advir para o sujeito, tentamos pensar como a escola pode encontrar um lugar nessa equação da constituição da demanda familiar. O caso I., por sua vez, nos mostra como a exigência dos estudos para o adolescente, partindo de figuras que ele elege como autoridade no que se refere à transmissão, pode sustentá-lo na escola até que completasse o ensino médio. Isso porque seus empregadores sempre indicavam que seria necessário estar na escola para que pudesse trabalhar.

É nesse contexto que reiteramos a direção de que a escola poderia erigir-se ela própria enquanto protagonista no fortalecimento e na ratificação da demanda capaz de mobilizar o jovem. Sublinhamos ainda que tal direção parte da importância de a escola reconhecer sua posição castrada, uma vez que em psicanálise entendemos que o que se transmite é uma falta. Vamos, portanto, ao encontro da afirmação de que





a transmissão na educação não se sustenta num saber todo e harmonioso, mas no não saber, no saber recalcado que toca no real da verdade da castração e, por isso, no impossível que o educador e o aluno, ao se curvarem a ele, ao sustentarem a impossibilidade, fundam algumas possibilidades e algumas contingências. (CORREA, 2009, p. 204).

Sugerimos que se a escola, então, enlaça um ponto a partir dessa falta – que está para todos os sujeitos – ela pode enlaçar os adolescentes justamente em seus respectivos circuitos pulsionais.

#### 4 A vacilação juvenil

Outro ponto que surgiu na escuta dos pesquisadores como sendo essencial na construção de qualquer hipótese endereçada à Educação se refere ao fato de que as narrativas dos jovens que se desligaram da escola não traziam uma pretensão de abandono escolar decidida. Tanto no discurso do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, quanto naquele do jovem que havia se afastado das atividades em conflito com a lei, a evasão da instituição escolar aparece em um processo de desligamento que refletia muito mais o interesse direcionado a outras opções do que um rechaço à escolarização. Um dos aspectos que percebemos nessa posição, parece estar atrelado a uma espécie de “não lugar” a partir do qual se apresentam os jovens, sem firmes referências institucionais que os orientem. Acerca deste ponto, retomamos as reflexões de Dayrell (2007, p. 1108), que aponta, dentre as “múltiplas dimensões da condição juvenil”, para a luta inerente a um determinado lugar social que os jovens ocupam, entre “a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro” (DAYRELL, 2007, p. 1109). Para o autor, “no Brasil, o princípio da incerteza domina o cotidiano dos jovens, que se deparam com verdadeiras encruzilhadas de vida, nas quais as transições tendem a ser ziguezagueantes, sem rumo fixo ou predeterminado” (DAYRELL, 2007, p. 1113-1114). São trajetórias marcadas por um “vaivém” (p. 1113), em que o encontro com outras pessoas e as contingências permitem que haja sempre uma espécie de “lógica baseada na reversibilidade” (DAYRELL, 2007, p. 1113). Notamos esse aspecto nos jovens, ao identificarmos como o projeto escolar ora é considerado, ora é dispensado de acordo com o tempo presente.

Sposito (2005, p. 106) parece reiterar essa observação ao indicar que nas pesquisas realizadas no que se refere às relações entre escola e trabalho, encontrou, em relação aos jovens que mantêm atividades laborais, que “não se pode configurar nem uma adesão linear à escola ou um abandono ou exclusão total de aspirações de escolaridade no âmbito [de suas] orientações”. De toda forma, é interessante notar como as narrativas dos jovens trazem de alguma forma a perspectiva da Educação no âmbito “dos aspectos relevantes para estabelecer seu modo de inserção na vida adulta e seus projetos para o futuro” (SPOSITO, 2005, p. 109). Mesmo para os dois jovens que chegaram a abandonar a escola concomitantemente ao início do



envolvimento no crime, preservava-se a representação da escolarização enquanto possibilidade de formação de uma carreira. Mesmo que tal possibilidade aparecesse no discurso de maneira frouxa e em uma perspectiva longínqua, pensamos que ainda há uma possibilidade de criação de um lugar para a escola, caso se consiga potencializar tal horizonte. Nesse sentido, a construção de uma relação com o saber, parece despontar como estratégia primordial no contexto escolar, a fim de que os jovens não estabeleçam uma “relação predominantemente instrumental com o conhecimento” (SPOSITO, 2005, p. 124).

Para Charlot (1996), a relação com o saber deve ser pensada em suas faces epistêmica e identitária; no primeiro caso, ela está relacionada à apropriação subjetivada e à construção de sentido por parte dos jovens no processo de aprendizado, ao passo que, no segundo caso, o saber questiona as bases de identificações e relações, bem como as expectativas dos jovens. Isso significa que a escola, enquanto espaço que tem “como função específica transmitir saber aos jovens, que ela se pensa como tal e se organiza para esse efeito” (CHARLOT, 1996, p. 49), precisa ser interrogada e se indagar sobre seu protagonismo no enlace com seu público. A necessidade de tal interrogação é justificada na narrativa de um dos jovens, que afirma ter aprendido muito com as vivências no crime.

Vemos, nesse caso, como o saber da vida, dos “corres” e das “tretas”, como dizem os jovens, parece ter suplantado e substituído o saber que a escola é capaz de transmitir. Não há mobilização em relação à escola e na escola, como apresenta Charlot (1996), uma vez que a rua e o tráfico oferecem conhecimentos mais interessantes e com maior propensão à mobilização subjetiva do jovem. Pode-se pensar, talvez, que haja uma certa “reapropriação imaginária do ambiente escolar” (SPOSITO, 1993, p. 174), uma vez que o conhecimento não é de todo rechaçado, mas recebe um novo tratamento e um novo campo de aplicação, que prescinde do modelo de transmissão que a escola consegue oferecer. Nesse cenário, faz-se necessário lembrar um apontamento importante de Dayrell (2007), que ao reconhecer a perda do “monopólio da socialização dos jovens” por parte da escola (p.1124) sugere que se deve reconhecer que “a dimensão educativa não se reduz à escola, nem que as propostas educativas para os jovens tenham de acontecer dominadas pela lógica escolar” (DAYRELL, 2007, p. 1125). Assim, entendemos que se abre uma importante via de reflexão sobre como a Educação pode tocar o sujeito a partir da apreensão de seu saber.

Dessa maneira, tanto pela via de uma condição juvenil incerta e tortuosa, quanto pela via do saber, percebemos que há uma posição subjetiva que não se firma em uma orientação decidida, seja pela carreira escolar, seja por seu abandono. É nesse contexto que pensamos, então, assim como fizemos em relação às situações familiares, como podem se dar as formas de inserção de uma proposta educativa, que leve em conta a complexidade das relações juvenis, bem como a particularidade das relações frouxas que parece refletir certa experiência dos jovens.

Acreditamos que, para além de esperar que haja uma demanda familiar que promulgue, por si só, um enlaçamento com a instituição escolar, ou a esperança de uma resolução decidida por parte dos jovens acerca de seu percurso, é um exercício importante que a educação escolar se interrogue e se posicione ativamente a fim



de pensar, traçar e propor hipóteses educativas que a aproxime da realidade juvenil no Brasil em sua complexidade e diversidade. É a partir dessa observação, que a proposta das narrativas memorialísticas apresenta uma possível estrutura de escuta que viabilize a reflexão ao conceder “materialidade linguística” (GUERRA *et al.* 2017, p. 1250) e simbólica para uma expressão subjetiva. A partir de tal expressão, pode-se formular hipóteses que endereçam de forma mais particular os pontos de captura de cada sujeito. Se nos foi possível localizar de modo tão específico, mas ao mesmo tempo com certa amplitude que diz do contexto juvenil nacional a questão da família e da vacilação a partir de três narrativas, isso se deu pelo fato de podermos nos apoiar em uma cena construída pelo narrador. Ao narrar sua história do ponto de onde escolheu, a partir de eventos e marcas históricas que localizam o sujeito no mundo, o sujeito apresenta abertura para construções alternativas e singulares de sua relação com a escola. A narrativa memorialística, que não se dispõe inicialmente a tratar exclusivamente do contexto escolar (muito pelo contrário, o que se valoriza é a fala livre e espontânea) escancara, a possibilidade de interpretar a cena que o sujeito constrói por diversos ângulos que dizem respeito às estruturas sociais, dentre elas a educação e a escola enquanto principal organização em que se dão os processos educativos. A narrativa memorialística lança luz, portanto, à complexidade das relações e à vacilação juvenil na medida em que oferta aos jovens um lugar de criação e elaboração da própria história, convocando-os à apresentação dos atores importantes na construção de laços.

## 5 Conclusão

Por fim, ao pensarmos a escola a partir das narrativas selecionadas, extraímos dois pontos que nos permitiram indagar como poderia se dar a inserção da escola a partir da análise da particularidade dos casos aqui tratados. Em primeiro lugar, a família em sua complexa dinâmica contemporânea, marcada por relações intermitentes, despontou como elemento de articulação importante em relação à escola, e que perpassava as três narrativas dos jovens. Em segundo lugar, a ambiguidade da condição juvenil de não afirmação, mas, igualmente, não evasão no que se refere à trajetória escolar, que indicava um movimento, ao mesmo tempo, fugidio, efêmero ou evanescente desses jovens, mas que por seu caráter indecível também dava margem a se pensar possíveis enlances.

Em ambas as situações, tomando sempre como referência a singularidade dos casos, apontamos para a possibilidade de se pensar hipóteses educativas que elucidassem formas possíveis de enlaçamento do sujeito na instituição educacional e escolar. Derivamos, desse exercício, a apreensão da necessidade de se articular sempre uma “pluralidade construtiva” (CHARLOT, 1996, p. 51) na composição de vias e possibilidades para que a escola afirme seu potencial de ação junto aos jovens no que se refere à ocupação de um lugar de transmissão, sendo essencial, para tanto, que os alunos-sujeitos possam aparecer na cena. Neste trabalho apresentamos a estratégia das narrativas memorialísticas como dispositivo para auxiliar na construção de tais possíveis vias.



## REFERÊNCIAS

- CORREA, C. R. G. L. Educação: ensino ou transmissão? **Estilos da Clínica**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 190-207, 2009.
- CHARLOT, B. Relação com o saber e com a escola entre estudantes da periferia. **Cad. Pesq.**, São Paulo, n. 97, p. 47-63, maio 1996.
- DAYRELL, J. A Escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, 2007.
- GUERRA, A. M. C. (coord.). **Adolescências e Leis**: um estudo psicanalítico sobre a desistência do crime na adolescência. 2017. Projeto de pesquisa apresentado à Fapemig – Edital 01/2017, Demanda Universal, Belo Horizonte, 2017.
- GUERRA, A. M. C.; MOREIRA, J. de O.; OLIVEIRA, L. V. de; LIMA, R. G. e. The Narrative Memoir as a Psychoanalytical Strategy for the Research of Social Phenomena. **Psychology**, California, v. 8, p. 1238-1253, 2017.
- GUERRA, A. M. C.; SAUVAGNAT, F. R.; RAMIREZ, M. E. Prolegômenos. In: MOREIRA, J. de O.; GUERRA, A. M. C. (org.). **Leis, Estruturas Sociais e Família**: sobre as adolescências. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964). Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- SPOSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. **Tempo Social. Rev. Sociol.**, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 161-178, 1993.
- SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.









## 11 APOSTA DE PASCAL E CONDUTAS DE RISCO NA ADOLESCÊNCIA

Andréa Máris Campos Guerra  
Patricia da Silva Gomes  
Nádia Laguárdia Lima

### A aposta em Pascal e o desejo inconsciente em Lacan

A “aposta de Pascal” refere-se a anotações escritas por Blaise Pascal, filósofo e matemático, para um livro que pretendia publicar e que, em função de sua morte, não pôde fazê-lo (LACAN, [1968-1969] 2008). Os religiosos de Port Royal realizaram a edição da publicação a partir dos seus escritos póstumos e nela encontra-se o aforismo de número 233, intitulado “Infinito”, que ficou conhecido como a “aposta de Pascal” (CHAUÍ, 1988).

O argumento central apontado no aforismo é o de que há um ganho na crença da existência de Deus em relação à descrença no divino, além de propor que, diante da impossibilidade de termos certeza de uma coisa ou de outra, não acreditar pressupõe uma perda maior. Segundo o aforismo, teríamos as seguintes alternativas:

Opção 1: Acreditar em Deus e ele existir: há uma perda finita em função de uma vida regrada a partir de crenças e valores e um ganho infinito que Pascal nomeia como “vidas infinitamente felizes”;

Opção 2: Acreditar em Deus e ele não existir: há uma perda finita que se refere à vida presente, uma vez que, não há um depois a se perder;

Opção 3: Não acreditar em Deus e ele de fato não existir: há um ganho finito em função da vida vivida conforme as suas próprias regras, mas é uma vida finita;

Opção 4: Não acreditar em Deus e ele existir: há uma perda infinita já que se perde a possibilidade de vidas infinitamente felizes que Deus garantiria.

Há um indecível sobre o que existe além da vida ou da morte, e diante desse indecível, não apostar não representa uma opção. A aposta se faz necessária. Contudo, tal proposição tem um caráter frágil, uma vez que para ser considerada como aposta, é necessária a presença de dois adversários (LALANDE, 1999). Lacan aponta que o Outro enigmático capaz de sustentar a aposta deveria estar no lugar de A ou de A barrado, mas Deus não participa desse jogo. Com isso, há um paradoxo, já que o valor apostado se confunde com a existência de um parceiro. O homem não está na mesa, e sim o sujeito definido pela aposta (LACAN, [1968-1969] 2008).

Mas quem seria o Deus da aposta para Pascal? Para Lacan, o Deus da aposta não seria aquele da construção intelectual, ou seja, da adequação do pensamento ao procedimento cartesiano, mas sim o Deus da revelação. Dessa forma, a crença na existência se configura como um ato de fé. Não apostar na existência de Deus como



Outro ainda se constitui como uma aposta (GUEGUEN, 2007). Para Lacan, o que se aposta no início está perdido.

No Seminário 11, Lacan [1964] (1985, p. 194) afirma que o sujeito se constitui a partir da sua alienação ao Outro, como “o lugar em que se situa a cadeia do significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer”. Para o autor, a sexualidade se instaura no campo do sujeito por uma via que é a da falta. Duas faltas aqui se recobrem. Uma é a da alçada do defeito central em torno do qual gira a dialética do advento do sujeito, na medida em que o sujeito depende do significante e de que o significante está no campo do Outro. Essa falta vem recobrir a outra, anterior, que se situa no advento do vivo. É o que o vivo perde ao se reproduzir pela via sexuada, ou seja, algo do real que se perde ao se constituir como sujeito. O significante produzido no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação, mas ele só funciona como significante reduzindo o sujeito a não ser mais do que um significante, petrificando-o. A alienação consiste nesse vel que condena o sujeito, por um lado, a aparecer como sujeito, produzido pelo significante, e por outro, como afânise, ou seja, como “desaparecimento” (LACAN, 1985, p. 197).

O vel da alienação se define por uma “escolha” entre o ser e o sentido. A escolha pelo ser leva ao desaparecimento do sujeito, pois cai no não senso. A escolha pelo sentido leva à perda dessa parte do não senso. A bolsa ou a vida. Se escolho a bolsa, perco as duas. Se escolho a vida, tenho a vida decepada, sem a bolsa. Remetendo a Hegel, Lacan menciona que o vel alienante implica na entrada do homem na via da escravidão. A liberdade ou a vida. Se ele escolhe a liberdade, perde as duas imediatamente, mas se escolhe a vida, tem a vida amputada da liberdade.

A operação de alienação ao Outro é seguida pela operação de separação. Uma falta é, pelo sujeito, “encontrada no Outro, na intimação mesma que lhe faz o Outro por seu discurso” (LACAN, [1964] 1985, p. 203). Ao perceber a falta no Outro, o sujeito responde com a sua própria falta, ou seja, “o sujeito traz a resposta da falta antecedente de seu próprio desaparecimento, que ele vem situar no ponto de falta percebido no Outro” (LACAN, [1964] 1985, p. 203). Assim, uma falta vem recobrir a outra. É no ponto em que o desejo do Outro é desconhecido, ou seja, “é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito” (LACAN, [1964] 1985, p. 207). O processo de separação determina a função operatória do objeto a: “pela função do objeto ao sujeito se separa, deixa de estar ligado à vacilação do ser, ao sentido que constitui o essencial da alienação” (LACAN, [1964] 1985, p. 243).

A perda do objeto é articulada, portanto, à falta do Outro, ao desejo enigmático do Outro. Lacan sinaliza, a partir de uma retomada histórica dos rituais sacrificiais, o que está mascarado na oferenda, a deuses obscuros, de um objeto de sacrifícios, considerando a existência de certa fascinação envolvida no sacrifício: “o sacrifício significa que, no objeto de nossos desejos, tentamos encontrar o testemunho da presença do desejo desse Outro que eu chamo aqui o Deus obscuro” (LACAN, [1964] 1985, p. 259).

Posteriormente, Lacan [1968-1969] (2008, p. 124) destaca que, se há uma atividade “cujo ponto de partida se baseia na assunção da perda, é justamente a nossa, na medida em que, na própria abordagem de qualquer regra, isto é, da



concatenação significativa, trata-se de um efeito de perda”. O autor nos explica que entre o corpo e o gozo há um vazio que resulta da incidência do significante sobre o organismo e é nesse vazio que o efeito simbólico se inscreve como perda. Nessa inscrição, observamos a relação entre o efeito da perda, qual seja, o objeto perdido, o “a”, e o lugar chamado Outro, que é necessário para que o objeto se produza (LACAN, 2008).

Lacan evidencia que a própria vida que é posta em jogo é reduzida a um elemento de valor: é em torno do mais-de-gozar que gira a produção do objeto *a*. “Assim, o sujeito, ao apostar, decide se vale a pena ou não arriscar a própria vida, consentindo com a renúncia ao gozo da vida que se tem” (SANTOS, 2008, p.3). É no campo do Outro que pode haver uma promessa: “Ao vivermos a nossa vida segundo essa crença, sacrificando o mais-de-gozar, pode ser que deste Deus, que não sabemos se existe ou o que é, nos proporcione uma infinidade (numérica) de vidas infinitamente felizes” (GOMES, 2018, p.56).

Contudo, se acreditarmos na existência divina e ela não se confirmar, não perderemos nada. Lacan [1968-1969] (2008) considera que Pascal desconfia que um nada não é um nada, mas alguma coisa que pode ser posta na balança. Com isso, uma função lógica se evidencia na aposta do Pascal, que ganha forma na figura do objeto *a* de Lacan.

Para Gomes (2018) o sujeito põe na aposta o que dispõe, mas o que está em causa é, por um lado, o mais enigmático, e que coloca todos no campo de um discurso qualquer, o *a*; e por outro, a infinidade de vidas infinitamente felizes, tratada por Lacan [1968-1969] (2008) como uma série crescente e sob o sinal  $\infty$ .

O *a* é trabalhado por Lacan a partir da série Fibonacci e com o objetivo de “indicar a repetição como um fenômeno no qual o repetido consiste em uma série de números que obedece a certa regra de formação” (BENITES, 2008, p. 2). Observa-se, nessa progressão, a regra de formação que Lacan vai utilizar para tratar da relação entre o *a* e o 1. Ele começa pela série crescente, iniciada por 1 e seguida de  $1 + a$ . Cada termo dessa série é formado pela soma dos dois termos que o antecedem (LACAN, [1968-1969] 2008).

Diante do problema de buscar “saber como calcular o que se perde no fato de postular arbitrariamente o 1 inaugural reduzido à função de marca”, Lacan [1968-1969] (2008, p. 137) escolhe, não arbitrariamente, o *a*. Para ele, a perda que constitui o mais-de-gozar é “efeito da postulação do traço unário”. É com o 1 que Lacan inicia a série, o Um inaugural do traço unário, sem implicação com o gozo, mas em uma identificação original, cuja perda Lacan marcou com a letra *a*, e nomeou como mais-de-gozar, que se relaciona com a perda de gozo e com a divisão do sujeito (LEFORT; LEFORT, 2017).

Lacan toma, então, a série Fibonacci como uma ‘possível matriz’. Recorre a ela para indicar um possível ‘fenômeno de repetição’, no qual o que se repete consiste em uma ‘série de números que obedece a certa regra de formação e vai em direção a um limite calculável, sempre o mesmo’: a raiz de 5 mais 1 sobre 2. [...] Com a



série Fibonacci, Lacan dá ao objeto  $a$  um valor calculável, repetitivo que se aproxima de um limite. (MAIA, 2007, p. 4-5).

Lacan [1968-1969] (2008, p. 140) na sondagem da aposta de Pascal, considera como o mais importante a abordagem do  $a$  em sua infinitude, análoga às relações do 1, com o  $(1 + a)$ . Ou seja, “esse  $a$  que é o único dentro do qual se pode apreender o que ocorre com o gozo em relação ao que é criado pelo aparecimento de uma perda”.

Lacan (2008), então, propõe as seguintes matrizes para abordar a aposta de Pascal:

Figura 1 – Primeira matriz

|           |     |          |
|-----------|-----|----------|
| A         | 0   | $\infty$ |
| $\bar{A}$ | $a$ | 0        |

Fonte: Lacan [1968-1969] (2008, p.153).

Essa primeira matriz comporta as seguintes possibilidades, dispostas na primeira e na segunda linha respectivamente:

a) Se Deus existir: Lacan toma esse exemplo como caso A, inscrevendo na matriz um 0, e justifica que para que tal condição se satisfaça, é preciso a observação dos mandamentos divinos e a renúncia ao prazer em prol de uma “infinidade de vidas prometidas, infinitamente felizes” (LACAN, [1968-1969] 2008, p.153).

b) Se Deus não existir: Supondo-se que Deus não exista, teríamos o  $\bar{A}$  barrado. Neste caso, o sujeito do jogo é escrito como  $a$ , ou seja, como aquele que conhece a felicidade limitada que esta vida lhe oferece em razão da inexistência de Deus. Assim, o sujeito não espera algo de outra vida.

Lacan [1968-1969] (2008, p. 153) assinala que esse tipo de inscrição teria um caráter frágil se considerado à luz da teoria dos jogos: uma vez que precisaríamos de dois adversários jogando, e o Outro “enigmático, aquele de quem se trata, em suma, de sustentar ou não a aposta. Este, deveria encontrar-se no lugar indicado por A e  $\bar{A}$  barrado”.

O autor ressalta o caráter paradoxal da ausência de Deus na aposta, que confunde o valor apostado com a existência do parceiro e, em decorrência disso, há uma escolha que se dá no nível da existência ou não de Deus. Segundo ele, a partir desse prisma, não há porque hesitar. Arriscamos ganhar o infinito ao apostar que Deus existe e isso não se compara com o ganho que obtemos ao apostar no seu contrário, que seria em  $a$ . E completa: “Mas essa certeza pode ser facilmente questionada, pois o que se ganhará, exatamente? O  $a$  não é definido com precisão”



(LACAN, [1968-1969] 2008, p. 154). Nesse nível, teríamos colocado em jogo a função do Outro e a necessária separação que o sujeito deveria operar em relação a Ele, para não permanecer alienado ao seu suposto desejo.

Lacan propõe uma segunda matriz para tratar do que ele considera uma insuficiência da primeira que desconsidera a possibilidade de existir um Eu que aposte contra o que pensa, ou seja, um Eu disjunto da Razão. Nessa configuração, mesmo que Deus exista, ele pode querer apostar contra, escolhendo o  $a$  e perdendo o infinito ( $a, -\infty$ ) (LACAN, [1968-1969] 2008).

Figura 2 – Segunda matriz

|   |             |              |
|---|-------------|--------------|
| A | $0, \infty$ | $a, -\infty$ |
|   | $-a, 0$     | $a, 0$       |

Fonte: Lacan [1968-1969] (2008, p.154).

Nessa matriz a diagonal da esquerda para a direita reproduz a anterior. Há, para Lacan, entretanto, outra variação para a aposta: o  $a$  pode ser abandonado mesmo que se suponha que Deus não exista. O  $a$ , nesse caso, aparece como negativo e aliado a um zero (LACAN, 2008). Assim também podemos ler a diagonal que vai do quadrante esquerdo inferior em direção ao quadrante superior direito, a partir de um Eu que aposta contra o que pensa. Nesse caso, se consideramos que Deus não existe, mas que o gozo se impõe em sua cadeia crescente e calculável na forma de  $a$ , definindo o circuito de repetição, a infinitude de vidas felizes, mesmo que desejada, permanece como perda, abandonada. Essa infinitude de vidas felizes se perde e o sujeito atualiza o mal-estar pela via da repetição pulsional.

A terceira matriz proposta é fruto da extração dos termos acrescentados na segunda:  $a, -\infty, -a, 0$  que, como veremos a seguir, implica numa terceira possibilidade de leitura da aposta de Pascal que não se realiza a partir da existência ou não do parceiro divino ou, em termos psicanalíticos, da garantia do Outro. Vejamos.

Figura 3 – Terceira matriz

|   |      |           |
|---|------|-----------|
| A | $a$  | $-\infty$ |
|   | $-a$ | $0?$      |

Fonte: Lacan [1968-1969] (2008, p. 155).





“Nessa matriz, o zero é acompanhado por um ponto de interrogação e assume o valor de uma pergunta. Segundo Lacan, só importam para o jogador, que é o único sujeito que existe na aposta, o infinito e a finitude do *a*” (GOMES, 2018, p. 61). Podemos dizer que, nessa matriz, Lacan retira a função da existência do parceiro como garantidor, deslocando a escolha do nível da existência ou não de Deus, para a assunção pelo sujeito da responsabilidade sobre seu próprio desejo. Trata-se de o sujeito lançar sua aposta – não sem o Outro – mas a partir de sua própria condição desejante, extraída da função da perda condensada logicamente no objeto *a*. Se nosso desejo é sempre desejo do Outro, lançar a aposta nessa matriz implica em assumir responsabilidade sobre o desejo, às expensas de qualquer garantia. Ele retoma a regra da partição: “nada de exato pode ser anunciado sobre um jogo que tenha um começo e um fim fixados em sua regra, a não ser a partir daquilo que é posto na mesa, a chamada aposta, está originariamente perdido. O jogo só existe a partir disso que está na mesa, e se assim podemos dizer, numa massa comum” (LACAN, [1968-1969] 2008, p.155).

Para Coelho dos Santos (2008, p. 10), é o zero que possibilita o jogo. É a partir dele que a série infinita dos números pode se produzir: “É preciso que o valor da vida em si, que Lacan nota com a letra *a*, se reduza ao zero ( $a=0$ )”. Nessa ficção, o *a* é reduzido a zero, pois só se pode perder o zero, já que os prazeres da vida não são pesados diante da infinitude que se abre à frente. Mas se no jogo há a possibilidade de comprometer algo que pode ser perdido, é porque a perda já está nele. E não se pode anular a aposta que já foi feita, pois, o “eu já está comprometido nela” (LACAN, [1968-1969] 2008, p. 141). Para Coelho dos Santos (2008), ao arriscarmos nossa vida, já começamos a perdê-la tal como ela é.

Pascal atesta que a misericórdia de Deus é maior que a sua justiça, uma vez que ele extrai, daqueles que apostaram contra a sua existência, apenas alguns para lançar no inferno. Para Lacan, esse inferno nunca foi nada que pudesse ter sido imaginado fora do que já nos acontece diariamente:

Quero dizer que no inferno nós já estamos. Essa necessidade que nos abarca, de só podermos realizar a solidez do *a* num horizonte cujo limite seria preciso interrogar, e por medição infinitamente repetida do corte do *a*, será que isso não basta por si só, para desanimar os corajosos? Mas veja, não temos escolha, nosso desejo é o desejo do Outro. (LACAN, [1968-1969] 2008, p. 148).

A escolha das possibilidades que se oferecem, então, ao apostador, não inclui nenhuma linha pertinente ao Outro, uma vez que não podemos garantir a sua existência. A escolha assim se refere ao que a sua existência promete ou a sua inexistência permite: “Nesse caso, é plausível – se tivermos espírito matemático, é claro – apostar, e apostar no sentido proposto por Pascal” (LACAN, [1968-1969] 2008, p. 167). Segundo Gomes (2018, p. 62), Lacan ressalta que o objeto *a* não tem valor de uso ou de troca, mas ele anima tudo o que está em jogo na relação do homem com a fala. Existe uma dimensão na aposta que se relaciona, pois, com a estrutura do



desejo. Lacan relembra ainda que, para Hegel, não pode haver outro jogo senão o de arriscar tudo por tudo, sob o nome de luta de morte por puro prestígio, e afirma que a psicanálise permite retificar essa afirmação (LACAN, [1968-1969] 2008). Para ele, “trata-se muito mais do que a vida” (p.175), uma vida de que sabemos tão pouco que não nos agarramos tanto a ela. Lacan acrescenta que a vida só faz sentido quando o objeto *a* é colocado em jogo (GOMES, 2018, p. 62).

## A aposta e o risco na adolescência

Essas considerações sobre a aposta de Pascal nos levam a pensar na função das condutas de risco para os adolescentes. Será que haveria, nessa colocação da vida em risco, a tentativa de colocar o corpo, como objeto *a*, em jogo?

Há uma proximidade peculiar do objeto *a* no tempo da adolescência. A puberdade coloca em questão um não saber sobre o sexo, que conduz o jovem a uma situação que evidencia seu desamparo estrutural. O adolescente vive na pele o paradoxo de um corpo que se torna apto ao ato sexual concomitantemente a um não saber sobre a relação sexual. (GOMES, 2018, p. 64).

Ainda sobre o corpo Lacadée (2011, p. 28) coloca que:

O corpo que se modifica pode ser percebido pelo adolescente com estranheza, é impossível encontrar palavras que expliquem essa metamorfose. A língua vacila e o intraduzível o coloca frente a frente com um impasse, com um sentimento de vazio matizado de vergonha.

Viola (2017) acrescenta que é na adolescência que a condição de não saber se impõe de maneira mais radical e a emergência de um vazio pode ser associada a uma capacidade de pensamento. A autora indica uma interpelação entre o saber e o corpo no contexto em que a angústia, como o afeto que não engana, sinaliza um objeto que é uma extração corpórea, e que remete à falta radical. A certeza da entrada do objeto *a* na cena incita a angústia e pode ser tomada como uma vertente do saber, saber que se sabe no corpo.

Ao relacionar a adolescência com o risco, Lacadée (2011, p. 28) levanta a seguinte questão:

Qual o preço que o adolescente terá de pagar para ultrapassar essa etapa de riscos [...]. Como o adolescente lidará com isso? Qual será a sua margem de manobra entre os sobressaltos que surgem e a herança de sua infância? Arriscará toda a sua vida ou saberá consentir com o sacrifício de uma parte do gozo que aí se mostra em jogo?.



É a partir dessa junção/disjunção entre saber e corpo, ou ainda, entre o Outro, o corpo e o objeto *a*, que os adolescentes podem se colocar na aposta, que, de saída, comporta uma perda. Entretanto, essa perda intrínseca não modifica a importância da aposta. É preciso apostar, como lembra Lacan [1968-1969] (2008).

Alguns adolescentes parecem sacrificar algo de suas vidas, ou parte do próprio gozo, enquanto outros colocam toda a vida em risco. Miller (2003), em seu texto *Sobre a honra e a vergonha*, lembra que a aposta de Pascal consiste em um esforço para sustentar a ex-sistência do Outro. Retomamos aqui que, a entrada no campo do Outro traz consigo a perda radical do objeto, que é concomitante ao tempo de inserção do sujeito no banho da linguagem. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o sujeito mantém com o objeto uma relação de exterioridade podemos dizer que ele é também o mais íntimo e o mais estranho ao sujeito. Esse objeto vai manter uma relação de exterioridade íntima do simbólico, uma posição êxtima.

A ex-sistência vem escrever isso: o ex, que se refere ao fora, fora de si mesmo na linguagem. A extimidade traz a questão de que o Outro é o Outro de si mesmo. Dessa forma, apostar na ex-sistência é apostar que naquilo que sobra do desmoranamento do Outro, e nessa operação o sujeito se utiliza de um ardil, de uma agitação, a fim de formular que há um Deus com o qual vale a pena apostar todo o mais-de-gozar, o *a*. Nessa aposta, é preciso pôr algo de si.

Se ele crê em um Outro completo, totalizador, pode não encontrar meios de se alojar em seus buracos, já que inexistentes. Daí arriscar toda sua vida. A inconsistência do Outro sinaliza assim para uma incompletude estrutural de onde o adolescente pode localizar um ponto de onde se mirar na desconstrução/construção que atravessa e, assim, assumir limites, perdas, sacrificando uma parte do gozo e não todo o seu ser.

Na contemporaneidade, a inconsistência do Outro se apresenta mais desvelada, diante do declínio dos semblantes fálicos. As condutas de risco de alguns adolescentes podem se configurar como uma forma de se apostar na ex-sistência do Outro. Situações como as automutilações, as condutas de risco nas redes sociais, a entrada na criminalidade, e tantas outras experiências juvenis poderiam nos sinalizar para uma lógica atravessada, na atualidade, pela ausência de rituais, como decorrência de um tempo histórico no qual as tradições e os ideais não indicam mais um horizonte regulador. Podemos supor que, na contemporaneidade, nem Deus, nem a Razão, conduziram o homem a um futuro libertador, progressista e emancipado. O sujeito, diante do real, está sempre despreparado.

Como podemos entender, desde o interior dessa lógica, a experiência adolescente? É possível observar o caráter sacrificial de alguns atos dos adolescentes, que, mesmo que tragam certo apaziguamento momentâneo da angústia, como no caso das automutilações, não a aplacam definitivamente (VIOLA, 2017). Essas modalidades de sacrifício não fazem o balizamento do Outro, ou seja, não se constituem como ritos simbólicos que poderiam conferir algum tratamento ao gozo. Também “nas vivências dos jovens nas redes sociais podemos encontrar diferentes modos de colocar a vida em risco. Em casos extremos, evidenciam a precariedade do Outro para esses jovens.



A inconsistência do Outro, desvelada desde a mais tenra infância, deixa os adolescentes mais expostos ao desamparo estrutural. Sem encontrar apoio no campo social, arriscar a própria vida pode parecer tentador para o adolescente, como vislumbre de uma possível salvação futura. Abrir mão da vida não piora o inferno que já pensam habitar. (GOMES, 2018, p. 66).

Ainda para a autora, se os ritos das sociedades tradicionais tinham um caráter simbólico e implicavam o sacrifício de uma parte de si para completar o Outro, na atualidade essa oferta pode ocorrer para sustentar, não a existência, mas a existência do Outro. Vale ressaltar que Miller (2003) se refere a ex-sistência como o que do Outro sobra depois do seu desmoronamento.

os atos cometidos pelos jovens podem ser pensados como lances renovados na aposta da ex-sistência do Outro, nos permitindo considerar que, se o sujeito aposta que o Outro ex-siste, a vida se reduz a zero e ela então pode entrar na equação, pode ser investida, acumulada, trocada. (GOMES, 2018, p. 76).

Entretanto, se na aposta os sujeitos se arriscam na não existência, não há a possibilidade de abertura do campo do discurso e nem a promessa de algo a mais.

A redução da vida a zero – que implica na consideração da perda que faz o corpo falante (MILLER, 2004) entrar em jogo como efeito da incidência do significante e da perda de gozo a ele correlata - não seria certo tratamento da ex-sistência do Outro e, por consequência, da necessidade da invenção do parceiro-Deus? Nesse sentido, tanto faz se deus existe efetivamente ou não para que os dados sejam lançados na aposta desejante. Portanto, quando o jovem se lança em uma conduta de risco, parece-nos que ele estaria, menos em busca de uma garantia do parceiro-Deus ou do Outro, e mais às voltas com a necessária ocupação de um campo de exclusão interna a seu objeto (LACAN, [1966] 1998, p. 875), de onde responde como desejante. Como na terceira matriz que Lacan nos apresenta o sujeito é o único jogador na aposta. Trata-se, pois, menos de uma aposta na felicidade eterna prometida por Deus, e mais da busca pelo valor da vida verdadeira que o adolescente pode assumir (LE BRETON, 2009; LACADÉE, 2011).

Para que se entre no jogo da vida, o sujeito deve aceder ao Outro. E, dessa alienação ao Outro, sucede uma segunda operação de separação, na qual uma parte do gozo se perde. A subjetividade depende disso que, de saída, se dá por perdido. É nesse resto que se situa o que há de mais singular ao sujeito.

A perda, entretanto, é uma via de mão dupla, porque ao mesmo tempo em que instaura o sujeito, instaura o Outro – Outro inconsistente desde sempre, como já foi apontado. O que resta desse Outro, conforme destacou Miller (2002), pode ser a sua ex-sistência, isto é, algo que sobra do seu declínio. (GOMES, 2018, p. 70).



Lacan esclarece que é porque existe uma demanda endereçada ao Outro que ele mesmo já contém aquilo ao qual a própria demanda se articula. A falha do grande A [Outro] é decorrente de não se saber o que ele contém, além do seu próprio significante. Essa é uma questão decisiva em relação à falha do saber, já que o lugar a partir do qual o sujeito se garantiria, ou seja, o lugar da verdade, é um lugar vazado (LACAN, [1968-1969] 2008). Diante desse lugar vazado, o sujeito se vê diante de uma escolha forçada: “é preciso apostar”, conforme Pascal nos indicou. Nessa aposta forçada, o sujeito, a partir de um lugar no campo do Outro conferido na operação de alienação (LACAN, [1964] 1985), pode se separar ao custo de uma perda. O que se perde na operação de separação é o objeto *a*, cujo valor oscila de “um bem valioso” até a de um “resto a ser jogado fora” (ARANHA, 2016, p. 82).

A aposta a que nós estamos submetidos, desde que somos seres falantes, não se caracteriza essencialmente como uma escolha. “Mas vejam, não temos escolha. Nosso desejo é o desejo do Outro” (LACAN, [1968-1969] 2008, p. 148). Nesse sentido, podemos considerar que diante de escolhas do tipo “a bolsa ou a vida”, como no célebre exemplo proposto por Lacan [1964] (1985), ao escolhermos a vida, entregamos a nossa bolsa ao Outro, o que implica em uma perda de parcela de gozo. Mas se mantemos a bolsa, perdemos a vida. Assim, conforme ressalta Fernandes (2015, s/p.), “para que o jogo comece, cedemos ao Outro”. O jogo começa, ou melhor, o caminho para o desejo se abre, quando entregamos a bolsa. E, para que o jogo da vida prossiga, precisamos assentir com essa perda e separarmo-nos da satisfação supostamente garantida pelo Outro. Conforme acentuou Lacan [1968-1969] (2008), Pascal se refere a uma infinidade numérica de vidas. Fernandes (2015), a esse respeito, menciona que a vida não é uma, mas são várias, e em cada pequeno ato, a cada pequeno lance, ela se renova, é outra vida.

No tempo lógico da adolescência, o jovem renova o lance a ser feito na aposta. No jogo da vida, ele precisa lidar com as tarefas que lhe são impostas: diante da queda das identificações, assumir uma posição na partilha sexual, assim como encontrar suas saídas diante do real do sexo e da inconsistência desvelada do Outro contemporâneo. Nesse lance renovado, o ato pode ser uma escolha que comporta em si uma saída, mesmo que paradoxal, de apostar na vida. (GOMES, 2018, p.71).

### **O risco e a aposta entre os adolescentes autores de ato infracional**

Como pensar, então, a partir de Lacan, a dimensão da aposta e das condutas de risco entre adolescentes autores de ato infracional? Como as narrativas memorialísticas recolhidas no testemunho de diferentes trajetórias juvenis nos ensinam a pensar a atuação infracional e o desligamento do crime a partir dessa dimensão da aposta e do risco?

Partiremos da hipótese, construída a partir do desenvolvimento teórico precedente de que, muitos adolescentes lançam-se em condutas de risco como





forma de conferir uma ex-sistência ao Outro e, assim, poderem condescender com o desejo.

Segundo a hipótese da aposta de Pascal, tal qual lida por Lacan, se o Outro é inconsistente, é preciso tratá-lo. E isso se faz a partir de sua falta. Se alocam-se objetos aí, supondo que daremos conta de tratar sua inconsistência, completando-a, o risco de o adolescente dispor de seu ser e de sua vida, na busca pelo valor da vida verdadeira, poderia ser fatal e mostrar uma espécie de “erro de cálculo” na aposta. Todo seu ser no lugar da falta estrutural do Outro. Já, numa outra possibilidade, se, nessa disposição, o sujeito adolescente consegue dessupor o Outro garantidor, tomando, de certa forma, a perda ou o limite como elemento intrínseco de seu desejo, pode dispor de parcela de gozo e pagar o preço da responsabilidade por ser falante. Entre esses extremos, parece-nos que os adolescentes se lançam na experiência infratora a partir de diferentes formas de aposta. Percebemos, ao longo da escuta e análise desta e de outras narrativas memorialísticas das trajetórias dos adolescentes entrevistados, que a aposta comporta, no risco, diferentes dimensões no trato do laço social.

Assim, podemos verificar no caso de Ulisses, hoje adulto, que remonta à experiência adolescente, lembrando-se que começa seu envolvimento com a infração através da “galera da pichação” que estava envolvida com a criminalidade também. “Eu era um jovem sem nenhuma dimensão política, sem um olhar diferenciado no sentido de um propósito, um sentido, pensava em mim apenas como protagonista da minha própria vida.[...] Aí fiz 18 anos e mudei pra cá, e vi que do jeito que a galera tirava pra viver, eu não queria ter essa experiência de, por exemplo, cair numa cadeia. Naquele momento foi um modo de pensar assim, se eu cair, eu tenho que cair bem, então vou parar de pixar e vou me envolver com a galera do tráfico de drogas, pra rodar direito, se eu rodar”. Mesmo que depois, Ulisses tenha modificado seu destino, na adolescência, sua vivência, como na Matriz Pascaliana, a Matriz 1, implica numa aposta pela alegria finita, já que sem a expectativa da felicidade divina eterna.

Alienado ao Outro, passa a compor com a busca de um dinheiro mais fácil, porém sem violência e ganância, da montagem de uma nova boca de fumo local. Ele esconde da família seu envolvimento com a criminalidade e a “levar de boa”. “A gente queria só ganhar dinheiro, mas sem arrumar confusão no morro. A gente não queria ser dono do morro. Só queria ganhar dinheiro sem ter tanta ralação”.

Ele então conhece um novo grupo de capoeira de cordel, diferente do de corda que frequentara, enquanto se mantinha no crime “escondido”. Ali conheceu uma menina bacana. Mas quando a turma soube que ele era do crime, alguns se afastaram dele. Nessa vida dupla, permaneceu num indecível que colocou em suspenso sua escolha, por conta do interesse pela jovem e o desprezo dos colegas. Certo dia, aconteceu de todos se afastaram dele, um a um, e ele ficou sozinho na roda. Depois soube que a outra boca os ameaçava: “Eu nunca tinha pensado em usar arma e entrar nessa”. Entretanto, tiveram que começar a andar armados. Quando a garota que o interessava se afastou dele, o horizonte se ampliou, surgiram outras opções, mas ele consegue mirar, pela via do amor, uma outra saída. Para além da racionalidade econômica que o fizera entrar na criminalidade, Ulisses, como na Matriz 2, lança-se em direção ao amor.



Esse sujeito traz uma trajetória muito interessante. No período da travessia adolescente, ele é tomado pelas questões cruciais da aposta desejante, construindo uma saída sem a garantia do Outro. A Matriz 3 nesse ponto evidencia o quanto, muitas vezes, o desejo cobra um alto preço. Ulisses é um caso exemplar no sentido de que a exceção cria o modelo, pois, nos percalços da adolescência em direção à vida adulta, ele transpõe um modelo de alienação aos ideais dos grupos juvenis que frequenta, para lançar-se numa parceria com o Outro pela via do amor, até se dar conta de que o desejo não comporta garantias ou concessões. Como Lacan mostra no Seminário 16, há uma perda a ser contabilizada pelo falasser em sua condição desejante. E ela se inclui num trabalho de alienação-separação evidenciado no fato de que, se o sujeito não se constitui sem o Outro, não é através de sua garantia que ele ascende ao desejo.

## Conclusões

Se as matrizes nos permitissem cernir a dimensão do desejo e abrir suas compotas, certamente teríamos uma teoria preventiva eficaz contra o crime, a violência, a infelicidade e o mal-estar. Porém, como o caso mostra, sua singularidade ultrapassa qualquer cálculo exato e se desenha num horizonte de um trabalho contínuo na adolescência, em relação ao desejo e à responsabilidade.

A adolescência e as condutas de risco, especialmente nesse caso, as condutas de risco infratoras, nos ensinam que:

1. Se tivéssemos a garantia da existência do Outro, não precisaríamos nem nos separarmos dele, nem nos responsabilizarmos por nossa aposta.
2. Se a escolha fosse racional, cognitiva, já teríamos eliminado a criminalidade e o mal-estar da vida em comum.
3. O lugar do Outro carece ser considerado nas escolhas que os adolescentes fazem, interferindo nas suas modalizações, ainda que ele seja uma ficção/fixão.
4. Se não é possível conhecer a perda que condiciona o desejo, podemos tomar a maneira como ela se escreve para cada jovem como índice do trabalho a ser feito com cada um em sua singularidade e segui-lo.

Dessa maneira, tomando a aposta de Pascal, tal qual relida por Lacan, para tratar as condutas de risco na adolescência em conflito com a lei, podemos extrair alguns elementos que colaboram com as políticas juvenis, a saber:

- a. O adolescente conta com o outro para dele se separar;
- b. As instituições, nesse sentido, podem se fazer parceiras da travessia protagonizada pelo próprio jovem;
- c. O desejo atravessa condições obscuras para se afirmar, podendo produzir situações incomuns ou avessas ao que se poderia esperar de um adolescente;
- d. Responsabilizar-se não é tarefa simples pois implica a obscuridade do desejo e daquilo que o condiciona;



- e. Ainda que o sujeito seja sempre por sua condição responsável, sua experiência subjetiva não elimina, mas antes concorre e suplementa sua condição material, econômica, social, racial e de gênero.

## REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. C. “**Se eu morrer hoje, amanhã faz dois dias**”: sobre o estatuto das condutas de risco dos adolescentes envolvidos no tráfico de drogas. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-ANGPSN>. Acesso em: 10 jan. 2018.
- BENITES, L. O número para a ciência e para a psicanálise. **Latusa Digital**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 34, set. 2008. Disponível em: [http://www.latusa.com.br/pdf\\_latusa\\_digital\\_34\\_a3.pdf](http://www.latusa.com.br/pdf_latusa_digital_34_a3.pdf). Acesso em: 21 dez. 2017.
- CHAUÍ, M. **Pascal – Os pensadores**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- FERNANDES, F. L. Infinito Nada: o apostar de Pascal. **Tempo Freudiano Associação Psicanalítica**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/infinito-nada-o-apostar-de-pascal-2/>. Acesso em: 18 out. 2017.
- GOMES, P. da S. **Adolescentes na internet**: o risco como aposta. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B77EZ7/1/disserta\\_o\\_patricia\\_da\\_silva\\_gomes\\_ppgp.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-B77EZ7/1/disserta_o_patricia_da_silva_gomes_ppgp.pdf).
- GUÈGUEN, P. G. A gênese do outro que não existe. **Ashephalus**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, nov./abr. 2008. Disponível em: [http://www.isepol.com/asephallus/numero\\_05/traducao\\_01.htm](http://www.isepol.com/asephallus/numero_05/traducao_01.htm). Acesso em: 21 out. 2017.
- GUERRA, A. M. C. O gozo na topologia borromeana: um novo paradigma?. **Tempo psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 39-59, jun. 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-48382013000100004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000100004&lng=pt&tlng=pt). Acesso em: 17 jan. 2018.
- LACADÉE, Philippe. **O despertar e o exílio**. Ensinaamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência. Tradução de Cássia Rumenos Guardado e Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra capa, 2011.
- LACADÉE, P. A clínica da língua e do ato nos adolescentes. **Responsabilidades**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 253-268, set./fev. 2012. Disponível em: [http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai\\_pj/revista/edicao02/7.pdf](http://www8.tjmg.jus.br/presidencia/programanovosrumos/pai_pj/revista/edicao02/7.pdf). Acesso em: 16 nov. 2017.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 11**: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 1964-1985.
- LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1966-1998.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 16**: de um Outro ao outro. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1968/1968-2008.



LALANDE, A. (org.). Aposta. *In*: LALANDE, A. **Dicionário técnico e crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LE BRETON, D. **Condutas de risco**: os jogos de morte ao jogo de viver. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Campinas: Autores Associados, 2009.

LEFORT, R., LEFORT, R. **A distinção do autismo**. Tradução de Ana Lydia Santiago e Cristina Vidigal. Belo Horizonte: Relicário Edições, 2017.

MAIA, A. M. Pontuações à luz do Curso de Jacques-Alain Miller: iluminações profanas. **Opção Lacaniana**, Rio de Janeiro, n. 4., p. 1-9, 2007 Disponível em: <http://www.opcaolacanianana.com.br/antigos/n4/textoe.asp>. Acesso em 13 set. 2017.

MILLER, J. A. Notas sobre a honra e a vergonha. Tradução de Vera Ribeiro. *In*: MILLER, J. A. (org.). **Ornicar? De Jacques Lacan a Lewis Carroll**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 118-139.

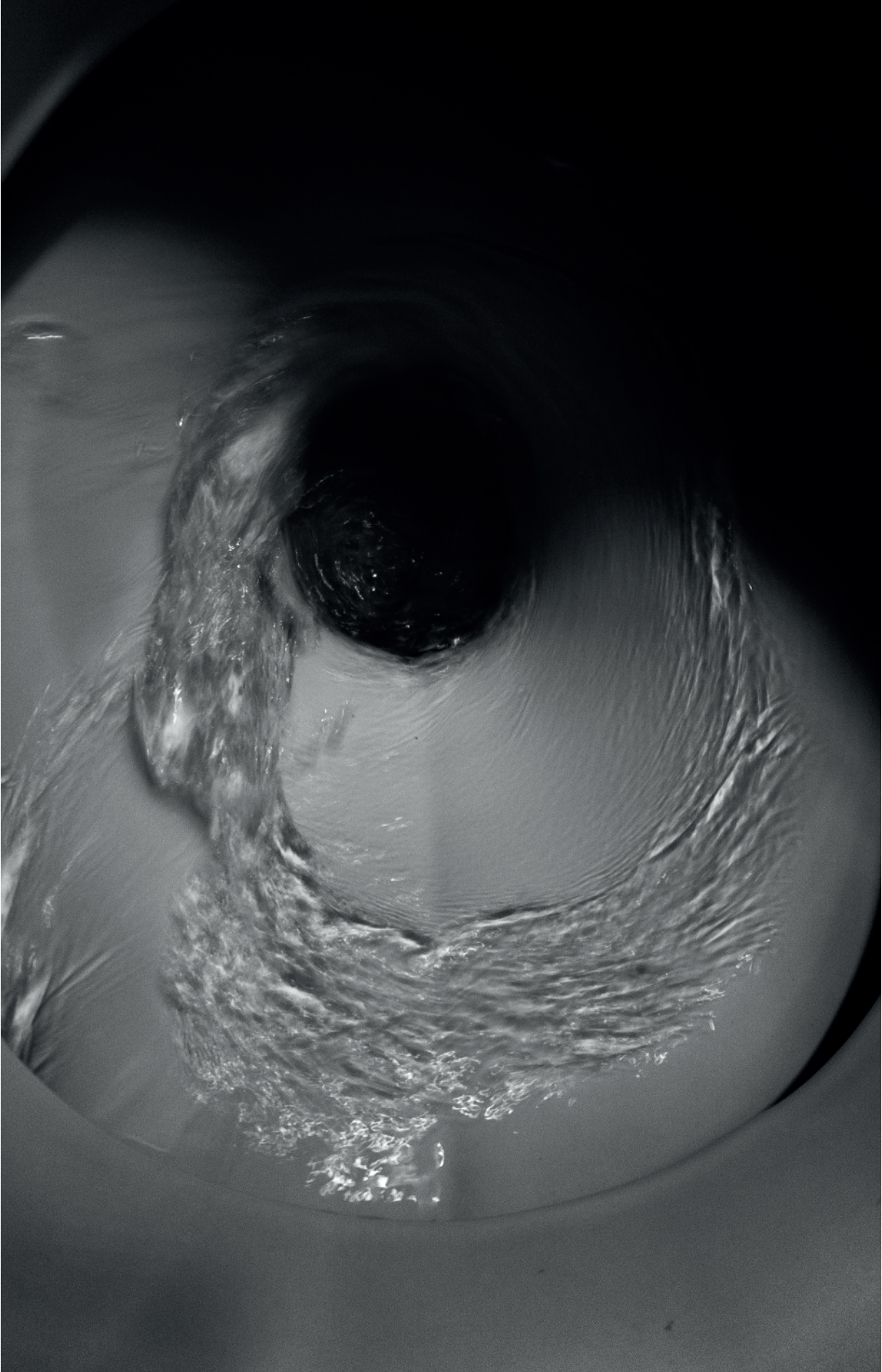
MILLER, J. A. Intuições milanesas II. **Opção lacanina online**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 6, nov. 2011. Disponível em: [http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero\\_6/Intuicoes\\_Milanesas\\_II.pdf](http://www.opcaolacanianana.com.br/pdf/numero_6/Intuicoes_Milanesas_II.pdf). Acesso em: 13 set. 2017.

SANTOS, T. C. dos. Ciência e clínica psicanalítica: sobre o estruturalismo e as estruturas clínicas. **Revista Estudos Lacanianos**, Belo Horizonte, v. 1, p. 1-16, 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rel/v1n1/v1n1a16.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

VIOLA, D. T. D. **O saber a flor da pele**: três ensaios psicanalíticos sobre a adolescência. Bragança Paulista: Margem da Palavra, 2017.









## 12 CONSEQUÊNCIAS SUBJETIVAS DA NOMINAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM O AUTOR DE ATO INFRACIONAL

Carolina Nassau Ribeiro  
Daniela Paula do Couto  
Andréa Máris Campos Guerra  
Carla Almeida Capanema  
Vinícius Moreira Lima

### Introdução

Este texto pretende localizar os pontos de novas saídas na trajetória de vida de adolescentes e jovens adultos que estiveram de alguma forma envolvidos com a prática de atos infracionais. Perguntamo-nos em que medida o acontecimento vivido pelo adolescente pode ser acolhido por ele como uma nova amarração que sustente a decisão pelo desligamento na relação com a criminalidade, reinterpretando e acrescentando novos aportes à teoria sociológica do desligamento do crime.

Partimos da hipótese de que encontramos na adolescência a emergência do Real do sexo, uma alteração da imagem do corpo com sua incidência sobre o registro Imaginário e a criação de uma nova língua no campo Simbólico. Os efeitos dessa irrupção da adolescência sobre os registros real, imaginário e simbólico promovem um desenlaçamento dos mesmos com o que até então funcionava na infância. Nesse tempo de passagem, são visíveis momentos turbulentos, errantes, em busca de uma nova ancoragem que faça valer as inscrições construídas na infância. Estamos partindo da concepção fornecida pela teoria de Jacques Lacan de que as amarrações que acontecem entre os registros real, simbólico e imaginário com um quarto elo podem favorecer uma organização psíquica nos sujeitos (LACAN, 1974-1975), nesse caso, em pleno florescer da adolescência.<sup>1</sup>

Para localizar tais pontos de enlace, nos servimos da narrativa memorialística como método de acesso à história de vida de adolescentes e jovens adultos que tiveram ou têm alguma passagem no envolvimento com a criminalidade. As narrativas memorialísticas são um artifício para se pesquisar fenômenos sociais a partir da psicanálise, considerando as dimensões simbólica, imaginária e real (GUERRA *et al.*, 2017) enquanto *dit-mension*,<sup>2</sup> casas do dizer, em que a experiência de linguagem “[...] localiza o respondente como sujeito no discurso [...] e a narrativa como ficção que porta, paradoxalmente, a verdade dos fatos” (GUERRA *et al.*, 2017, p. 1250).

1 Destacamos que não temos a pretensão de traçar aqui os modos como os nós se enlaçam, apenas tentar escutar nas narrativas os pontos de enlace e desenlace, bem como o que faz limite, amarração para alguns casos.

2 O editor do texto “Televisão” explica que, para falar do sujeito como um habitante da linguagem, Lacan utiliza o termo “dit-mension, neologismo homófono de *dimension* (dimensão) e que remete, na parte final de sua formação, aos homônimos *mention* (menção) e *mansion* (derivado do latim *mansio*, mansão)” (LACAN, [1974] 2003, p. 514, [nota do editor]).



Sendo assim, abordaremos alguns fragmentos das falas dos jovens, buscando os pontos de ruptura e posteriores construções de saídas que funcionaram como nome/nomeação para os mesmos. O material escutado é composto por 16 áudios de narrativas que foram colhidas por diferentes duplas de pesquisadoras/es que integravam o Núcleo PSILACS (Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo) em diferentes territórios da cidade de Belo Horizonte. Dentre esses 16 áudios, selecionamos 14 áudios para a confecção deste trabalho. Esse recorte foi composto por fragmentos das narrativas de três adolescentes (até 17 anos), sete jovens adultos (entre 18 e 20 anos de idade) e quatro adultos (acima de 20 anos de idade), do sexo masculino. As entrevistas foram feitas em centros culturais, espaços de cumprimento de medidas socioeducativas de semiliberdade ou internação, Associação Profissionalizante do Menor (AssProM), Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), na própria residência do jovem e em outros territórios da cidade de Belo Horizonte.

O texto das narrativas dos jovens é marcado por três pontos que merecem destaque: 1) a constatação de que a adolescência promove uma espécie de ruptura no que até então estava funcionando bem para aquele jovem; 2) um espaço de tempo em que o jovem está um pouco errante, à procura de saídas, nomes, identificações e amarrações que possibilitem que algo novo se construa para ele, face ao desmantelamento das soluções e sintomas infantis; 3) e um ponto contingencial em que alguns conseguem encontrar uma saída singular, seja pela paternidade, pelo encontro amoroso, pela arte, pelo estudo, por meio de uma nova identificação, ou até mesmo, uma nova amarração dos registros real, simbólico e imaginário que pode funcionar como nomeação. Apesar de podermos indicar pontos comuns no discurso dos jovens, ressaltamos que cada sujeito produz um texto próprio marcado por uma singularidade que não pode ser transposta para outro sujeito nem para o coletivo (GUERRA *et al.*, 2017). Assim, como ensina Freud (1905[1901] 1996), a singularidade de cada caso pode ensinar à generalização conceitual sobre modos operatórios de fazer falar o inconsciente.

Resta entender, enfim, como a desistência no laço com o crime opera, em cada caso, após instalado esse circuito de gozo com o objeto criminogênico. Seria da ordem de uma nomeação? Faria uma amarração, uma solução aos impasses da puberdade? Ou, ao contrário, indicaria aspectos em que o gozo não condescende com o desejo, ficando o sujeito à deriva sob o império da pulsão de morte? A fim de pesquisar os desligamentos em relação à criminalidade, entendamos, primeiramente, o que compreendemos como nome e nomeação e sua incidência na experiência adolescente.

## **A função da Nomeação na Adolescência**

Há uma desorientação típica na adolescência em que as amarras parentais já não sustentam o sujeito como antes, o que faz com que ele busque uma nova amarração, mesmo que ela ainda esteja voltada ao campo do Outro. Como descreve Quinet (2009, p. 15), a adolescência é



[...] como uma travessia das aparências, na qual o sujeito abandona determinadas identificações imaginárias com os pais para partir em sua aventura do outro lado da ponte [...]. Tal travessia do imaginário, muitas vezes não pouco tumultuada, é determinada por uma conjuntura simbólica própria a cada um, diante do real de um gozo desconhecido pelo sujeito.

Assim, a adolescência, enquanto tempo de passagem, implica que o jovem está às voltas com uma tentativa de nominação, o que se diferencia do adulto que pode narrar em retrospectiva as vivências que lhe possibilitaram constituir uma amarração e uma conseqüente saída da criminalidade. Nesse sentido, a adolescência, como tempo de experimentação, envolve uma travessia em que pode estar indicado um caminho, mesmo que a solução não seja definitiva.

A desorientação da adolescência parece constituir um traço de universalidade. No entanto, cada adolescente inventa soluções para lidar com a desamarração dos registros real, simbólico e imaginário. A singularidade própria a essas soluções tem a ver com a função do nome. Por isso, nos questionamos como essa nominação se fez em algumas situações específicas nas vidas dos adolescentes envolvidos com atos infracionais e que escolheram abandonar a prática de tais atos.

De acordo com Ramirez (2018) e como nos mostrou a pesquisa<sup>3</sup> sobre nominação, desde o início da obra de Lacan encontramos referências importantes sobre a nominação. Ao nomear um objeto, mata-se a coisa, mas funda-se a existência desse objeto para além da concretude da coisa. A nominação cria o efeito de sujeito quando algo que se articula ao desejo é nomeado.

Na Lição VI do Seminário *A Identificação*, Lacan [1961-1962] (2003) aponta que o nome teria uma função, que não seria simplesmente a de dar um nome. A nominação teria uma “[...] função significante, enquanto ponto de amarração de alguma coisa de onde o sujeito continua” (LACAN, [1961-1962] 2003, p. 82). Podemos pensar essa amarração como uma reorganização na realidade psíquica do adolescente depois que uma ruptura se instaurou, provocada pela decisão pela saída da criminalidade. A partir da nominação daquilo que sustentou a decisão, como o nascimento de um filho, por exemplo, o adolescente continua, como nos diz Lacan, mas agora orientado por algo novo.

A nominação reconhece, no espaço da contingência, um ato do sujeito. Assim, por mais que familiares insistam de forma contundente para que o adolescente tome outros rumos, o que vemos é que a localização e conseqüente nomeação de algum acontecimento provoca um arrebatamento que faz com que ele pondere sobre seus atos violentos, pois é pela coisa nomeada que o sujeito “poderá encontrar seu lugar e se construir” (LACAN, [1953-1954] 2009, p. 142).

No Seminário *Problemas Cruciais para a Psicanálise*, Lacan ([1964-1965] 2006, p. 65) define “[...] o nome próprio como alguma coisa que intervém na nominação do objeto”. Nomear não seria o mesmo que colar um nome à coisa, etiquetá-la: “A

3 Pesquisa *Adolescência e Leis*, eixo sobre a Teoria da nominação em Jacques Lacan, vinculado ao PSILACS e coordenado pela Profa. Dra. Andréa Máris Campos Guerra.



nominação intervém no real como marca e rastro que modifica o estatuto da coisa. A nomação introduz algo de perturbador no mundo das coisas” (VIDAL, 2015, p. 166). A nomação, então, não estaria assim restrita a uma intervenção no simbólico, mas modifica algo no Real do objeto (RIBEIRO; GUERRA, 2018).

Embora o termo nomação esteja presente desde o início da obra de Jacques Lacan, temos no Seminário *R.S.I.* um importante avanço no que diz respeito à teoria das nomações, que passa a ser articulada ao quarto elo do nó borromeano, que mantém juntos o Real, o Simbólico e o Imaginário. Dessa forma, *R.S.I.* é a heresia (*hérésie*) de Lacan ao Nome-do-Pai e a primazia do Simbólico em seu ensino. A partir daí é possível pensar em múltiplos tipos de enodamentos na estrutura do nó de quatro elos para que seja possível amarrar juntos os três registros da realidade psíquica. À diferença da proposição freudiana do complexo de Édipo como eixo articulador da realidade psíquica de um sujeito, ao implicar singularmente seja o Simbólico, o Imaginário ou o Real, o nó borromeano, gira em torno não de Um, mas de diferentes Nomes-do-Pai (CAPANEMA; FAJNWAKS; VORCARO, 2018).

Podemos constatar a importância do período da adolescência para a construção de uma nomação própria que suporte o nó borromeano, é o momento em que todo sujeito terá que fazer uma nova versão paterna. Além da sincronia de estrutura, esse quarto elo supõe a diacronia de acontecimentos constituintes do sujeito. Não basta o “não” do pai, também não basta estar inscrito na Metáfora Paterna, é um momento em que todo sujeito tem que refazer esse nó do Nome-do-Pai, retrazando sua biografia e reparando sua imagem (CAPANEMA, 2018).

Esse ponto nos parece crucial, pois os adolescentes se nomeiam, mudam de nomes, criam apelidos na sua relação real, imaginária e simbólica com o mundo, com os pais, com o grupo, com sua comunidade. Eles também são nomeados por outros e, como veremos, buscam nomes que possam enodá-los a novos modos de existir e de gozar.

### **As funções do Nome a partir da pesquisa**

A investigação permitiu evidenciar o quanto a dimensão da contingência é central no cálculo do trabalho de nomação. Em grande parte dos casos, elementos aparentemente contingentes: perda de um amigo, acidente grave, paternidade, encontro com pastor, foram a alavanca que rearticulou a posição subjetiva do adolescente face ao nome e, algumas vezes, face ao crime. A contingência é diferente da aleatoriedade, no sentido de que recompõe elementos significantes, especialmente infantis, já presentes na economia libidinal do jovem, em novas cenas permitidas pelas metamorfoses da puberdade (FREUD, [1905] 1996, v. 7).

Finalmente, percebemos também que a adolescência é um momento privilegiado para construção ou invenção de novos modos de composição ou de saber-fazer com o gozo, dado que o encontro com o real desmonta as soluções infantis. Entendendo que a nomação intervém nesse arranjo de gozo ao nomear a coisa, supomos que os incidentes contingentes na travessia adolescente não são sem consequências sobre o sujeito e sobre o laço social. Ao analisarmos as narrativas memorialísticas,



ficou muito evidente a distinção entre o tratamento do nome *a posteriori*, possível de ser feito pelos jovens adultos, e os embaraços, dúvidas, idas e vindas nas experimentações dos adolescentes quanto ao nome.

Assim, esses três elementos: (1) modos singulares de amarração do nome prevalentemente pelo imaginário, simbólico ou real; (2) a incidência determinante da contingência e (3) a operação lógica quanto ao nome ainda em curso na adolescência, foram recolhidos na análise de dados como pontos de capitonagem ou resultados relevantes a partir da metodologia adotada. Ela nos permitiu inferir alguns elementos acerca do nome e da nomação entre adolescentes, mesmo que se refiram a casos únicos e percursos singulares.

Vejamos, quanto ao primeiro item, como as trajetórias desenharam-se a partir da prevalência dos registros. Primeiramente, retomamos um percurso de arranjo imaginário quanto ao nome. O adolescente G., 17 anos, escancara essa busca quando justifica os motivos que o levaram a se envolver com a criminalidade: “Eu quis fazer meu nome. [...] em qualquer lugar da minha quebrada, eu sou bem recebido, sou respeitado, tenho meu conceito, posso chegar lá de cabeça erguida que não dá nada. [...]. Eu queria fazer meu nome no dinheiro, o pessoal queria fazer o nome na guerra. Fazer nome na guerra é eu matar uns oito nego da quebrada de baixo para os outros acharem que eu sou cabuloso. Fazer o nome pelo dinheiro... vocês passando e eu de carrão, chato”.<sup>4</sup>

Envolvido com o tráfico de drogas desde os 13 anos, G. morava com os pais, seu irmão gêmeo, uma tia e um tio de quem apanhava desde pequeno. Ele relata que as agressões só cessaram no dia em que ele deixou de “ter sangue de barata”, quando o tio ameaçou bater no irmão gêmeo: “Eu vi, meu sangue ferveu, eu atirei nele”. O tio não morreu. G. conta que pensou em fugir, mas quando foi se despedir da namorada, ela o convenceu a se entregar à polícia.

O arranjo imaginário quanto ao nome permanece atuante quando G. descobre que será pai, notícia que lhe impulsiona a fazer um curso técnico por meio do qual poderá ter um emprego e condições para cuidar do filho, já que para ele a imagem de um pai não é condizente com a imagem de um traficante: “Eu vou querer isso pra mim, vou querer isso pro meu menino? Eu vou querer que ele nasce vendo eu assim? Não dá não”.

A tentativa de tratamento pela via do real se destacou no caso do adulto da APAC. J. conta que sua mãe o criou sozinho, tendo o pai abandonado a família quando soube da gravidez da mulher. Diz ter estudado num bom colégio estadual, mas, quando chegou à quinta série, começou a “ser moleque”. Foi expulso quatro vezes de três escolas diferentes. J. relata: As porta da escola fechou pra mim. Ou eu fechei as porta da escola pra mim. E já tinha uma aberta, já tava é me abraçando, que era a porta do crime”.

Assim, em 2002, J. comprou uma arma, a fim de retribuir uma agressão que sofrera, de um inimigo de outro bairro. Mas foi preso, antes de efetivamente “descontar a raiva” no inimigo. Como ainda era menor, J. foi detido, mas liberado. Ele conta que,

4 Todas as falas de entrevistados fazem parte da Pesquisa de campo “Adolescência e Leis” realizada em 2017.





quando começou a frequentar esses espaços, tratava-se de “heroísmo”; entretanto, depois, começou a “trocar tiro” nas portas de bailes e, como consequência, “várias mortes começaram a sair”. Algumas pessoas passaram a andar com seu grupo em busca de proteção, devido ao “grau de nome” que J. e seu grupo já ganhavam nessa idade.

Progressivamente, J. teve seu nome cada vez mais falado pela polícia, que ia atrás dele e de seu grupo com “todo tipo de crime que acontecia”. Foi preso em 2003, com 16 processos, envolvendo homicídio, porte ilegal de arma, indução de menores. Relata que, apesar da condenação, não deixou de cometer crimes; dentro do próprio presídio, realizou mais um homicídio, além de outras três tentativas; tornou-se líder de rebelião. Começou a ser transferido de presídios.

Quando teve uma oportunidade de entrar para a APAC, aderiu ao discurso institucional e se formou como segurança, num curso da própria instituição. Atualmente, diz que seu trabalho é o de incentivar “os meninos que tão ali a saírem do crime”, que é um “mundo completamente de ilusão”. Afirma ser um exemplo para os “recuperandos” que ali estão. J. diz ter abraçado essa oportunidade: “A APAC me deu todas as oportunidade de vida que eu precisava pra eu tá na vida que eu tenho. Eu prego muito que a APAC não muda a vida de ninguém. Mas ela te dá toda oportunidade. Mas se eu não quiser mudar, eu não vou ser ninguém”.

Trata-se de um discurso institucionalizado ao qual, já adulto, J. adere, colando-se aos seus ideais. Distintamente do próximo caso, o abandono da criminalidade não parece ser sustentado por uma decisão subjetiva clara, em que um novo nome para o gozo tenha se escrito. Aqui vemos um sujeito na adolescência embaraçado com o gozo, em iterações do mesmo, nos quais o nome e o modo do gozo não se alteram. Seu objetivo é sempre fazer-se um nome, mas pela exclusão, perdendo o amor do Outro, no qual, supostamente, não tem lugar. Há uma contínua atualização pela via da repetição nas expulsões que o deslocam continuamente de uma orientação desejante. Ele trata sua falta de lugar, fazendo-se expulsar, como conclui na vida adulta.

Já o relato de outro jovem adulto A. traz uma idiossincrasia que chamou nossa atenção e nos parece uma situação paradigmática da função da nomeação e como se pode fazer com ela um novo nome de gozo. Aqui, nos parece, temos um tratamento simbólico com o nome.

A família de A. veio do interior e ele nasceu e cresceu em uma comunidade com muitas vulnerabilidades sociais na cidade de Belo Horizonte. Até os sete anos de idade, A. não havia sido registrado em cartório. Era chamado pela sonoridade de uma sílaba. Somente aos sete anos foi registrado e ele escolheu o nome a partir do som que funcionava para ele como nome. Interessante como isso se relaciona a uma das denominações de nome próprio em Lacan: “[...] a partir daí definiremos o nome próprio como alguma coisa que intervém na nomeação do objeto, em razão das virtudes próprias de sua sonoridade [...]” (LACAN, [1964-1965] 2006, p. 65). O nome de A., ao contrário do da maioria das pessoas, não veio do desejo dos pais, mas apenas de um traço, de um som – objeto vocal? – desse desejo. Foi ele quem interpretou esse som e escolheu o nome com o qual seria registrado.



Na adolescência experimentou errâncias geográficas, deslocamentos, drogas e criminalidade. Apesar de ter a casa dos pais como ponto de referência, gostava da rua. Enfatizou muito essa vida na rua, do seu lugar nas ruas, da sua trajetória nas ruas e nas estradas. Narra que estava vivendo um “turbilhão de coisas”, que queria sair da criminalidade e tentou vários caminhos. “Eu achava que era ‘zicado’ porque não era batizado”.

Conta que ele ansiava muito por uma solução. Usava droga, arrumava briga, chorava. Os pais nunca aceitaram o dinheiro que ele trazia do tráfico e ele sempre esteve dividido em relação a essa escolha. O ponto que intensificou a sua necessidade de parar foi a paternidade, mas ainda assim não encontrava nada que fizesse laço para ele além da vida do crime nas ruas da comunidade.

Um dia, descendo uma ladeira foi convidado por uma mulher para ir até a igreja que ela frequentava. Ficou um pouco na dúvida e, depois de muito pensar, achou que poderia ser interessante. Nessa primeira ida, achou que o pastor falava para ele. Relata, então, que encontrou na Igreja Batista a estabilidade que procurava. Nas suas palavras: “Senti uma paz muito grande, algo inexplicável, uma onda que eu nunca tinha sentido antes, pensei que quero isso todo dia na minha vida”. Refere-se a esse momento com o de um encontro com a “palavra”, “palavra de Deus”. De acordo com ele, nada místico, mas conversas mesmo, palavras de conforto. E, aos poucos, foi-se fazendo uma torção na sua posição nas ruas. Tornou-se agente de saúde e educador social no trabalho com jovens. Aconselha jovens que estão envolvidos com a prática de atos infracionais, conversa com eles sobre saídas possíveis e continua tendo acesso às novas gerações que comandam o tráfico na região, mas de uma outra perspectiva, de um novo lugar: “Eu voltei para a rua, mas de outra forma”.

Interessante notar, nessas narrativas memorialísticas de adultos e jovens adultos, uma elaboração sobre um tempo passado, diferentemente dos relatos dos adolescentes, que se articulam na atualidade do tempo presente. J., por exemplo, pode constituir a linha da expulsão no campo do Outro, que forçava na adolescência, para tratar sua falta de lugar no desejo parental. E ainda que não faça um trabalho de significação e de retificação sobre esse ponto, pôde encontrar, já na vida adulta, novos ideais para regência de seu modo de inscrição no laço social através da APAC.

A., por seu turno, pode localizar, *a posteriori*, a significação do nome próprio, que o interroga do ponto de onde o Outro não compareceu, a saber, “zicado”, pois sem o “batismo” - a benção de Deus que viria como índice do desejo do Outro parental. Ele trata a errância no momento em que a adolescência interroga sua resposta infantil, com o saber-fazer da rua e, depois, com o encontro com a palavra de Deus – “conversas” mesmo – que o conforta e o realoca. No ponto em que o Outro nunca se inscreve - mesmo se houvesse o batizado com o banho da palavra de Deus no seu corpo de bebê –, desse ponto de falta estrutural no Outro, que ele, na adolescência, relança a questão sobre seu ser e constrói, com o real da rua – o real do pai? – uma nomeação, reatando os três registros, real, simbólico e imaginário, num novo modo de ocupar o uso de seu nome, de seu corpo e da rua.

É importante dizer que a análise permitida pela psicanálise se associa às múltiplas referências sociológicas, materiais, culturais e econômicas que condicionam a entrada e a saída na criminalidade pelos adolescentes em conflito com a lei. Não



se trata de reduzir ou negar tais determinantes face às soluções individuais, mas de agregar novos elementos ao campo de análise do fenômeno da infração e da violência na adolescência, através do aporte da psicanálise. Assim, as análises aqui dispostas devem ser compreendidas como suplementares aos condicionantes sociológicos clássicos de entrada e desligamento do crime, e não como individualização da culpa, criminalização descontextualizada da pobreza ou da raça ou ainda como psicologização dos problemas advindos das mazelas societárias e da distribuição desigual de riquezas. Feita essa observação indispensável, vejamos de maneira mais detida, como as soluções quanto ao nome se articulam à experiência infratora.

### **Pontos de enodamento: o Nome e o Crime**

Especialmente quanto ao crime e sua relação com o nome e com a nomeação, podemos constatar como o crime entra numa via de mão dupla que pode tanto desarticular o nome do gozo, quanto compor um modo criminogênico de gozar, venha ele a se tornar definitivo ou não.

Nesse sentido, G. apontou o amor e a paternidade como aquilo que possibilitou a sua saída da criminalidade. Se G. entrou no crime para ter um nome, saiu para ser pai e pelo encontro com uma mulher: “Eu fiz a minha escolha. Mudei por ela. Me entreguei por ela. Ela sabe. Eu falo: se não fosse você eu já tinha ido embora”.

Por sua vez, o caso de J., já relatado, mostra como a criminalidade pode constituir um nome para o gozo. Ele alega que muitos se sentiam protegidos na comunidade pelo nome que tinham a partir de sua inserção no mundo do crime: “Alguns acharam que estariam protegidos com a gente pelo grau de nome que a gente estava ganhando nessa idade”. Enuncia como esse nome na criminalidade lhe deu um lugar, ainda que pela via do delito: “Fui preso e condenado por um crime que não foi eu que cometi, mas que eu tinha o nome e eu ganhei o nome por isso”. J. declara que “tinha um nome na rua, um nome no crime também dentro da cadeia”, pois “uma vez falado no crime, cê não consegue tirar essa ficha da sua testa mais... cê vai ter escrito ali presidiário, criminoso...”. Essa afirmação se articula com a posição que J., como vimos, parece não ter nunca abandonado: expulso da escola na adolescência, expulso (transferido) das prisões na idade adulta, ele se mostra aprisionado no circuito da repetição de ser excluído pelo Outro. Não por acaso, encontra sua saída na APAC, através de uma espécie de perpetuação de sua posição de criminoso, agora em recuperação - eles são chamados ali de “recuperandos”.

Podemos dizer, face às singulares relações com o crime que os adolescentes encontraram no que toca ao “fazer-se um nome”, que, sem um tratamento que dê outro destino ao gozo, a criminalidade pode se constituir como a via pela qual o sujeito busca fazer um nome, mesmo se não produz um novo nome do real em jogo no gozo ou uma nova nomeação. Há, portanto, uma imensa possibilidade aberta pela via socioeducativa ou pelas instituições destinadas ao público jovem e adolescente de fazer operar uma nova gramática do nome.



## Considerações finais

Os casos nos ensinam que, enquanto o nome apresenta uma função de separação em relação à alienação ao Outro, especialmente na adolescência, a nomeação estaria mais relacionada a uma nova amarração dos três registros, como efeito de sua incidência sobre o modo de gozo, que se torna possível, em alguns casos, de ser verificado já na vida adulta. A dimensão da nomeação ensina, ao trabalho com o adolescente, que as expectativas do mundo adulto podem se tornar ideais muito distantes do que indica a trajetória do sujeito, único que pode orientar sua causa e cernir um nome para o gozo.

Dessa maneira, com essa dimensão da investigação, podemos aprender que a dimensão temporal não é objetiva, que a adolescência é uma travessia preciosa que pode se abrir a mudanças estruturantes, que o estilo do adolescente de saber-fazer com o gozo é um índice no cálculo da intervenção – seja ela institucional ou clínica – e, finalmente, que há uma intensidade que escapa a esse cálculo, mas que pode ser capturada e orientada pela contingência dos encontros que atravessam a experiência do adolescente e recompõem o arranjo entre os registros simbólicos, imaginários e reais, incidindo em sua relação com a criminalidade.

Se tudo isso irá produzir um novo nome para o gozo, só saberemos *a posteriori*... Porém, como diz o compositor, *o novo sempre vem*.

## REFERÊNCIAS

CAPANEMA, C. A. **Enlaces e desenlaces na adolescência**. Belo Horizonte: Editora Scriptum, 2018.

CAPANEMA, C. A.; FAJNWAKS, F.; VORCARO, A. M.R. As nomeações na clínica nodal de adolescentes. **Revista Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 99-124, jan./jun. 2018. Disponível em: [http://revista.spid.com.br/index.php/tempopsicanalitico/article/view/321/pdf\\_115](http://revista.spid.com.br/index.php/tempopsicanalitico/article/view/321/pdf_115). Acesso em: 2 ago. 2018.

FREUD, S. Fragmento da análise de um caso de histeria. *In*: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1905[1901]-1996. 24 v. v. 7.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In*: FREUD, S. **Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1905-1996. 24 v. v. 7.

GUERRA, A. M. C. *et al.* The Narrative Memoir as a Psychoanalytical Strategy for the Research of Social Phenomena. **Psychology**, Irvine, California, v. 8, p. 1238-1253, jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/psych.2017.88080>. Acesso em: 19 abr. 2018.

LACAN, J. **O Seminário, livro 1:os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge



Zahar, 1953/1954-2009.

LACAN, J. **A Identificação**, Seminário 1961-1962. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 1961/1962-2003.

LACAN, J. **Problemas cruciais para a Psicanálise**, Seminário 1964-1965. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 1964/1965-2006.

LACAN, J. Televisão. *In*: LACAN, J. **Outros escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974-2003, p. 508-543.

LACAN, J. **O Seminário 22**: R.S.I. (1974-75, inédito). Disponível em: <http://lacanempdf.blogspot.com.br/2017/03/o-seminario-22-rsi-jacques-lacan.html>. Acesso em: 24 maio 2017.

QUINET, A. Apresentação: O despertar do adolescente. *In*: ALBERTI, S. **Esse sujeito adolescente**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos/Contra Capa, 2009. p. 13-15.

RAMIREZ, M. E. Reflexões sobre o conceito de nomeação nos seminários de Lacan. *In*: GUERRA, A. M. C.; VORCARO, A. M. R. (diretoras). **A teoria da nomeação na obra de Jacques Lacan**. Curitiba: CRV, 2018. cap. 5, p. 73-86.

RIBEIRO, C. N.; GUERRA, A. M. C. Notas clínicas e topológicas sobre o nome próprio no Seminário 12 “Problemas cruciais da psicanálise”. *In*: GUERRA, A. M. C.; VORCARO, A. M. R. (diretoras). **A teoria da nomeação na obra de Jacques Lacan**. Curitiba: CRV, 2018. cap. 11, p. 147-164.

VIDAL, E. Pontuações sobre o nome próprio e a voz. **Revista da Escola Letra Freudiana**, Rio de Janeiro, ano 34, n. 167.







## 13 O NEBENMENSCH E O DESAMPARO: ALÇAS POSSÍVEIS PARA ADOLESCÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Andréa Máris Campos Guerra  
Jacqueline de Oliveira Moreira

### Introdução

Qual início possível para uma reflexão que pretende anunciar algumas conclusões? As conclusões são, na verdade, pequenas paradas para tomar fôlego e continuar a caminhada. Depois de refletir muito, decidimos começar fazendo referência ao filme sul-africano *A Infância Roubada*, título veiculado no Brasil, ganhador do Oscar de Melhor Filme Estrangeiro 2006. O título original é *Tsotsi* que significa ladrão, delinquente juvenil, segundo Mia Couto (2008) em *Veneno de Deus, remédios do Diabo: as incuráveis vidas de Vila Cacimba*.

Na nossa modesta leitura do filme, não pensamos o mesmo como uma película espetacular, mas como um filme que ocupa uma importante função na cena política e econômica mundial. O filme nos oferece imagens das favelas, misérias e abandono infanto-juvenil na África. Nenhuma novidade para os olhos brasileiros. O filme se desenvolve a partir de cenas clichês sobre as condições familiares, a violência, o abandono e a redenção. Muitas são as cenas importantes do filme, mas é preciso destacar a cena do bebê roubado acidentalmente ou, como sugere ambigualmente o título, a cena da infância roubada. Vejamos.

Uma noite, após sair ganhador de uma sangrenta briga de bar, Tsotsi (Presley Chweneyagae) rouba um carro. Enquanto acelera pela noite, ele ouve um barulho no banco de trás e acaba sofrendo um acidente. Na traseira do carro, descobre um bebê. Sem saber o que fazer, leva-o para o gueto de Johannesburgo em que vive.<sup>1</sup> (SINOPSE).

Assim, inicia-se a narração da metáfora das infâncias roubadas. *Tsotsi* se vê no bebê e em um movimento de retomada de sua história, aposta na possibilidade de ser pai do bebê e de si mesmo. Nesse momento, o filme apresenta a dor da relação do nosso personagem com a mãe moribunda e o pai violento resultando, pois, na fuga da criança para as ruas. Este sujeito, roubado de sua própria história, trilha novos trajetos, deixa rastros, marcas de dor e violência, que determina a vida dos diferentes personagens.

O filme denuncia o desamparo do sujeito, dos países, das populações que se encontram à margem. Sabemos que a condição de desamparo é estrutural no

1 Disponível em <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-108668/>



humano. Não é, porém, sem importância que o filme apresente as dores de uma população negra.

## O desamparo estrutural

Voltando ao tema do desamparo, sabemos, a partir de Freud (1950[1895] 1976), que o outro é anterior ao eu. Podemos afirmar que, na constituição da subjetividade, temos a presença inegável, constitutiva e traumatizante do outro. O eu ainda não nasceu, mas o outro já o ronda e, na sua circulação, possibilita o nascimento do eu, que terá uma dívida de vida e morte para com o outro.

No texto freudiano, a experiência de satisfação descrita no Projeto para uma Psicologia Científica (1895) anuncia a fundamental presença do outro na ação humana de constituição da subjetividade. Presença que transforma a não nomeada necessidade em desejo. O outro, convocado pelo grito, expressão de linguagem não intencional, socorre o *infans* desamparado. E, assim, responde ao chamado que, de alguma forma lhe é endereçado, primeiramente restituindo-o numa forma simbólica, ou seja, traduzindo-o em palavras. Isso para, em seguida, responder ao apelo das urgências da vida, transformando-as em desejo, produzindo, assim, uma busca infundável pelo primeiro objeto ofertado. Porém, sendo responsável pelo *infans*, o outro oferece a si mesmo como objeto da satisfação – objeto que passará a ser traduzido sob a insígnia do objeto do desejo, objeto que nunca mais será apreendido enquanto tal.

No Projeto de 1895, a questão do objeto é colocada dentro da perspectiva simbólica e não naturalista, apesar de existir o objeto natural. O leite é o objeto da necessidade, mas a experiência de satisfação instaura a dimensão do desejo, para além da necessidade. E como se dá a passagem do objeto “leite” para o “próximo” (*Nebenmensch*) como primeiro objeto de desejo?

A condição para o homem se constituir como humano é ultrapassar a dimensão natural e desejar, para além do instinto, perder o primeiro objeto de desejo para buscá-lo novamente e infundavelmente em cada movimento desejante. O objeto de desejo é a expressão indestrutível da presença do outro. A condição de possibilidade da instauração do objeto de desejo é o encontro com algumas dimensões de alteridade.

No texto do Projeto, este encontro com o outro aparece descrito na experiência de satisfação, porém sabemos que o encontro é anterior. Podemos citar como exemplo as narrativas míticas sobre a relação entre a mãe e o filho ainda não concebido na tribo Himba do norte da Namíbia.

Pelo norte da Namíbia e nas margens do rio Kunene, existe uma tribo seminômade conhecida como Himba. De todas as tribos ainda vivas na África, os Himba consideram como o dia em que sua mãe decide ter um bebê a data de nascimento de suas crianças.

Quando uma mulher Himba decide ter um filho, ela sai e senta-se sozinha debaixo de uma árvore, até ouvir a música da criança que



quer vir. Depois que ela ouviu a música desta criança, ela volta para o homem que será o pai da criança e ensina-lhe a canção. E então, quando eles fazem amor para conceber fisicamente a criança, eles cantam a canção da criança, como uma forma de convidar o filho a encarnar. Logo, quando a mulher fica grávida, ensina a música da criança para as parteiras e as mulheres mais velhas da aldeia, para que, quando a criança nascer, as velhas e as pessoas ao seu redor possam cantar a canção da criança para dar as boas-vindas!

Os outros moradores são ensinados na canção da criança. Se a criança cai ou se machuca, alguém canta a canção para ela. Ou talvez a criança faz algo maravilhoso, ou passa pelos ritos de puberdade, então, como uma forma de homenagear essa criança, as pessoas da aldeia cantam sua canção. Na tribo Himba, há uma outra ocasião em que a aldeia canta a canção para a criança: se a criança comete um crime ou algo que é contra as normas sociais de Himba, os moradores chamam-lhe para o centro da aldeia e formam um círculo ao seu redor. Em seguida, cantam sua canção. A correção ao comportamento anti-social é vista em Himba, não como um castigo, mas como o amor e a lembrança de identidade. Porque, quando você reconhece a sua própria música, você não tem nenhum desejo ou necessidade de fazer qualquer coisa que possa ferir o outro. E como a criança passa por sua vida, a sua música é o tema de sua vida. No casamento, as músicas são cantadas. E, finalmente, quando a criança está deitada em sua cama, pronto para morrer, todos os moradores que conhecem sua canção vêm e cantam pela última vez a canção daquela pessoa.<sup>2</sup>

Podemos ressaltar, a partir da narrativa mítica e da teoria psicanalítica, que a cena de desamparo se atualiza ao longo da vida exigindo, pois, do outro o amparo possível. Acreditamos que um dos momentos decisivos da reatualização da condição de desamparo é a entrada na puberdade. As culturas tradicionais tendem a oferecer rituais que amparam o sujeito nesta passagem. Nas culturas individualistas contemporâneas, o adolescente não encontra o solo da tradição para acolher as angústias deste corpo em transformação e, mais, se veicula uma ilusão de independência, que torna ainda mais difícil o grito do socorro.

### Rituais de passagem na adolescência

Arriscamo-nos a dizer que o desamparo originário é real, mas o pequeno ser o desconhece. Assim, o desamparo é circunscrito a partir do amparo do outro. O ser-em-si, mergulhado na sua ingenuidade, desconhece o desamparo. Fica mais fácil a ação do outro, pois o ser é uma passividade entregue. Na adolescência, a energia que irrompe com o corpo de dentro para fora, recoloca esta situação de desamparo,

2 MAIÊ, MÔ. Os Himba e A Música da Alma. In: **Terreiro de griôs**: Revista eletrônica – Oralidade, Arte, Cosmovisões, Educação e Africanidades. 16 maio 2014. Disponível em: <http://terreirodegriots.blogspot.com/2014/05/a-tribo-himba-e-musica-da-alma.html>





mas agora o ser é mais equipado e é um ser-para-si. Nesse momento, o ser não é mais pura passividade, assim o outro encontrará resistência quando for ao socorro do ser que grita (choro do bebê reatualizado). Podemos ter a fantasia que o desamparo originário só existiu por causa da fragilidade biológica, que é algo referente apenas aquele tempo da origem, no momento da puberdade, porém, se reconhece que o desamparo é intrínseco ao ser falante. Dessa forma, nos apropriamos da ideia do desamparo como uma ferida incurável.

Como exemplo de um ritual de acolhida da nova situação colocada pela puberdade temos a *Festa da Moça Nova dos Tikuna*, “povo de língua isolada, habitantes, em sua maior parte, do Alto Rio Solimões (AM), distribuídos entre Brasil, Peru e Colômbia. Por ocasião da menarca, as meninas são colocadas em reclusão e é organizado o ritual” (MATAREZIO FILHO, 2015, p. 3).

A Festa da Moça Nova, ou seja, da menina que se torna mulher, para os Tikunas é muito importante, pois eles consideram a fase da puberdade muito perigosa, período em que as jovens podem ser influenciadas por maus espíritos. O ritual tem por objetivo iniciar as meninas-moças na vida adulta e é composto por eventos expressivos, como:

- Clausura – construção do local (turi) onde a menina ficará isolada;
- Convite – aos Tikunas de outros clãs;
- Pintura Corporal – da Moça Nova e dos convidados;
- Ornamentos – carregados de profundo significado;
- Mascarados – representando seres mitológicos;
- Músicas e instrumentos musicais – selecionados especificamente;
- Pelação – momento em que os cabelos da moça nova são arrancados;
- Purificação – representada pelo banho. (SILVA, 2010, p. 107).

Parece importante perguntar, qual a relação entre o filme *Infância Roubada*, a narrativa da tribo Himba, a *Festa da Menina Nova* e o tema dos adolescentes no enlace e desenlace com a criminalidade? O ponto de convergência é o tema do desamparo e a construção do amparo possível. Na nossa escuta de narrativas memorialísticas (GUERRA *et al.*, 2017) de 16 jovens pobres, moradores de comunidades de periferia, foi possível escutar o ponto do amparo possível como decisivo para a decisão de sair ou de não entrar na criminalidade. Essas narrativas memorialísticas produziram em nós o efeito da escuta dos diferentes (re)encontros destes jovens com a angústia do desamparo. Por vezes, o mesmo jovem se depara, em momentos distintos, com situações que remetem a sua condição do desamparo. Alguns jovens relatam encontros com pessoas que funcionaram como amparo e acolhida em momentos decisivos da vida.





## Desamparo radical e desamparo generalizado na atualidade das adolescências

Assim, nessa apresentação sintética final, reunimos o que podemos chamar de descoberta mais ampla e indicadora de uma direção de trabalho com a juventude. Trata-se da noção da função de *alça* para o adolescente.

Partimos do pressuposto de que, na lógica da contemporaneidade, os corpos são constrangidos pela lógica neoliberal, que aporta as subjetividades a uma função de empresa de si mesmo, de eficácia e produtividade, e de competitividade, que moldam as experiências a partir de uma lógica individualista, capitalista e utilitarista. Além disso, no plano de vida societário, os laços marcados pelo hedonismo contemporâneo, reduzem-se a experiências autistas com os objetos mercadoria (incluindo aqui as pessoas como objetos), tornando populações inteiras descartáveis e não passíveis de inscrição política e econômica, no código linguageiro mesmo. O que vem sendo chamado de “corpos não passíveis de luto” (BUTLER, 2015).

Com isso, o quadro histórico da experiência adolescente se modifica. Em termos lacanianos, passamos de uma sociedade regida pela norma do Pai (Nome-do-Pai) para outra na qual o “nomear para” implica que o social tenha uma prevalência de nó nas amarrações do sujeito com a realidade, o que faz a trama de várias existências, ao preço de instituir uma ordem de ferro (LACAN, 1973-1974). Além disso, na aliança do discurso capitalista com a ciência, vemos os efeitos segregatórios aparecerem sob a vestimenta da classificação e do pseudo-cientificismo que molda subjetividades a partir da genetização e biologização do comportamento. Respondendo ao Outro da ciência, processos alienantes de subjetivação excluem ou diminuem as possibilidades de tomada de responsabilidade, seja ela societária ou subjetiva. Acedemos aos modos de laço social pela via do discurso. Segundo Lacan [1969-1970] (1992, p. 169), “alguma coisa mudou no discurso do mestre a partir de certo momento da história[...] o mais-de-gozar se conta, se contabiliza, se totaliza. Aí começa o que se chama de acumulação do capital”.

Há, pois, uma mudança histórica na atualidade que condiciona a existência do sujeito, atravessado seu corpo pela experiência de linguagem. Para Lacan, o excedente do capital é memorial do mais de gozo, expropriado pelo mestre capitalista, que nada precisa saber para funcionar. O que constituía um saber-fazer do escravo foi transformado em um aparelho de saber, com valor de troca, de uso e de poder. Subvertendo a lógica do mestre antigo, no discurso capitalista aquilo que se produz, paga-se com gozo, na qualidade de perda junto à transferência de saber do escravo. O saber transforma-se em mercadoria, objeto acessível, portanto. O valor de uso submete-se ao valor de troca, alterando a estrutura discursiva na contemporaneidade. Há uma relação direta entre sujeito e objeto, cuja produção constante alimenta a voracidade daquele. Há uma rejeição do limite imposto nos demais discursos e, conseqüentemente, uma dificuldade quanto à responsabilização, já que o sujeito supostamente mantém-se na ilusão da completude com os objetos de consumo.

Como essa mudança histórica e discursiva incide nos sujeitos, especialmente nos adolescentes? Sabemos que o gozo, ou em outros termos, a forma como lidamos com a intrusão da linguagem no corpo, é correlativa à forma primeira da



entrada em ação do que resta como linguageiro em sua incidência corporal, a saber o traço (unário), que é “a marca para a morte” (LACAN, [1969-1970]/1992, p. 169). Essa entrada, no corpo, da linguagem como órgão, permite que o corpo seja objeto de satisfação para o sujeito, ao preço de um processo de alienação-separação em relação ao Outro originário, com o saldo de uma perda insignificável.

Essa vivência, revivida intensamente pelo púbere, confrontado com o não saber fazer com o real da diferença sexual na puberdade, angústia, ao mesmo tempo em que convida o adolescente a construir novas saídas para o desejo. E, assim como ao desamparo originário do bebê, cabe uma ação específica que “se efetua por ajuda alheia quando a atenção de uma pessoa experiente é voltada para um estado infantil” (FREUD, [1905] 1972, p. 370), também o reencontro com o real na puberdade convida o púbere ao (des)encontro com a alteridade. O infantil não é a infância. A função desse Outro como fonte primordial e articuladora da relação com o desejo, como vimos, implica sujeito e Outro numa relação dialética em torno da satisfação em diferentes momentos sincrônicos no deslizamento metonímico da vida (via significantes). Reedita de maneira nova o desamparo originário, já que o adolescente, principalmente o moderno, não crê no saber do outro, que, inclusive, só pode dar ao sujeito objetos substitutivos.

O que se verificou, pois, em nossa pesquisa, fortalecendo outras próximas (JANUZZI, 2018; NICODEMOS, 2014; GOMES, 2018; VIANNA, 2018), é uma intensa experiência de desamparo revivida na puberdade, a partir das rupturas simbólicas com o corpo e com a autoridade, que Freud compara a metamorfose da puberdade ao fato de o sujeito “escavar um túnel dos dois lados ao mesmo tempo” (FREUD, [1905] 1976, p. 144). Portanto, um furo tendo uma extremidade que esburaca a autoridade, o saber, a consistência do Outro, e a outra, que perturba a vivência íntima do corpo. “A questão que aí se coloca é quando esse desamparo deixa de se exercer em sua funcionalidade estrutural e instaura para o sujeito um abandono radical” (JANUZZI, 2018, p. 162).

Essa convergência material e simbólica do abandono, nas narrativas dos jovens com quem conversamos, evidencia uma direção pulsional mortífera, denominada por Lacan de “deriva”. Há, pois, um desamparo, que podemos denominar de desamparo radical na adolescência (JANUZZI, 2018), que confronta o corpo púbere ao real do sexo e o discurso do adolescente ao desamparo generalizado da ordem simbólica, encarnado pelo Outro em nossa época. “Isso curto circuita o trabalho pubertário gerando desamparo para ambos os lados” (SILVA, 2018, p. 179), seja o radical do adolescente, seja o generalizado do Outro. Tanto em referência ao saber, à imagem do corpo, quanto às fantasias infantis, um processo de passagem do corpo tutelado para a responsabilidade emancipada, inclusive juridicamente, convoca um denso trabalho para o corpo social e para o sujeito púbere. E quando não se encontram recursos para enlaçar aquilo que emerge do real, os adolescentes buscam substitutos protéticos para esse fim: o crime, as drogas, mas também o hip hop, a arte (JANUZZI, 2018, p. 136).

Por isso, como lembra Lacan [1969-1970] (1992, p. 74), “a intrusão da psicanálise na política só pode ser feita reconhecendo-se que não há discurso [...] que não seja do gozo, pelo menos quando dele se espera o trabalho da verdade”. São os caminhos



desenhados nos interstícios do abandono material, afetivo e simbólico que compõem as diferentes formas de resposta adolescente.

### **Alças e passagens na adolescência em conflito com a lei**

Mesmo sabendo que o uso do termo adolescente, em contraposição ao de jovem, carrega matizes desenvolvimentistas e soa como tutelar, apostamos que há uma experiência de corpo e de linguagem que altera a inscrição do sujeito na vida pública pela via de uma nova nomeação na adolescência, com decorrente uso novo dessas vias (de gozo) que a linguagem, como órgão, abre sobre as bordas erógenas do corpo púbere. Essa incidência é marcada dialeticamente pelas condições de classe, raça e gênero, de maneira interseccional. E isso não é sem consequências.

Num tempo marcado por ordens de ferro, pela segregação em comunidades de gozo, pela transmutação do saber como acesso à verdade (não toda) em mercadoria, a descartabilidade marca sujeitos-objetos que, pouco a pouco perdem o valor, tornando-se intercambiáveis ou mesmo descartáveis. Dessa maneira, a miragem narcísica de 'sua majestade, o bebê' – modo de Freud denominar a experiência de investimento do desejo particularizado do Outro por um *infans* (LACAN, [1969] 2003) – cede lugar à série de objetos de satisfação em famílias, cujos membros se tornam permutáveis. A mesmo tempo em que se torna urgente compreender os efeitos de famílias em processo permanente de mudanças, abre-se, em nossa pesquisa, a maneira criativa com que jovens constituem alças, pontos de passagem, na construção de suas soluções. Com isso, o que seria chamado de “crise” parece-nos antes se tratar de um fértil período emancipatório de metamorfose nos termos freudianos (FREUD, [1905] 1976), no qual uma nova experiência de mundo será escrita pelo corpo jovem, ao se tomar como sendo autoral seu gesto.

Não é fácil para ninguém essa travessia. E, no caso de adolescentes autores de ato infracional, veremos que há singularidades irreduzíveis e generalidades compartilhadas que merecem destaque ao pensarmos os modos e métodos para o trato com esse público. Nessa direção, partimos de uma premissa: o adolescente possui um saber fazer com o real que não se transforma em valor de troca (gozo), ele faz uso cotidiano dele, escreve sua própria história, mas não sem relação com a Outridade em suas múltiplas vias, na forma de resposta ou responsabilidade, tal qual, respectivamente, Freud [1905] (1976) indica e Lacan [1950] (1998) defende. A responsabilidade subjetiva para a psicanálise, ao lado da jurídica e da responsabilidade social compartilhada, diz respeito à implicação do sujeito com sua divisão em relação ao objeto que causa seu desejo. Como pensá-la em tempos nos quais o objeto gadget sutura qualquer divisão?

Lacan propôs tomarmos numa dialética esclarecedora da lei inconsciente as formações daquilo que denominou de gênese do eu. O desmame, a intrusão, o Édipo, a puberdade e a adolescência, assim, “reformulam, cada uma delas, uma nova síntese dos aparelhos do *eu*, numa forma cada vez mais alienante para as pulsões que ali são frustradas, e cada vez menos ideal para as que ali encontram sua normalização” (LACAN, [1950] 1998, p. 142). Se as identificações restam como



principal consequência a cada circunvolução dialética, o excedente pulsional do (mais de) gozo configura seu principal saldo.

Pois, na medida em que “cada uma dessas identificações desenvolve uma agressividade que a frustração pulsional não basta para explicar [...], essa tensão manifesta a negatividade dialética inscrita nas próprias formas em que se entranham no homem as forças da vida” (LACAN, [1950] 1998, p. 143), configurando a pulsão de morte. Onde poder engendrar um laço com o objeto criminogênico, no alvorecer da puberdade, seja de maneira resolutiva ou temporária. “Assim, como a tensão agressiva ao integrar a pulsão frustrada cada vez que *a falta de adequação do outro* faz abortar a identificação resolutiva, ela determina com isso um tipo de objeto que se torna criminogênico na suspensão da dialética do eu” (LACAN, [1950] 1998, p. 143, grifo nosso).

Podemos supor, enfim, que essa ‘falta de adequação’ do Outro teria, na atualidade, a ver com o desamparo generalizado que curto circuita o desamparo radical do adolescente? Não estaria a chave para virarmos essa experiência e a tomarmos a partir de sua positividade, qual seja, do ponto de onde a função da ação específica pode escrever uma ação de cuidado, renovando o pacto do desejo (como demanda invertida) ao lado do jovem? Se nossa questão parte do interesse em colaborar com as políticas públicas juvenis, não teríamos aqui um índice metodológico e uma direção, realmente, orientadores ao verificarmos a necessidade de alças para sustentarem processos de passagem?

Entendemos que os aspectos contemplados na pesquisa se inserem em lógicas de mundo que incluem as diferenças econômicas, as perspectivas discursivas, as políticas públicas, em especial o reprodução de modelos fracassados de segurança pública e as dificuldades estruturais do sistema socioeducativo, as desigualdades interseccionais, o preconceito estrutural, dentre uma multicausalidade de fatores e condicionantes, cujos indicadores nem sempre são passíveis de predição e controle. Pois bem, como pudemos testemunhar nessa pesquisa toda essa discussão evidencia dialeticamente como a subjetividade adolescente e as estruturas sociais colaboram e concorrem para a entrada e/ou o desligamento do jovem no crime, porém de maneira não homogênea, ainda que determinante, já que são coafetadas pelos processos subjetivos e históricos de repetição pulsional e reprodução dos sistemas de poder.

Quando a predição discursiva dessas infâncias roubadas se realiza no pior de seus efeitos (morte ou aprisionamento), isso não é sem consequências para o regime multiverso de convivência dos diferentes corpos, tanto aqueles reguladores, como aqueles regulados. Todos pagam um preço alto. É necessária maior abertura e precisão para interpretarmos o ponto de onde se configura cada uma das lógicas adolescentes de mundo. De toda maneira, sem tocar o sujeito, as normatizações permaneceriam vazias de efetividade, sem efeitos. Sem intervir sobre o que o regula, as estruturas sociais, o sujeito permaneceria como opacidade, desconhecimento. Em outras palavras, a intervenção com o adolescente não pode caminhar sem a intervenção sobre o Outro social. É sobre essa torção que, acreditamos, pode ser dado um passo no sentido do alargamento das coordenadas de leitura e intervenção sobre essa intrincada constelação que condiciona a um vocabulário fraco e reduzido as diferentes formas de vida que compõem a cena do mundo do adolescente em sua



diversidade.

Finalmente, então, entendemos a função da alça como o que relança o sujeito adolescente e o corpo societário a um novo ponto de onde possam se mirar (LACADÉE, 2007), com uma mínima diferença em relação ao ponto de iteração em que se aprisionam subjetivamente ou que são capturados discursivamente. Como modo de pensar essa espécie de dialética negativa da transformação, trata-se de estar ao lado do adolescente, no ponto de sua causa desejante, e, ao mesmo tempo, na cultura, desconstruindo politicamente adesões identitárias. Com o adolescente, trata-se de se colocar disponível para o trabalho com as intensidades que possam produzir novas formas de amarrações. O churrasqueiro, a dança, a capoeira, o *rap*, numa função não necessariamente vertical nem também horizontal, atravessam, singularmente, o corpo pulsional adolescente, de onde o órgão da linguagem faz gozo e impõe, a cada um, uma nova resposta desejante. Só assim “permite ao gozo condescender com o desejo” (LACAN, [1962-1963] 2005, p. 197).

Se há marcas infantis e percursos pulsionais que rastreiam todo corpo que goza, há o imponderável do encontro com o Real que, na puberdade, se abre no horizonte como intensidade sem representação e, portanto, aberta a novas vias de encontro com o Outro. Considerar esse tempo de oportunidades, não como abertura ao desastre, mas especialmente como acontecimento (VORCARO; CAPANEMA, 2010), implica em supor no jovem um saber capaz de sustentar sua verdade (não-toda) e também de desvelar aquela de nosso tempo histórico, já que o real nos assola a todos.

## No horizonte

Para concluir, podemos, enfim, asseverar que, do encontro entre processos de subjetivação e estruturas sociais, nesse espaço *entre* autor, leitor e texto, restará sempre regras rígidas, mas também leitores hábeis. Deixar ao acaso que a leitura aconteça não implica em uma nova política. Já tomar o texto do Outro social e interpretá-lo, tomar posição diante dele e desconstruí-lo, desvelá-lo, pode alargar os espaços entre as estruturas e os corpos vivos, criando alças, conectivos. Quem sabe daí o jovem possa fazer nascer outras escritas e novas histórias? Deixemos que os poetas de nossa pesquisa, de texto jovem, escrita de vidas, vivifiquem o que resta sempre, por concluir, no permanente trabalho com a juventude brasileira.





*As Flores*<sup>3</sup>

*Gabriel Portela*

*Assim procede:  
Senhor! É tempo de granizo.  
De gelo que se mata,  
Se more.  
O gelo cuja forma  
Imita flores.*

*Senhor! Teu filho faz dilúvio.  
Agasta-se-m teu coração,  
Tua família  
E por família se mata,  
Se morre.  
E o que não é se não flores?*

*Senhor! Teu filho troca neve  
Por diamantes  
pedras rijas  
Gelo-em-flor.*

*Ele planta teu sobrinho  
Sem água, sem giz,  
Ele pranta a teu sobrinho  
Pranto só não faz raiz.*

*Senhor! Um demônio perdigueiro  
Caça o filho-perdiz  
Entorpece  
Fogo-em-gelo  
Flor de liz.*

*O granizo amassa o campo  
O dilúvio afoga  
a neve queima  
A natureza mata e morre.  
E renasce.*

*Teu filho morre e renasce:  
Uma vez encontrado, Senhor,  
Abraça-o!  
Colha as flores de sua poesia.*

3 Poesia produzida a partir da escuta da história de um jovem L., 18 anos, adolescente entrevistado no Centro Cultural. O adolescente narra seu o envolvimento com a criminalidade e a “desistência” a partir do encontro com a religião. O poema escancara as feridas da vida ou em termos freudianos, as fontes de mal-estar. Mas aposta no renascimento. O poeta localiza a força da religião para o jovem e energia simbólica da metáfora de Jesus. Com o sugestivo título de “flores” que nos remete, em uma associação livre, ao texto freudiano, *Sobre a Transitoriedade*. Transitório é a vida, a vinculação ao crime, mas também pode ser a vinculação à religião. É preciso sempre se reinventar.



## REFERÊNCIAS

- BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- COUTO, M. **Venenos de Deus, remédios do Diabo**: as incuráveis vidas de Vila Cacimba. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- FREUD, S. Projeto para uma psicologia científica. *In*: FREUD, S. **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1950[1895]-1976. v. 1. p. 35-47.
- FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *In*: FREUD, S. **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1905-1976. v. 7. p. 123-252.
- GOMES, P. da S. **Adolescentes e internet**: o risco como aposta. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- INFÂNCIA Roubada (Tsotsi). Direção: Gavin Hood. Produção: Peter Fudakowski. África do Sul/Reino Unido: Lionsgate Entertainment.
- JANUZZI, M. E. da S. **Adolescentes usuários de drogas**: dificuldades de adesão no tratamento do CAPSI. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- LACADÉE, P. **O despertar e o exílio**. Ensinaamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência. Rio de Janeiro: Contra capa, 2011.
- LACAN, J. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. *In*: LACAN, J. **Escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1950-1998. p. 127-151.
- LACAN, J. Nota sobre a criança. *In*: LACAN, J. **Outros escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1969-2003. p. 369-270.
- LACAN, J. **O Seminário, livro 17**: o avesso da psicanálise. Tradução de Ary Roitman. Rio de Janeiro: Zahar, 1969/1970-1992.
- LACAN, J. Televisão. *In*: LACAN, J. **Outros escritos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1973-2003. p. 508-543.
- LACAN, J. **Le séminaire, Livre XXI**: Les non-dupes errent. 1973-1974. Inédito.
- MATAREZIO FILHO, E. T. **A festa da moça nova - Ritual de iniciação feminina dos índios Ticuna**. 2015.(Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- NICODEMOS, J. C. de O. **Crianças e adolescentes e o uso abusivo de drogas**: a clínica na intersetorialidade. 2014. Dissertação (Mestrado em Pesquisa e Clínica em Psicanálise) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.



OLIVEIRA, L. V. de. **Incidências discursivas sobre o lugar do “menor” em uma perspectiva psicanalítica.** 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, H. R. e. **Desafiando o rio-mar:** descendo o Solimões. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010.

VORCARO, A. M. R.; CAPANEMA, C. A. Desastre e acontecimento na realidade psíquica. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 490-504, 2010.







Ana Drawin

[anadrawin@gmail.com](mailto:anadrawin@gmail.com)

## Laço

Chegaria antes. Era preciso, com a agilidade dos pés de bola, descer, passar do beco da alma, atravessar a Doze e seguir até o final. Foram três ou dois, coisa que um dedo de raiva teima por fazer a hora esquecer, seguidos de, apesar dos quase roucos suspiros, um gemido longo e empostado.

Em algum quando, com tanto rasgo de cinto sentido nas costas, o vivido se diminuiria pelo chiado do pulmão afogando em sangue grosso. Os anticoagulantes foram, invadindo a semifinal no campinho do Pavão - União contra Floramar -, a entrega de mais um:

- Onde você colocou minha aspirina, Pedro?

- Não peguei não, senhor.

- Pegou sim, moleque fedido. Você e seu gêmeo só prestam pra eu escutar o barulho do couro quebrando!

Dezoito, com pausa de dez segundos entre uma e outra. Espumava que era para arder mais, ficar na dor e sentir o couro puxando a pele. Porrada seguida deixa o corpo mole em anestesia.

Expondo o oco da boca em gengiva, como quem conduz música, as chicotadas de início faziam respingar um zunido vibrante, notas em que o pigarro, carne e muco, era engolido num som pareado com tempo da violência. De tanto mover o braço e todo dia ver a fivela do cinto fazer espocar o ombro, cansado do riso, tio Abel se esticou no sofá da casa de dois cômodos e, sem querer estar, encontrou a cartela rosa junto às bitucas de San Marino empilhadas por ele mesmo no assoalho de ardósia.

- Agora posso ir para o jogo, senhor?

- O solavanco te deixou mais burro, foi? Quer agora levar tiro na cara, seu bosta? Já deu hora do jogo e você não pode mais entrar em campo, viadinho desgraçado. Que horas chega seu irmão? Quem sabe não foi aquela merda que disse preu jogar o remédio no chão...

Mesmo esparsa, regularmente, em dia que a chuva vem à Alameda do Doze, com todos os bueiros faltando e chão de terra batida, a rua toma como apropriada a condição de lamaçal. E se pelo córrguin fosse menos perigoso? Para-choques de carro, pontas de prego, animais sem crânio boiando e pneus.

Sentia a lama pressionando para que o ar do peito escapasse antes de a respiração remontar o alento pela sobrevivência. Um pé depois do outro fustigavam,





em dissonância, o barro, como um soco após o outro, ao ritmo daquela boca murcha, que babava até para fumar cigarros, acendendo o fundo de um na ponta do seguinte.

- O que aconteceu, Pedro?!
- O neném tá bem, amor?
- Sim. Tá mexendo normal.
- O que foi? Por que veio correndo na lama? O que foi?
- Atirei nele.
- O quê?!
- Sei lá quantos tiros. Ele tentou bater no André, daí eu gritei “no meu irmão não” e peguei a arma



Daniel Alves

d.alves\_972@hotmail.com

### Corrida da Vida



### Entre anjos e demônios





Eraldo Leandro  
junioreraldo15@gmail.com

(Sem nome)



Fábio Santos Bispo  
fabio.siloe@gmail.com

## Onze anos de idade

Já passava da meia noite. Eu havia chegado ao hospital bem cedo, antes das sete. As horas nunca haviam caminhado tão lentamente para mim. Eu já tinha passado por momentos de intensa agitação, de angústia expectante, de uma morosa lassidão, de ruminções obsessivas, todos os estados de espírito a que têm direito um pai que espera nascer a primeira filha.

Eu devia estar lá dentro com Cristina. Fiquei na primeira hora, mas parece que minha presença não teve o efeito acalentador pelo qual esperávamos. Ela me pediu para sair e dar uma volta, pois estava bem acompanhada. Além do fato de que éramos amigos da obstetra que iria atendê-la, uma outra amiga fez questão de estar junto. A princípio não achava muito conveniente, mas, depois, percebi que, embora a presença dela não fizesse tanta diferença para a grávida, entretida por suas próprias cólicas e contrações, a mim me acalmava um pouco. Não a ponto de evitar que a testa suasse como uma chaleira. A noite não estava quente, o quarto estava até fresco, o que tornava meu suor frio, minhas mãos úmidas e meu corpo inquieto. Não sei se em meio a seu próprio desconforto com o trabalho de parto que se alongava Cristina teria tempo de ter tantos pensamentos quanto os que eu vinha tendo, nem sei se estava em condições de perceber meu estado. Até tentei disfarçar minha ansiedade com um sorriso amarelo para manter-me em minha função de apoio, mas não funcionou.

Fora do quarto, senti que tinha mais ares para respirar, entretanto, os pensamentos continuavam borbulhando, agora com mais intensidade, desinibidos da presença de outras pessoas. Eu fiz de tudo para engravidar junto com Cristina, mas constatava assombrado que, até o momento, não fazia ideia do que era ter um filho. Ela sim, ela sentiu na pele o peso da barriga, sentiu nas vísceras os terríveis engulhos, sentiu fome, desejo, dor e inchaço nas pernas. Sem contar o que ela está passando agora. Para mim, ainda era uma experiência intelectual bastante incerta. Apesar de ter visto diversas vezes as imagens de ultrassom; apesar de ter tomado a frente na reorganização da casa, na compra da mobília e na decoração do quarto; apesar de ter tentado adotar hábitos mais disciplinados e dignos de um pai; apesar de tudo, ainda me via ali imaginando se havíamos tomado a decisão certa. Pensava e sentia-me culpado por ter pensado.

Depois de ter voltado ao quarto mais umas duas vezes, decidi que esperaria lá





fora. Ao dirigir-me a uma máquina de café em um salão próximo à recepção, encontrei um jovem que também andava de um lado para o outro, tão ou mais inquieto que eu. Foi então que, por um momento, fui resgatado de minhas aflições e passei toda a minha atenção para ele. Acabei vendo que minha crise de pânico era circunstancial e, se tem uma história que merece ser relatada é a dele.

- Aceita um café? Ofereci solidarizando-me.

- Não precisa, respondeu reticente. Porém, sem que eu precisasse insistir muito, aceitou timidamente.

- Esperando alguém?

Por sua inquietação e por uma espécie de empatia de quem vive um momento semelhante, já havia adivinhado a resposta.

- Não quis acompanhar?

- Não me deixaram. Ela está com a mãe dela.

- Menina também?

- Menino.

Como vai se chamar?

- Bernardo. E você? Quer dizer, é menina?

Ele tinha a metade da minha idade e vinha passando pela mesma experiência. Parece que tanto eu quanto ele precisávamos de falar. Era preciso distrair-se do tempo para que ele passasse. Eu que, no começo, falei das minhas inquietações, fui tomado de curiosidade por sua história. Quando contou sobre seu envolvimento com o crime, ficou brevemente em silêncio perscrutando qual seria minha reação. De minha parte, tive receio de perguntar mais detalhes e parecer invasivo. Ao ver que eu permanecia inerte, com um olhar meio vago, embora com interesse de não abortar a conversa, ganhou confiança e quis falar mais detalhes. Remoer a história desde o começo.

- É que eu estava cumprindo medida no Centro de Internação até outro dia. Contou já um pouco menos reticente. Também não me dou muito com a mãe dela, no fundo, preferi também esperar aqui fora.

- Ficou muito tempo?

- Fiquei quarenta e quatro dias dentro do CEIP. Aí eu fui embora. Tomei medida de internação depois que eu voltei. Fiquei lá de novo por cinco meses. Fugi e voltei depois. Fiquei mais uns 6 meses. Quando saí, já estava perto de nascer.

- Não deve ter sido fácil!

- Nó! Foi ruim demais! Tipo, é muito ruim não ter minha liberdade, não poder andar onde que eu quero, não poder fazer o que eu quero, comer o que eu quero. Mas, também, é tipo um lugar que dá pra você refletir, dá pra você pensar melhor na vida, dá pra você ver também que o crime traz pra você só cadeia. Igual, às vezes, eles passavam umas palestras que mostravam como é que é a cadeia dos de maior. Mostra como é que é a convivência lá. Dá pra pensar muitas coisas. Você pensa também na família, no filho, pensa em tudo, nó! Aí você pensa, nó! É ruim demais!



- E difícil até imaginar. Mas, me conta, como você entrou nessa? Perguntei olhando para o relógio na parede em frente e com a sensação de que estava parado. Enquanto ele contava, acomodamo-nos em um canto do salão, completamente vazio, onde havia uma porta de vidro que dava para a rua e estava apenas semiaberta. Pela fresta, entrava um vento que deixava o tempo mais agradável. Por suas mãos suadas, vi que ele ainda estava nervoso, porém, quis falar tudo desde o início.

- Quando eu era mais novo minha mãe não me deixava muito sair de casa. Eu ficava cuidando de meus irmãos. Arrumava a casa. Bagunçava. Minha mãe me batia muito quando eu era mais novo. Daí fui crescendo, fui conhecendo más influências na escola, fui misturando com a turma. Nisso daí eu comecei a usar droga, comecei a fumar maconha, fumar cigarro. Aí eu fui, tipo, saindo da rotina que minha mãe queria me dar.

- Mãe sempre sabe o que faz, não é?

- Mas do jeito que minha mãe estava me criando eu, para mim não era o jeito certo, porque ela não sentava, não conversava. Só, tipo, qualquer coisa ela chegava, batia. Só sabia bater, aí eu comecei a fugir de casa. Fugia para a casa da minha avó. Comecei a morar um tempo com a minha vó, que foi com onze anos de idade, foi que eu comecei frequentemente a usar mais a maconha. Parei de frequentar a escola, aí minha vó me mandou morar com meu pai, e foi nisso daí que, tipo, eu comecei a entrar para o crime mesmo. - Mas, por que ela mandou você embora, por causa da maconha?

- Ah, quando comecei a morar com ela, tipo, ela sentava, conversava comigo, estudava. Ela não fazia a mesma coisa que minha mãe, mas só que antes d'eu ir morar com ela, eu já tinha conhecido a maconha. Aí nisso daí eu conheci uns colegas com quem fumava. Tipo, ia na rua ali, daí eles me chamavam pra fumar. Eu ia lá, fumava, chegava em casa com o olho pequeno, vermelho. Minha vó sentava, conversava comigo, perguntava se eu estava fumando maconha, eu falava que não. Um dia minha vó foi trabalhar – lá era um apartamento pequeno –, daí eu e mais três colegas, a gente foi lá e fumou cigarro dentro de casa. Aí minha vó encontrou cinza de cigarro. Ela falou comigo que tinha encontrado. Aí nem teve como eu negar mais. Ela foi lá e me mandou morar com meu pai. Foi nisso daí que eu comecei a desandar mais ainda.

- Desandar?

- É. Eu fui morar com meu pai, aí eu comecei a me envolver no tráfico. Lá onde que eu envolvo, lá tem guerra. Aí não dava mais pra eu estudar, porque na escola que eu estudava era divisa das duas quebradas, aí não tinha como eu estudar. Eu larguei a escola. Na quarta série.

Eu escutava sua história, mas, ao mesmo tempo, achava curioso o tom da sua fala. Não era estereotipada. Era uma prosódia peculiar, ritmada, sem grandes afetações. Parecia acentuar levemente os finais das frases, como se cada oração fosse uma espécie de enumeração cadenciada dos eventos vividos. Era preciso às vezes supor, nas entrelinhas, uma revolta contida a custo e que, mesmo quando expressa diretamente nas palavras, não era capaz de abalar o tom monocórdio de seu relato.



- Comecei a ficar revoltado, por que, tipo, minha mãe não deixava eu ter uma brincadeira ali na rua. Eu via meus colegas assim brincando na rua, mas, se eu saísse do portão pra fora, já era motivo pra me bater. Minha mãe foi muito rígida comigo. Começou dentro de mim assim um trem... comecei a revoltar a vida. Querer ter mais liberdade. Aí nisso daí que foi quando que minha vó me mandou morar com meu pai. Meu pai já bebia na época. Minha madrasta também já foi usuária de craque. Aí nisso daí eu comecei a ficar solto já. Comecei a ter liberdade. Eu passava ali, os meninos vendiam droga, começavam a falar comigo “ah, não sei o que, você podia vender uma droga com nós”. Eu comecei a virar a fase aviãozinho, comprar marmitex, aí eu ganhava uma dobrinha de maconha ali...

- Comprar marmitex?

- É, o aviãozinho... comprava ali... tipo ia ali na padaria comprar uma coxinha pra eles, eles me davam dois reais, cinco reais. Aí nisso daí eu já fui começando a envolver. Aí eu parei de frequentar a escola por causa disso daí. No decorrer do tempo eu comecei a pegar uma droga pra vender – isso aí foi com onze, onze anos de idade. Aí peguei uma droga pra vender, comecei a aprender. No decorrer do tempo saí da escola mesmo por causa das guerras, porque eles tinham guerra lá, aí não dava mais. Aí começou a Guerra na minha vida. Com onze anos de idade. Trafiquei até os catorze. Com catorze, saí do tráfico e conheci o roubo, que é o furto. Comecei a furtar carro, estourar vidro de carro. Aí nisso daí eu fui preso, conheci o sistema socioeducativo, fui pro CEIP. Fiquei lá por quarenta e cinco dias. Saí e comecei a frequentar a Savassi com um colega meu. Nisso daí eu comecei a conhecer a rua. Comecei a ficar na rua. Ficava na rua um dia, aí desse um dia passou pra dois, até que comecei a ficar na rua mesmo. Nisso daí eu comecei a usar pó. Aí do pó comecei a usar tiner. Eu fiquei na rua, uns dois anos na rua assim. Aí depois eu voltei pra casa, voltei pro tráfico de novo.

- Voltou pra casa, de quem?

- Da minha mãe.

- Da sua mãe?

- É, ué. Aí minha mãe viu que já não dava pra me segurar mais. Parou de me bater, não dava mais pra segurar eu dentro de casa e foi deixando eu ir. Agora eu estou aí no tráfico.

- E seus irmãos? Você é o mais velho, suponho.

- É, eu sou o irmão mais velho. Da minha mãe e do meu pai.

- São quantos?

- Eram três, agora são cinco. Tem dois que nasceram agora: um que já tem quase dois anos e o outro vai fazer três. Mas, na época eram três irmãos, que era eu, minha irmã e meu irmão. Aí minha mãe, tipo, bebia, não sei se ela usava droga, mas bebia e deixava nós dentro de casa. Eu olhando meus irmãos. Por isso que eu digo que eu não tinha liberdade de estar ali na rua brincando com meu colega de um futebol, soltando papagaio. Minha infância toda foi só eu ficar olhando meus irmãos.

- E seu pai?



- Meu pai bebia também, nunca esteve presente comigo assim. Nunca foi de levar, por exemplo, para dar um passeio, tipo, ali no parque ecológico, esses lugares. Nem parque não precisava não, um passeio até na favela mesmo, um passeio num lugar, numa sorveteria. Nunca foi presente comigo, aí veio e eu fui revoltando também. Nisso daí, fui colocando na mente que queria virar bandido, esses trem assim. Foi indo, eu fui tomando raiva, comecei a querer envolver no tráfico, aí foi indo.

- Quer dizer então que seu envolvimento no crime foi devido a esse sentimento de revolta?

- Acho que também por causa disso.

- De onde que veio essa ideia de querer virar bandido?

- Ah, foi de pequeno, tipo, passando no pico, vendo os meninos venderem droga. Foi na escola também, a gente brincava de polícia e ladrão. Aí, pra mim, tipo, quando eu era mais pequeno, para mim era maneiro ser bandido. Os bandidos tinham respeito na favela. Eram respeitados onde que fossem, aí eu queria ter, como eles, o respeito na favela. Ninguém tirava eles não. Aí foi que deu na minha mente que eu ia virar bandido.

Devido a meu trabalho, não era a primeira vez que eu escutava histórias como aquela. Não sei se era o silêncio do lugar, ou uma linha inconsciente de pensamento que acentuava em meu espírito um sentimento paternal; só sei que senti por um momento que nunca poderia compreendê-lo. Meus ímpetos pedagógicos de aconselhamento pareciam desmantelados. Para além do costume de sempre formular explicações sociológicas para os fenômenos, acabei escutando, em sua insistência em repetir a própria idade, um ruído inconformado. Não me pareceram desculpas de um discurso pré-formulado e repetido de forma calculista. Ele não precisava contar nada daquilo. Ainda assim, parecia compelido, como um fiel que retorna insistentemente, anos a fio, para confessar o mesmo pecado e receber a mesma penitência impessoal de um padre que não está disposto a mexer demais em algumas verdades, para não arriscar a fé do pecador. Algo nele também insistia e eu não podia salvar o seu pouco de fé, se é que havia.

- Da minha infância? Eu não tive infância, pra mim eu não tive infância não. Que minha infância mesmo, eu passei mais olhando meus irmãos e arrumando casa, ajudando a minha mãe assim dentro de casa. Minha mãe só sabia me bater, isso daí pra mim foi minha infância. Por que com onze anos de idade eu já comecei a envolver. Por que pra mim, um menino com onze anos de idade, não é pra estar envolvendo... não é que não podia envolver no crime, mas um menino de onze anos de idade, podia estar na escola, ali brincando com um colega. Mas com onze anos de idade, eu já estava envolvendo no crime. Já estava tendo maldade, assim, de matar, esses trem. Agora você olha, compara um menino de onze anos de idade aí, ele hoje está soltando papagaio... para mim, eu não tive infância não.

- Quando você ia pra escola, brincava na escola? Como é que era? Indaguei tentando encontrar naquelas memórias, algum brinquedo velho.

- Quando estava na escola, pra mim era melhor. Passei em um Projeto, não me lembro mais do nome. Sei que todo mundo chamava de Projeto. Ia no Projeto, estudava de manhã, ficava no Projeto à tarde. Tinha atividade de handebol, de



futebol, além de outras atividades que eu gostava. Fazia aula de arte, que eu também gostava, e de matemática. Aí eu fui até a quarta série. Da quarta série pra lá, eu parei de estudar.

- Esse projeto era lá mesmo na escola onde você estudava?

- Sim. Que era escola de manhã e Projeto à tarde. Você fica até às quatro. Daí você tem aula de dança, tem passeio. Igual, eles já nos levaram para um clube, a gente foi no cinema... tinha umas atividades, aí sossegava mais. Eu participei até onze anos de idade. De onze anos de idade pra lá, eu parei de estudar. Já não ia mais à escola. Já estava tomado pelo crime. Aí foi indo... aí com onze anos de idade eu já estava no crime já.

- Quem o levou para o crime?

- Foi meu primo e um colega meu, que estavam envolvidos. Assim, eles ficavam na minha rua às vezes. Eu ia aprendendo a vender. Vendo como eles faziam. Como eles vendiam, como pagavam a atividade, faziam os trem. Daí eu fui aprendendo. Eles foram me ensinando o que é que faz, o que é que não faz; o que se deve fazer, o que não se deve; eu fui aprendendo. Com doze anos de idade eu já sabia picar um craque, vender um craque, aí eu fui pegando. Comecei primeiro pela maconha, vender a maconha, que é o mais fácil. Da maconha já passei para o craque, comecei a vender craque, depois comecei a vender cocaína. Aí foi indo. Estou aí até hoje. Tipo, foi criando guerra. Eles têm guerra, então a outra gangue de baixo começou a saber que eu estava envolvendo com os meninos e começaram a falar que ia me matar eu. Daí a outra com quem eles também têm guerra, que é do lado, começou a saber. Uns meninos da escola onde eu estudava também começaram a colar lá embaixo, do lado. Assim, fomos entrando em guerra entre nós mesmos. Foi indo, foi indo, aí depois que entrou de guerra eu já vi que não tinha mais como sair. Se eu saísse e fosse andar na favela, correria risco de morte. Daí eu comecei a envolver mesmo. Depois eu parei, fui pra rua.

- Não entendi. Você estava correndo risco e então começou a se envolver mais?

- Eh, ué!

- Uai, mas, por quê?

- É por causa que, tipo, se eu parar de envolver... Tipo, você está envolvendo, aí você cria guerra ali, você pega uma arma, vai lá e dá tiro no cara. Então o cara fica: "Aquele menino deu tiro em mim, não vou bobear com ele. Também, se ele bobear comigo, eu vou matar ele". Você então fica assim: "Dei um tiro num cara, se eu boiar ali, o cara pode vir aqui e pode me matar eu". Então, se eu sair daqui, não vou ficar sozinho. Se eu sair, eu colo ali, aí os caras que estão presente comigo colam comigo. Se eu vou lá e abandono, os caras não vão mais querer saber. Se eu abandonei, saí da boca, é eu pra lá e os caras pra cá, não é? Nós podemos até conversar, mas, se estourar guerra, esses trem assim, e eu não estiver com os caras, os caras não vão, tipo, me emprestar um revólver. Não vão me dar um revólver para eu ir lá e dar tiro neles não. Eu que fico pra cá e eles pra lá. Tipo, eu ia ficar sem segurança. Por isso eu tive que continuar envolvendo. Por que, se eu saísse, eu não ia ter um revólver para dar tiro lá neles. Aí eu continuei. Aí foi indo. Aí fui lá e saí. Agora voltei.





- Então, estando envolvido, você se sentia mais seguro.

- Eu já vi também altos colegas meus que saíram, daí passou um tempo, morreram. Tem altos colegas meus que foram desse jeito. Tinha até um colega que ficou uns cinco ou seis anos assim sem envolver, então eles foram lá e mataram ele. Porque ele já foi envolvido. Igual eles falam: “quem é envolvido uma vez, é envolvido pra sempre!”.

- Então, o que é que faz?

- O que é que faz é que tem que procurar Deus, não é? Se sair do crime e continuar nessa, tipo, curtindo bar e esses trem assim, não vai adiantar nada. Pra eles você é envolvido do mesmo jeito.

- Só de estar lá no mesmo território?

- Ainda que eu mudasse, tipo, lá pra Pedreira, se eles me encontrarem, vão querer me matar, porque já fui envolvido com aquela parte com quem eles têm guerra. Se aquele pessoal de lá já tiver tentado matar eles, então eles podem alegar: “Aquele menino ali colou com os caras que tentou me matar, então ele também está querendo me matar, então vou matar ele”.

- Parece meio paranoico.

- Como?

- Nada não, só um comentário. Mas, me conta, o que que significa procurar Deus?

- É sair do crime e ir pra igreja. Tipo, reconciliar com Deus, ficar firme na igreja, porque depois que você envolve, se você quiser sair e não caçar Deus... só Deus mesmo colocando a mão, porque... sabe lá o que é que pode acontecer.

- Você é religioso?

- Eu? Sou. Quer dizer, minha mãe é evangélica. Mas eu frequento. Eu também sou... acredito em Deus e acredito na religião Candomblé que eu participei. Já participei assim, esses negócios de guia. Mas minha religião é evangélica.

- Onde que você conheceu o Candomblé?

- Foi com um colega de Santa Luzia. Que está na rua também. Ele baixa esses negócios assim de santo já faz cinco anos, aí eu comecei a fazer guia, esses trem de guia, comecei a participar. Era tipo, mesa branca, que é concentração. Tem a mesa branca e a mesa preta. Mesa preta é macumba e a mesa branca é concentração. Eu comecei a participar da mesa branca.

- Tem muito tempo?

- Tem já uns dois anos que eu conheci.

- Na época que você estava na rua ainda?

- Sim, foi nessa época que eu conheci.

- Mesmo assim você não conseguiu largar a droga?

- Consegui largar a maconha. Cigarro ainda não. Mas, quanto às outras, já tem



um ano que eu não uso mais. Foi desde que eu fui para o Centro de Internação, ano passado. Depois desse dia, parei de usar o tiner e a cocaína. É que tive uma namorada minha que eu namorei muito tempo. Esses tempos pra trás, ela morreu de overdose.

- Ela estava com você quando morreu?

- Estava não. Na verdade, era uma ex-namorada. Que eu terminei com ela também foi no final do ano. Morreu de overdose de loló e de pó. Aí não uso loló, parei de usar loló, pó e tiner. Fiquei sabendo pela minha mulher, minha namorada atual. Ela me contou. Agora mesmo que eu não quero usar mais droga. Depois disso aí, tipo, uma pessoa com quem vivi muito tempo, dois anos e meio praticamente, não é? Eu acho que a droga não tem futuro não. Daí também eu caí na real, que a droga o que leva pra nós é a morte. Loló: você usa loló ali, aí você bate a cabeça, é perigoso morrer. Nó! É ruim demais. Mas estou ainda na maconha e no cigarro. Tentando parar também. Nó, maconha é difícil de parar! As outras drogas eu não quero usar mais não, se Deus quiser!

- Ainda mais agora, que vai ser papai.

- Pois é. Já estou pensando em sair do crime, mas, se eles não arrumarem nada pra mim, vou ter que correr atrás. Se eu não conseguir um modo de arrumar um trabalho pra ganhar um dinheiro, eu não pretendo sair do crime não. Por que aí é difícil. Tipo, eu não tive o acompanhamento de meu pai, meu pai nunca esteve presente comigo, por isso não quero dar esse mesmo futuro pro meu filho não. Quero estar presente com meu filho todo o momento. Eu sei que o mundo do crime, assim, eu estar no crime e meu filho crescer e vendo eu no crime, não vai ser uma boa influência, mas se eu não conseguir também arrumar um serviço, eu não vou poder dar a meu filho um leite, uma fralda pra ele vestir, daí fica difícil.

- Você pensa em trabalhar com o quê?

- Eu penso em trabalhar de cabelereiro. Estou fazendo um curso, mas é de mulher e meu interesse mais é de homem. Estou fazendo o de mulher que é de dois meses e vou ver se consigo correr atrás de um curso de cabelereiro de homem. Mas se não der de homem eu vou continuar no de mulher, fazendo o de mulher. Se Deus quiser e tudo der certo, eu vou começar a trabalhar, vou juntar um dinheiro e montar um salão pra mim.

- Seria ótimo! Tem que torcer pra dar certo!

- Mas é como estou falando: se eu conseguir mesmo arrumar um emprego, eu pretendo mudar de vida, mas se eu não conseguir eu vou ter que continuar na mesma vida, porque, tipo, eu não vou querer ver meu filho crescer com revolta também de mim igual eu cresci com revolta do meu pai. Eu quero dar pro meu filho um exemplo melhor também, não é? Dar a ele umas coisas boas, tipo o que eu não tive na infância, quero dar pra ele. Uma bicicleta, um videogame, coisas assim. Mas, sem dinheiro, sem emprego a gente não consegue nada, porque dinheiro ultimamente é tudo. Sem dinheiro a pessoa não tem nada.

- É, mas você falou que sentiu falta de soltar papagaio, não foi? É fácil fazer um papagaio. Tem coisas que não precisa de dinheiro.



- Mas muitas vezes também, tipo, levar em um parque de diversão, um lugar assim, um cinema, pro seu filho ver um filme, isso é bom também às vezes. Igual, no Parque Ecológico ali, no Zoológico, pra ele conhecer os animais, é bom. Agora, eu ainda tenho a ajuda do Projeto Miguilim também. Vou procurar pedir ajuda lá. Também do curso mesmo, lá eles também podem arrumar outro curso pra mim, pode arrumar escola. Veja, eu não posso estudar na quebrada, então eles podem arrumar uma escola no Centro pra mim. Continuar estudando lá fora e tentar pegar o possível da ajuda que eu conseguir, das ajudas que eu tenho. Tentar aproveitar, porque não é muita gente que tem essa oportunidade que eu estou tendo não. Tipo, mesmo quando eu estava foragido, o Miguilim arrumou um curso pra mim, mas só que não dava por causa que eu estava foragido. Agora vou tentar aproveitar essa ajuda aí, vou procurar eles também. Tem ainda uns cinco meses até eu ficar de maior. Depois que você fica de maior, você não pode ir pra lá mais, então vou tentar aproveitar esse tempo que tenho de menor pra eles me ajudarem. Tentar seguir a vida. Tentar ser uma pessoa honesta, um trabalhador, mas se eu não conseguir, aí é igual eu falei, vou ter que continuar.

Neste instante, fui interrompido pela Flávia, que me buscava impaciente:

- Onde você estava? Que sumiço foi esse? Vem logo!

A história do garoto realmente havia me desligado um pouco da minha. Olhei para o relógio e não havia passado mais que trinta minutos.

- Logo, logo eles vêm chamar você também. Levantei-me ligeiramente puxado pela Flávia que me foi rebocando hospital adentro.

- Professor! Entoou o garoto depois de hesitar por alguns segundos. Já perto da porta, voltei-me surpreso com o vocativo.

- Não se lembrou de mim? Diante de minha expressão de confusão, tendo se aproximado um pouco mais, parou um instante e esclareceu: Fui seu aluno na quarta série, não se lembra?

Antes que eu pudesse esboçar algum gesto, Flávia puxou-me pelo braço e eu a segui, apressando-me com o pensamento de que minha filha poderia já ter nascido.



Gabriel Portela

gabbriell@gmail.com

### **As Flores**

Gabriel Portela

Assim procede:  
Senhor! É tempo de granizo.  
De gelo que se mata,  
Se more.  
O gelo cuja forma  
Imita flores.

Senhor! Teu filho faz dilúvio.  
Agasta-se-m teu coração,  
Tua família  
E por família se mata,  
Se morre.  
E o que não é se não flores?

Senhor! Teu filho troca neve  
Por diamantes  
pedras rijas  
Gelo-em-flor.

Ele planta teu sobrinho  
Sem água, sem giz,  
Ele pranta a teu sobrinho  
Pranto só não faz raiz.

Senhor! Um demônio perdigueiro  
Caça o filho-perdiz  
Entorpece  
Fogo-em-gelo  
Flor de liz.

O granizo amassa o campo  
O dilúvio afoga  
a neve queima  
A natureza mata e morre.  
E renasce.

Teu filho morre e renasce:  
Uma vez encontrado, Senhor,  
Abraça-o!  
Colha as flores de sua poesia.



## Espanca

Se bem escutares  
Com sentimento humano  
Perceberas que ali,  
Logo ali,  
Almas gritam  
sussurros profanos:  
Magoados cantares

Num lote vazio  
Lotado de má poesia  
carne-músculo:  
A mãe da sova morna,  
O pai da libação ateia,  
O rio poluído  
O filho desmatado.

Se bem escutares  
A mãe que sangra  
Que vai, que vem  
A mãe que estuda,  
Que vive antes  
Que ama depois  
A mãe que espanca.

Se bem escutares  
O pai que chora  
Dentro, lá dentro  
O pai de esmola  
Que abandona o sentir  
Que bebe, vai embora  
O pai que espanca

Se bem escutares  
O filho que ama  
chama, clama  
O filho que morre  
Que se perde, se esconde  
Que mata  
Que morre!  
Que espanca  
E Espanca.

O filho oriundo de escórias,





De trabalhos e memórias  
Mecânicas.  
De tristezas hereditárias,  
De pulso e garganta  
Lamúrias várias.  
Vida que segue,  
Vida que espanca

O filho do álcool  
O filho da droga  
O filho da violência  
O aborto da escola  
O aborto do tempo  
O aborto da memória  
Filho-aborto suicida:  
O Bastardo da vida

Se bem escutares  
Perceberas que tenho pena.  
Pena do filho,  
Pena de sua vítima  
assassinada  
Pena da família da vítima  
(Nessa ordem, mesmo)  
Pena do mundo,  
Que E.S.P.A.N.C.A  
O mundo espanca.



Jean Valdez

piramo@outlook.com.br

## Performance

Podem entrar, esta ponta é o meu pedaço de infinito particular. Por favor, sentem-se, não se acanhem. Podem se sentar em qualquer lugar, menos nesta cadeira azul desbotada. Aí não pode. (Silêncio). Esta cadeira é sempre reservada para algo que pode a vir acontecer. Eu vou me apresentar de modo que eu seja incompleto (pausa) ainda estou me formando. Sou isso que vocês estão vendo (pausa) até agora. Estes brinquedos espalhados são meus, sim, são o que restou da minha infância. (Silêncio). Talvez tenham restado outras coisas, algumas marcas de lágrimas, um pouco de saudade, (pausa), eu já nem sei, algumas lembranças boas. Se eu colocar um travessão no próximo parágrafo (pausa) minha fala seria tão dramática quanto Shakespeare. E meu quarto, ah, meu quarto seria o cenário de um drama mui íntimo. Prefiro:

— Agora posso me apresentar um pouco mais (pausa), caso ache que eu tenha sido muito vago. O teatro tudo transforma. Ao teatro tudo transforma. (Silêncio). Eu gosto de palco. (Silêncio). Por quê? Ah, eu sou um dançarino. Dançar é o porquê...

Silêncio.

— Quando eu era criança, tinha apenas um amigo. Alguns brinquedos. Na minha introspecção, era o suficiente. Então minha mãe me levou à igreja...

Silêncio.

— (gritando) Mãe! Mãe! (Silêncio). (volta o tom normal) Minha mãe é uma santa. (gritando) Mãe, você me desculpa? Me desculpa, mãe! (volta ao tom normal) Ela e eu temos uma relação complicada. Já brigamos diversas vezes, me arrependo tanto. Houve um dia que até denunciar ela para à polícia, eu denunciei. (Silêncio). Foi uma briga que me ardeu a pele. (gritando) Mãe! Eu te desculpo também, mãe. (volta ao tom normal) Minha mãe sempre foi o meu maior exemplo em questões de estudo. Ela esta na segunda graduação dela. Que orgulho dessa mulher.

Silêncio.

— Como eu ia falando... Minha mãe não se dava por satisfeita, então, me levou à igreja e nesse dia teve uma apresentação de dança. Uma apresentação de dança, linda. Aquilo me encheu os olhos. (Silêncio contemplativo). Talvez esta seja a parte mais lírica da minha história e se eu tirar os



travessões no próximo parágrafo e quebrar as linhas, como numa dança quebro meu corpo, minha fala então seria um poema.

Dança, menino, na luz azul

Que da música se faz vida nova

Quebra teu corpo

Estende tua alma

E o demônio se acalma

Dança que a solidão

Caída aos teus pés

É palco, tua morada

Dança que no vazio da noite

Começa a tua longa, longa jornada.

A prosa irá nos acompanhar a todo momento, volta drama, entra poesia. Para que meu corpo seja a morada da arte. (Silêncio). Ah, sim! Meu pai. Meu pai sempre me apoiou muito. Entrei na companhia de dança, fiz aulas. Eu pude finalmente sentir meu corpo de uma forma que nunca havia sentido. E sempre que me via longe de toda aquela gente, e aquela música, estar longe até mesmo do suor, me deixava triste. Meu pai sempre me apoiou muito, sim. Seguir a dança, aonde estes passos podem levar, é um caminho árduo. Segue-se o drama:

— (mudando a voz) "Dança não dá futuro". (volta o tom da voz) Eles disseram.

Silêncio.

— O tempo já vai apressado, né? Estamos atrasados? Sempre tenho a impressão de que algo corre a minha frente (levanta-se). Podem fotografar os brinquedos, mais cedo ou mais tarde só nos restaram as sombras do passado. Uma folha seca para marcar o tempo que passou. Não, a cadeira azul, não!

Silêncio.

— Algumas coisas sempre ficam entaladas nas nossas gargantas. Das quais, no meu caso, só posso liberar em passos, em alguns passos de dança. Às vezes me pego dançando na rua, no ônibus, onde quer que a arte esteja. A dança quebra meu corpo, expõe minha alma. Me fez ser menos triste. Me fez ter mais amigos. Conheci pessoas maravilhosas. Das quais quero sempre estar perto, por isso a cadeira azul. Caso algum amigo chegue de surpresa, uma adorável surpresa... possa ter onde se sentar. (começa a dançar).



Silêncio.

Dança por algum tempo. Entristece-se. Para. Silêncio.

— Se puderem dizer (pausa) hoje (pausa) aos amigos de vocês o quanto gostam deles, (pausa) mudariam a forma com que vocês enxergam a vida. Há alguns anos perdi um amigo, ele me visitava todos os dias (pausa) para me abraçar. É uma luz que, (pausa) quando este palco apagar, (pausa) eu nunca me esquecerei.

Vão-se os amigos  
Ficam as cadeiras azuis  
Os sorrisos macabros  
E o gosto amargo na boca.

O gosto d'uma palavra presa  
Que hoje muito escondida  
Tampa a boca de uma represa  
De água salina.

Vão-se os amigos  
Ficam as cadeiras num canto qualquer  
Que nem depois da dança  
Serve para descanso de pé.

Há muito para ser dito e tão pouco tempo nos resta. É chagada a hora da partida. Muitas histórias virão depois do fim. E é preciso ir para vivê-las. Conto-as se algum dia me for dada a oportunidade. Agora eu vou, vou fazendo o que faço de melhor. Em drama:

— Adeus meu ouvintes. Vou viver histórias no horizonte do ponto final. Vou fazendo o que faço de melhor: dançando.

Sai dançando. Cortina. Fim.



João Vitor Couto

joaovitor.couto@gmail.com

### **Pesadelo Assistido<sup>1</sup>**



<sup>1</sup> "Série composta por 18 imagens, relativas às narrativas da pesquisa aqui mencionada. As imagens, registradas entre 29 de março a 15 de abril de 2018, foram localizadas pelo fotógrafo João Vitor Couto em uma sequência que retrata do nascimento à morte, apreendendo a ficção e a fixação dessas histórias a partir de um "pesadelo assistido" – título dado pelo artista. O livro é composto por fotos dessa série".





Juliana Morganti  
emaildajulianamorganti@yahoo.com.br

### **Dedos quebrados**

*Juliana Morganti*

Tenho dedos quebrados em mãos  
que tentam segurar sonhos e  
conquistas que muitos dizem não serem minhas.

Tenho dedos quebrados por críticas  
inteiras e falas passageiras daqueles  
que não me conhece de verdade.

Tenho dedos quebrados... mas são  
dedos artistas! Pintam, escrevem,  
representam e tocam instrumentos!

Tenho dedos quebrados e eles  
fazem música, buscando mãos que  
afaguem em vez de machucar.

Meus dedos quebrados apontam  
para mim mesmo, contam meus  
segredos e dizem do meu mundo.

É o que eu tenho  
E a ti estendo...  
Dedos quebrados

### **Meu nome**

*Juliana Morganti*

Não vendo minha miséria  
Para dar a seu estudo lume  
Não viro lata na vida  
Vivendo pra fazer meu nome  
Meu nome é quebrado  
Na quebrada é nome próprio  
Roteiro de uma vida inteira  
Rondó de mundo opróbrio  
Meu nome! Fale, escreva  
Meu nome, pra virar homem paguei com liberdade  
Meu nome na sua boca, respeita  
Meu nome na minha boca, respeita!



**Re-voltar**

*Juliana Morganti*

Vem aqui o poeta a me escutar  
Dar-me voz para por mim falar

Volta aqui, volta de novo, já te revejo revoltado  
Revolta em meu nome, sou escrito renomado

Refletido, reincido  
Reeducado, repenso  
Redimido, remendo  
Remexido, renegado  
Reescrito (re)voltado

Revire seus versos  
Repoemas controversos



Helena Morganti Catão  
helenamcatao@gmail.com

## **Eles**

*Helena Morganti Catão*

não os vejo, não entendo  
mas as vezes compreendo  
talvez sem oportunidades  
ou por demasiadas liberdades  
inibidos por um sistema  
que esconde as verdades

excluidos mal resolvidos  
estao a margem da sociedade  
sociedade que é movida por tanta maldade

se mata merece morrer  
ou na cadeia apodrecer  
ah mas se rouba pra comer  
piedade pode lhes conceder



Lu Rocha

pretalarl@yahoo.com.br

### Memórias e Sonhos



Mari Nascimento

mariana\_souza\_@live.com

## Vinte e nove

Branco.

O moleque olha para o céu e o reflexo do sol imediatamente lhe cega. Abaixo de seus pés, as pedras partidas da brita atingem seus dedos em festa, o cimento lhe colorindo as unhas com o tom acinzentado do beco.

Seus chinelos, um branco manchado com o azul intermitente que lhe pende a cabeça. O vento e a baforada quente da água exposta que sai dos canos de pvc, lhe balançam os cabelos e secam um pouco do suor que escorre da testa, fruto da intensa perseguição que se seguia.

É a cena dos oito anos: ele e o primo correndo atrás da pipa, ao som de gritos e latidos dos cachorros magros que torcem para os garotos em tom de exaltação: ora sentados, ora coçando suas pulgas, ou monitorando as disputas do alto das lajes, dançando nas nuvens, se misturando em som. Tornando-se, aos poucos, maestros que comandam em qual esquina se vira o corpo para alcançar primeiro a pipa.

Branco e calor.

\*

Seus olhos perpassam os fios bagunçados do beco, que remetem ao som dos comandos pela pipa, em nome da pipa e de sua conquista, mesmo agora, quase homem feito, como diz a mãe. O trajeto para casa é sempre o mesmo subir e descer planaltos e depressões. Cantarolando alguma coisa do Jorge Ben Jor, sonha com um walkman. As mãos no bolso da blusa furada, o capuz no alto da cabeça e a feição fechada são seus patuás no caminho de volta, depois da escola. É escuro, breu cinza, rompido apenas por uma ou duas lâmpadas laranjas, limítrofes de bairro e favela, beco e rua.

- E aí doidinho, cê não vai colar com nós lá não? – Alguém o interrompe.

- E aí meu chapa – as mãos dos rapazes se cumprimentam, explodindo em som e ecoam na ruela – eu não vou, vei. Tô cansadão já, amanhã é luta...

- Foi só arrumar esse emprego que cê ficou todo mudado, cara. Não cola mais com a gente, na sala tá todo esquisitão... qual é, tá achando que vai ficar rico, é? Trabalhando no supermercado? – O amigo força um sorriso entre os dentes e engole a gargalhada, fazendo o pescoço balançar a corrente de ouro por cima da blusa de frio. – Tá vendo esse neném dourado aqui? Cê acha que eu consegui ralando nesses empreguinhos de merda? Sai dessa, cê é mais esperto que isso, né não?

- Ih vei, onde cê arrumou isso aí? É ouro mesmo?

- Claro que é, eu vou andar com coisa de má procedência? Essa *aqui* que é a quente, porra! Pensa nisso, sonha com ela no teu pescoço também... cê sabe que rola. Tô mesmo precisando de um entregador, tá difícil, sabe como é, só moleque





procurando o corre... Moleque comigo roda, não tô caçando menino não. A grana é boa, limpinha, na tua mão no fim do dia. Pra você comprar sua moto, agora que já tirou carteira...

- Pô cara, eu não sei não...

- Precisa falar nada agora não, só desce sabendo disso, beleza? Bora lá comigo, coisa simples, cê tá ligado como que é. Amanhã te esbarro na porta do colégio.

Três tapinhas de encorajamento no ombro em dúvida. Enquanto o amigo some na fumaça do beco, o rapaz para e observa a massa da favela: todas as janelas do beco, com ou sem grades, e as luzes por elas emanadas. O tilintar dos talheres nas panelas na atividade de fazer a janta para os filhos que estão chegando e para os filhos que não vão voltar. De longe, um raio vermelho irrompe a harmonia, evocando um grito, e a sequência de tiros se intensifica, até virarem um só. A adrenalina de seu corpo o conduz à sua casa, forçando-o a apertar o passo. Nem olha para trás. Não importa, amanhã saberá o resultado na rádio boca a boca da favela. Com sorte, a noite terminará com um morto apenas. Mais um devedor de bagulho.

- Meu filho, graças a Deus que você chegou! – A mãe salta do sofá para abraçá-lo. O pai, a irmã e o primo estão em volta da mesa, nervoso; um misto de fome e medo. O rapaz aceita o afago e entoa, grave, “tá tudo bem mãe” balbuciando. Na novela da tevê pequena, se ouvem brigas e o tiroteio lá fora acentua seu cansaço. Senta à mesa em silêncio. O pai toma a palavra:

- Cê vai parar de chegar em casa tarde da noite, depois que formar, né? Trabalhar mais cedo... pra não precisar passar aperto na volta.

- Sim... bom, pelo menos eu espero que sim. – Enfia o garfo na boca, contrariado e, engole junto ao feijão, a insegurança das más notas. Quer ser o orgulho da família. Trabalhador e estudado como o primo. Comprar uma moto, quem sabe... ajudar nas contas de casa. Fazer parar os tiros. Sair da favela. Ter um walkman.

\*

Dia seguinte, pão, manteiga e café se misturam em saliva dentro da boca do rapaz que madruga. Pede benção à mãe, bate a porta, ganha o beco e, antes de ganhar a rua, a rádio favela já anuncia: Marquin morreu assassinado.

- Quê isso, dona Rita, o que a senhora tá falando aí? – Interrompe a conversa entre comadres das janelas vizinhas.

- Ô meu filho... bom dia procê... uai. É o que tão dizendo. Parece que Marquin morreu ontem, armaram uma casinha pra ele na porta de casa.

- Mas morreu que horas, dona Rita? Como que a senhora tá sabendo?

- Diz a mãe dele que passou o dia inteiro pulando de delegacia em delegacia ontem, procurando o menino, esperando notícia. Ele não aparecia de jeito nenhum. Foi voltar hoje de manhã que avisaram pra ela o acontecido. Marquin tava fugido de dívida de droga. Deus que me livre dessas peste que é essas droga...

- Onde que ele tá?

- A polícia tá levando o corpo pro IML agora, ainda tem gente lá...



Seus pés se recordaram de repente como percorrer, velozes, os atalhos da favela até chegar à casa do amigo. A crescente multidão deu a dica de onde Marquin estaria e, antes mesmo de alcançá-lo, já conseguia enxergar a figura do corpo no chão, olhos abertos e formigas em volta. Nenhuma surpresa: a imagem da mãe segurando o filho, com a roupa manchada pelo sangue talhado, finalmente lhe atinge os olhos, enquanto a filha de Marquin se esguela no colo da namorada, que a balança na tentativa vã de acalmá-la.

Foram quatro anos de serviço fiel à distribuição de drogas na boca, em troca do prêmio: catorze tiros. Enquanto a maca soergue o corpo, o rapaz reproduz a voz do amigo na memória, ensinando-o como resolver equações de segundo grau. Era um ótimo matemático, ágil nos números, afobado. Pulava muros como ninguém. Parado, com os braços paralelos ao corpo, a gravidade lhe pesou ainda mais os ombros. A multidão se dissipa e retoma suas tarefas: cuidar da própria vida, da vida dos outros, varrer o chão e fazer o almoço. Ele também tem que trabalhar. Com sorte, a manhã se inicia com um único morto da guerra entre as bocas. E sente raiva da sorte, que escolheu Marquin como único morto.

\*

Bateu ponto às sete horas, subiu com os caixotes pesados e as etiquetas de preço. Embalou sacolas, mudou três ou quatro vezes o preço das carnes de acordo com a tabela inflacionária, organizou os sacos de feijão nas prateleiras. Preguiçosamente, deixou o pensamento vagar nos padrões marrons dos grãos, procurando pedras. Grão, grão, grão... uma pedra. Uma sequência de cenas no meio dos grãos: o preço do walkman. O primo estudioso, o pai. A mãe. A corrente de ouro. O corpo morto de Marquin, o sangue. Ouviu seu nome sendo chamado pelo gerente.

Subiu as escadas. Sentou na mesa, persiana amarela em volta, cheiro de cigarro, poeira, papel adesivo, em corte seco: você está demitido. Por quê? Bem, ora, porque nós estamos falidos. O gerente estendeu o envelope pardo ao rapaz, cujo corpo desobedeceu à ordem de pegar o pagamento e continuou estático na cadeira. A mão do homem permaneceu estendida por mais alguns momentos, até que, vencida pelo cansaço, soltou o envelope na mesa, de frente ao menino para pegar o isqueiro e levar fogo à boca do fumante calvo. Consentido, tomou o papel pardo nas mãos e desceu a escada, com o fôlego rápido. Um passo atrás do outro, um atrás do outro, atravessando a avenida e excluindo a reticência que talvez o impedisse de tomar a decisão. As cordas do capuz entraram em sua boca e, cuspiendo-as, parou em frente ao arco de entrada da favela, pronto para ir atrás do colega da boca.

Encontrou-o sentado num desnível do beco, com os cachorros magros em volta, negociando o preço de repasse dos pinos de escama com seus iguais. Enfiou o salário no bolso e, enlevado pela cólera, exigiu o estágio. O colega, orgulhoso por ter acertado a previsão, passou a mão na garganta e puxou a corrente de ouro com os dedos, gargalhando. Passou lentamente o dedo indicador curvado em gancho por cada elo da corrente, encarando a feição e as mãos suadas do menino, que aguardava a tarefa, ansioso. Puxou do bolso a sacola verde de plástico com as buchas e pediu a ele que fizesse posto no beco 4, entre o bar e a saída para a avenida. Pegando a sacola e enfiando no bolso furado da blusa, partiu veloz em pés e pernas, até chegar ao local combinado. O sangue pulsando de dentro da cólera, irrigando as córneas,



seguiu aprimorando a mira e a audição, as suspeitas de sirene e o delírio da presença delas, ilusória ou verdadeiramente.

Não só a sacola lhe foi repassada. O ferro, preto, velho e quente, pesava-lhe o bolso de trás da calça. Em mantra de ódio, amaldiçoava a vida e orava para o anjo da guarda, pedindo proteção para não cair numa cilada e acabar atirando em alguém. Na sequência, abocanha os papéis de gasto. O dia se esvaindo e a noite esparramada no céu lhe escurece a vista. Sabe que está no final da missão e sente se aproximando a presença do medo, tomando o lugar da raiva. Repassa, recebe, conta notas. É muito dinheiro, pensa. Muito bicho também. Arara, macaco, peixe e onça... lembra de Marquin mais uma vez. Decide não voltar amanhã.

\*

Veloz, o camburão sobe o morro com fome de sangue, sem perguntar quê ou quem. Avança nos becos e a rádio boca a boca, eficazmente, seguiu realizando a comunicação imediata: sujou, vaza. Fecham-se as portas, as cortinas e as janelas. Silêncio e tiros. Enquanto corre de volta ao colega para entregar parte da grana do dia, um outro alguém é baleado no sofá da sala, em plena segunda-feira: a costela de porco assado no bafo ainda na boca e a letra do pagode cantarolado na mente, restos de domingo. Parado na encruzilhada do beco, vê os policiais, de longe, batendo na porta de casa: resolve fugir. Largou a turma na missão, deixou pra trás os amigos esperando, prometeu a si mesmo explicar tudo a eles, em algum momento. Algum dia. Talvez em um amanhã.

O que dá pra fazer com tantos animais no bolso?, pensou, encostado na mureta, assistindo os carros na avenida. Se a polícia não o alcançasse, ninguém saberia. Mais uma batida de rotina, um arrombo de porta e o rebombo dos coturnos no chão da cozinha. A mãe não desconfiaria, o filho está na escola. O filho está trabalhando. Respostas genéricas. Coça a cabeça como quem busca no fundo do osso e o cérebro, a memória do que ela gostaria. A mão, fria e molhada, puxa as lembranças até o rosto e costura as linhas da testa, na feição carrancuda. Convicto, ele decide torrar todo o dinheiro no dia seguinte: vai comprar uma panela de pressão nova. Um sapato para o pai, o walkman. Vai largar tudo e pensar nas notas. Vai fazer o que bem entender, chutar o balde. Vai estudar e ser como o primo. A indecisão revira seu estômago, chega na ponta dos lábios com um arrote. O vento, rápido, zunido, vindo do contato dos pneus com o piche da avenida, resfria o corpo. Tremendo, espera mais um pouco para voltar. Vai ter que voltar. Não há como fugir do quarto, da casa. De mais um dia como esse.

\*

Chegou na casa vazia, luzes apagadas. Silêncio e cama arrumada. Sentou no colchão e sentiu o cheiro do amaciante emanar da manta, coberta de bolinhas brancas. Arrancou, uma a uma, as bolinhas de um quadrante até deixar as lágrimas embaçarem a vista. Depois de manchar a calça com as marcas circulares, tentou levantar-se, em vão. O corpo torpe, paralisado, sem responder ou fazer perguntas, embora a dúvida de onde estaria a mãe ecoasse de longe. Esperou, então, o barulho dos tiros se dissolver, lentamente até se tornar um resquício de latidos e discussões entre vizinhos. Havia, sim, uma sirene que continuava a girar, presunçosa,



tingindo com as luzes estroboscópicas cada porta morro acima, em vermelho e azul. Finalmente em pé, fechou janelas e cortinas. Tirou o ferro do bolso, deixou debaixo do travesseiro e procurou, no breu da casa, a estante onde ficava a santa. Tirou do bolso o pagamento, separou as notas e, dobradas, deixou-as debaixo do pratinho de vidro, onde uma imagem de Nossa Senhora da Conceição mudava suas feições a cada bruxulear da chama da vela branca, já no final.

Do corredor, avistou na sala um vaso quebrado. Em passos silentes, lentos, aproximou-se até a tevê pequena, quebrada, cacos de vidro em volta e um buraco pequeno no meio.

\*

*Eu vou chegar lá como quem não quer nada, na humildade. Quer dizer, eu acho que o que Deus fez foi é salvar minha pele, tá ligado? Tudo o que aconteceu depois daquele dia. Conseguir o emprego, a faculdade... e olha, já tô é formando! Cê bem que disse que seria assim. Nem todo mundo sabe como as coisas são aqui e nem eu lembro direito como são, minha vida é menos tempo que o morro.*

*E aqui... vinte e nove e a vida plena, vivo todo dia, tô vendendo minhas coisas, lutando. Quem sabe, né? Minha mãe fala; Tô batendo de porta em porta. Vai saber... vai saber quem errou. Eu tô aí é tentando acertar. A gente saber que não é moleza: mas vou te contar. Dói viu, cara. Não era pra você ter ido cedo, assim. Cê que não sabe como foi aquele dia e eu fico voltando o filme na minha cabeça, se eu não tivesse feito o que fiz. Se eu tivesse ficado em casa, cara. Eu estaria lá, teria feito alguma coisa, sei lá, primo...*

*Fico lembrando da gente, correndo atrás das pipas, todo dia que eu passo naquele beco. Todo dia. Cê foi meu exemplo, sei que sabe disso. Mas essa coisa de morte engasga a gente. Deixa a gente pensando errado, meio acovardado. Ainda mais que foi de graça que cê morreu. Foi de graça...*

*Mas aqui. Vou levar uma foto nossa na minha carteira quando eu for pegar o canudo, beleza?*

*Pode esperar. Cê vai tá lá comigo.*

Por: Mari Nascimento



Tiago Agar  
atiagoagar@gmail.com

## **Do Registro à Redenção**

### **O voo**

**Pensávamos que era seguro  
Eu, aos oito, nove, pousei  
Sob o pano escuro, a imagem santa nos dava certeza  
Feito pedra (que chora)  
Sem ele, no ato abandono  
Sem ele, já  
Voávamos sem asas.**

**“Eu estava cavando minha própria cova”**

**Aos prédios e amontoados fomos apresentados  
Sem cerimônia.  
Como um tiro grosso, passante  
As fotografias ficaram para trás  
A realidade socava-nos.  
O que via, enxergava claramente nos borrões  
Meu corpo se aprontava, como gato  
Caos próximo**

**“É uma fase da minha vida que eu só andava pra trás”**





## Do béque

O fumacê começara cedo  
O carrinho, o pega, o giz de pedra foi logo dispensado  
Gritos azuis abafados pela tosse repentina  
Flores secas, sensações inconscientemente estupradas  
Betânia tava logo ali, já  
De um pulo do começo ao céu, que nem amarelinha  
Pulou o céu e seguiu

### “Já passei por muita humilhação”

Desejo como a borboleta cinza querendo se colorir  
Os amigos já não eram só de uma mão, e mãe  
Alguns já não tinham.  
Mas exacerbadamente calcinhas de ouro preto  
De lá pra cá, como um avião  
Lento e leve – pra quem vê  
As bocas já não me apontavam  
Sentia no fundo o grito em tecidos sutis

### “Aquilo tudo é ilusão”



## **Caos sem saber (até)**

**Em final à noite, em Palmeiras, descia  
Foco em berço, ao caminho  
Sobre duas rodas foi-se  
Lançado à beira quebrada  
Não lucidez clara  
Corpo quebrado (sem eufemismo)  
Clavículas dilaceradas  
Dali para três, estático. E por sorte.**

**“Do jeito que eu voei era pra eu ter morrido”**



## Paternidade

O buraco era notável  
Ele, que pensava como meu já se declarava a outros  
Doía  
Por vezes, o caminho poderia ter sido mudado  
(Em sã ignorância)  
O porta retrato era moldura, só  
Distanciava-se.  
Duro, ríspido, covarde, egoísta  
Não nos cobria, encontrávamos à mercê em anos

“Meu pai nunca foi presente.”

Era retornado à vida por um anjo caído  
Vizinho de vida, de experiências desesperadas  
Ele se colocou a frente, como um colete  
Acudia-me e me livrava  
Se colocava no fogo cruzado sem hesitar  
Ou pelo menos disfarçava bem  
Homem forte, que foi responsável pela ponte ao divino  
Tomava o lugar daquele que se foi  
Agradeço.

“Ele me deu amor e me mostrou o mundo do outro lado”



## **Vivência ao inferno**

**Tentações de ouro, brilhantes  
Mulheres, pilhas monetárias, fogo a todo tempo  
Paz não tinha  
Guerras diárias  
Autoridades fedidas, desmilitarização é pedida  
Chão sujo de sangue, morro sem subida  
E eu estava, lá, em tudo  
Amedrontado e firme. Feito pedra vendida.**

**“A polícia até faz o seu papel, mas as vezes abusam. Não tem conversa”**



## Ponto sangue

Início a partir do vermelho  
Foi preciso da bala próxima para se pensar  
O esquema não funcionou, naquela vez  
Dia enterrado a horrores  
Sentidos trocados, explosão seca constante  
Ele partiu, e deixou  
Deixou escorrido à infância do que vinha  
Beirando aos 9 tempos  
Morreu à seco, o braço

“Eu não tinha paz não”





## **Pós, respiro**

**Tempos leves agora  
Após os chutes, mortes, e trocas é encontrada a liberdade  
Como passarinho querendo sair da gaiola  
Descobriu-se as asas e se aventurou  
Ao afago da mãe, com a coragem de si  
Admite-se e reconhece todo trajeto  
Sem justificativas  
Foram tempos sem ar  
E a tranquilidade hoje deve permanecer  
Por mérito.**

**“Hoje em dia meu pensamento é diferente. Tenho paz”**

**Vai ser engenheiro, biólogo, entrar no exército  
O mundo é, e sempre será seu, José  
Em traços de Drummond, ele aguenta  
Apartado da guerra não há mais tantas perguntas duras  
A liberdade te vaga e os caminhos brilham em cores quentes  
O passo, passado, te torna forte  
Deus há  
Confiança também;  
O prazer do ouvinte/escritor permanece até a última linha  
Agradeço como artista  
Com respeito e aliviado**

**Vai voar**



**Deu um bicudo na costela, tapa na minha cara.  
- Eu quero um revolver depois.**

**O país que a gente vive é um país de ladrão.**



## **SOBRE OS AUTORES**

**Alessandro Santos Pereira:** Doutorando em Psicologia pela PUC Minas, Mestre em Psicologia pela PUC Minas, especialista em Segurança Pública e Sistema de Justiça Criminal pela Fundação João Pinheiro e graduado em Psicologia pela PUC Minas, Professor no Unicentro Newton Paiva. Bolsista Capes. [alessandrosantos\\_99744290@yahoo.com.br](mailto:alessandrosantos_99744290@yahoo.com.br)

**Amanda Lessa Malta:** Mestranda do programa de pós graduação da universidade federal de minas gerais. Área de concentração: estudos psicanalíticos. Graduada pela mesma instituição com ênfase em processos clínicos. Integrante do núcleo de pesquisa Psilacs- Psicanálise e Laço Social no contemporâneo – UFMG.

**Ana Carolina Dias Silva:** Mestranda em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Bolsista CAPES. Psicóloga pela Universidade Federal de Minas Gerais, com ênfase em Processos Clínicos e Formação Complementar Aberta em Subjetividades Políticas e Territórios. [acdsilva.psi@gmail.com](mailto:acdsilva.psi@gmail.com).

**Ana Drawin:** Mestranda de Letras UFMG, Graduanda em Letras UFMG. [anadrawin@gmail.com](mailto:anadrawin@gmail.com)

**Bianca Ferreira Rodrigues:** Graduada em Psicologia pela UFSJ. Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFSJ. Doutoranda em Psicologia Programa de Pós-graduação em Psicologia da PUC-Minas. Bolsista CAPES. [biancaferreira025@gmail.com](mailto:biancaferreira025@gmail.com)

**Carla Almeida Capanema:** Pós-Doutoranda em Teoria Psicanalítica pela UFMG com bolsa PNP/CAPEs, Doutora em Teoria Psicanalítica pela UFMG com período sandwich na Université de Paris 8; Psicanalista. [cacapanema@uol.com.br](mailto:cacapanema@uol.com.br)

**Carlos Roberto Drawin:** Psicólogo, Doutor e Mestre em Filosofia pela UFMG, Professor Titular da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Professor Aposentado de Filosofia da UFMG. [carlosdrawin@yahoo.com.br](mailto:carlosdrawin@yahoo.com.br)

**Carolina Nassau Ribeiro:** Graduada em Psicologia pela Puc-Minas, Mestre em Psicologia Programa de pós-graduação em Psicologia da UFMG na linha de Pesquisa de Estudos Psicanalíticos. Doutoranda em psicologia e pesquisadora do Núcleo Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS) em Belo Horizonte. Psicanalista, bolsista da CAPES. [carolnassau@gmail.com](mailto:carolnassau@gmail.com)

**Christiane Odete de Matozinho Cardoso:** Doutoranda em Estudos Psicanalíticos pelo Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (2018) [christianeomat@gmail.com](mailto:christianeomat@gmail.com)

**Cláudia Wermeliger:** Cientista Social, Mestre em Sociologia pela UFMG. Integrante do Núcleo Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS) e do Grupo de Pesquisa “Curso de vida e trajetória delinquencial” do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da (IEAT/UFMG). [claudia.sws@gmail.com](mailto:claudia.sws@gmail.com)



**Daniel Alves:** d.alves\_972@hotmail.com

**Daniela Paula do Couto:** Doutoranda em Psicologia, na linha de pesquisa “Conceitos Fundamentais em Psicanálise e Investigações no Campo Clínico e Cultura”, pela UFMG. Mestre em Psicologia, na linha de pesquisa “Conceitos Fundamentais e Clínica Psicanalítica: Articulações”, pela UFSJ. Psicóloga graduada pela PUC Minas. dp.couto@yahoo.com.br

**Eraldo Leandro:** junioreraldo15@gmail.com

**Fábio Santos Bispo:** Doutor em Psicologia, Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Autor dos livros *Ética da contingência: a lógica da ética da psicanálise* (Editora Juruá, 2012) e *Morte violenta: modalidades de apresentação no laço social* (Editora CRV, 2018). fabio.siloe@gmail.com

**Fernanda Reis Alves de Oliveira Pedro:** Psicóloga, graduada na Universidade FUMEC. Especialista em Psicologia do Trabalho pela UFMG. Mestre em Psicologia pela UFMG. Pesquisadora do tema Juventude e Trabalho. Atua como Analista de Políticas Públicas no âmbito do SUAS-Sistema Único de Assistência Social na Prefeitura de Belo Horizonte. Professora de Saúde Mental e Trabalho na pós graduação da Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais fernandareis\_psi@yahoo.com.br

**Fídias Gomes Siqueira:** Psicanalista. Doutorando em Psicologia pela UFMG, Mestre em Psicologia pela UFMG, Especialista em Segurança Pública e Justiça Criminal pela Escola de Governo/FJP, Graduado em Psicologia pela PUC Minas. Coordenador do Programa de Extensão Já É do Núcleo PSILACS/UFMG. fidias.siqueira@gmail.com

**François Raymond Sauvagnat:** Professor de Psicopatologia da Universidade de Rennes 2, co-diretor do Programa de Pós-Graduação em Criminologia do Departamento de Psicopatologia da Universidade de Rennes 2. f.sauvagnat@wanadoo.fr

**Gabriel Portella:** Graduando em Letras UFMG, autor dos livros *Eu Diego, Eu Melissa e Do seu peito só nascem pêssegos*. gabbriell@gmail.com

**Hector Gallo:** Sociólogo pela Universidade Autônoma Latinoamericana, especialista em Estudos Superiores, possui Master em Psicanálise pela Universidade de Paris VIII. Doutor em Psicanálise pela Universidade Autônoma de Madrid. Professor do Departamento de Psicanálise da Universidade de Antioquia. Conduz atualmente em seu Departamento pesquisas sobre Psicanálise e problemas da civilização contemporânea, e possui longa trajetória em pesquisas envolvendo Subjetividades e violência de Estado, Dinâmicas de Guerra, e Criminologia. Articula parceria com o Núcleo Psilacs (Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo), sob coordenação da Professora Andréa Guerra, por meio da RFLACP (Réseau Franco-Latinoaméricaine de Psychanalyse et Criminologie – UFMG/Antioquia/RennesII). hectorgallo1704@yahoo.com.mx

**Jean Sousa Brito, o Valdez:** piramo@outlook.com.br

**João Vitor Couto:** Fotógrafo. joaovitor.couto@gmail.com



**Juliana Morganti:** Mestranda em Psicologia PUC Minas. Bolsista PROSUC/Capes. Psicóloga PUC-MINAS. Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). emaildajulianamorganti@yahoo.com.br

**Lucas Caetano Pereira de Oliveira:** Graduado em Ciências Sociais pela UFMG. Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFMG. Bolsista CAPES. kaetanolucas@gmail.com

**Lu Rocha:** pretalarl@yahoo.com.br

**Marcelo Ricardo Pereira:** Psicólogo (PUC-Minas), Psicanalista (EBP; EGP), Mestre em Educação (UFMG), Doutor em Educação: Psicologia e Educação (USP; Paris 13) e Pós-Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (USP), Teoria Psicanalítica (UFRJ), Psicopatologia clínica e Psicanálise (Aix-Marseille-França) e Educação Social (UOC-Espanha). É professor associado de Psicologia, Psicanálise e Educação do Programa de Pós-Graduação e da Faculdade de Educação da UFMG. Realizou Estágio Docente em Psicología Educativa (UNR-Argentina) e em Psicología, Educación y Desarrollo Humano (UdelaR-Uruguai). É professor visitante de cursos na Flacso-Argentina, UNMDP-Argentina, UdelaR-Uruguai e IP-UFRGS. Líder brasileiro no campo, é bolsista Pq-CNPq, PPM-Fapemig e pesquisador da Capes. Coordenou o GT Psicanálise e Educação (Anpepp) e o LEPSI-Minas. É membro das Redes: INFEIES (A.Latina), RUEPSY (Europa), Coletivo Amarrações (Brasil), além do Fórum do Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte. Foi corresponsável por implantar o Laboratório de Psicologia, Psicanálise e Educação na UON (Angola). marcelorip@hotmail.com

**Mari Nascimento:** Graduanda em Letras - PUC Minas. mariana\_souza\_@live.com

**Mario Elkin Ramirez:** Psicanalista, Professor do Departamento de Psicanálise da Universidade de Antioquia, da Colômbia, Membro da Associação Mundial de Psicanálise e da NEL-Medellín, Autor dos livros: *Psicoanálisis y dificultades en el aprendizaje* (Grama, 2012), *Actualidad de la agresividad en psicoanálisis* (Grama, 2010), *Ordenes de hierro* (La Carreta, 2009), *Psicoanalistas en el frente de batalla* (Universidad de Antioquia, 2008), *Clio y Psiqué ensayos de historia y psicoanálisis* (La Carreta, 2007), *Empédocles y Edipo* (Tres Haches, 2007). marioelkin@gmail.com

**Nádia Laguardia Lima:** Psicóloga e Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. Pós-doutorado em Teoria Psicanalítica pela UFRJ, Doutorado e Mestre em Educação pela UFMG. Coordena o grupo de pesquisa: Além da Tela: psicanálise e cultura digital da UFMG. Pesquisadora associada ao GT Psicanálise e Educação da ANPEPP. nadia.laguardia@gmail.com

**Patricia da Silva Gomes:** psicóloga graduada pela PUC Minas, Especialista em Psicologia Clínica pelo Conselho Federal de Psicologia, Pós Graduada em Educação Inclusiva/PUC Minas, Mestre em Psicologia na linha de pesquisa Estudos Psicanalíticos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG, com bolsa do CNPq, Doutoranda em Psicologia e pesquisadora do Além da Tela Psicanálise e Cultura Digital. pgpsicologa@gmail.com





**Roberto Calazans:** Psicanalista. Doutor em Teoria Psicanalítica pela UFRJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSJ. Bolsista de Produtividade Nível 2 do CNPq. roberto.calazans@gmail.com

**Rodrigo Goes e Lima:** Mestrando em Filosofia com concentração em Psicanálise pela The New School for Social Research (2019-2021 - Nova York/EUA). Graduação em psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG - 2012-2016), com ênfase em Processos Clínicos e Formação Complementar Aberta em Ciência Política. Pós-graduado em Psicanálise: Clínica da Criança e do Adolescente (PUC-Minas - 2018-2019). Integrante do Núcleo de pesquisa Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS). Email: [rodrigo.goeselima@gmail.com](mailto:rodrigo.goeselima@gmail.com)

**Tiago Agar:** Ator. Graduando em Teatro UFMG. [atiagoagar@gmail.com](mailto:atiagoagar@gmail.com)

**Vinicius Moreira Lima:** Mestrando em Estudos Psicanalíticos pela UFMG (2020-2022). Bolsista de mestrado do CNPq. Graduado em Psicologia (UFMG). Ex-bolsista de iniciação científica do CNPq. E-mail para contato: [vmlima6@gmail.com](mailto:vmlima6@gmail.com)



## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

*Jacqueline de Oliveira Moreira:* Professora da Pós-Graduação em Psicologia da PUC Minas. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Mestre em Filosofia pela UFMG. Psicanalista. Bolsista Produtividade CNPq PQ2. Membro do GT da ANPEPP “Psicanálise, Clínica e Política”. Membro da Comissão de Propostas Socioeducativas do Fórum Permanente do Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte. Projeto Aprovado APQ-02862-17 – Edital Universal FAPEMIG. jackdrawin@yahoo.com.br

*Andréa Máris Campos Guerra:* Professora Associada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora com Bolsa de Produtividade do CNPq e com pesquisa “Adolescências e Leis” financiada pela FAPEMIG. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa PSILACS (Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo) da UFMG. Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com Estudos Aprofundados em Rennes II (França). Psicanalista. Bolsista Produtividade PQ2 CNPq andreamcguerra@gmail.com



